

REF PA 1.22.000.000 307 2017/44

ANEXO I – RAMBOLL

Destinado ao:

Ministério Público Federal - MPF

Tipo de Documento:

Relatório de Monitoramento Mensal – Mês 050 –Fevereiro/2021

Período:

25/01/2021 à 15/02/2021

RELATÓRIO DE MONITORAMENTO MENSAL DOS PROGRAMAS SOCIOECONÔMICOS E SOCIOAMBIENTAIS PARA REPARAÇÃO INTEGRAL DA BACIA DO RIO DOCE



SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	3
2.	MONITORAMENTO DOS PROGRAMAS	5
2.42	PG001: Programa de Levantamento e Cadastro dos Impactados	5
2.43	PG002: Programa de Indenização Mediada	7
2.44	PG003: Programa de Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida de Povos Indígenas	10
2.45	PG004: Programa de Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida de Outros Povos e Comunidades Tradicionais	13
2.46	PG005: Programa de Proteção Social	15
2.47	PG006: Programa de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social	18
2.48	PG007: Programa de Assistência aos Animais	22
2.49	PG008: Programa de Reconstrução, Recuperação e Realocação de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira	25
2.50	PG009: Programa de Recuperação da UHE Risoleta - Candonga	28
2.51	PG010: Programa de Recuperação das Demais Comunidades e Infraestruturas Impactadas entre Fundão e Candonga	32
2.52	PG011: Programa de Recuperação das Escolas e Reintegração da Comunidade Escolar	35
2.53	PG012: Programa de Preservação da Memória Histórica, Artística e Cultural	37
2.54	PG013: Programa de Promoção da Recuperação da Qualidade de Vida e do Turismo	38
2.55	PG014: Programa de Apoio à Saúde Física e Mental da População Impactada	39
2.56	PG015: Programa de Promoção da Inovação	41
2.57	PG016: Programa de Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras	44
2.58	PG017: Programa de Retomada das Atividades Agropecuárias	47
2.59	PG018: Programa de Desenvolvimento e Diversificação Econômica	51
2.60	PG019: Programa de Recuperação dos Micro e Pequenos Negócios	54
2.61	PG020: Programa de Estímulo a Contratação de Mão de Obra Local	56
2.62	PG021: Programa de Auxílio Financeiro Emergencial	59
2.63	PG022/41: Programa de Gerenciamento dos Programas Socioeconômicos e Socioambientais	62
2.64	PG023/PG024: Programa de Manejo de Rejeitos e Sistemas Contenção e Tratamento de Rejeitos <i>In Situ</i>	64
2.25	PG025: Programa de Recuperação da Área Ambiental 1	71
2.26	PG026: Programa de Recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Áreas de Recarga Hídrica (ARH)	73
2.27	PG027: Programa de Recuperação de Nascentes	75
2.28	PG028: Programa de Conservação da Biodiversidade Aquática	77
2.29	PG029: Programa de Fortalecimento das Estruturas de Triagem e Reabilitação da Fauna Silvestre	82
2.30	PG030: Programa de Conservação da Fauna e Flora Terrestre	84
2.31	PG031: Programa de Coleta e Tratamento de Esgoto e Destinação de Resíduos Sólidos	86
2.32	PG032: Programa de Melhoria dos Sistemas de Abastecimento de Água	89
2.33	PG033: Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce	92
2.34	PG034: Programa de Preparação às Emergências Ambientais	94
2.35	PG035: Programa de Informação para a população	98
2.36	PG036: Programa de Comunicação Nacional e Internacional	99
2.38	PG038: Programa de Monitoramento da Bacia do Rio Doce, Áreas Estuarina, Costeira e Marinha Impactadas	102
2.39	PG039: Programa de Consolidação de Unidades de Conservação	106
2.40	PG040: Programa de Fomento à Implantação do CAR e dos PRAs na Área Ambiental 1	108
2.41	PG042: Programa de Ressarcimento dos Gastos Públicos Extraordinários	110
3.	MONITORAMENTO DE MÍDIAS SOCIAIS	112

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório mensal apresenta a análise das principais questões identificadas no processo de monitoramento dos programas socioambientais e socioeconômicos da Fundação Renova, voltados à reparação integral da Bacia do Rio Doce, realizada ao longo do período de 25 de janeiro a 15 de fevereiro de 2021. Importante destacar que o período de atividades coberto por este relatório não se estende por todo o período imediatamente posterior ao coberto pelo relatório mensal anterior em função de uma pequena descontinuidade contratual incorrida nas atividades da Ramboll como Expert atuando em atendimento ao monitoramento independente das ações de reparação realizado para o Ministério Público Federal (MPF), retomadas após discussões entre este Ministério Público e empresas mantenedoras da Fundação Renova.

Neste relatório é apresentado o Processo de Monitoramento da Reparação Integral da Bacia do Rio Doce, realizado de modo independente pela Ramboll, conforme as 5 dimensões da Reparação propostas pela Ramboll: Social, Economia, Natural, Infraestrutura e Governança. É apresentada uma análise do progresso de cada um dos Programas da Fundação Renova, utilizando indicadores, de forma a avaliar o cumprimento dos compromissos assumidos pela Fundação Renova bem como identificar oportunidades de melhoria.

Para cada um dos indicadores foi elaborada uma ficha¹ contendo o nome do programa monitorado, a dimensão da reparação ao qual o mesmo pertence, um código utilizado para identificar o indicador, o nome que identifica o indicador, a descrição que detalha o objetivo de monitoramento do indicador, a forma de monitoramento que destaca a fórmula de cálculo para medição do indicador, a fonte do dado que apresenta de onde os dados são obtidos, a área de abrangência do indicador, a periodicidade com a qual este deverá ser reportado, a unidade de medida utilizada, a metodologia de coleta de dados que destaca o método utilizado para obtenção dos dados, os valores de referência que são os critérios adotados para informar se o indicador apresenta resultados adequados, a justificativa de sua adoção para o monitoramento e, por último, a fonte que destaca a existência de outras organizações ou órgãos públicos que utilizam este indicador. A partir da definição dos indicadores com as equipes de especialistas e após o entendimento e estruturação dos dados obtidos, foram geradas representações gráficas com os resultados do monitoramento no período, que estão apresentadas nas análises dos programas (Capítulo 3).

Com vistas a assegurar a acurácia dos resultados quanto ao monitoramento dos programas da Fundação Renova, a Ramboll adota as técnicas de auditoria sugeridas pela norma ABNT ISO 19.011, garantindo a implementação de um processo sistemático, independente e documentado para obtenção e avaliação objetiva de evidências que indiquem se os compromissos assumidos pela Fundação Renova e discutidos no âmbito do Sistema CIF foram atendidos e em que medida. Como ferramenta para averiguação do progresso dos programas e de sua coerência com as Cláusulas do TTAC, TAC-Gov bem como atendimento às Deliberações do CIF a eles relacionadas, são realizadas campanhas de monitoramento para averiguação de evidências documentais e confirmação de dados em campo. Os resultados aqui apresentados resumem questões identificadas como relevantes e significativas para o monitoramento do progresso e efetividade dos programas bem como eventual necessidade de ajuste e complementação.

Os resultados do monitoramento realizado pela Ramboll, no período, demonstrou que houve pouca evolução na atuação e nos resultados dos programas da Fundação Renova nos territórios. Tal fato chama atenção pois, de modo geral, estes programas ainda apresentam lacunas significativas de atuação, seja na perspectiva de resposta às ações de reparação e/ou compensação, seja na perspectiva de alcance de resultados efetivos que atendam às expectativas das comunidades atingidas. Alguns exemplos: o Programa de Levantamento e Cadastro dos Impactados (PG01) conta com um índice de atendimento às solicitações de Cadastro de apenas 41% do total de solicitações, menos da metade da demanda apresentada à Fundação Renova; a taxa de famílias indenizadas pelo Programa de Indenização Mediada (PIM) permanece em 35%, correspondendo a pouco mais de um terço do total de famílias cadastradas. Importante ressaltar que, com a implementação da plataforma para o fluxo rápido de indenizações ("sistema Novel"), a Fundação Renova deixou de atualizar as informações relativas a estes programas. Tampouco foi concedido,

¹ As Fichas dos indicadores foram apresentadas no último Relatório Quadrimestral (novembro/2020); serão re-apresentadas quando da emissão do próximo relatório quadrimestral, previsto para março/2021.

até o momento, acesso à Ramboll a esta nova plataforma, não permitindo o adequado acompanhamento dos atendimentos via esse novo fluxo.

Cabe ressaltar, ainda, que a pandemia de Covid-19 vem agravando sobremaneira as condições socioeconômicas das comunidades atingidas, seja pela retração das atividades econômicas já bastante impactadas pelo rompimento da Barragem de Fundão, seja pelas condições de saúde e proteção social ainda precariamente tratadas no âmbito dos programas da Fundação Renova, potencializando assim o grau de vulnerabilidade social. Neste aspecto, destaca-se a redução do valor do AFE em 50% para aqueles titulares que viviam da pesca ou da agricultura de subsistência, a partir de janeiro de 2021, conforme decisão judicial da 12ª Vara Federal Cível e Agrária da Seção Judiciária de Minas Gerais.

É importante dar destaque a dois processos que ocorrem neste período: (i) a paralisação parcial de atividades pela Fundação Renova, em especial de suas atividades de campo, em função da pandemia de Covid-19; (ii) a judicialização dos Eixos Temáticos Prioritários, que incluem em parte ou totalmente programas cujo progresso depende agora de decisões judiciais a serem emitidas pela 12ª Vara Federal Cível e Agrária da Seção Judiciária de Minas Gerais. O objetivo inicial da judicialização do processo buscava impor celeridade à tomada de decisão e cumprimento de atividades de modo a alavancar o processo de reparação dos danos como um todo. Com esse processo de judicialização, a Fundação Renova vem negando acesso a informações e se negando a discutir temas, tanto com os Experts quanto com o sistema CIF. Desta forma, diversos itens que estão judicializados interromperam as atividades que se encontravam em curso, prejudicando o andamento dos programas, em contraponto ao objetivo inicial do processo que era de conceder celeridade às ações de reparação.

Outro processo que merece destaque tem sido as revisões das definições dos programas, conforme previsto pelo TTAC, que teve lugar durante o ano de 2020. Muitos programas tiveram seus escopos revisados, a partir de oficinas realizadas ao longo do último trimestre de 2019 e ao longo de 2020. Cabe o alerta de que em várias das definições de programas re-apresentadas se observa um retrocesso no avanço aos entendimentos / discussões no âmbito do sistema CIF e uma perspectiva de simplificação e redução das responsabilidades da Fundação Renova frente aos objetivos de reparação integral dos danos ocasionados pelo desastre.

Destaca-se, finalmente, que após a breve descontinuidade contratual incorrida nas atividades da Ramboll, não houve, até o momento, uma retomada do fluxo de informações usualmente fornecidas pela Fundação Renova para o monitoramento dos programas, bem como o agendamento de vistorias técnicas, prejudicando a qualidade deste último monitoramento. Ramboll e Ministério Público Federal vem envidando esforços junto à Fundação Renova para que esta dificuldade seja equacionada o mais breve possível.

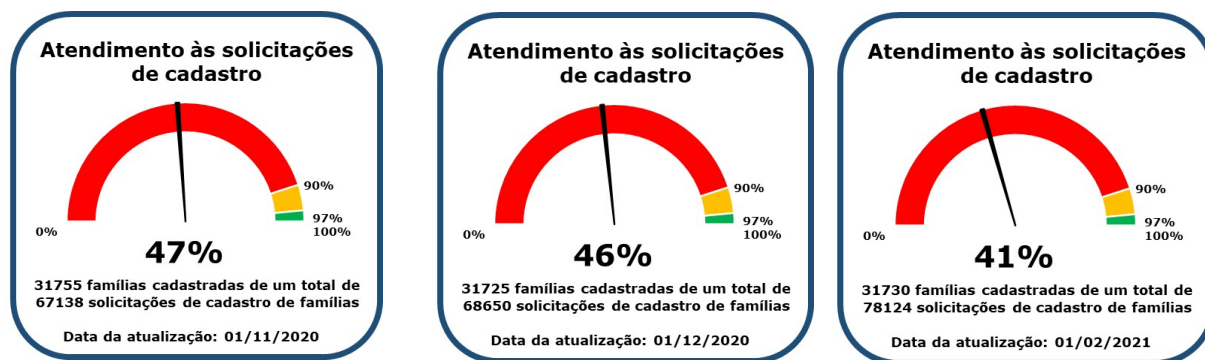
2. MONITORAMENTO DOS PROGRAMAS

2.1 PG001: Programa de Levantamento e Cadastro dos Impactados

O monitoramento do PG001 utiliza duas fontes de informação, o Relatório de Monitoramento Mensal (RMM) e a consulta direta ao Banco de Dados do Cadastro ('Cadastro Integrado', filtro_1322, 'propriedades.xlsx', 'pessoas.xlsx'). Considerando a modalidade de construção dessas duas fontes os resultados frequentemente apresentam alguma variação.

Ao analisar os números do Programa de Cadastro registrados na base de dados 'dim_people' em comparação com o número de solicitações registradas nos Canais de Relacionamento, observa-se a sua estagnação, com o incremento de apenas novas 5 famílias cadastradas entre novembro/20 e janeiro/21. O indicador sofreu uma queda de 5%, que ocorreu em função do aumento de novas solicitações de cadastro neste período.

Figura 2.1-1: Indicador "Atendimento às solicitações de cadastro" - out/20 a jan/21



Já os dados reportados pela Fundação Renova à CTOS por meio do Anexo 04 do Relatório de Monitoramento Mensal indicaram o incremento de 3.473 indivíduos no cadastro nos meses de outubro a dezembro, totalizando 31.175 indivíduos que solicitaram cadastramento em seu nome e foram efetivamente cadastradas². Observa-se que o documento informa o dado por indivíduo, mas não permite identificar o número de famílias contempladas na Fase 2 do cadastro e, por isso, não é realizada a inserção e comparação junto ao indicador acima reportado.

Deste incremento, a maior parte refere-se à Fase 2 e ocorreu em outubro, quando novas 2.987 pessoas foram reportadas como cadastradas pela Fase 2. No mês de novembro foi identificada enorme oscilação dos dados apresentados, com a queda de 2.956 cadastrados – foi possível identificar que foram mantidas apenas as pessoas que tiveram o seu cadastramento antecipado na Fase 1 (como os camaroeiros de Vitória, Lagoa Juparanã, atendidos por programas reparatórios que não tinha cadastro, pessoas do emergencial, entre outros). No mês de dezembro foi retomado o número apresentado em outubro, ao constar novas 2.958 pessoas, havendo no total 5.112 indivíduos cadastrados no âmbito da Fase 2, dentre aqueles que o solicitaram.

Durante o ano de 2020 foram reiteradas as solicitações feitas pela Ramboll à Fundação Renova de disponibilização da base de dados da Fase 2 do cadastro, o que não ocorreu. Durante a 49ª Reunião Ordinária da CTOS realizada em dezembro de 2021, a Fundação Renova informou que a Fase 2 do cadastro, tal qual havia sido pensada, com novo formulário de aplicação, não está em execução, uma vez que os esforços estão voltados para o desenvolvimento e execução do fluxo ágil de indenizações, estabelecido a partir das decisões da 12ª Vara Federal. Segundo informado pela coordenação do Programa de Cadastro, todo o ingresso de famílias no sistema da Fundação Renova agora ocorre por meio do ingresso no sistema novel³, e a continuidade do sistema da Fase 2 aguarda o avanço do fluxo ágil. Diante disso, foram encaminhadas pela CTOS duas solicitações à Fundação Renova: (i) esclarecer sobre a inclusão dos dados das famílias no Anexo 04 do RMM, em relação aos dados da Fase 2 (E49.5), e (ii) encaminhar ofício

² O dado não abrange todos os indivíduos efetivamente cadastrados – dentre titulares e dependentes. Refere-se apenas ao cadastro daqueles o solicitaram em seu nome.

³ Sistema novel é novo fluxo ágil de indenizações instituído pelas decisões da 12ª Vara Federal

esclarecendo: 1. sobre o status de cadastramento de atingidos na Fase 2 e o status de atendimento no sistema que atende as determinações da 12ª Vara Federal; e 2. como está sendo feita a integração das bases de dados da Fase 2 e do sistema que atende as determinações da 12ª Vara Federal no Eixo 7 “novo sistema indenizatório” (E49.6). Em resposta a este último encaminhamento, a Fundação Renova informou, por meio do Ofício FR.2020.002, que “o sistema de cadastramento Fase 2 encontra-se atualmente inativo, enquanto os esforços da Fundação Renova estão concentrados no desenvolvimento do sistema do fluxo ágil de indenizações”. No entanto, não esclareceu quais os status da Fase 2 e do sistema do fluxo ágil, tampouco como são feitas as integrações das bases.

Na 50ª Reunião Ordinária da CTOS, foi encaminhado (E50.4) que a Fundação Renova deverá discriminar quais casos de cadastro estão relacionados ao pleito indenizatório da 12ª Vara, o que permitirá maior compreensão dos dados reportados. Destaca-se ainda que durante a reunião, ao tratar sobre o E49.6, foram solicitados esclarecimentos sobre os sistemas da Fase 2 do fluxo ágil de modo a entender melhor se as pessoas da Fase 2 já estão sendo atendidas mesmo sem finalizar a Fase 1. A esse questionamento, a Fundação Renova informou que a partir do momento que a pessoa declara o dano em sua manifestação, seu CPF está habilitado para ser representado pelo advogado e garantido o seu ingresso no fluxo ágil. Para os territórios onde há decisão judicial, todos os manifestantes (Fase 1 ou 2), estão habilitados com seus danos cadastrados. É importante registrar que durante a reunião alguns atingidos se manifestaram sobre a dificuldade de correção dos dados cadastrais, tendo a Fundação Renova uma vez mais indicado os Canais de Relacionamento como instância para a solução desta demanda.

Ainda com relação ao Anexo 04 do RMM, quanto ao status das demais solicitações de cadastro, destaca-se que 38% de todas as solicitações de cadastro não tiveram sua análise iniciada e 5% estão em andamento. O documento passou a reportar os danos declarados pelas pessoas que solicitaram cadastramento, resultando na distribuição conforme gráfico ao lado. O dado refere-se a todas as solicitações de cadastro (concluídas, em andamento, não iniciadas, dentre outras).

Já com relação à fase emergencial de cadastramento, não houve alteração substancial, com o incremento de novos 3 indivíduos entre setembro de dezembro/20, havendo 25.958 cadastrados e 55 solicitações em andamento, de um total 29.480.

O indicador de distribuição das famílias cadastradas ao longo do território apresenta a porcentagem obtida a partir da comparação dos dados das solicitações do cadastro em cada um dos seis territórios.

Figura 2.1-2- Danos declarados pelos solicitantes de cadastro. RMM - jan21

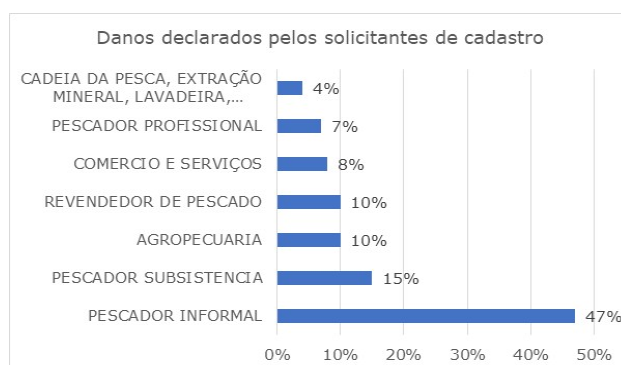
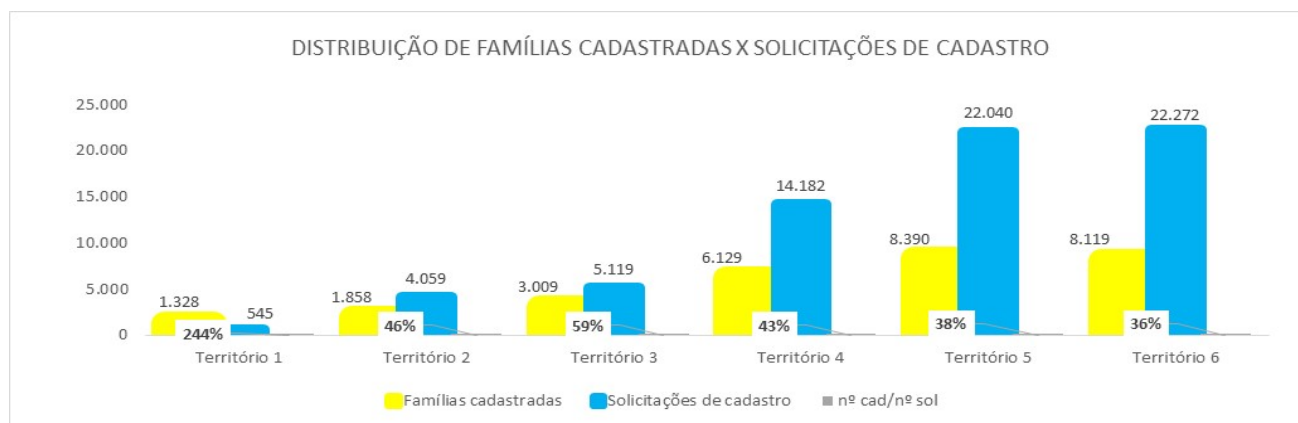


Figura 2.1-3 - Indicador de distribuição das famílias cadastradas ao longo do território⁴



⁴ Dados referentes a 01/02/2021. Fonte: Fundação Renova: base de dados: 'Cadastro Integrado', filtro_1322, 'propriedades.xlsx' (atributos 'Município' e 'ID_SGC'); 'Canais de relacionamento - SGS': 'filtro_327.xlsx'.

2.2 PG002: Programa de Indenização Mediada

O Programa de Indenização Mediada promoveu, até 01/02/2021, a indenização de 35% das famílias cadastradas, mantendo a porcentagem verificada desde outubro/20. Em relação ao mês de novembro, 46 novas famílias foram indenizadas. Os indicadores abaixo descritos realizam a comparação das famílias que tiveram ao menos algum tipo de indenização paga com as famílias atualmente cadastradas, em percentual total e estratificado por territórios. A partir da análise dos dados de indenizações pagas ao longo do território, houve destaque do território 1 – correspondente a Mariana – que teve um aumento de 4% desde outubro, enquanto o território 6 teve aumento de 1 ponto percentual e os demais foram mantidos idênticos.

Figura 2.2-2: Famílias Indenizadas em relação ao total de famílias cadastradas – Janeiro/2021

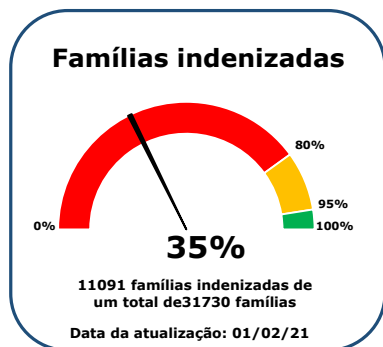
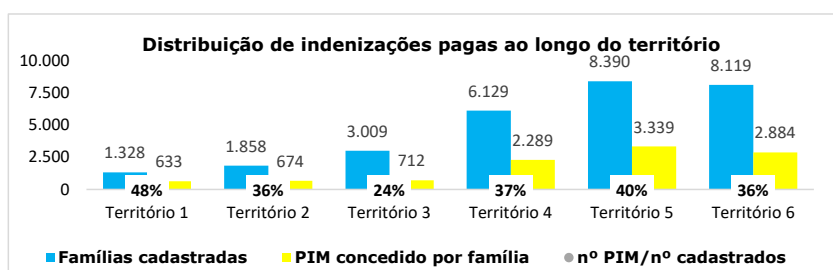


Figura 2.2-1: Indicador de distribuição das indenizações pagas ao longo do território – Janeiro/2021



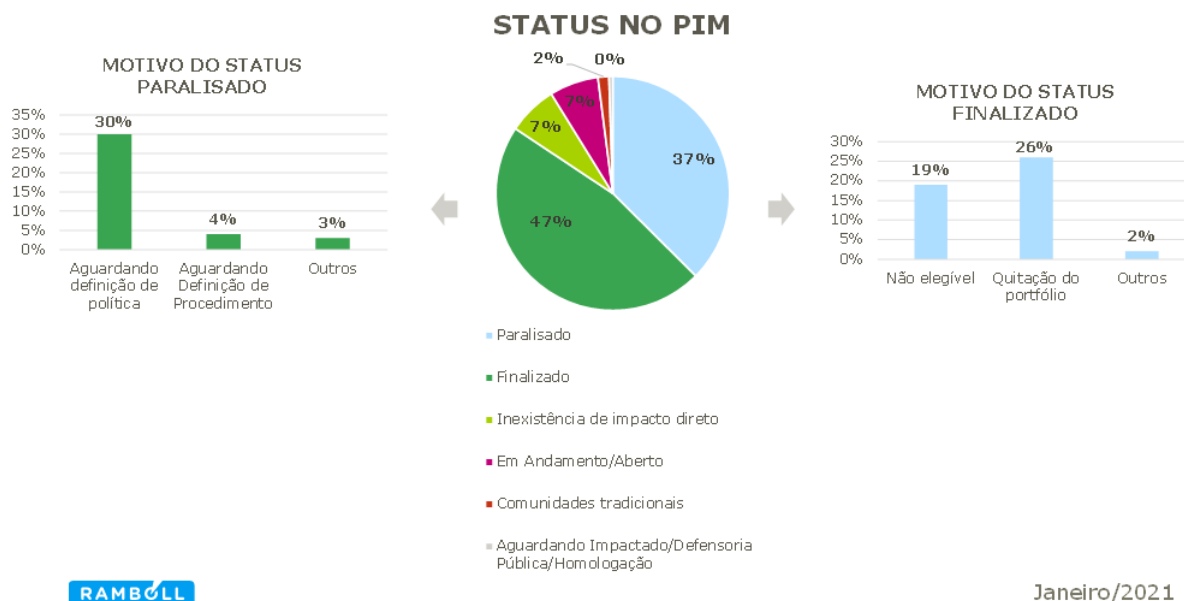
Ao analisar os dados do Programa encaminhados pela Fundação Renova à CT-OS, relativos ao mês de dezembro (até 31/12/2020), observam-se 9.878 famílias com pagamentos efetivados – com incremento de 16 novas famílias nos meses de novembro e dezembro. Uma vez comparados o número total de famílias efetivamente indenizadas com o total de cadastros liberados para análise pelo Programa (30.387), também reportado pela Fundação Renova nos respectivos relatórios, observa-se um percentual de 33% de “famílias com pagamento realizado”.

Com relação a Mariana, a Fundação Renova informou que, de um universo total de 1.325 famílias cadastradas, 522 aceitaram propostas de indenização, das quais 481 tiveram suas indenizações pagas (36%) até dezembro. Em relação a outubro, foram novos 61 acordos e novos 50 pagamentos, o que significou tratar-se do município com maior desempenho no PIM. Foi informado também que 226 famílias estão em atendimento, 202 tiveram seus cadastros finalizados por inexistência de impactos diretos ou outros critérios de inelegibilidade e 195 famílias recusaram as propostas de indenização.

O baixo percentual de famílias cadastradas que foram indenizadas pelo PIM deve-se em grande parte à ausência de definição de políticas, que corresponde a 30% do total de famílias encaminhadas ao Programa. Outra razão indicada pela Fundação Renova está no alto número de famílias consideradas como não elegíveis (19% do total de famílias encaminhadas ao Programa) por motivos relacionados à LMEO⁵, à renda e outros. Também é destaque o dado apresentado pela base de dados da Fundação Renova de que 26% do total de famílias inseridas no PIM já tiveram o seu portfólio quitado.

⁵ LMEO - Linha Média das Enchentes Ordinárias; é utilizada como parâmetro para estabelecimento da faixa de 15 metros a partir da margem dos rios que é pertencente à União (estabelecida pelo Decreto Lei nº 9.760/1946). A Fundação Renova considera tal delimitação, acrescida de mais 1.000 metros, como área de abrangência para fins de aferição de elegibilidade para a pesca de subsistência.

Figura 2.2-3 - Gráfico de status das famílias cadastradas encaminhadas ao PIM



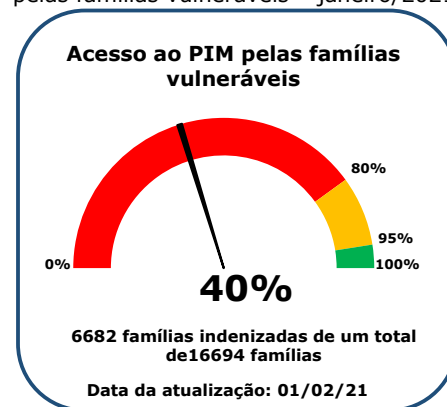
Fonte: Elaboração Própria. Dados retirados do filtro 1595 (PIM-DG). Extração 31/01/2021.

Quanto ao chamado “dano água”, referente às indenizações concedidas em decorrência da interrupção do abastecimento de água, a Fundação Renova informou que até 31/12/2020 indenizou 281.510 pessoas. Desse total, 16.661 pessoas foram indenizadas em decorrência de processos judiciais. Tais números significaram, em novembro e dezembro, indenização de novas 1.553 pessoas, das quais 1.546 ocorreram em função de processos judiciais. Observa-se que a maior parte das causas judiciais que culminaram na indenização foram tratadas em incidentes de resolução de demandas repetitivas. Foi informado ainda que há um total de 53.575 ações judiciais ativas.

Os dados de famílias vulneráveis contidos no cadastro integrado revelam que 40% delas receberam indenização pelo PIM até janeiro/21, mesma porcentagem verificada nos meses anteriores.

Em dezembro/20, o Comitê Interfederativo deliberou (Deliberação CIF nº 469/2020) pela aprovação das conclusões contidas na Nota Técnica nº 43/2020/CTOS-CIF, que tratam das fragilidades do Projeto Pescador de Fato e determinou o retorno da questão à CTOS, para que apresente proposta metodológica e de execução do Projeto, no âmbito da revisão de programas e observando o rito previsto na Deliberação nº 465.

Figura 2.2-4: Indicador de Acesso ao PIM pelas famílias vulneráveis – janeiro/2021



Na 50ª Reunião Ordinária da CTOS ocorreram algumas discussões referentes ao processo indenizatório:

- Foi questionada a existência de categorias que segundo a Fundação Renova não possuem capacidade de comprovação dos danos ocorridos e, portanto, não têm política indenizatória. No contexto dessa discussão foi questionado o cumprimento da Deliberação nº 292 que notifica a Fundação Renova por descumprir a Deliberação nº 234 referente ao reconhecimento do cadastro e inclusão nos programas do TTAC dos artesãos, artesãs e associações de artesanato impactadas.
- A Fundação Renova informou que para a Pesca de Subsistência foram feitos alguns pagamentos e que devido à não aprovação da política pelo CIF foi dada a descontinuidade aos pagamentos.
- Foram questionadas as informações de descontos colocadas na planilha a respeito de dano material e dano moral e o representante da Fundação Renova informou que esses descontos são antecipações de indenização que foram feitas e que são descontadas no momento da indenização final.

- Representante dos atingidos relatou que alguns atingidos apresentaram toda documentação da pesca e ainda não receberam indenização, sem nenhum contato com a Fundação Renova até então. Uma vez mais o representante da Fundação Renova indicou que os casos individuais devem ser encaminhados para os canais de relacionamento/comunicação.

Cumprir destacar que, conforme informado pela Fundação Renova, na 49ª e 50ª CT-OS, bem como a partir da análise dos dados, a Fundação Renova está priorizando a execução da nova plataforma de indenizações instituída a partir das determinações da 12ª Vara Federal. Com relação à utilização da plataforma, vem sendo levantadas algumas dificuldades, tal como a ausência de um fluxo voltado àqueles que já solicitaram mas não foram efetivamente cadastrados, havendo como única via a ferramenta de contestação, o que atrasa o processo.

A Ramboll todavia ainda não teve seu acesso às bases de dados referentes à plataforma concedido, o que dificulta o monitoramento das indenizações que vêm ocorrendo via este novo sistema. A partir da consulta aos processos judiciais, tem-se o seguinte número de acordos homologados por município:

Município	Nº acordos	Município	Nº acordos
Baixo Guandu	2.364	Pedra Corrida (Periquito)	31
Naque	852	Cachoeira Escura (Belo Oriente)	162
São Mateus	260	Baguari (Governador Valares)	20
Itueta	224	Revés do Belém (Bom Jesus do Galho)	130
Linhares	398	Ipaba do Paraíso (Santana do Paraíso)	3
Aracruz	96	Colatina	58
Conceição da Barra	73	Total	4.671

Também foi destaque neste período a prolatação de sentença para o município de Rio Doce, nos mesmos moldes das anteriores, porém abrangendo também a categoria de faiscadores/garimpeiros artesanais. Além disso, a sentença estabeleceu uma maior flexibilização dos limites da linha média de enchentes ordinárias (LMEO) para o caso de dependência ocasional dos pescadores de subsistência que residem entre 2km e 5km da LMEO.

2.3 PG003: Programa de Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida de Povos Indígenas

O monitoramento realizado pela Ramboll segue a estrutura da Definição do Programa e está organizado em cinco eixos: (i) ações emergenciais; (ii) ações estruturantes; (iii) saúde indígena; (iv) qualidade ambiental; (v) gestão institucional e ações judicializadas. Os indicadores que tiveram atualizações no período são apresentados com gráficos. As demais informações significativas do período foram atualizadas com base nas informações do Relatório Quadrimestral PG03 – setembro, outubro, novembro e dezembro 2020; das reuniões da CT-IPCT, ordinária (20 e 21 de janeiro/2021) e de Grupos de Trabalho.

Ações Emergenciais

Figura 2.3-1: Pagamento de auxílio subsistência emergencial (ASE) por Terra Indígena atingida



TI Krenak: mantém o pagamento de apoio extra emergencial para as 137 famílias. O acordo Krenak também prevê o fornecimento de água para consumo humano e dessedentação animal e o fornecimento de alimentação para gado. No mês de dezembro/2020 foram distribuídos: 240 toneladas de silagem de milho para 100 famílias; 300 sacos de 25kg de sal mineral para bovinos para 100 famílias; 2.268 sacos de 40kg de para 108 famílias. Cumprindo a totalidade acordada.

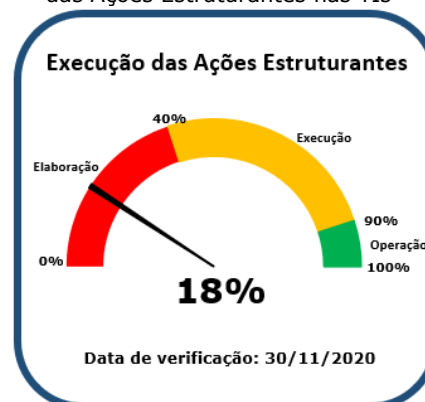
Territórios Tupiniquim Guarani: após várias reuniões de negociação entre os indígenas da TI Comboios e a Fundação Renova, a inclusão 82 famílias teve andamento, faltando apenas 9 famílias receberem o auxílio. Em 17/12/2020, foi firmado um novo TAC entre as partes, no qual a TI Comboios solicitou a inclusão de 26 novas famílias, totalizando 300 famílias a serem atendidas a partir de janeiro/21. Na TI Tupiniquim Guarani, em 15/12/2020, foi repactuado o Acordo referente ao ASE no qual os indígenas solicitaram a inclusão de 134 famílias, a partir de janeiro/21.

O Plano de Contingência de Cheias da TI Comboios ainda não foi finalizado pela Fundação Renova, que argumenta não conseguir marcar reunião com a Defesa Civil do município de Aracruz.

Ações Estruturantes

Segundo a Fundação Renova, existem 18 danos apresentados no ECI que são tratados como dissenso. No ofício FR.2020.2071, foi proposta à FUNAI a realização de um debate técnico para esse alinhamento a fim de decidir os danos apontados no ECI da TI Tupiniquim Guarani como dissensos e definir medidas para o PBA. A FUNAI, por meio do ofício 1/2021/CORAM/CGGAM/DPDS/FUNAI, de 06/01/2021, rejeitou o pedido da Fundação Renova, sinalizando que “*considera-se que a etapa de elaboração e validação do ECI já foi concluída e que as orientações preliminares para a elaboração do Plano de Trabalho para o detalhamento do PBA já foram providas pelo órgão indigenista, não havendo sob a ótica da Funai motivação suficiente para novos diálogos técnicos neste momento*”. Na 50ª reunião do CIF, em 03/02/2021, foi redigida a Deliberação nº 477/2021/CIF, na qual foi aprovado o ECI, devendo a Fundação Renova apresentar o Plano de Trabalho de elaboração do PBA-CI em até 30 dias.

Figura 2.3-2: Indicador de Execução das Ações Estruturantes nas TIs



A Fundação Renova até o presente momento não contratou a consultoria independente responsável para elaboração do Plano Básico Ambiental Tupiniquim Guarani. Os indígenas reivindicam que a consultoria Polifônicas, responsável pelo ECI, seja a contratada, garantindo assim continuidade aos trabalhos.

O Fundo de Apoio às Iniciativas Comunitárias (FAIC) buscará apoiar projetos individuais e coletivos nos territórios indígenas no Espírito Santo e antecederá o PBA, não o substituindo. As ações dos projetos estarão relacionadas aos impactos identificados no ECI, seguindo as áreas temáticas: Saúde, Proteção Social, Geração de renda, Cultura, Meio ambiente e Educação. Serão 24 projetos no total, sendo 12 individuais de até R\$10.000,00, e 12 comunitários de até R\$30.000,00 cada, resultando em 1 projeto individual e 1 coletivo por aldeia (TI Comboios e TI TG). Os projetos terão duração de até 6 meses. As inscrições dos projetos estão previstas para iniciar em fevereiro/2021.

Entre novembro e dezembro de 2020, a Fundação Renova realizou reuniões com lideranças da TI Comboios, MPF, FUNAI, CTIPCT e DPES, referentes à indenização. Foi acordado que a Fundação Renova apresentaria em 15/01/2021 uma proposta de indenização, considerando especificidades da comunidade indígena. A proposta encaminhada pela Fundação Renova contrariou o pedido realizado pelas lideranças indígenas, que solicitaram uma matriz de indenização atendendo a impactos ao lazer, cultura, tradicionalidade, biodiversidade, território, organização política, modos de vida, entre outros. A Fundação Renova, ao contrário, apresentou como proposta a matriz vinculada no Novo Sistema Indenizatório criado pela 12ª Vara da Justiça Federal, abarcando apenas danos relativos a renda e subsistência vinculados a pesca informal e ao artesanato. A Fundação Renova apresentou a última proposta, datada de 25/01/2021, abarcando danos materiais (lucro cessante, danos emergentes e perda de proteína) e dano moral, após negociações, na qual chega no montante de R\$169.307,15 para cada uma das 303 famílias da TI Comboios, tendo como condicionantes a quitação total dos pleitos indenizatórios relacionados à perda de renda (danos materiais e dano moral relativo à perda de renda) e de subsistência da Comunidade Indígena Comboios e o encerramento dos auxílios-subsistência a partir de acordos posteriores a 2021.

Em 01/12/2020 foi autorizado pela Funai a realização de serviços de campo na TI Comboios para elaboração do projeto do SAA, após impedimento causado pela pandemia de Covid-19. Entre dezembro e janeiro/2021 foi realizado parte dos estudos de geofísica na aldeia Córrego do Ouro.

Saúde Indígena

Não houve avanço no período nas questões de saúde. Os Programas de Proteção Social (PG05) e Saúde Física e Mental (PG14) em interface com o PG03 continuam em nível conceitual, com abrangência municipal e sem ações nos territórios indígenas.

Conforme determina a Deliberação nº 445/2020/CIF, na TI Comboios são fornecidos 5 litros da água mineral por pessoa/dia para 748 indígenas. Em dezembro foram entregues 2.179 galões de 20 litros.

Qualidade Ambiental

Territórios Tupiniquim Guarani – A Fundação Renova continua reforçando o argumento da inexistência do nexo de causalidade, se negando a elaborar um programa de monitoramento ambiental para as Terras Indígenas que anteceda o Plano Básico Ambiental (PBA-CI), contrariando a NT nº35/CT-IPCT/CIF/2020 e a Deliberação nº 445/CIF/2020.

Figura 2.3-3: Indicador de Apoio à Saúde Indígena

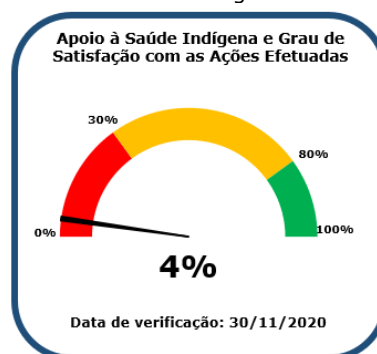
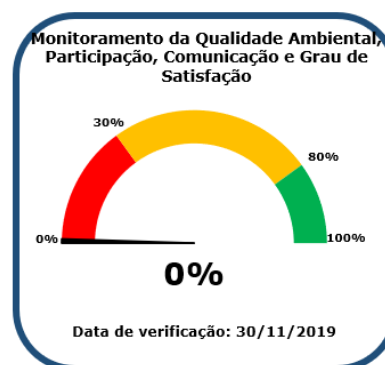
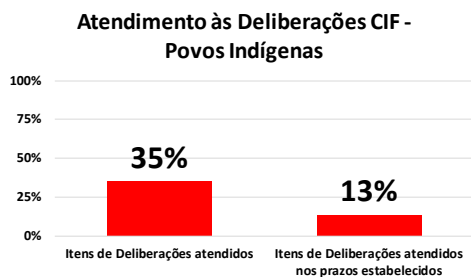


Figura 2.3-4: Indicador de Monitoramento da Qualidade Ambiental



Gestão Institucional e Ações Judicializadas

Figura 2.3-5:



Durante o período foi acrescentada a Deliberação nº 477/2021 que aprovou o ECI Tupiniquim Guarani.

Referente a questões institucionais, segue o impasse judicial para a atuação da Assessoria Técnica Krenak iPAZ. Enquanto a perita judicial Kearney questiona a integridade da AT, as lideranças indígenas e sua Assessoria solicitam a volta dos trabalhos iniciados em 2020.

2.4 PG004: Programa de Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida de Outros Povos e Comunidades Tradicionais

O monitoramento realizado pela Ramboll segue a estrutura da Definição do Programa e está organizado em cinco eixos: (1) ações emergenciais; (2) ações estruturantes; (3) saúde quilombola; (4) qualidade ambiental (5) gestão institucional e ações judicializadas.

Os indicadores que tiveram atualizações no período são apresentados com gráficos. As demais informações significativas do período foram atualizadas com base nas informações do Relatório Quadrimestral PG04 setembro, outubro, novembro e dezembro; das reuniões da CT-IPCT, ordinária (20 e 21/janeiro) e de Grupos de Trabalho.

Ações Emergenciais

Segundo o Relatório Quadrimestral da Fundação Renova, o pagamento de auxílios financeiros⁶ na CRQ Degredo foi cumprido na totalidade até o mês de dezembro/2020, atendendo 177 titulares e 278 dependentes. No entanto, segundo afirmação do representante da Comissão Quilombola na CT-IPCT, entre dezembro e janeiro/21, cerca de 90 quilombolas tiveram o valor do auxílio financeiro reduzido pela metade do valor original. O argumento empregado pela Fundação Renova é a determinação judicial de subsistência, no entanto, a comunidade por ser tradicional não se enquadra nesses termos.

A Fundação Renova mantém o fornecimento de auxílios financeiros apenas aos tradicionais autoidentificados na primeira lista de atingidos de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado⁷.

Ações Estruturantes

Após aplicação dos questionários da 1ª fase de consulta do PBAQ para os seis Programas, ocorreu a primeira plenária (04 e 05/11/2020), validando os programas com algumas ressalvas que foram sanadas na segunda plenária em 28/01/2021. Na 35ª RO CT-IPCT (20/01/2021) foi apresentado pela Fundação Renova que os seis programas terão início em março/2021. A 2ª fase de consulta teve início em janeiro/2021, devendo ir a plenário de aprovação em fevereiro. Devido aos questionamentos da Fundação Renova a respeito dos programas ambientais devido às discussões a respeito da qualidade ambiental no território, os programas de infraestrutura foram deslocados da 3ª para a 2ª fase, enquanto os ambientais foram para a 3ª fase. A 3ª Fase de consulta tem previsão de início em abril/2021. O quadro a seguir apresenta os programas do PBAQ e suas respectivas fases de validação.

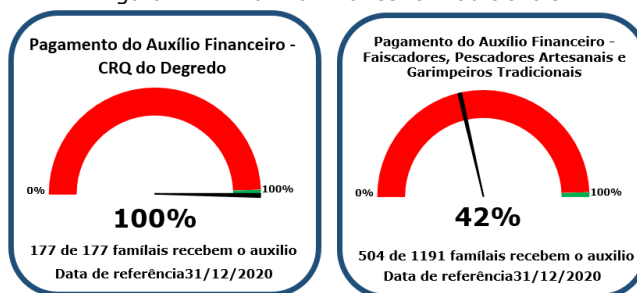
Quadro 2.4-1 – Programas e fases da consulta PBAQ

1ª Fase	2ª Fase	3ª Fase
PG01. Documentação de referências culturais; PG02. Incentivo às práticas culturais do Degredo; PG10. Publicação do livro de medicina do Degredo; PG17. Capacitação de lideranças quilombolas; PG18. Monitoramento e gestão das ações do PBAQ; PG19. Diálogo, participação e controle social.	PG03. Casa da tradição do Degredo; PG04. Quadra multiuso; PG08. Educação ambiental; PG11. Viveiro das plantas e ervas medicinais do Degredo; PG13. Retomada das atividades de agricultura familiar; PG20. Sede administrativa da ASPERQD	PG 5. Monitoramento ambiental; PG 6. Etnomonitoramento da ictiofauna do rio Ipiranga; PG 7. Monitoramento de qualidade da água dos poços do Degredo; PG 9. Práticas pedagógicas de educação popular; PG 12. Acompanhamento multidisciplinar das famílias do Degredo; PG 14. Beneficiamento e Comércio das Polpas e Subprodutos das Frutas; PG 15. Intensificação da atividade de apicultura no território; PG 16. Incentivo ao Turismo Ecológico-Cultural

⁶ Aporte financeiro repassado às famílias para a manutenção de suas vidas, com atenção à segurança econômica e alimentar diante da proibição da pesca, a principal atividade econômica da comunidade de Degredo. O pagamento é um salário mínimo mensal por titular, acrescido em 20% do valor de um salário mínimo por dependente e adicionado o valor de uma cesta básica cotada por estimativa apresentada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), conforme parâmetro para a capital Vitória (ES).

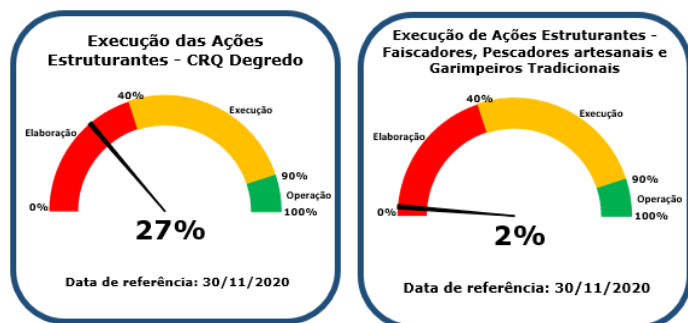
⁷ Nos relatórios da Fundação Renova, é apresentado que apenas 209 faiscadores (105 em Rio Doce e 104 em Santa Cruz do Escalvado) recebem o auxílio financeiro. O autorreconhecimento da primeira lista (2017) identificou 295 pescadores artesanais e 209 faiscadores, totalizando 504 atingidos. O pagamento dos auxílios para os faiscadores é oriundo do orçamento do PG04, já o dos pescadores artesanais provém do PG021 (AFE). Na segunda lista de atingidos tradicionais de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado (2018), foram autoidentificados 687 atingidos (74 faiscadores, 533 pescadores artesanais, 59 pescadores com carteirinha amadora, 14 pessoas que perderam o emprego e 7 comerciantes) totalizando 1191 atingidos tradicionais na região de Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e Xopotó.

Figura 2.4-1 Auxílio Financeiro Tradicionais



O Projeto Básico do SAA da CRQ Degredo foi entregue por meio do ofício FR.2021.0178, em 02/02/2020. Neste ofício a Fundação Renova aponta que a decisão judicial⁸ reconheceu a ausência de nexo de causalidade entre a qualidade da água do território e o desastre, concluindo pela não obrigação de

Figura 2.4-2: Execução das Ações Estruturantes – CRQ Degredo, Faiscadores e outros PCT



reparar esse dano. No entanto, tal decisão é antiga e já foi pauta de discussão pelos membros da CT-IPCT, que questionaram a decisão e apresentaram estudos que comprovam a impossibilidade de comprovação da inexistência de nexo de causalidade no território. Nesse sentido, a Fundação Renova afirma que não executará as obras e que o projeto básico seja considerado com medida compensatória.

No dia 02/12/2020 foi entregue à Fundação Renova o Estudo de Mapeamento de Faiscadores de Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e Chopotó, elaborado pela equipe de pesquisadores vinculados à Fundação Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep). A Fundação Renova se negou a compartilhar o estudo com os membros do CIF, pois argumenta estar realizando um *peer review*, prevendo entregá-lo em março/2021.

Saúde Quilombola

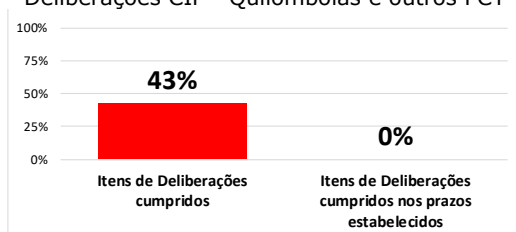
O fornecimento de água mineral para as famílias de Degredo compõe o escopo de ações para a saúde e permanece sendo a única atividade realizada referente a este tema. São distribuídos 15 litros de água, pessoa/dia, para 185 famílias quilombolas (665 dependentes) conforme Deliberação nº 355. O fornecimento de água mineral acontece 3 vezes por semana, em 3 rotas de abastecimento. O abastecimento é uma medida compensatória.

Qualidade Ambiental

A Nota Técnica que analisa os “Estudos Ambientais Complementares” da CRQ Degredo foi retirada de pauta da reunião do CIF de novembro/2020 devido à decisão da CT-IPCT de apresentá-la em uma reunião intercâmaras. A reunião intercâmaras ocorreu em 26/11/2020, onde as sugestões realizadas pelas outras câmaras técnicas foram incorporadas. A NT está finalizada e será apresentada na próxima reunião do CIF.

Gestão Institucional e Ações Judicializadas

Figura 2.4-5: Atendimento aos Itens das Deliberações CIF - Quilombolas e outros PCT



Não houve alteração deste indicador durante o período, não tendo sido emitidas novas deliberações.

Figura 2.4-3: Indicador de Apoio à Saúde Quilombola

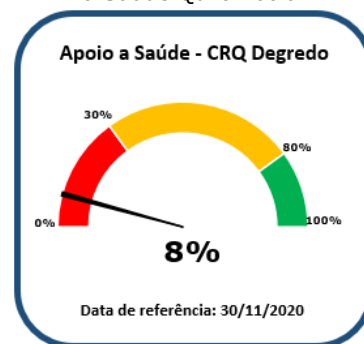
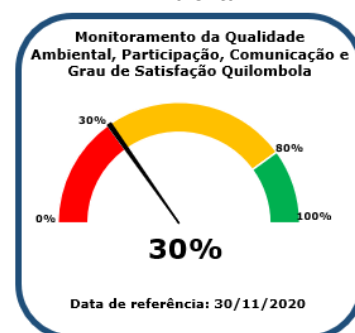


Figura 2.4-4: Indicador de Monitoramento da Qualidade Ambiental



⁸ Processo nº 1013576-94.2018.4.01.3800.

2.5 PG005: Programa de Proteção Social

Em resposta a última versão de escopo do Programa de Proteção Social (PPS), elaborada pela Fundação Renova em maio de 2020, a Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial (CT-OS) apresentou a Nota Técnica nº 46/2020 que avaliou a última versão de escopo do Programa de Proteção Social (PPS) durante a 49ª Reunião Ordinária do CIF, no dia 02 de dezembro de 2020.

A referida NT nº 46/2020 considerou que não houve avanços entre a quinta e a sexta versão, configurando retrocesso em alguns pontos, e em razão disso a sexta versão foi considerada reprovada sendo proposto à Fundação Renova a supressão da sexta versão do escopo do Programa de Proteção Social de forma a resgatar o conteúdo da quinta versão como base e, atender às onze recomendações indicadas na Nota Técnica nº44/2020, acrescidas das recomendações apontadas na NT nº 46/2020 para a aprovação total do escopo.

Em virtude da apresentação da Nota Técnica nº 46/2020 na referida Reunião Ordinária do CIF, em 02 de dezembro de 2020, novos encaminhamentos foram propostos para a aprovação da versão final do PPS, sendo emitida a Deliberação CIF nº 465 que estabelece o fluxo de informações que deverá ser realizado para finalização da revisão do programa. A CT-OS e a Fundação Renova deverão realizar reuniões de alinhamento para os pontos de consenso e dissenso, e por fim apresentar ao CIF nova proposta completa do Programa com escopo, meta e indicadores, para aprovação.

Posteriormente à reunião do CIF, houve a 49ª Reunião Ordinária da CT-OS, em 11 de dezembro de 2020, onde foi comunicada a deliberação com a solicitação de novo fluxo de trabalho, desta forma ficou acordado o envio de ofício por parte da CT-OS à Fundação Renova solicitando uma manifestação a respeito da NT nº46/2020 para posterior análise e discussão técnica, estabelecendo um prazo de 30 dias para que a Fundação Renova se manifestasse. Nesta mesma reunião, a Fundação Renova apresentou a nova estratégia formulada referente aos municípios não aderentes dos Planos Municipais. A CT-OS irá analisar a nova proposta.

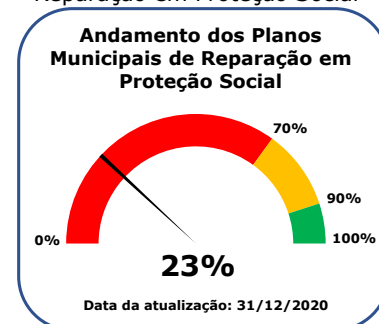
Entretanto, na 50ª Reunião Ordinária da CT-OS, ocorrida em 15 de janeiro de 2021, a Fundação Renova solicitou expansão do prazo de análise da NT nº 46/2020 alegando o descumprimento devido ao recesso de final de ano. Ficou estabelecido que a devolutiva sobre ofício relativo à NT46 referente ao escopo do PPS seria até dia 18/02/21 e na 51ª RO a CT-OS definirá a data da reunião conjunta para explicitação dos consensos e dissensos referentes ao escopo do PPS. A CT-OS também informou que iniciou a análise da proposta alternativa dos Planos Municipais, porém dará seguimento a esta análise de forma criteriosa e deverá apresentar as sugestões na 51ª RO.

Planos Municipais de Reparação em Proteção Social

Os Planos Municipais de Reparação em Proteção Social e os Termos de Cooperação Técnica e Financeira são o resultado da operacionalização do PPS. Por esse motivo, o Programa de Proteção Social e os Planos Municipais precisam caminhar para a reparação dos impactos psicossociais causados ou agravados pelo rompimento da barragem.

Embora a Fundação Renova já tenha elaborado os 41 Planos Municipais em fases diversas de validação (excluindo as localidades de São Mateus, Conceição da Barra, Fundão e Serra, em desatendimento à Deliberação CIF nº 58), até o presente momento apenas 12 municípios tem Planos Municipais aprovados e em execução, sendo 11 em Minas Gerais (Barra Longa, Bom Jesus do Galho, Caratinga, Conselheiro Pena, Ipaba, Itueta, Mariana, Naque, Periquito, Santa Cruz do Escalvado e Santana do Paraíso) e 1 no Espírito Santo (Linhares). O que resulta que ainda há 13 municípios atingidos– que segundo a política da Fundação Renova têm suplementação de recursos humanos aos equipamentos locais de Proteção Social, repasse financeiro, locação de veículo, entre outras – que não apresentaram uma resposta ou não aderiram ao plano de reparação. Sendo 9 de Minas Gerais (Aimorés, Belo Oriente, Galileia, Governador Valadares, Ipatinga, Resplendor, Rio Doce, São José do Goiabal e Tumiritinga) e 4 do Espírito Santo (Aracruz, Baixo Guandu, Colatina e Sooretama). E, ainda, há 16 municípios sem suplementação de

Figura 2.5-1: Planos Municipais de Reparação em Proteção Social



recursos humanos aos equipamentos locais de Proteção Social, que estão aguardando o desenvolvimento das capacitações das equipes já existentes na região.

Quando questionada sobre o não início das atividades do Plano de Reparação em Proteção Social nos 13 municípios supracitados, a Fundação Renova informou que as justificativas versavam por três grandes questões: (i) Ausência de posicionamento oficial dos municípios em estabelecer a parceria com a Fundação Renova; (ii) A impossibilidade do município em firmar parceria que envolva contratação de recursos humanos, devido à Lei de Responsabilidade Fiscal; (iii) A não adesão ao Termo de Parceria com a Fundação Renova. Esse fato em si, provoca maior preocupação, tanto porque após mais de 5 anos do rompimento da barragem de Fundão, ainda se tenha que se discutir sobre como se dará o atendimento social aos atingidos pelo desastre, como também pelos impactos do isolamento social decorrente da pandemia da Covid-19.

Diante desta problemática, a Fundação Renova apresentou na 49ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Organização Social e Auxílio Emergencial como solução para os casos dos municípios que não aderiram à proposta de Plano de Reparação em Proteção Social da Fundação Renova, o lançamento de um edital de chamamento público para fomentar instituições da rede de proteção social ou de entidades em assistência social, criando condições para o aumento (proporcional à quantidade de famílias) da capacidade de atendimento a famílias vulneráveis atingidas nos municípios elegíveis não aderentes ou sem posicionamento em Proteção Social.

Neste sentido, uma pergunta precisa estar em evidência: quais os motivos que levaram os municípios a recusarem ou não responderem à proposta de Plano Municipal elaborado pela Fundação Renova considerando que reparar significa propiciar condições para o reestabelecimento do bem-estar de indivíduos, famílias ou comunidades em face à mudança do ambiente?

Segundo informações coletadas pela CT-OS, os principais apontamentos dos municípios se referem à impossibilidade de recebimento de recursos devido a Lei de Responsabilidade Fiscal Municipal corroborando o argumento da Fundação Renova; o reconhecimento por parte dos municípios de que os planos não dialogam com as questões que estão enfrentando, não contam com a participação da população e a não foram incorporadas as necessidades locais.

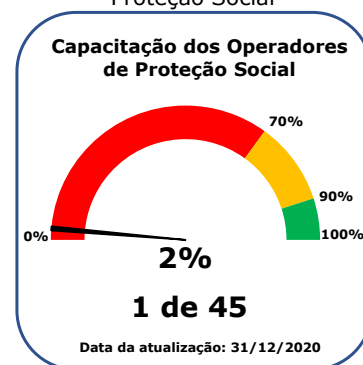
O Município de Baixo Guandu (ES), mediante a apresentação do Plano Municipal elaborado pela Fundação Renova, apresenta uma contra proposta que diverge em 90% dos itens apresentados como reparação para o município. O Município de Belo Oriente solicita renegociação do Plano; Resplendor não aceita a proposta da Fundação Renova, e solicita outra proposta para o processo de reparação no seu território; e Rio Doce solicita alteração no Plano de Trabalho e Termo de Cooperação.

Um ponto importante trazido por alguns municípios é que as propostas dos Planos Municipais acontecem de maneira verticalizada sem a participação efetiva das SUAS⁹ e da população atingida. Desta maneira, a formulação e execução precisam ser decididas com a participação direta dos servidores e dos atingidos pelo rompimento, e isso pode acontecer por meio de inúmeros canais, alguns já criados ou ampliados para consolidar a democracia participativa e a reparação integral. A participação popular e dos equipamentos contribui para aumentar tanto a eficácia e abrangência das ações, como a capacidade de formulação dos movimentos auto organizados.

Capacitação dos Operadores de Proteção Social dos municípios atingidos

Devido ao cenário de pandemia de Covid-19, todas as ações referentes às oficinas de capacitação encontram-se paralisadas, sem previsão de retorno das atividades presenciais, segundo informação da Fundação Renova à Ramboll. Portanto, este indicador permanece inalterado e insatisfatório de 2% da execução dessas capacitações. Conforme apontado nos Relatórios de Monitoramento Mensais (RMM), estas capacitações estavam previstas para ter início em maio de 2020 e término até novembro de 2020.

Figura 2.5-2: Capacitação em Proteção Social



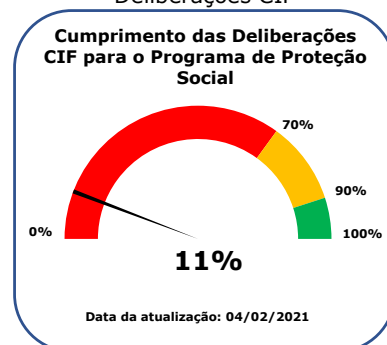
⁹ SUAS – Sistema Único de Assistência Social

Vale ressaltar que a continuidade dos módulos de capacitação dos operadores da Proteção Social, descrito no Relatório de Monitoramento Mensal (RMM) emitido pela Fundação Renova, para os municípios de Minas Gerais e Espírito Santo que têm Planos Municipais validados, além dos 16 municípios que contam apenas com a capacitação, depende da contratação de empresa que fará as capacitações, sendo que ainda não há uma empresa definida ou um plano de capacitações remotas.

Cumprimento das Deliberações CIF para o Programa de Proteção Social

No período de dezembro/2020 a janeiro/2021 houve a emissão da Deliberação nº 465/2020, em 04 de dezembro de 2020, referente a proposição de novo fluxo para a finalização das revisões do programa. Contudo não houve nenhuma alteração no que se refere ao cumprimento das Deliberações CIF diretamente relacionadas ao escopo do Programa de Proteção Social (PG05), permanecendo com o resultado insatisfatório de 11%.

Figura 2.5-3: Cumprimento das Deliberações CIF



2.6 PG006: Programa de Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social

Pilar Participação e Diálogo Social

Em dezembro de 2020, foi protocolado no CIF o documento revisado de definições do PG06, que encontra-se sob análise da Câmara Técnica de Participação, Diálogo e Controle Social. Numa leitura preliminar, já foram observadas supressões de parágrafos que reconheciam as limitações dos processos de participação, que tratavam da necessidade de aprimoramento da integração dos programas definidos no TTAC, bem como na estruturação de processos de participação e controle social. Em relação aos novos indicadores do PG06, pactuados com a Câmara Técnica, conforme Nota Técnica nº 24/2020, há expectativa de que a primeira onda de mensuração ocorra no primeiro trimestre de 2021.

Devido à suspensão das atividades presenciais, em função da pandemia, as reuniões com as comunidades seguem ocorrendo de forma virtual, tendo sido verificado uma redução nos últimos meses: novembro, 36; dezembro, 30 e janeiro, 22. Segundo relatório anual da Fundação Renova (2020) a média de participação em cada reunião é de 17 pessoas.

Pilar Comunicação

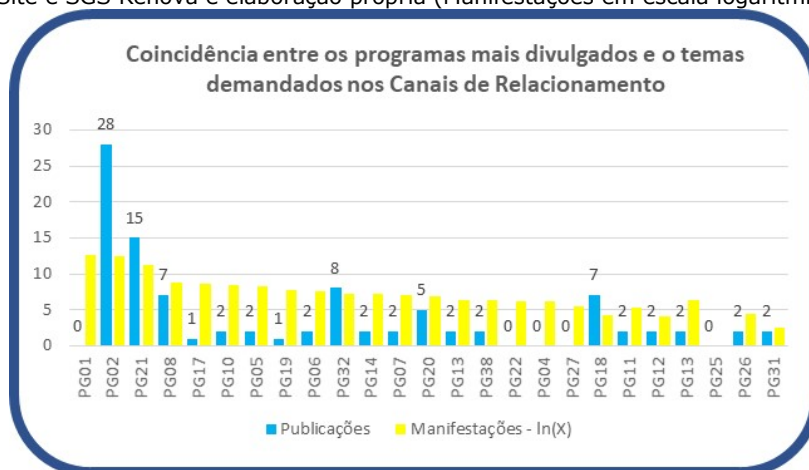
No primeiro mês de 2021, verificou-se a continuidade da divulgação pelos meios virtuais de comunicação. Majoritariamente, os relatos da área de comunicação da Fundação Renova enaltecem a produção de pílulas de WhatsApp e apoio operacional aos programas do TTAC, por meio da elaboração de peças de divulgação e eventos. Os conteúdos em áudio para inserção em emissoras de rádio, disponíveis na página de internet, são do mês de dezembro/2020.¹⁰

Em janeiro de 2021, os temas mais divulgados pela Fundação Renova foram os relacionados aos Programas¹¹ 02, 21, 32, 17 e 18. Ao passo que os temas mais demandados, conforme registro das manifestações em canais de relacionamentos foram os temas relacionados aos PGs 01, 02, 21 e 08. O programa mais demandado – PG01 – não apresentou nenhuma publicação, por outro lado, diferentemente dos meses anteriores, os outros dois programas mais referidos nas manifestações – PGs 02 e 21 - apresentaram o maior número de publicações nos canais de comunicação da Fundação Renova, o que está relacionado à implementação da nova plataforma de indenizações, a partir de decisão da 12ª Vara Federal. A Figura 2.6-1 exibe a coincidência entre os programas mais divulgados pela Fundação Renova em seus canais de comunicação (site, jornais para comunidades, rádio, entre outros) e os temas demandados nos Canais de Relacionamento.

¹⁰ Disponível em <https://www.fundacaorenova.org/radio-renova/>. Acesso em 08/02/2021.

¹¹ PG01 (Programa de Levantamento e Cadastro de Impactados), PG02 (Programa de Indenização Mediada), PG08 (Programa de Reconstrução, Recuperação e Realocação de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira), PG17 (Programa de Retomada das Atividades Agropecuárias), PG18 (Programa de Desenvolvimento e Diversificação Econômica), PG21 (Programa de Auxílio Financeiro Emergencial), PG32 (Programa de Melhoria dos Sistema de Abastecimento de Água).

Figura 2.6-1- Coincidência entre programas mais divulgados e temas demandados nos Canais de Relacionamento.
Fonte: Site e SGS Renova e elaboração própria (Manifestações em escala logarítmica – $\ln(x)$)



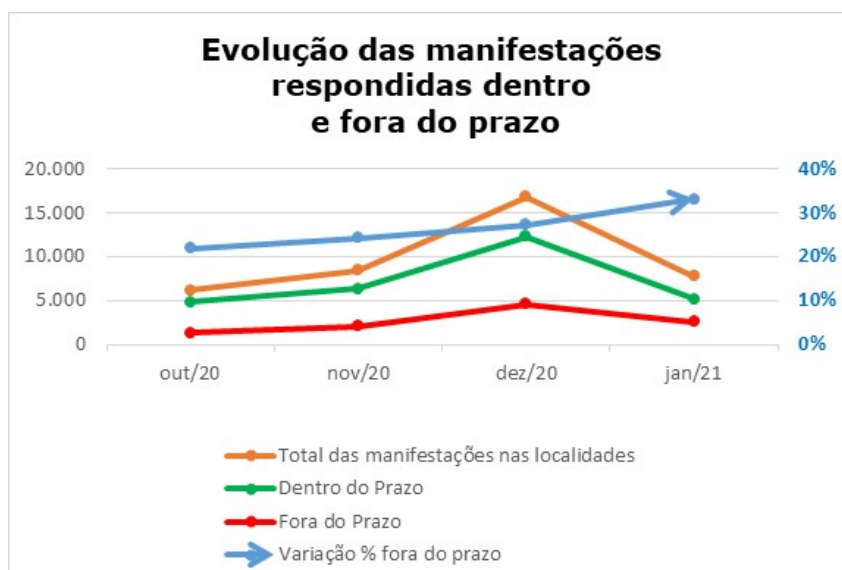
Pilar Canais de Relacionamento

No mês de dezembro/20 foi registrado¹² um total de 19.882 manifestações, das quais 16.833 são oriundas das localidades atingidas. Houve um aumento muito expressivo na quantidade de manifestações quando comparado ao mês de novembro/20, o qual também foi recordista ao registrar 10.385 manifestações, sendo 8.417 nas localidades atingidas. Além de ser o maior número total registrado em 2020, representou o dobro do valor médio de manifestações registradas por mês durante o ano (média de 8.503 manifestações por mês, sendo 7.471 nas localidades).

Em janeiro/21 houve uma redução expressiva: foram registradas 8.698 manifestações, das quais 7.779 são oriundas das localidades atingidas. Tais valores se aproximam da média registrada por mês ao longo de 2020.

Os Canais de Relacionamento da Fundação Renova acumulam, desde o início da sua operação, 773.336 manifestações totais. O passivo acumulado de manifestações em tratamento e/ou aguardando conclusão em janeiro/21 foi de 72.749, maior do que em dezembro/20, que finalizou com 68.551¹³. O percentual de manifestações respondidas fora do prazo de finalização no mês foi de 27% em dezembro e 33% em janeiro.

Figura 2.6-2 - Evolução das manifestações respondidas dentro e fora do prazo.
Fonte: Elaboração própria

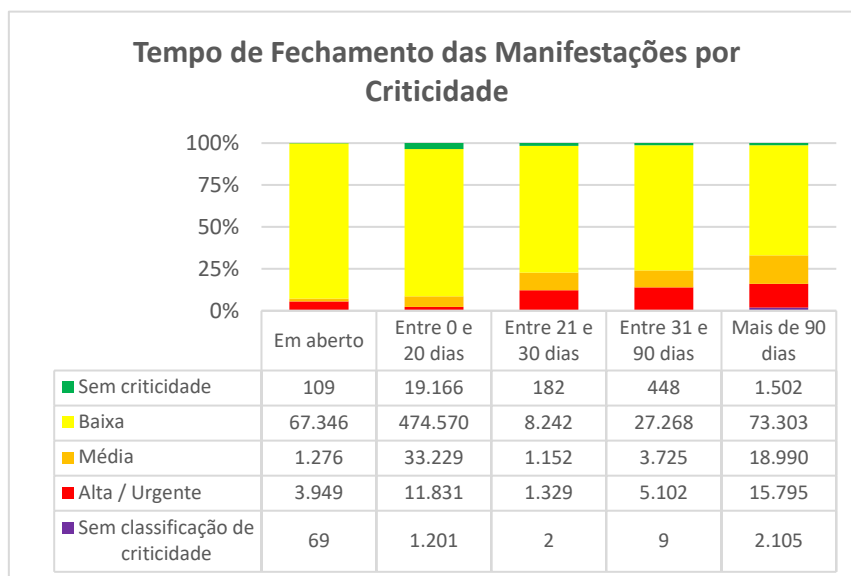


¹² Base de dados recebida em 02/02/21 e filtragem realizada para 01/12/20 a 31/12/20.

¹³ Há meses nos quais há uma pequena margem de diferença de fechamento dos dados totais de variação devido ao momento em que o sistema extrai o filtro e gera a planilha de consulta. O total mensal é retificado mais adiante com a entrada definitiva de todas manifestações de cada dia no saldo acumulado. Essa margem de erro no mês, quando ocorre, não ultrapassa 2% do total de registros mensais e não chega a 0,05% do total de dados acumulados.

Das manifestações em aberto, no acumulado, 5% são classificadas como sendo de Alta/Urgente criticidade.

Figura 2.6-3 – Tempo de fechamento das manifestações por criticidade - Canais de Relacionamento. Fonte: Elaboração própria



Pilar Ouvidoria

Conforme dados fornecidos pela Fundação Renova, até o mês de dezembro/20 acumularam-se 13.050 manifestações na Ouvidoria da Fundação Renova, sendo 11.188 segregadas como “comunidade” e 1.862 como “corporativo”. A diferença no quantitativo de manifestações da segregação “comunidade” entre os meses de outubro e novembro é de 87 demandas.

Da segregação “comunidade”, 10.702 demandas estão finalizadas e 486 (4%) estão em aberto. Destaca-se a redução das manifestações em aberto, considerando que no mês de dezembro havia 9.549 demandas finalizadas e 1.552 (16%) em aberto.

No total, 11% das manifestações são finalizadas dentro do prazo (redução de 2% em relação ao mês anterior), conforme exibido na Figura 2.6-4.

Figura 2.6-4 - Manifestações finalizadas por território - Ouvidoria. Fonte: Elaboração própria.



Dando continuidade às tratativas entre os *experts* do MPF e a Fundação Renova para promoção de melhorias na Ouvidoria, foram realizadas duas reuniões nos meses de janeiro e fevereiro/2021. Na primeira delas, ocorrida em 26/01, a Ouvidoria relatou as ações realizadas no final do ano de 2020 -- tais como os esforços para redução do backlog --, e avaliou a necessidade de aprimorar as classificações de criticidade -- item que terá prioridade já no início do ano de 2021 --, bem como de melhorar os prazos de resposta. Além disso, apresentou enquanto temas de priorização: (i) indenizações -- considerando ser um tema historicamente muito demandado e com destaque no momento em função da implementação do fluxo ágil, (ii) reassentamentos -- item em evidente atraso e que apresenta aumento de manifestações após reuniões realizadas junto às comissões de atingidos, formato de escuta propositiva que deve ser ampliado, e (iii) o tema de cadastro -- de maior demanda e que permeia todas as ações da Fundação Renova.

Na segunda reunião, ocorrida em 02/02, a equipe da Ouvidoria explicou, quanto à redução de *backlog* em dezembro, que foi possível a partir de: (i) seleção das manifestações correlatas ao novo sistema indenizatório e encaminhamento de respostas aos municípios abrangidos pelas decisões da 12ª Vara Federal; (ii) encaminhamento de respostas às manifestações que aguardavam definição de política; (iii) estabelecimento de fluxo específico para as contestações relativas a negativas de AFE realizadas pelos atingidos de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, dentre outros. Foi relatado que este foi um trabalho que partiu da Ouvidoria, com baixa cooperação dos programas como cadastro, PIM e AFE -- que acumulam os temas de maior gargalo. Por outro lado, ao longo do ano, alguns programas de áreas tais como saúde, proteção social, economia e inovação e de direitos humanos foram parceiros na resolução de demandas. Durante a reunião, foram atualizadas as metas e prazos para cada uma das recomendações mantidas para o ano de 2021. Dentre elas, destaca-se:

- Item de maior priorização: elaboração de nova matriz de criticidade. Para isso, será realizado um estudo dos casos críticos e que envolvem população vulnerável até 19/03. Após, foi definido o prazo de 31/08 para elaboração da matriz, com abertura para comentários e aprimoramento até 30/09, e aplicação da matriz a partir de 31/10.
- Aprimoramento do tempo de resposta: foi apresentada como proposta a meta de finalização de 90% das manifestações registradas até de 31/12/2020 e finalização de 80% das manifestações registradas no ano de 2021 dentro do prazo de 60 dias corridos. Visando maior aprimoramento da meta, a Ouvidoria irá avaliar os casos que permitem o cumprimento nos prazos de 30 e de 60 dias, e deverá apresentar proposta para meta de finalização em 30 dias até o dia 28/02.
- Apresentação da nova estrutura da Ouvidoria para o Conselho Curador: a proposta abrange a incorporação de 5 pessoas, a serem contratadas tão logo seja possível retornar as visitas aos territórios.

Está prevista a realização de nova reunião no dia 02/03 para tratar do plano de comunicação da Ouvidoria e do plano de escuta qualificada no território.

Pontos de Atenção:

A Ouvidoria irá realizar novo treinamento de direitos humanos com a equipe da ICTS em março/2021, o qual poderá ser acompanhado pelos Experts. O aumento de demandas quanto ao chamado processo ágil da nova plataforma de indenização não tem conseguido dar fluxo de resposta ágil aos solicitantes da plataforma uma vez que ela ainda não reflete detalhes da última decisão da 12ª Vara Federal, como por exemplo, os moradores de localidades pequenas não podem ficar restritos a testemunhar apenas para dois solicitantes, entre outras reclamações do território.

2.7 PG007: Programa de Assistência aos Animais

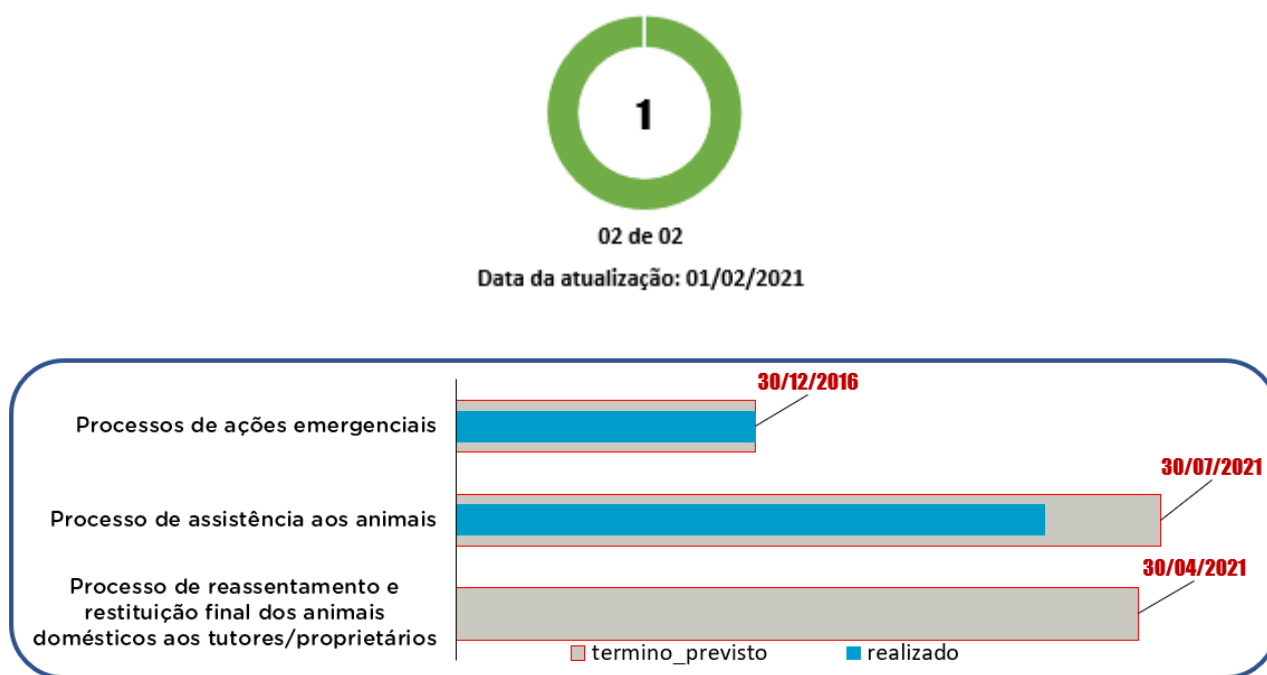
O Programa de Assistência aos Animais teve parte de suas atividades alterada devido às recomendações de distanciamento social e prevenção à disseminação de casos de contaminação pelo novo coronavírus (Covid-19). Visitas regulares e atividades externas foram suspensas, e a escala de trabalho dos colaboradores de campo foi adequada, em formato de quatro subequipes (duas por CATA), que trabalham em dias distintos.

No mês de dezembro de 2020, a Fundação Renova encerrou a Campanha Virtual de Adoção de Animais (2020), a qual totalizou 13 animais adotados, sendo 12 cães e 1 gato. Oito animais permanecem disponíveis para adoção. Como determina o programa, estes animais serão acompanhados por 180 dias. Ainda, confeccionou e distribuiu Cartilhas de Guarda Responsável para estes novos tutores, nas situações de atendimento externo ou de acompanhamento pós-adoção.

O programa está atendendo aos prazos estabelecidos para execução das atividades e entrega dos produtos, não havendo atrasos até o presente momento. Em uma escala de 0 a 1, até janeiro de 2021, a Ramboll verificou que o índice de atendimento aos prazos do programa pela Fundação Renova é 1 (Figura 2.7-1).

Apenas o processo de restituição final dos animais segue adiado, em relação a previsão inicial, em virtude do atraso nas obras dos reassentamentos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo.

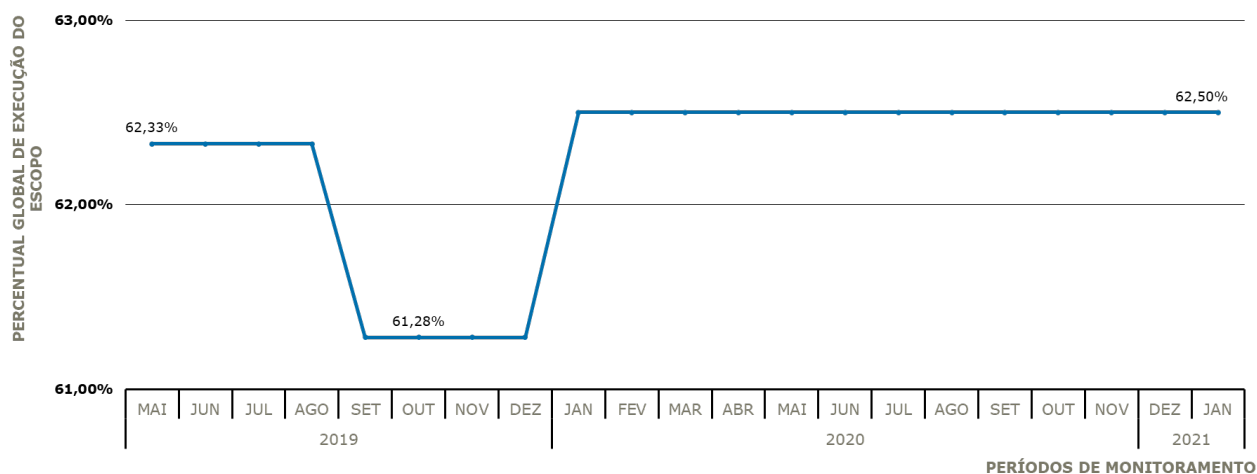
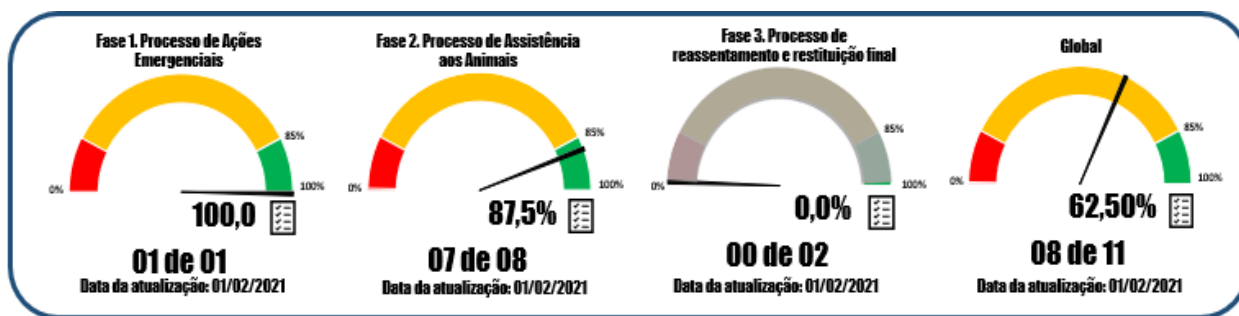
Figura 2.7-1: Atendimento aos prazos do Programa de Assistência aos Animais



Em relação ao escopo, o programa atendeu, até o momento, 62,50% das ações estabelecidas (Figura 2.7-2), tendo o seguinte status:

- Fase 1. Processo de ações emergenciais: concluído.
- Fase 2. Processo de assistência aos animais: em andamento, com uma ação não iniciada e com percentual médio de bem-estar animal de 92,6%, ante a meta estabelecida de 80%.
- Fase 3. Processo de reassentamento e restituição final: não iniciado.

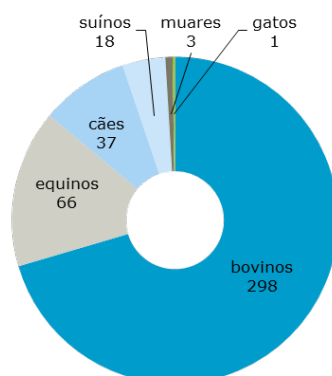
Figura 2.7-2: Atendimento ao escopo do Programa de Assistência aos Animais



A pequena variação temporal dos resultados deve-se à oscilação nos valores dos parâmetros do monitoramento de bem-estar animal, registrados no Protocolo de Perícia em Bem-Estar Animal (PPBEA), e à não conclusão do diagnóstico de situação do serviço veterinário local.

Atualmente há 423 animais sob guarda temporária da Fundação Renova, divididos entre as espécies, conforme Figura 2.7-3.

Figura 2.7-3: Número de animais sobre guarda temporária da Fundação Renova

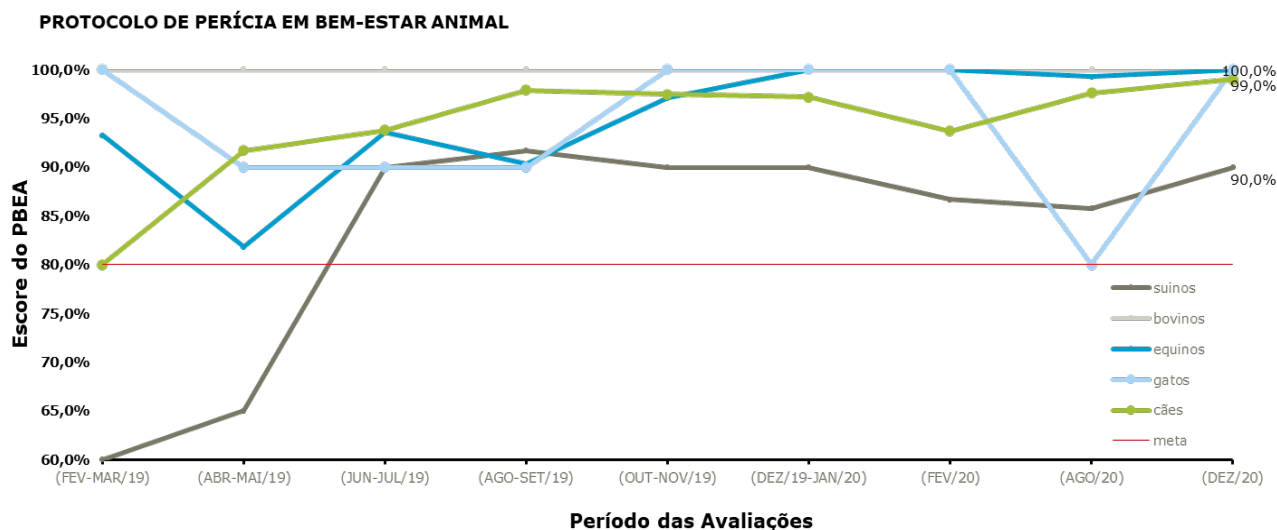


Em relação ao histórico de destinação dos 1099 animais contemplados pelo programa, até janeiro de 2021, além dos 423 indivíduos supracitados, ainda mantidos sob guarda temporária, já foram realizadas 328 restituições e 155 adoções, além de registrados 151 óbitos, 30 animais com informações deficientes e 12 extravios.

Continuam sendo realizadas campanhas de aplicação do PPBEA, o que propicia o monitoramento das condições de nutrição, saúde, conforto e comportamento, bem como a consequente implantação de melhorias no manejo. Neste mês de outubro de 2020 reiniciou-se o protocolo de monitoramento, o qual foi finalizado em novembro de 2020, e teve seu resultado reportado em dezembro de 2020.

O gráfico a seguir mostra a evolução do monitoramento de bem-estar animal, apresentando os seguintes percentuais em relação à meta (80%).

Figura 2.7-4: Evolução do Monitoramento do Bem-Estar Animal



Entre os animais avaliados, existem casos com escores de condição corporal (ECC) acima do desejado, ou seja, animais acima do peso. Para essas avaliações, o quesito de condições nutricionais é, então, classificado como regular. Como contramedida, prossegue o fornecimento de alimentação orientada, com objetivo de melhorar o ECC, bem como o monitoramento dos casos identificados. De todas as formas, todas as espécies encontram-se com seu índice de bem-estar acima da meta estabelecida.

A realização de atividades básicas de manejo de animais nos CATAs não foi alterada. Animais seguem saudáveis, desverminados e instalados em recintos adequados e recebendo bons cuidados, porém permanece a baixa visitação dos proprietários aos animais sob guarda temporária. O vínculo afetivo entre animais e proprietários, especialmente para os cães, é significativamente perdido neste processo de guarda temporária e o difícil reestabelecimento da relação de cuidado e pertencimento depois de tanto tempo de separação torna a restituição final um desafio, em que pese a implantação do sistema de visitas periódicas.

2.8 PG008: Programa de Reconstrução, Recuperação e Realocação de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira

Após transcorridos 5 anos e três meses do desastre, apenas 2,6% das famílias foram reassentadas pela Fundação Renova, isto é, dos 554 atendimentos de reassentamento reconhecidos pela Fundação Renova apenas 13 foram concluídos (reporte do PG08 realizado pela Fundação Renova na 49ª Reunião Ordinária da CT-Infra, do dia 27/01/2021), dos quais 4 se referem a imóveis do reassentamento familiar, 8 casas reconstruídas na zona rural de Mariana e Barra Longa e 1 pagamento de indenização em pecúnia realizado.

A menos de 15 dias do encerramento do prazo de conclusão do reassentamento de Bento Rodrigues, definido judicialmente para 27 de fevereiro de 2021, verifica-se que apenas 5 casas e o posto de saúde/serviços foram concluídos. Outras 5 casas estão sendo executadas, além da escola municipal. O que se constata é que esse prazo deve ser adiado, no mínimo, por mais 2 anos, uma vez que, conforme planejamento da Fundação Renova, das 215 edificações a serem executadas, a previsão é que até janeiro/2022, o total de 79 casas estejam finalizadas.

Com relação aos 8 lotes situados sobre áreas de talvegues em Bento Rodrigues, foi verificado que apenas os 5 localizados no "talvegue principal" foram cancelados e as famílias realocadas para outras áreas. A Fundação Renova, apesar de indicar a existência do "talvegue secundário" como um dos elementos de drenagem já executados, não reconhece a necessidade de realocação dos lotes situados sobre esse talvegue. Na 49ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Infraestrutura, no dia 27/01/2021, foi solicitado que a Fundação Renova apresente os projetos para estas áreas.

Já no reassentamento de Paracatu de Baixo, nenhuma casa está em execução e a previsão é que as obras sejam retomadas neste ano. As atividades estão concentradas nas obras de infraestrutura (drenagem, redes de água e esgoto, contenções e terraplanagem).

O reassentamento coletivo de Bento Rodrigues, embora esteja em um estágio mais avançado de obra, apresenta um considerável índice de insatisfações das famílias. Tais insatisfações, mapeadas pela Fundação Renova, foram categorizadas pela Ramboll como: divergência de área;; outros motivos;; insatisfação com o lote ou projeto; e novos núcleos, cedidos, inquilinos e herdeiros. A categoria "outros motivos" se refere às famílias que (i) aguardam a definição dos parâmetros de compensação; (ii) solicitaram alteração da modalidade de atendimento (ainda não formalizado) ou (iii) pleiteiam novo atendimento devido à edificação em construção no lote originalmente atingido (que não teve atendimento reconhecido pela Fundação Renova). A situação da insatisfação das famílias do reassentamento coletivo de Paracatu de Baixo é semelhante e começou a ser monitorada em setembro/2020, mês em que o índice chegou a 25% de insatisfação. Esses dados serão atualizados no mês de fevereiro de 2021.

Figura 2.8-1: Total de Famílias Reassentadas

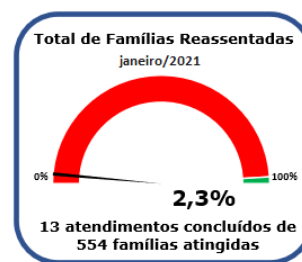
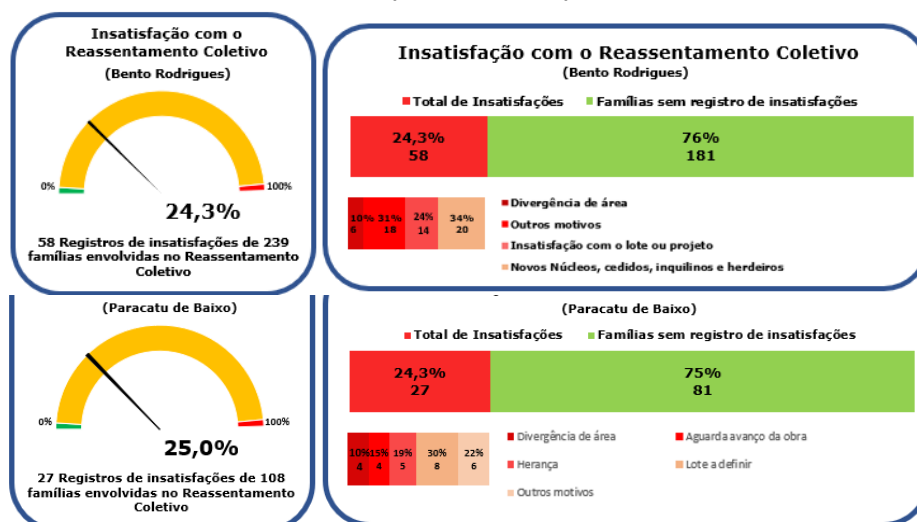


Figura 2.8-2: Insatisfação com o Reassentamento Coletivo de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo (setembro/2020).

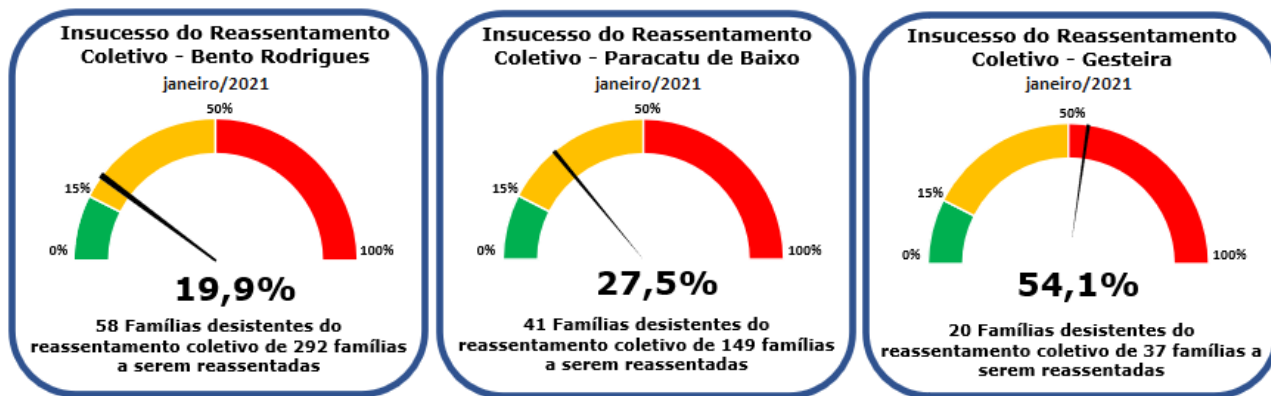


O reassentamento de Gesteira, por sua vez, ainda não tem data de início/término definida e está sendo tratado no âmbito do Eixo Prioritário nº 3, em processo que tramita na 12ª Vara Federal Cível e Agrária da SJMG. O Plano Popular do Reassentamento Coletivo de Gesteira, revisado pela Fundação Renova, foi protocolado judicialmente em 20/05/2020 e desde então o juiz não se manifestou a respeito desse tema. Por outro lado, o mesmo juiz tem se dedicado à homologação de vários termos de acordo para viabilizar o atendimento das famílias atingidas de Gesteira na modalidade “carta de crédito”. Essa modalidade de atendimento se caracteriza como uma espécie de reassentamento familiar, mas com algumas peculiaridades que diferem do reassentamento familiar aplicado na ACP-MPMG de Mariana. Está sendo tratada em processo judicial associado ao Eixo Prioritário nº 3 (Reassentamento de Gesteira), desde outubro de 2020, que corre em sigilo, conforme pedido das partes deferido pelo juízo. Até o momento, 14 acordos foram homologados e 4 estão em andamento, sendo que, dos homologados, 2 famílias já adquiriram seu imóvel.

Frente a essa situação, com a celeridade que ocorre a negociação judicial dos acordos de carta de crédito e a ausência de homologação do Plano Popular do Reassentamento Coletivo de Gesteira, o número de famílias desistentes do reassentamento coletivo é cada vez maior. Atualmente, 54% das famílias que inicialmente manifestaram interesse pelo reassentamento coletivo de Gesteira já desistiram do processo. Se o cenário permanecer assim, a tendência é que haja uma migração maciça das famílias para a modalidade de carta de crédito, o que inviabilizaria a implementação da nova comunidade de Gesteira e colocaria em xeque, não apenas o trabalho desenvolvido pela comissão de atingidos e assessoria técnica ao longo de 5 anos, mas sobretudo o sonho de várias famílias em ter seus lares e modos de vida restabelecidos.

No caso dos reassentamentos coletivos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, o índice de desistência (insucesso) das famílias é um pouco menor, com respectivamente 19,9% e 27,5% das famílias desistentes dos reassentamentos coletivos, mas é algo que deve ser observado, principalmente pelo fato de ainda não haver qualquer perspectiva de conclusão dos reassentamentos por parte da Fundação Renova.

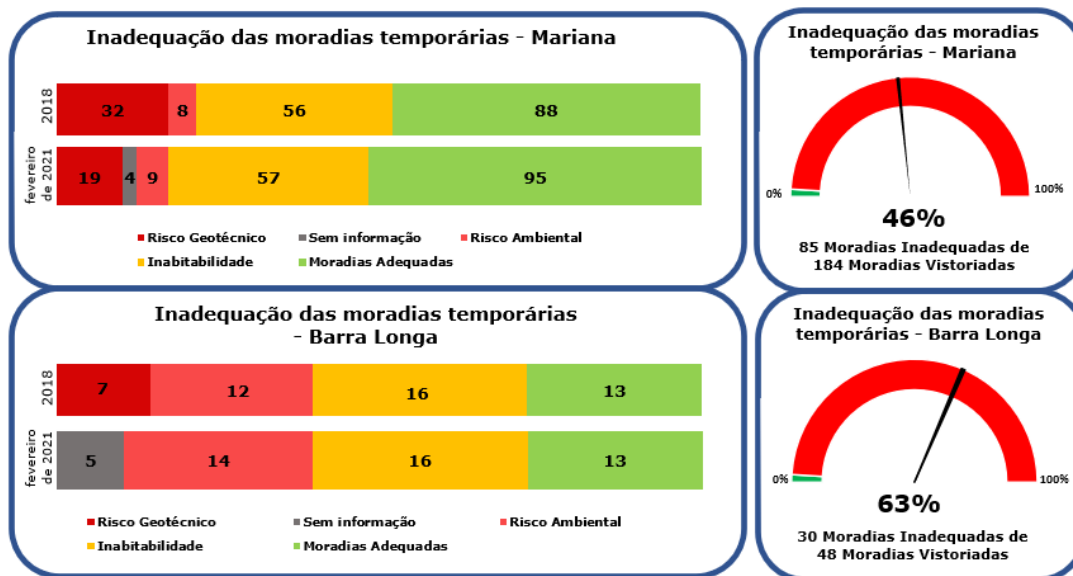
Figura 2.8-3: Insucesso do Reassentamento Coletivo



Com relação às moradias temporárias, ao comparar a base de dados disponibilizada pela Fundação Renova, datada de 21/10/2020, com aquela das moradias temporárias disponibilizadas no ano de 2018, verificou-se que em Barra Longa, 63% das moradias temporárias apresentam algum tipo de inadequação. Os imóveis inicialmente situados em área de risco geotécnico, mapeadas pela CPRM – Serviço Geológico do Brasil, deixaram de ser alugados para essa finalidade, tendo sido realocadas todas as 7 famílias. Dessas, 1 se mudou para um imóvel localizado em área de *Dam Break* (risco ambiental) e outra em área livre de riscos geotécnicos e ambientais. Não foi possível obter informações a respeito das demais 5 famílias, uma vez que seus nomes não constam na base de dados mais atualizada (out/20) da Fundação Renova.

Em Mariana, 19 famílias ainda permanecem residindo em áreas de risco geotécnico mapeadas pelo Plano Municipal de Redução de Riscos da Prefeitura de Mariana, 9 em área de risco ambiental e 57 com problemas de habitabilidade, totalizando 46% de moradias temporárias inadequadas, de 184 vistoriadas.

Figura 2.8-4: Inadequação das moradias temporárias.

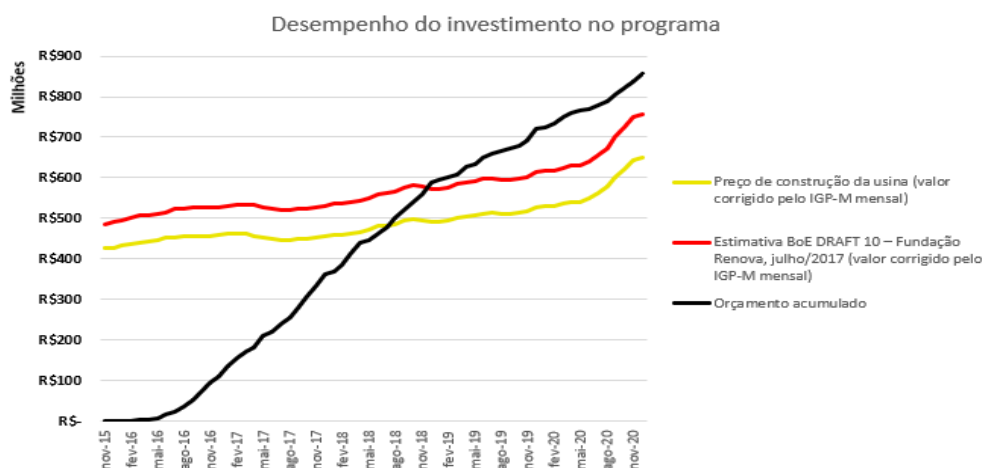


2.9 PG009: Programa de Recuperação da UHE Risoleta - Candonga

O PG009 contempla as ações de recuperação da Usina Hidrelétrica (UHE) Risoleta Neves (Candonga), sendo considerados os seguintes projetos principais em atendimento às cláusulas 79, 80 e 150 do TTAC: (i) dragagem (remoção de sedimentos / desassoreamento) do reservatório da usina; (ii) construção e manutenção dos barramentos A, B e C para contenção de sedimentos; (iii) implantação de Setores (áreas implantadas às margens do reservatório para recebimento dos sedimentos dragados no período emergencial); (iv) licenciamento, construção e implantação de área de estocagem de rejeitos na área da Fazenda Floresta; (v) recuperação das unidades geradoras da UHE Risoleta Neves; e (vi) recuperação de margens do reservatório da usina, com obras de contenção e bioengenharia para manutenção de erosões existentes.

A UHE Risoleta Neves está com suas atividades paralisadas desde o desastre, em novembro de 2015. O programa em questão já consumiu, até dezembro de 2020, um investimento aproximado de R\$ 855,6 milhões, informado no planejamento e orçamento anual para 2021 da Fundação Renova. O orçamento total estimado para o Programa é de R\$ 1.134.720.733,00 (BoE Draft 13.2 – Fundação Renova). O orçamento inicial do programa foi de R\$ 520.328.801,00, definido pela Fundação Renova quando da emissão do BoE – Versão Draft 10.0 de junho/2017. O indicador INFRA.09.01 -- Desempenho do investimento no programa, acompanha a performance financeira do PG09 e indica que o valor gasto até o momento é de 1,3 vezes o valor investido originalmente para construção da UHE Risoleta Neves, em valores corrigidos.

Figura 2.9-1: Desempenho do investimento no programa (Tempo x Custo)



No dia 19/02/2019, a Fundação Renova e a Superintendência de Projetos Prioritários da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (Suppri/Semad-MG) assinaram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que possibilita a continuidade das atividades de manutenção, controle e gestão ambiental na Fazenda Floresta até a emissão da licença de operação corretiva. Entre as 21 ações viabilizadas por este acordo, as principais são: (i) operação e manutenção dos Barramentos Metálicos A, B e C; (ii) obras nas ombreiras dos Barramentos Metálicos A e C, visando aumentar a segurança geotécnica destas obras; (iii) atividades de recuperação das margens para fins de estabilização de taludes; (iv) operação das Bacias 1, 2A e 2B como forma de tratamento dos efluentes superficiais durante o período chuvoso; (v) descomissionamento da pedreira na Fazenda Corsini, (vi) atividades relacionadas à segurança e estabilidade na região dos antigos diques Intermediário e Principal e na região das Pilhas 01 e 02 da Fazenda Floresta; (vii) ações previstas no Plano de Período Chuvoso. Adicionalmente, a Fundação Renova assumiu compromisso de implantar algumas medidas compensatórias de cunho socioeconômico com a Prefeitura Municipal de Rio Doce.

O PG09 não está aprovado no âmbito do CIF e as ações de recuperação da UHE Risoleta Neves passam por um processo de licenciamento corretivo. O Estudo de Impacto Ambiental, requerido para o processo de licenciamento corretivo, foi protocolado pela Fundação Renova junto a SEMAD em 28 de fevereiro de 2020 com as seguintes ações estruturais:

- Manutenção dos Barramentos Metálicos A, B e C;
- Implantação e operação da Fazenda Floresta com a utilização das estruturas já implantadas na área, sobretudo as Bacias 2A e 2B. Nestes locais ocorrerão as etapas de recebimento da polpa dragada, desaguamento dos sedimentos e tratamento de efluentes por separação de fases com adição de produtos químicos;
- Recuperação de todos os pontos das margens do reservatório da UHE Risoleta Neves;
- Descomissionamento com manutenção de sedimentos nos Setores 3, 6 e 8. Remoção dos sedimentos dispostos nos Setores 1, 4 e 5, Além do aterro experimental de Fazenda Floresta, com a destinação deste materiais em empilhamento a seco na área da Fazenda Floresta;
- Reparação das unidades geradoras da UHE; e
- Retomada operacional da UHE.

O cenário 3, proposto como a alternativa ambiental mais adequada pelo EIA, indicava a dragagem de um volume de 127.000 m³, apenas na região a montante do barramento da UHE, adicionados aos volumes presentes nos setores 1, 4 e 5, ou cerca de 300.000 m³. Este cenário foi proposto com a justificativa de tornar mais rápido o retorno da operação da UHE Risoleta Neves, a partir de métricas de avaliação próprias, escolhidas pela equipe responsável pelo EIA/RIMA.

O processo de licenciamento foi formalizado conforme Processo SLA nº 1496/2020, em 22 de abril de 2020. Em 27 de julho de 2020, foram formulados pela SUPPRI/SEMAD 60 quesitos de esclarecimentos para o empreendedor e equipe que elaborou o EIA. Estes quesitos de esclarecimentos foram respondidos pela Fundação Renova em 01 de outubro de 2020.

A primeira Audiência Pública deste processo de licenciamento foi realizada em 15 de outubro de 2020. Essa data foi determinada pelo juiz da 12ª Vara Federal Cível e Agrária da SJMG e o formato virtual foi autorizado através da Resolução Conama 494, de 11 de agosto de 2020. Essa resolução estabelece, em caráter excepcional e temporário, nos casos de licenciamento ambiental, a possibilidade de realização de audiência pública de forma remota durante o período da pandemia de Covid-19.

Em 13 de novembro de 2020, a SEMAD apresentou o Parecer Único PU nº 1496/2020. Neste documento foi indicada a aprovação da Licença de Operação Corretiva (LOC) com prazo de validade de 10 anos e apontou 67 condicionantes com prazos a serem cumpridos. Foram analisadas as respostas aos 60 quesitos de esclarecimentos que foram solicitados à Fundação Renova. Além disso, foram anexados os Programas de Automonitoramento da Licença de Operação Corretiva (LOC) a serem realizados pela Fundação Renova com seus respectivos prazos. Cabe salientar, que em caso de descumprimento de condicionantes e/ou qualquer alteração, modificação ou ampliação realizada sem comunicação prévia ao órgão ambiental, o empreendimento estará sujeito à autuação.

Na avaliação dos cenários do EIA, a equipe técnica da SUPPRI/SEMAD, em seu parecer único, optou pelo Cenário 1, correspondendo à dragagem total do rejeito aportado no reservatório e setores, se opondo a escolha do Cenário 3, opção escolhida pela equipe do EIA. A equipe técnica da SUPPRI/SEMAD indicou que as operações deverão ser iniciadas conforme projeto conceitual de dragagem apresentado no Cenário 3, mas que o empreendedor terá 12 meses para adequar o projeto executivo considerando o Cenário 1, em que o aporte natural de sedimentos após as ações de recuperação não será contabilizado. Ou seja, até que seja apresentado novo projeto executivo considerando o andamento das obras de recuperação ambiental necessárias à operação do Cenário 1, será implantado o Cenário 3. Em 18 de dezembro, houve a 67ª Reunião Ordinária da CMI do COPAM na qual foi aprovada a licença e suas condicionantes. Os prazos para cumprimento das condicionantes são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, que foi feita em 22 de dezembro de 2020.

Cabe destacar que o processo de licenciamento, segundo Rodrigo Ribas da SUPPRI/SEMAD, na 67ª Reunião Ordinária da CMI do COPAM, foi todo construído com a premissa de que é uma situação vinculada à recuperação da Bacia do Rio Doce e não vinculada à recuperação econômica do Consórcio Aliança e da UHE Risoleta Neves, conforme objetivo do PG09. A composição dos rejeitos a serem dragados deve ser avaliada seguindo a Resolução Conama 454/2012 que estabelece diretrizes para tanto. A condicionante de número 38 previu o prazo de 30 dias para a Fundação Renova apresentar batimetria e caracterização

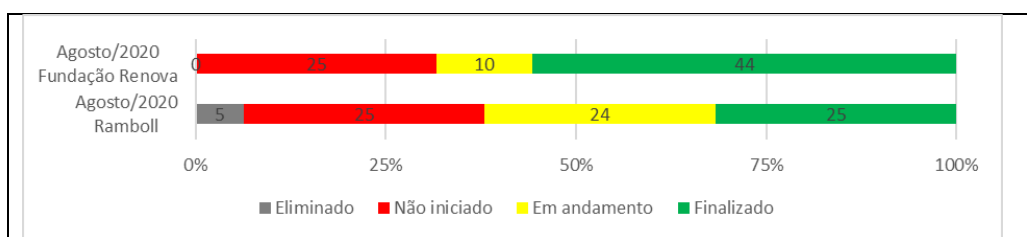
recente do rejeito disposto no reservatório da UHE com relatório analítico conclusivo, conforme DN COPAM 454/2012.

Em relação aos projetos prioritários do PG09, as atividades de dragagem estão paralisadas desde julho de 2018. A continuidade desta atividade está sendo tratada dentro do processo de licenciamento corretivo, no processo judicial do Eixo Prioritário 5.

A Ramboll criou dois indicadores para monitoramento da dragagem: INFRA.09.02 (Tempo de finalização da dragagem da UHE Risoleta Neves) e INFRA.09.03 (Volume de sedimentos a ser dragado). Estes indicadores serão continuados com a retomada das atividades de dragagem.

As obras de recuperação dos pontos das margens estão paralisadas desde o final de 2019. A Ramboll vistoriou a área em agosto de 2020, quando a Fundação Renova informou que as atividades de recuperação das margens estavam paralisadas devido à pandemia da Covid-19 e à troca da gestão do PG09, que estava sendo passada da Fundação Renova para a Samarco. As vistorias da Ramboll seguem um protocolo específico para avaliar erosões, adequação e efetividade da solução implementada perante o projeto proposto e cronograma. Assim os 79 pontos onde existem ações da Fundação Renova são classificados em "Finalizados", "Em andamento" (também inclui pontos já finalizados que demandam retrabalhos ou manutenção), "Não Iniciados" e "Eliminados" (foi prevista intervenção, mas não efetivamente implementada por conta de regeneração natural ou outras questões). A Figura 2.9-2 apresenta os resultados deste indicador até o final da estação seca de 2020.

Figura 2.9-2: Situação da recuperação dos 79 pontos das margens do lago da UHE Risoleta Neves.



Cabe notar que o número de pontos classificados como "Em Andamento" pela Ramboll é superior ao que é considerado pela Fundação Renova. Consequentemente, o número de pontos "Finalizados" é menor, pois alguns pontos necessitam de manutenção das erosões e replantio de vegetação. A Ramboll retornará a área do PG09, no final de fevereiro de 2021, afim de vistoriar o andamento das obras, cumprimento de condicionantes e atualização de indicadores.

A barragem da UHE Risoleta Neves conteve cerca de 10 milhões de m³ de rejeitos liberados pelo rompimento da barragem de Fundão, mais de ¼ do volume total. Desde então, a estabilidade dessa barragem vem sendo analisada. O último estudo de estabilidade do barramento principal foi feito em 2020, pela empresa SPEC que refez a análise de estabilidade dos 16 blocos que o compõem. Foi observado a necessidade de reforços nos blocos BME-1, BME-2, ME-4, Muro de Ligação, Adufas, BMD-1 e BMD-3 a BMD-5. Segundo o estudo, estes reforços são necessários para manter o Barramento Principal com os fatores de segurança dentro dos níveis estabelecidos pelas normas vigentes.

Para complementação dos estudos, conforme informado no processo nº 1000406-84.2020.4.01.3800, ID 364149433, em 06 de outubro de 2020, a Fundação Renova solicitou ao Consórcio Aliança, responsável pela UHE, autorização para execução das sondagens dentro das galerias do barramento da UHE, com atividades previstas para iniciar em 27 de outubro de 2020. Em 07 de outubro de 2020, o Consórcio manifestou sua anuência com relação à realização dos trabalhos de sondagem no interior das galerias. A Fundação Renova informou, através da ID 379495892, que em 06 de novembro de 2020, encaminhou as documentações ao Consórcio e comunicou que a empresa Sondatech, responsável pelas sondagens, iniciou a mobilização, em 11 de novembro de 2020, incluindo o carregamento de sonda e demais equipamentos até a UHE Risoleta Neves. Após o início das atividades da Sondatech, o plano de trabalho da empresa, prevê que serão necessários 98 dias corridos para conclusão da demanda.

Em relação às demais atualizações do PG09, em 15 de dezembro de 2020, foi informado pela Fundação Renova, na 50ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Gestão de Rejeitos e Segurança Ambiental (CT-GRSA), que foram instalados sensores para acompanhamento da estabilidade dos barramentos metálicos A, B e C, além da instalação de sistema de comunicação. Nos barramentos A e C foi necessário construir acesso com enrocamento para instalação do sistema de monitoramento. As ombreiras do barramento C foram reforçadas com concreto. Já na área da UHE, a empresa Andritz está checando as estruturas das unidades geradoras. Na área do reservatório da usina, a Sondatech está fazendo sondagens para definir o reforço que será feito na UHE. O reservatório somente será enchido após a conclusão desse reforço. Na reunião da CT-GRSA foi informado que as atividades na Fazenda Floresta estão paralisadas, que estão fazendo apenas atividades de manutenção e vistorias nos taludes e que estavam aguardando o licenciamento para continuarem as atividades. Foi reforçado nesta reunião que o Setor 4 será descomissionado, que apresentarão na próxima CT-GRSA os laudos de estabilidade do Setor 4.

Em resposta ao ofício nº 062/2020, que solicita esclarecimentos sobre o monitoramento inadequado de vibrações decorrentes do intenso tráfego de veículos pesados nas obras de reparação da UHE Risoleta Neves e Fazenda Floresta, a Fundação Renova apresentou informações sobre ruídos, vibração e qualidade da água nas áreas em torno da UHE Risoleta Neves. Foi informado, ainda, que as alterações na qualidade da água ocorreram em períodos de atividades na área dos barramentos ou quando chove. Em relação à vibração, não foram identificados eventos acima do valor estabelecido pela ABNT NBR 9653/225 e pela ISO/2631/DAD1 (1980). O orçamento apresentado para 2021 considera a aplicação de R\$ 202,4 milhões na área no trecho 12, área do PG09.

NA 67ª Reunião Ordinária da CMI do COPAM, a responsável pelas áreas de socioeconomia e socioambiental da Fundação Renova fez esclarecimentos em relação à passagem de responsabilidades do PG09 da Fundação Renova para a Samarco. Em relação à execução, pela Samarco, das ações da UHE, através do acordo de cooperação entre a Fundação Renova e a Samarco, tem-se que a Fundação Renova continua como responsável dentro do sistema CIF, e, em parceria, a Samarco executará tanto as ações quanto as condicionantes que foram decididas no licenciamento ambiental.

2.10 PG010: Programa de Recuperação das Demais Comunidades e Infraestruturas Impactadas entre Fundão e Candonga

Na 49ª Reunião Ordinária da CT-Infra, realizada em 27 de janeiro de 2021, a Fundação Renova apresentou o planejamento do PG10 para o ano de 2021 com o total de 14 itens a executar, cujos cronogramas estão indicados no quadro abaixo, além de obras de manutenção de vias. Trata-se dos mesmos itens incluídos no planejamento do PG10 do ano de 2020, não finalizados ou ainda não iniciados, que sofreram variações no cronograma de execução, as quais são justificadas pela pandemia de Covid-19.

Quadro 2.10-1: Cronograma PG10 2021

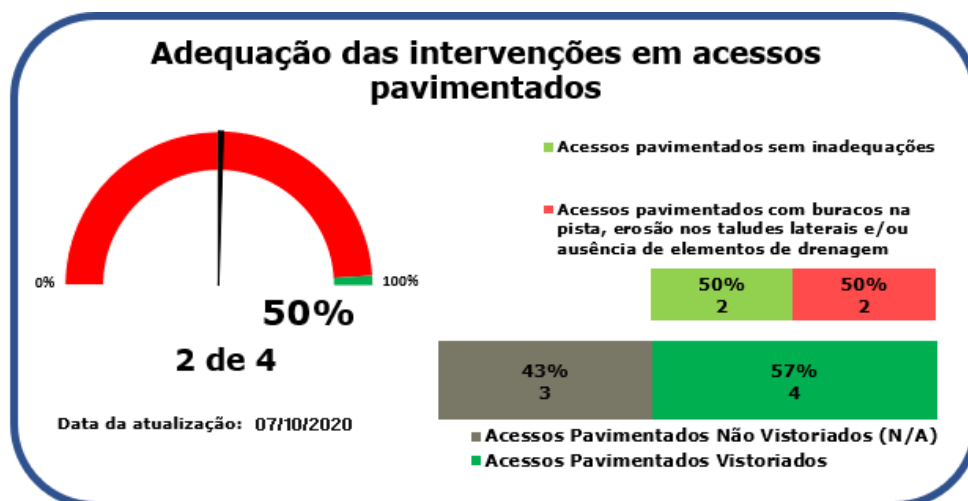
Quantidade	NOME DA TAREFA	INCÍCIO	TÉRMINO
3	Reforma de Bens Públicos (<i>Manutenção Elétrica Praça Manoel Lino Mol / Alameda, Drenagem Rua Capitão Manoel Carneiro x Rua 1º De Janeiro, Adequação Área Transbordo</i>)	Fev/20	Abr/21
1	Reconstrução de Bens Públicos (<i>Parque de Exposição de Barra Longa</i>)	Fev/20	Jul/21
3	Reforma e Reconstrução de Campo de Futebol (<i>campo de futebol Rodoviários – Barra Longa, Campo de Ponte do Gama e Campo de Pedras</i>)	Abr-Mai/21	Jan/22
7	Reconstrução de Pontes (<i>Ouro Fino, Santa Rita, Cachaça Tiara, Juca Ponciano, Fazenda Curvina, Campinas x Barretos e Tomador de Água</i>)	Mar-Abr/21	Out/21
	Recuperação de acessos	Ago/20	Jun/21

Com relação às obras realizadas no ano de 2020, referentes aos Bens Públicos, apenas duas foram concluídas em dezembro de 2020: Rede de Esgoto Volta da Capela e Relocamento poste rua Raimundo Alves Xavier nº 475. Outras duas foram iniciadas: Drenagem Rua Capitão Manoel Carneiro x Rua 1º De Janeiro (iniciada em janeiro/2021) e Adequação Área Transbordo (iniciada em dezembro/2020).

Além disso, está em andamento a reconstrução do Parque de Exposições de Barra Longa. Conforme apresentação da Fundação Renova na 49ª CT-Infra, está sendo realizada a montagem da laje e das formas no edifício sede e executada a alvenaria e a estrutura metálica da cobertura dos galpões. A obra apresenta um avanço real de 46% e a previsão é que seja concluída em junho de 2021.

Os indicadores apresentados na sequência permanecem inalterados em relação ao último relatório. A última vistoria data de outubro de 2020.

Figura 2.10-1: Adequação das intervenções em acessos pavimentados e não pavimentados.



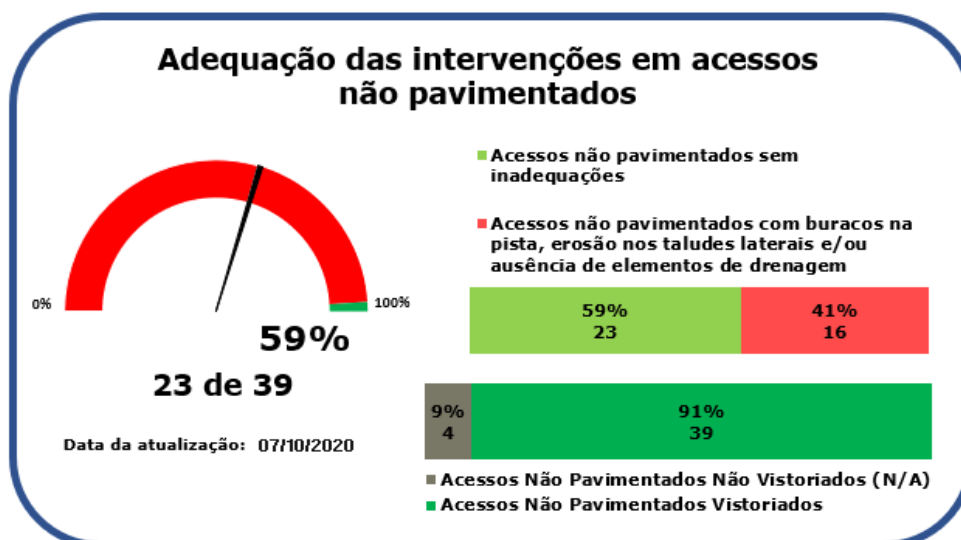
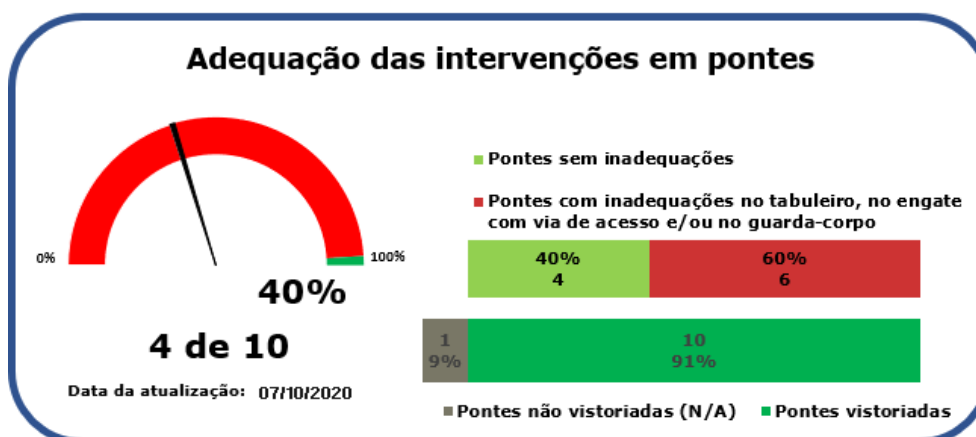
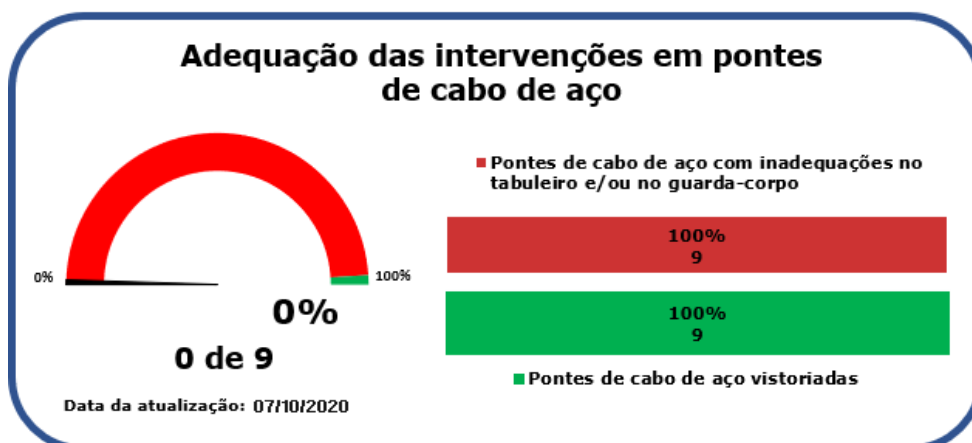


Figura 2.10-2: Adequação das intervenções em pontes de cabo de aço e pontes.



Outra questão que merece destaque é sobre o Banco de Dados do PG10. Após inúmeras solicitações, tanto da Ramboll quanto da CT-Infra, a Fundação Renova disponibilizou, em 27 de novembro de 2020, uma nova versão do documento (revisão 13) que sintetiza o objeto do programa. Verifica-se que foram retirados um total de 1.279 itens, itens judicializados, que compreendem os seguintes tipos de ações: reforma de edificações, obras de remoção de material, reconstrução de estruturas de apoio, recuperação

de acessos, reforma de estruturas de apoio (quintal), reconstrução de edificações e manutenção de edificações.

O Banco de Dados atual possui 759 itens, dos quais 87% deles (660) foram indicados como concluídos, de acordo com o reporte da Fundação Renova. Dessa forma, ao contabilizar os itens em andamento, não iniciados e paralisados, restam ao todo 80 intervenções que devem ser realizadas pelo programa. Considerando que o planejamento da Fundação Renova para 2021 prevê executar apenas 14 itens, restarão ainda 66 intervenções para serem executadas ao longo dos próximos anos, além das outras demandas por intervenções que surgirem após 27/11/2020, que não estão contempladas neste Banco de Dados.

Tabela 2.10-1: Composição do Banco de Dados do PG10 – revisão 13 (27/11/2020)

CLASSIFICAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DOS ITENS	STATUS					Total Geral
	CANCELADO	CONCLUÍDO	EM ANDAMENTO	NAO INICIADO	PARALISADO	
REFORMA DE BENS PÚBLICOS	2	14		5		21
BEM PÚBLICO	2	9				11
CEMITERIO		1				1
CORTINA ATIRANTADA		1				1
DESLOCAMENTO DE POSTE				1		1
DRENAGEM PLUVIAL				1		1
ESTAÇÃO DE TRANSBORDO				1		1
GABIAO		2				2
MANUTENÇÃO ELETRICA				1		1
REDE DE ESGOTO				1		1
REDE ELÉTRICA		1				1
RECONSTRUÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÃO			1			1
BEM PÚBLICO			1			1
REFORMA E RECONSTRUÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL	2	1		1	2	6
CAMPO DE FUTEBOL	2	1		1	2	6
RECONSTRUÇÃO DE PONTES	1	20	4	3		28
PONTE	1	11	4	2		18
PONTE DE CABO DE AÇO		9		1		10
MANUTENÇÃO DE ACESSOS	14	625	5	54	5	703
ACESSO NÃO PAVIMENTADO	4	510		32	1	547
ACESSO PAVIMENTADO	7	85	4	17	4	117
BUEIRO	1	2				3
DESOBSTRUÇÃO DE MANILHAS		1				1
MATA BURRO		7		3		10
PLACAS DE SINALIZAÇÃO		1		2		3
PODA DE ARVORE		1				1
PONTALETES		1				1
PONTE	2	2				4
PORTEIRA		2				2
QUEBRA MOLAS		2				2
REMOÇÃO DE ARVORES		1				1
RETIRADA DE MATERIAL		2				2
ROÇADA		1	1			2
SINALIZAÇÃO HORIZONTAL		6				6
TRONQUEIRA/CERCAMENTO		1				1
Total Geral	19	660	10	63	7	759

2.11 PG011: Programa de Recuperação das Escolas e Reintegração da Comunidade Escolar

No mês de dezembro de 2020 e início de 2021, houve redução das atividades deste Programa devido a três fatores: (i) férias escolares em dezembro e janeiro; (ii) mudanças nas secretarias municipais de educação, com os novos prefeitos empossados em 2021; e (iii) suspensão de atividades presenciais diante da pandemia.

Manutenção das escolas: continua pendente a reparação das escolas na sede de Barra Longa, em especial quanto à EE Pe. José Epifânio Gonçalves. Há duas questões que precisam ser levadas em conta: (a) ambos os prédios são imóveis inventariados por sua relevância para a memória cultural¹⁴, devendo, portanto, serem contemplados também pelo Programa 12 (Preservação da Memória Histórica, Artística e Cultural); e (b) ambos os prédios foram incluídos pela Fundação Renova na lista dos imóveis de Barra Longa que estão sendo questionados judicialmente, quanto ao nexo causal dos danos, no entanto boa parte das obras necessárias, no caso da EE Pe. Epifânio, se referem a reparações feitas pela Samarco em 2016 devido à lama, porém não foram obras consistentes.

Quanto à escola Gustavo Capanema, de Gesteira, a Fundação Renova foi questionada em reuniões anteriores da CT-ECLET e, na 40ª Reunião desta CT¹⁵ realizada em 29/02/2021 informou que *"quanto à infraestrutura do telhado na escola de Gesteira, o projeto de reforma foi aceito pela Prefeitura Municipal e aguarda o retorno das atividades presenciais, para sua execução"*.

Projeto de apoio pedagógico: redefinido desde 2018 para abranger toda a rede de escolas públicas de Mariana e Barra Longa, incluiu somente as escolas municipais de Mariana (53% do total previsto). A Fundação Renova informa que os relatórios finais serão entregues às escolas municipais e à Secretaria de Educação em fevereiro/21; e que se encontra em andamento processo de contratação de uma nova empresa para dar continuidade ao projeto. Está em aberto o atendimento da demanda de apoio pedagógico às escolas estaduais, a ser definido junto às superintendências regionais da Secretaria de Estado da Educação.

Projeto de atendimento psicopedagógico: sobre o atendimento stricto sensu às crianças indicadas para receber esse tipo de atenção, a Compreender entregou relatório completo sobre a realização da avaliação psicopedagógica dos alunos das escolas temporárias de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, de Mariana, bem como sua devolutiva aos pais e professores. Todos os demais alunos egressos dessas escolas continuam sem esse apoio ao qual teriam tido direito ao longo de todo o período desde a assinatura do TTAC até 36 meses após o desastre¹⁶. Esse apoio não foi ainda oferecido a nenhum dos estudantes e educadores de Barra Longa. Outro problema é com relação aos alunos que em 2015 estudavam em Gesteira: teria sido necessário acompanhar essas crianças com cuidado psicossocial e psicopedagógico, saber se elas continuam em Barra Longa. A Fundação Renova agora se compromete a recuperar esse histórico: *"ver quem eram esses alunos e o que aconteceu com eles"*¹⁷.

Projeto Estruturante de Educação¹⁸ (aprovado pela Deliberação CIF nº 390/2020): foram abertos os processos para os estados (MG e ES) e para os municípios atingidos. Até 30/12/2020, apenas os municípios de Linhares, Rio Doce, Sem-Peixe, Timóteo, Marliéria e Governador Valadares haviam apresentado algum tipo de documento. Destes, apenas Timóteo e Sem-Peixe apresentaram pleitos: Timóteo requereu a liberação parcial dos valores para contratação de empresa especializada em assessoria pedagógica para prestar serviços junto à secretaria de educação, cultura, esporte e lazer; e Sem Peixe apresentou planilha orçamentária e cronograma de obra dos projetos para construção do anfiteatro e ginásio.

¹⁴ Informação disponível em <https://www.barralonga.mg.gov.br/index.php/administracao/secretarias-municipais/cultura-esporte-lazer-e-turismo>

¹⁵ Conforme PPT apresentado pela Fundação Renova, nessa 40ª Reunião Ordinária da CT-ECLET.

¹⁶ Conforme Cláusula 93 do TTAC.

¹⁷ Manifestação apresentada na mesma 40ª Reunião Ordinária da CT-ECLET.

¹⁸ Processo referente à Agenda Integrada da Educação – Estados (Processo 1026843-65.2020.4.01.3800): juntada de procuração por parte da Fundação Renova em 23/09/2020.

Pontos de atenção:

- Importante acompanhar como as Secretarias de Educação de Mariana e Barra Longa, assim como as Superintendências Estaduais de Educação de Ponte Nova e Ouro Preto irão se manifestar com relação aos projetos de Apoio Pedagógico e Psicopedagógico para todas as escolas públicas, municipais e estaduais desses municípios, a partir de 2021.
- Quanto ao apoio psicopedagógico, ainda não houve busca e atendimento aos alunos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo atingidos em 2015 e que se transferiram para outras escolas.
- Da mesma forma é importante verificar, junto à Secretaria Municipal de Educação de Barra Longa e junto aos familiares, a trajetória no processo escolar dos alunos que estavam matriculados na escola de Gesteira, em novembro de 2015, buscando atender eventuais demandas psicopedagógicas ou psicossociais.
- Com a constatação de que os prédios das duas escolas da sede de Barra Longa são imóveis inventariados, portanto devendo ter garantida sua preservação enquanto Patrimônio Cultural, torna-se ainda mais premente que a Fundação Renova seja instada a promover as obras de sua conservação, em especial na Escola Estadual Pe. José Epifânio Gonçalves.

2.12 PG012: Programa de Preservação da Memória Histórica, Artística e Cultural

As ações desse Programa, que abrangem os municípios de Mariana, Barra Longa, Santa Cruz do Escalvado, Rio Doce e Ponte Nova, estão paralisadas em função da pandemia de Covid-19. Dessa forma, não houve evolução nas atividades dos projetos no período monitorado. A Fundação Renova, no entanto, apresentou o documento de revisão do PG12 ao CIF, em dezembro/2020, que está sob análise da CT-ECLET.

Restauração de Capelas: em relação às obras para restauração das capelas atingidas, dois projetos (Igreja das Mercês e Capela de Santo Antônio), bem como das ruínas da Capela de São Bento, todos já revisados pela Arquidiocese de Mariana, aguardam aprovação do IEPHA-MG. Já o projeto de restauro da Igreja Nossa Senhora da Conceição, em Gesteira, município de Barra Longa, ainda não teve sua revisão concluída pela Arquidiocese.

Restauração de Bens Materiais: as atividades de elaboração de projetos e restauração das peças e objetos da Reserva Técnica, que estavam suspensas desde março de 2020 em função da pandemia, foram retomadas, parcialmente, em 12 de novembro de 2020. Nos meses de dezembro e janeiro não houve evolução do número de projetos restaurados. Quando à digitalização do acervo, a Fundação Renova apresentou cronograma de desenvolvimento desta ação para o período fevereiro a novembro de 2021.¹⁹

Restauração de Bens Culturais em Barra Longa: as obras de restauração dos imóveis tombados e inventariados pelo patrimônio cultural em Barra Longa, foram novamente suspensas. Do total de 12 imóveis, 4 estavam com obras em andamento. Em resposta a questionamento da Prefeitura de Barra Longa, a Fundação Renova informou que a nova paralisação se deve ao fato de o assunto ter sido judicializado no âmbito do Eixo 4, junto à 12ª Vara Federal onde aguarda perícia técnica judicial.²⁰

Salvaguarda das Referências Culturais: embora a Fundação Renova tenha informado em seu relatório anual de 2020 o início da validação do mapeamento das referências e planos de salvaguarda junto às comunidades, não há evidências de que isso tenha ocorrido. Junto ao Poder Público, também há atraso, já que dos cinco conselhos municipais da região atendida pelo Programa, apenas o Conselho do Município de Rio Doce se manifestou sobre o mesmo, com solicitação de ajustes.

Bens Arqueológicos: a análise do levantamento e diagnóstico dos bens arqueológicos ainda não foi concluída pela CT-ECLET.

As ações de apoio às manifestações culturais estão suspensas na região. Por outro lado, as atividades internas, que independem de visitas a campo, também estão com cronograma atrasado, dentre elas a apresentação da versão definitiva do escopo do projeto de apoio ao esporte e lazer, com os ajustes solicitados pela CT-ECLET.

Pontos de atenção:

- O documento revisado do PG12, apresentado pela Fundação Renova, mantém a exclusão de Santa Rita Durão, distrito de Mariana, da sua área de abrangência; bem como exclui o povoado de Chopotó em Ponte Nova. Tal medida compromete a reparação dos danos, pois o primeiro tem um inquestionável trânsito cultural com as demais comunidades atingidas; e o segundo, situado à margem do Rio do Carmo, foi atingido severamente pela lama de rejeitos.
- Foi reportada insatisfação da comunidade de Barra Longa com a interrupção das obras de restauração previstas para os 12 imóveis tombados e inventariados pelo patrimônio cultural, que foram atingidos pelo desastre ou por ações do período emergencial de recuperação, como por exemplo trincas. Esses imóveis já tinham sido objeto de perícia técnica de comprovação dos danos, executada em 2017 pela Vaz de Mello Consultoria em Avaliações e Perícias, contratada pela Fundação Renova.

¹⁹ Resposta à Demanda MPF/Ramboll (GOV 5411 a 5417)

²⁰ Ofício FR 2020.1892 de 09/12/20

2.13 PG013: Programa de Promoção da Recuperação da Qualidade de Vida e do Turismo

O documento de revisão desse Programa foi protocolado no CIF em dezembro de 2020 e encontra-se sob análise da Câmara Técnica de Educação, Cultura, Lazer, Esportes e Turismo. A nova versão, apresentada pela Fundação Renova, propõe retomar o nome original (Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esportes e Lazer), conforme expresso no TTAC. No período de dezembro/20 a janeiro/21, objeto deste relatório, poucas ações foram desenvolvidas, mantendo-se os indicadores nos mesmos patamares de novembro/20. A maior parte das ações estão suspensas desde março de 2020, devido à pandemia.

Editais Doce: os 228 projetos aprovados pelo Edital Doce (chamada pública de apoio financeiro lançada em setembro de 2019 para municípios mineiros e em fevereiro de 2020 para municípios capixabas) ainda não foram iniciados. Em novembro e dezembro/2020, foram assinados os primeiros 40 contratos.²¹

Estruturação dos polos turísticos: continua estagnada a discussão do plano apresentado à Prefeitura Municipal de Mariana (MG), o que deve ser retomado ainda em fevereiro junto aos novos gestores municipais. Já a obra de reforma da Praça Gomes Freire, que foi definida em acordo com a administração municipal, teve entrega parcial em dezembro de 2020 e entrega final prevista para fevereiro/21. Segundo cronograma apresentado no documento revisado do PG13, o plano de marketing turístico deveria ter sido iniciado em novembro de 2020, embora não haja evidências de sua elaboração.

Em relação ao Polo Turístico da Foz do Rio Doce (ES), o mesmo foi incorporado ao Eixo 8 junto à 12ª Vara Federal, agora sob o nome Plano de Desenvolvimento Integrado da Foz do Rio Doce e Região Costeira Adjacente. O mesmo encontra-se sob análise do GT Foz, liderado pelo Governo do Espírito Santo.

Para o terceiro polo – Médio Rio Doce – ainda não foi apresentado o plano correspondente, nem evidências de envolvimento das prefeituras de Marliéria, Governador Valadares ou do governo do Estado de Minas Gerais em sua elaboração.

Reparação das perdas de espaços de lazer e sociabilidade (Cláusula 104-D, do TTAC): a Fundação Renova ainda não iniciou as consultas às comunidades atingidas e aos Municípios, para elaboração conjunta das propostas. A Deliberação CIF nº 454, de outubro de 2020, definiu o prazo até abril de 2021 para essa etapa ser concluída.

Apoio às Bibliotecas: não foi iniciado em 2020, segundo a Fundação Renova, por falta de propostas à contratação aberta por ela. Esse adiamento é prejudicial à reparação e compensação dos danos causados pelo desastre. A título de exemplo, na comunidade de São Lourenço, à margem do Rio Doce, no município de Bugre-MG, esse é um dos poucos espaços culturais da comunidade.²²

Ainda estão indefinidos os projetos executivos de **Fortalecimento Institucional do Turismo**, **Fortalecimento das Organizações Locais** e o Projeto de **Promoção dos Destinos Turísticos**. Ajustes solicitados pela CT-ECLET à Fundação Renova, em setembro/2020, ainda não foram atendidos.

Pontos de Atenção:

- O projeto da Estrada Real vem sendo trado pela Fundação Renova como uma reparação do trecho impactado, ao passo que se trata de reparar não apenas a estrutura viária, mas os danos causados ao turismo e à cultura local. Identifica-se a importância de integrar esse projeto ao planejamento do polo turístico de Mariana.
- O Plano de Fomento ao Turismo apresentado à Prefeitura de Mariana não considerou documentos e estudos importantes para a estruturação urbana e rural, como o Plano Diretor Municipal.
- Atrativos turísticos relevantes da região, como o Caminho de São José, entre os municípios de Barra Longa e Rio Doce, podem ser incorporados ao projeto do polo turístico de Mariana.
- Ainda é precário o envolvimento das comunidades atingidas da Foz do Rio Doce, no estado do Espírito Santo, na elaboração do plano de turismo.
- Indefinido o cronograma para a segunda edição do Edital Doce.

²¹ Relatório Anual 2020 da Fundação Renova

²² Segundo Diagnóstico realizado pela Fundação Renova em 2016.

2.14 PG014: Programa de Apoio à Saúde Física e Mental da População Impactada

Durante o período monitorado, permanecem em execução apenas as ações do Monitoramento da Qualidade da Água para Consumo Humano e as ações de Assistência à Saúde nos municípios de Mariana e Barra Longa. Todas as demais ações estão paralisadas ou não foram iniciadas pela Fundação Renova ou aguardam decisão judicial.

Estudo de Avaliação de Risco à Saúde Humana

Através da Nota Técnica CT-Saúde nº 49/2020, aprovada em 18 de dezembro de 2020, a CT-Saúde emitiu parecer final aprovando os estudos de Avaliação de Risco à Saúde Humana realizados em Mariana e Barra Longa realizados pela empresa Ambios Engenharia e Processos Ltda. Além do corpo técnico da CT-Saúde, participaram da elaboração da Nota Técnica um grupo de pesquisadores e especialistas de diversas instituições e centros de pesquisa, incluindo a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).

Além da aprovação dos estudos conduzidos em Mariana e Barra Longa, a Nota Técnica faz diversas recomendações ao Comitê Interfederativo (CIF), tais como: (i) o início imediato de tratativas da Fundação Renova junto aos órgãos do Sistema Único de Saúde (SUS) em suas três esferas para a implementação das ações de proteção e cuidado à saúde das populações expostas nos municípios estudados; (ii) que considere nulo e inválido o Relatório de Consolidação dos Resultados das Avaliações de Risco à Saúde Humana contratadas pela Fundação Renova para a região de Mariana e Barra Longa; e (iii) a retomada das demais fases previstas no estudo.

A representação da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES/MG) apresentou divergência e votou pela abstenção ou voto contrário a algumas das recomendações aprovadas pela CT-Saúde.

A Nota Técnica CT-Saúde nº 49/2020 seria pauta da 50ª Reunião Ordinária da CIF, realizada nos dias 03 e 04/02/2021. Todavia, através do Ofício nº 2/2021/CIF/GABIN ao Comitê Gestor Pró-Rio Doce, o Comitê Interfederativo designou relatoria específica em função da divergência manifestada para a pauta solicitada pela CT-Saúde. Em resposta à comunicação do Comitê Interfederativo, a representação do Estado de Minas Gerais indicou a relatora e solicitou adiamento do referido item de pauta, sendo este retirado da pauta de discussões da 50ª Reunião Ordinária do CIF.

Estudos Epidemiológico e Toxicológico

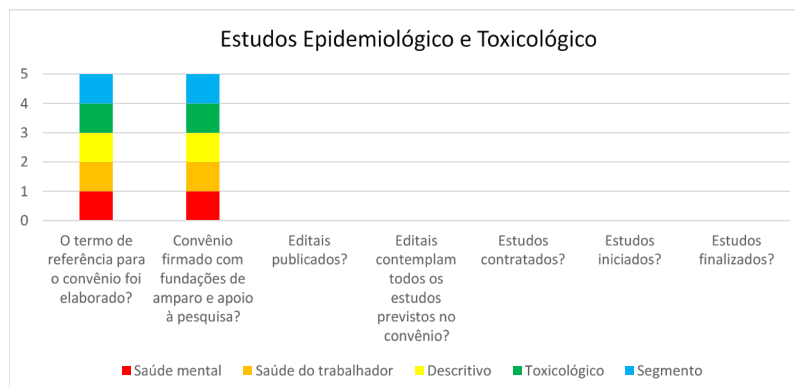
Após a emissão da Nota Técnica CT-Saúde nº 46/2020 e da Deliberação CIF nº 456/2020, que considerou como não atendida a obrigação referente ao item 10.1 do Eixo Prioritário 2 e, em resposta ao Ofício CT-Saúde/CIF nº 46/2020, de 26/11/2020, a Fundação Renova enviou em 05/01/2021, nova documentação, através do ofício FR.2021.0013. O documento intitulado INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE O ITEM 10.1 DO EIXO PRIORITÁRIO Nº. 2, elaborado pela Fundação Renova foi avaliado pelo GT-Estudos da CT-Saúde em reunião realizada no dia 04/02/2021. A avaliação e considerações da CT-Saúde sobre o documento ainda serão enviadas para o CIF.

Dessa forma, no período monitorado, não foram observadas alterações. Permanecendo o resultado considerado insuficiente. A Figura 2.14-1 representa a evolução da contratação dos estudos através do convênio com a FAPES/FAPEMIG. Por sua vez, a Figura 2.14-2 apresenta o desenvolvimento das etapas desde a elaboração da minuta e assinatura do convênio até a finalização dos estudos, indicando se os 5 estudos previstos nas bases mínimas estão contemplados.

Figura 2.14-3 - Evolução dos Estudos Epidemiológico e Toxicológico



Figura 2.14-4 - Etapas previstas para Convênio FAPES/FAPEMIG



Planos de Ação em Saúde

Durante o período monitorado nenhum avanço foi observado. Até o momento também não há nenhum indicativo de tratativas ou encaminhamentos para a implantação e execução dos Planos de Ação em Saúde aprovados pelo Sistema CIF.

Assim, permanece insatisfatório o processo de implementação dos Planos de Ação em Saúde, conforme observado na Figura 2.14-3, em que apenas 2 municípios estão com Planos de Ação em Saúde em execução, conforme indicado na Figura 2.14-4.

Figura 2.14-5 - Percentual de implementação dos Planos de Ação em Saúde

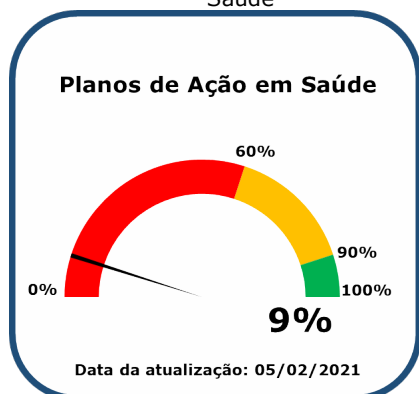
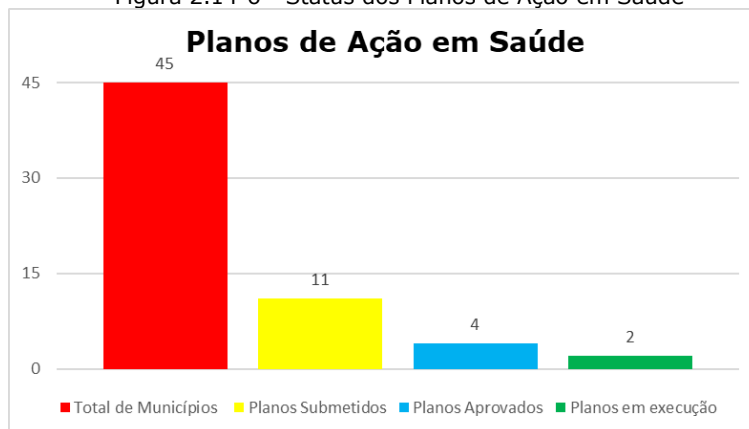


Figura 2.14-6 - Status dos Planos de Ação em Saúde



Plano de Monitoramento da Qualidade da Água para Consumo Humano (PMQACH)

Não houve alteração na execução do Plano de Monitoramento da Qualidade da Água para Consumo Humano (PMQACH) com relação ao último relatório. O monitoramento encontra-se atualmente na 30ª Campanha, sendo realizado de forma parcial.

A Fundação Renova apresentou em 29/01/2021, o Relatório do PMQACH referente ao período de novembro de 2015 a março de 2020. O documento será discutido e avaliado pelo GT-Água da CT-Saúde.

2.15 PG015: Programa de Promoção da Inovação

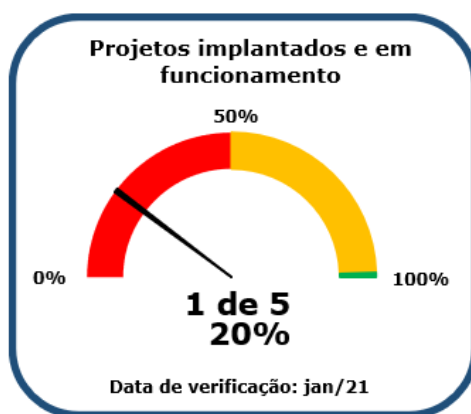
O documento de “Definição do Programa do PG15”, de setembro/2020, foi enviado ao Sistema CIF por meio do Ofício FR.2020.1735, de 26/10/2020, após revisão ordinária prevista na cláusula nº 203 do TTAC. A Câmara Técnica de Economia e Inovação (CT-EI) ainda não se manifestou sobre o documento.

Eixo: Ambientes de Negócios

Conforme previsão, a Nota Técnica (NT) nº 80 da CT-EI referente ao projeto “Casa do Empreendedor” (ação do PG18 que possui interface com o PG15 em função do *Hub* de Inovação) foi apresentada na 46ª reunião da CT-EI sendo, dessa vez, aprovada. Ainda assim, houve discussão sobre o “Termo de Cooperação” mencionado na NT, em termos de prazo para as assinaturas, e a sugestão da coordenação da CT foi de que 30 dias antes do início das operações tal termo deveria ser apresentado assinado à Câmara, sendo que esta apresentação não entrou em pauta até a 50ª Reunião Ordinária da CT-EI (fev/21). Também com relação ao “*Hub* de Inovação” foi relatada pela Fundação Renova a abertura de processo de contratação da empresa que realizará a primeira rodada de aceleração, já em andamento e que para isto foi iniciada uma 2ª etapa de avaliação das propostas técnicas recebidas no último dia 07/01/2021.

Conforme informações repassadas pela Fundação Renova, apresenta-se o andamento dos demais projetos do **Eixo Ambiente de Negócios: Projeto Empreende Rio Doce** (projeto encaminhado pela Fundação Renova para a CTEI, em 12/02/2021, com solicitação de pauta para apresentação na 51ª Reunião Ordinária da CT-EI, em 03/03/21); **Desenvolvimento de Cadeias Produtivas** - retirado da definição após revisão do programa (aguardando aprovação do Conselho Curador); **Projetos Estruturantes** - retirado da definição após revisão do programa (aguardando aprovação do Conselho Curador). Essas exclusões de projetos não foram discutidas ou validadas na oficina de revisão do programa nem no âmbito da CT-EI. Portanto, o indicador seguirá sendo reportado conforme o documento de definição do programa que hoje é de conhecimento no âmbito do Sistema CIF. Sendo que para fins da nova definição do PG15 (Rev. 07 - set/20), em avaliação, restaram os projetos “Hub de Inovação”, o “Empreende Rio Doce” e o de “Levantamento de Matriz Tecnológica”.

Figura 2.15-1: Projetos implantados e em funcionamento



Eixo: Inovação para Reparação

Com relação às ações relativas ao eixo Inovação para a Reparação, foram reportadas pela Fundação Renova, na 49ª Reunião Ordinária da CT-EI (jan/2021), as situações abaixo:

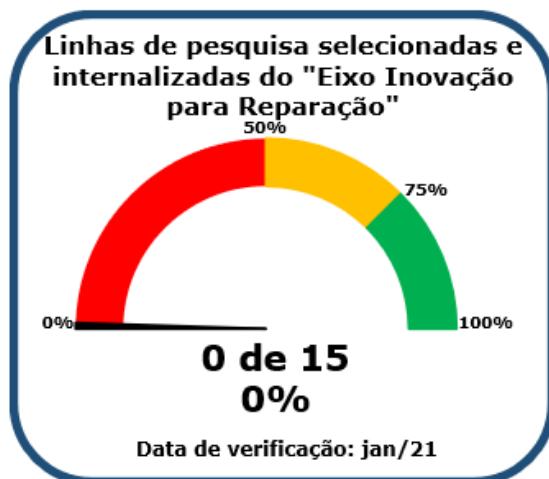
- a) **Chamada Pública FAPEMIG/FAPES 09/2018:** reportada reprogramação do “Seminário Marco Zero” desta chamada para os dias 09 e 10/02/2021; foi relatado que as reuniões com áreas técnicas da Fundação Renova vêm ocorrendo desde 18/11/2020, tendo havido repasses de recursos a todas as pesquisas, com início da execução desses projetos; que houve a celebração do convênio com a FAPES em 02/12/2020, realizando-se a reunião de *kick-off* em 23/12/2020, e o pagamento da 1ª parcela referente a esta chamada, em 04/01/2021; e que o próximo passo será a contratação das pesquisas selecionadas no Espírito Santo;

- b) **Chamada Agroecologia FAPEMIG:** neste item, foi reportado pela Fundação Renova que a última ação realizada havia sido o envio da minuta atualizada para a FAPEMIG, em set/20, estando a mesma ainda em análise para possível validação por esta instituição. A previsão de assinatura do convênio estava prevista para janeiro de 2021, não tendo sido possível confirmar sua realização até a emissão deste relatório;
- c) **Chamada Agroecologia FAPES:** com relação à FAPES, relatou-se a elaboração de minuta de Chamada Pública, em processo de negociação, e que houve uma reunião entre a Fundação Renova e a FAPES, em 11/12/2020. A previsão de lançamento da chamada é para fev/21;
- d) **Edital SENAI de Inovação:** com relação ao projeto executado pela empresa **LiaMarinha** - as atividades de monitoramento da Estação de Tratamento Natural (ETN), iniciadas em 28/08/2020, continuam em andamento. Conforme solicitação na CT-EI, o tempo de monitoramento da ETN foi aditado em 6 meses, perfazendo 12 meses no total. Esta extensão do tempo de monitoramento é importante para que haja a devida avaliação da efetividade do sistema; com relação ao projeto executado pela empresa **6D Drones** - as atividades do projeto foram finalizadas em 16/12/2020; o próximo passo será o encerramento do convênio. Ou seja, foi firmado até o momento, um contrato adicional para contemplar 3 meses adicionais. Tal período, não deverá ser suficiente para verificação da efetividade da tecnologia;
- e) **Novos editais de pesquisa e inovação e demais instrumentos de fomento a pesquisas:** encontra-se sobre a previsão de planejamento, entre janeiro/21 e julho/23, e execução, entre junho/21 e novembro/25. Encontra-se em desenvolvimento o **Projeto de Incentivo à Inovação(PII)**, em parceria com a SEDE-MG (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais), apresentado à CT-EI em 03/11/2020. O projeto consiste em usar uma metodologia desenvolvida pela SEDE em parceria com SEBRAE-MG para demandas técnicas oriundas de outros programas da Fundação Renova, com duração estimada em 36 meses, e um edital a ser lançado para seleção de 15 projetos relacionados com 3 temas a serem definidos. O encaminhamento dado na 47ª Reunião Ordinária da CT-EI, em relação a este projeto, foi apresentar este projeto no GT-Desenvolve para elaboração de uma Nota Técnica. Além disso, com base em questionamentos apresentados pela Ramboll, relatados no relatório de nov/2020, a Fundação Renova também havia respondido que para esse projeto não seria possível tratar de demandas levantadas em campo junto aos atingidos, mas que em dez/20 seria apresentado à CT-EI um projeto que contemplaria essa demanda dos atingidos. Na 49ª reunião da CT-EI, este ponto não foi apresentado, sendo relatado apenas que se encontrava em negociação uma minuta do Acordo de Cooperação entre a Fundação Renova e a SEDE-MG;
- f) Outro projeto em fase de planejamento é a **Seleção Pública de Projetos para Replicação de Tecnologias Sociais:** apresentado durante a 49ª RO CT-EI, projeto proposto junto à Fundação Banco do Brasil com o objetivo de promoção de inovação e transferência de tecnologia, com duração de 25 meses. O Plano de Trabalho ainda não foi avaliado pela CT-EI, entretanto os pressupostos apresentados de participação social e aplicação de tecnologias sociais são aderentes aos princípios do TAC-Gov; após a apresentação realizada pela Fundação Banco do Brasil na 50ª reunião da CT-EI, esta deverá proceder à avaliação do projeto;
- g) Com relação à **pesquisa em execução pela Univale**, não foram reportadas atualizações pela Fundação Renova. A última atualização recebida foi via GOV 5455, com um relatório de atividades desenvolvidas pelo projeto de "Controle tecnológico dos tijolos de solo-cimento", no período de jul a out/20;e
- h) Além desses projetos, citou-se ainda uma potencial parceria da Fundação Renova com a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM visando à realização do projeto de **Desenvolvimento, produção, registro e aplicação de um herbicida orgânico**, apresentada à CT-EI em 03/11/2020; ao mesmo tempo em que o mesmo encontra-se em processo interno da Fundação Renova de formalização da parceria e aprovação pelo seu Conselho Curador (informações prestadas pela Fundação Renova na reunião acima), a Fundação Renova coloca que encontra-se aguardando a avaliação pela CT-EI. Do ponto de vista da CT-EI, conforme ata da 47ª Reunião Ordinária da CT-EI, o encaminhamento proposto (E47.9) foi de que a partir da

apresentação deste projeto pela Fundação Renova em parceria com a UFVJM ao GT-Desenvolve deverá ser elaborada uma NT para possível aprovação pela CT-EI.

Com relação ao indicador, não há mudança de status com relação ao mês anterior. Não há linhas de pesquisa internalizadas, ainda, para o processo de reparação conforme Figura 2.15-2.

Figura 2.15-2: Linhas de pesquisa selecionadas e internalizadas do "Eixo Inovação para Reparação"



Eixo: Fortalecimento de Capital Humano

Não houve o desenvolvimento de nenhuma ação neste eixo, no período de nov e dez/2020. Conforme relatado anteriormente, ao ser questionada a respeito, a Fundação Renova respondeu que "Para 2020, priorizou-se a contratação das pesquisas da Chamada 09/2018 e formalização do convênio Agroecologia FAPEMIG, bem como lançamento da Chamada Agroecologia com a FAPES".

O cronograma do novo documento de definição prevê a execução do **projeto "Fornecimento de bolsas para desenvolvimento de negócios"** entre janeiro/21 e junho/25 e do **projeto "Ações de fomento à formação educacional e profissional"** entre janeiro/21 e novembro/25. Contudo, considerando que, até o momento nada foi apresentado à CT-EI sobre estes projetos e que, após apresentados, ainda deverão passar por avaliação e aprovação do grupo, por se tratarem de recursos compensatórios, não foram obtidas evidências que indiquem o início da execução deste Eixo até janeiro de 2021.

2.16 PG016: Programa de Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras

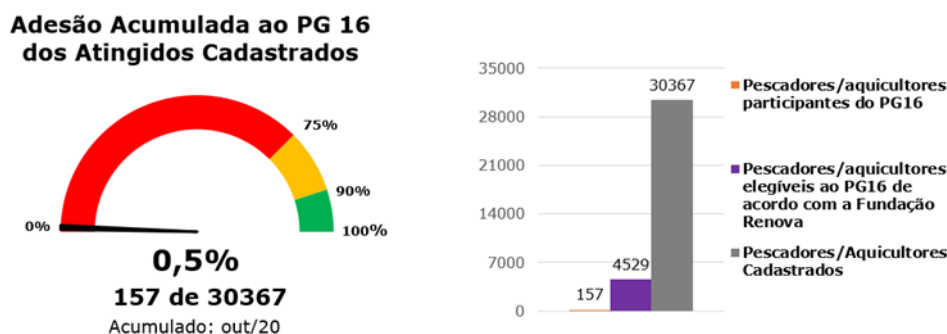
Durante os meses de dezembro e janeiro não foram obtidos dados referentes à adesão ao PG16, entretanto, conforme discussões junto à CT-EI, não houve inclusão ou início de nenhuma atividade que permitisse o ingresso de atingidos junto ao PG16 e que configurem atendimento. A única atividade que pode ter levado a um incremento de atingidos nos projetos da Fundação Renova refere-se ao ingresso da comunidade de Regência no projeto piloto “Cultivando Para Pescar”, entretanto as unidades produtivas ainda não foram implantadas.

Desta forma, a adesão acumulada de atendimentos do PG16 ao público considerado elegível pela Fundação Renova (pescadores profissionais e aquicultores regularizados), no mês de janeiro de 2021, apresentada neste relatório, refere-se a dados de outubro de 2020. São atendidas 157 pessoas, conforme apresentado na Figura 2.16-1, resultando em uma taxa de adesão de 0,5% do total de pescadores e aquicultores autodeclarados cadastrados.

Quando se considera a adesão geral ao PG16, considerando cadastrados e não cadastrados, o número de atendimentos totaliza 299 atendimentos, correspondendo a 1% da população cadastrada com impacto na aquicultura e pesca. Apesar do PG16 possuir, em sua definição apresentada pela Fundação Renova, como público alvo apenas os pescadores/aquicultores regularizados, o atendimento não é restrito a esses, havendo atendimento a pessoas não cadastradas nas ações do projeto piloto “Cultivando Para Pescar”, por exemplo.

Os atendimentos diretos estão sendo realizados no projeto piloto “Cultivando Para Pescar”, no município de Linhares/ES, nas localidades de Areal, Entre-Rios, Povoação e Regência; e também pelo Fortalecimento do Associativismo e Cooperativismo, nos municípios de Rio Doce/MG, Periquito/MG e Santa Cruz do Escalvado/MG.

Figura 2.16-1: Atendimento acumulado dos atingidos ao PG16 no período de outubro de 2020 em relação aos atingidos cadastrados (à esquerda). Gráfico de barras representando o montante de atingidos cadastrados acumulados em relação aos atingidos elegíveis ao PG16 de acordo com a última definição do PG16 e em relação aos pescadores e aquicultores cadastrados (Fontes: GOV 5378, Definição PG16 nov/20, RMM PG01 Anexo 4).



O público areeiro permanece sem atendimento pelo PG16. Em 16/12/2020, a Fundação Renova enviou o Ofício FR.2020.2088 contendo o Sumário Executivo de Atendimento aos Areeiros Regularizados, documento este que apresenta descritivo de atendimentos no âmbito de outros PGs (PIM, AFE, PG17, PG19) e informa, sem detalhamento, a situação atual dos areais visitados por ação de operação assistida, indicando que houve cessão de dano e sugerindo o encerramento das cláusulas 121 e 123 no que se refere ao atendimento aos areeiros. A Ramboll elaborou uma minuta com considerações acerca deste ofício apresentado pela Fundação Renova ao final de dezembro e a encaminhou à CT-EI. Neste documento fica pontuada a necessidade de requisição formal da Fundação Renova junto ao CIF de alteração do TTAC, com referência à cláusula 122, caso se objetive alterar o programa responsável pelo atendimento deste público, do PG16 para outro PG de retomada econômica. Pontua também a necessidade de informações complementares e da apresentação de um Plano de Ações da Fundação Renova para atendimento a este público e de comprovação da cessão do dano, conforme foi afirmado no referido ofício da Fundação Renova. A CT-EI não consolidou o documento minutado e não houve andamento na análise até o momento.

Em relação às ações realizadas pela Fundação Renova no âmbito no PG16 durante os últimos dois meses, destaca-se:

- Cultivando Para Pescar: inclusão da localidade de Regência no projeto piloto, localidade está prevista na Deliberação CIF nº 147/2017. Licenciamento para implantação das unidades produtivas nas quatro localidades (Entre-Rios, Areal, Povoação e Regência) ainda não finalizado. Não há previsão clara acerca da etapa de implantação;
- Fortalecimento do Associativismo e Cooperativismo: ASPIPEC e ASPERDOCE em processo de aditivo do contrato da empresa responsável pelo atendimento (empresa Plan), com previsão para ocorrer em fev/21; atendimentos remotos mantidos no período de pandemia. APIGUA e APAP em processo de elaboração de aditivo junto à empresa responsável pelo atendimento (empresa DVF), com risco de interrupção nas atividades das EBS (Empreendimentos de Base Solidária);
- Oficinas Devolutivas de Resultados (antiga Caravana de Resultados): a avaliação interna da Fundação Renova encontra-se em curso a partir das sugestões realizadas pela Ramboll ao final de dezembro/2020. Após a realização dos ajustes será feita a diagramação do material. Será solicitado o envio do material antes da sua apresentação aos atingidos;
- Projetos da Foz: rampa da ASPER com projeto básico e executivo aprovado e licenciamento ambiental iniciado; placas solares em processo concorrencial, com previsão de início das obras para 02/21. Edificação para armazenamento de pescado, apoio logístico e vigilância da APAP com projeto básico aprovado e em análise pela Fundação Renova, com previsão de finalização da análise até 01/21, não demonstrada até o momento;
- Diagnóstico complementar da Cadeia Produtiva da Pesca e Aquicultura e Estudo de Mercado: E-books referentes aos municípios do Alto Rio Doce atualizados. Atividades de campo permanecem suspensas. Aprovação da Deliberação CIF nº 480/2021 de 04/02/21, que indica a necessidade de cumprimento de apontamentos realizados na NT CT-EI nº 83/2020 acerca da estratégia de entrada nos territórios da empresa contratada pela Fundação Renova e a integração dos dados junto aos Planos de Desenvolvimento Territoriais e junto aos PG03 e PG04;
- Monitoramento e Caracterização Pesqueira: em etapa de supervisão e treinamento dos agentes de campo. Apresentado Plano de Trabalho durante a 11ª RO GT-PG16, tendo sido acordado que os dados coletados ficarão sob sigilo, disponíveis apenas para a instituição que realizará o trabalho e aos próprios declarantes. Destaca-se alguns pontos críticos:
 - Caracterização Socioeconômica: Municípios da Deliberação CIF nº 58/2017 e 167/2018 não foram incluídos, desrespeitando o que é hoje reconhecido no âmbito do Sistema CIF como área atingida;
 - Monitoramento Pesqueiro: recorte territorial inicial se deu baseado em distribuição de pescadores com RGP (Registro Geral de Pesca), não na distribuição de pescadores e aquicultores que declararam impacto, deixando municípios do Alto Rio Doce fora da primeira etapa do monitoramento. Foi encaminhado que o Alto Rio Doce seja incorporado na primeira etapa do monitoramento, encaminhamento este que deve ser acompanhado;
 - O processo não foi elaborado em construção coletiva junto aos atingidos e o público da pesca representa a maior quantidade de pessoas que ingressaram no cadastramento de atingidos para que seja avaliada sua condição de atingidos.

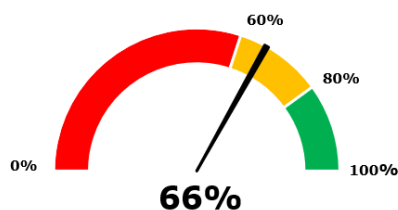
Os indicadores do PG16 elaborados pela Fundação Renova continuam não sendo reportados nos relatórios mensais e no relatório anual de 2020 enviados pela Fundação Renova ao CIF. A previsão era que iniciassem a apresentação dos mesmos em maio de 2020.

O indicador apresentado na Figura 2.16-2, acerca do nível de satisfação dos atingidos atendidos pelo PG16, não possui novos dados além daqueles apresentados em outubro de 2020. Estes dados refletem que, apesar da baixa aderência, quando os atingidos são atendidos pela Fundação Renova e suas

contratadas, o são de forma satisfatória (percepção positiva), mas não ideal.

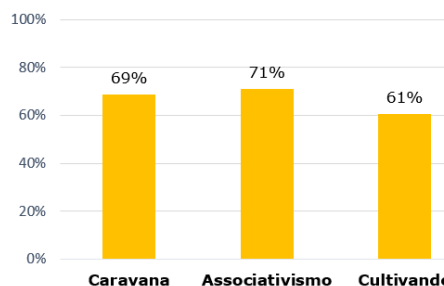
Figura 2.16-2. Nível de satisfação de atingidos atendidos pelo PG16, acumulado até outubro de 2020 (dados da Caravana não considerados na média por não se tratar de uma ação de atendimento direto) (à esquerda). Nível de satisfação acumulado das ações específicas da Fundação Renova no âmbito do PG16 (à direita).

Nível de Satisfação com o PG16 pelos Atingidos Atendidos



38 entrevistados

Acumulado: out/20



Andamento de ações CIF/CTEI

- NT de ajuste de cláusulas: a primeira versão da NT foi apresentada em 02/06/2020. Fundação Renova enviou, em 06/10/2020, seu parecer final acerca da NT, que possivelmente deve ser fechada em conjunto com a Fundação Renova por se tratar de uma revisão extemporânea. A CT não se manifestou ou realizou envio ao CIF da versão consolidada. A primeira versão da NT foi apresentada em 02/06/2020. Possui a finalidade de ajustar alguns conceitos do TTAC;
- NT de avaliação da Definição do PG16: NT em elaboração, acerca da nova versão da Definição do PG16, enviada em 04/12/2020 por meio do Ofício FR.2020.2003. A nova definição possui poucas alterações em relação àquela de agosto/19 e deverá ser avaliada pela CT-EI o mais breve possível (entretanto ainda sem data para finalização da NT);
- NT de avaliação do Edital de Chamamento Público Fundação Renova – Seleção de Projetos Coletivos para Fomento da Cadeia da Aquicultura e Pesca no Rio Doce / NT de avaliação da Requisição Técnica da Fundação Renova para contratação de ATER: os dois temas foram agregados no Ofício CT-EI/CIF nº 11/2020, de 16/12/2020, como forma de dar celeridade ao processo e direcionar as discussões acerca do referido Edital e ATER. Fundação Renova respondeu por meio do ofício FR.2021.0110, de 22/01/2021, em que presta esclarecimentos acerca do tema. O ofício da Fundação Renova ainda não foi avaliado pela CT-EI; e
- NT Intercâmaras de avaliação da Estratégia de Entrada nos Territórios da Walm: NT aprovada pela CT-EI sob o número de NT CT-EI nº 83/2020. A Fundação Renova solicitou a retirada do item de pauta da 50ª RO CIF, referente à minuta de Deliberação e apresentação da referida NT, a qual foi mantida. A Fundação Renova solicitou a retirada de um item da minuta de Deliberação, que possui a seguinte grafia: “Elaborar e apresentar um Procedimento Administrativo de Atendimento, em documento à parte, contendo estratégia procedimental do atendimento dos impactados da pesca, aquicultura e extração de areia por outros Programas da Fundação Renova que não o Programa de Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras (PG16), um quadro resumo das relações das áreas de atuação alternativas passíveis de serem levantadas pelo estudo do Diagnóstico Complementar da Cadeia Produtiva da Pesca e Aquicultura e Estudo de Mercado junto aos Programas da Fundação Renova que deverão realizar o atendimento. Esclarecer como será realizado o repasse de recurso do Programa 16 para outros Programas, em especial atenção no caso de o atendimento final ser realizado por programas de verba compensatória. Prazo de 90 dias”. Entende-se que o item, de fato, extrapola o conteúdo da Nota Técnica e seu objetivo, de avaliar a estratégia de entrada nos territórios da contratada da Fundação Renova. O pleito deste item retirado será realizado por meio de uma solicitação da CT-EI à Fundação Renova, na próxima reunião da CT-EI, em 11/02/21 (50ª RO CTEI). A Deliberação CIF nº 480/2021, aprovada em 04/02/2021, versa sobre a necessidade de ajustes à estratégia apresentada, conforme a NT CT-EI nº 83/2020.

2.17 PG017: Programa de Retomada das Atividades Agropecuárias

As atividades do Programa de Retomada das Atividades Agropecuárias do período avaliado neste relatório coincidem com o momento de quarentena motivada pela pandemia de Covid-19, sendo, portanto, reduzidas, restritas a reuniões e a algumas ações essenciais do programa.

Durante a 48ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Economia e Inovação – CTEI, realizada nos dias 09 e 10 de dezembro de 2020, apesar do *follow up* do programa ter sido pautado, em função de atrasos ao longo da reunião, o item foi retirado de pauta. Entretanto, a apresentação foi compartilhada aos membros da CTEI.

Na 19ª Reunião do GT-Agropec, realizada em 07 de janeiro de 2021, houve apresentação da Fundação Renova sobre as atividades do programa. Um destaque importante foi a substituição do fornecimento da silagem por cartão para aquisição de alimentação animal. Além disso, foi destacado o avanço na implantação de infraestruturas e de hortas e pomares. As informações com número de infraestruturas, hortas e pomares também foram enviadas pela Fundação Renova à Ramboll, em resposta à solicitação realizada em dezembro de 2020. As informações foram aplicadas na atualização do status dos indicadores.

O relatório mensal de dezembro da Fundação Renova indica que as atividades se mantiveram com o mesmo status do mês anterior. Entretanto, foi observada uma queda no número de horas de ATER para o Alto Rio Doce, sem justificativas. O relatório publicado em janeiro, refere-se às atividades desenvolvidas no ano de 2020.

Durante o período, a Ramboll avaliou os atestados das atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER realizadas pela empresa Organização Cooperativa de Agroecologia – OCA no Território 1 e apresentados pela Fundação Renova. Foi constatado que a equipe que vem atuando nas atividades de ATER é multidisciplinar, possui capacitação, no entanto é necessário definir uma diretriz clara para que as atividades sejam realizadas por profissionais habilitados para cada tema. Outro ponto crítico levantado se refere às horas de visitas mensuradas que se sobrepõem, quando mais de um técnico visita a mesma propriedade em mesmo horário e data. Essas horas são únicas e não podem ser medidas duplamente, uma vez que a atenção do produtor estará focada em apenas um dos técnicos, não sendo possível assimilar dois conhecimentos distintos, como por exemplo o manejo de uma praga do pomar e os cuidados com a desmama de bezerros, em um mesmo instante. A atenção dada ao técnico deve ser exclusiva para cada assunto tratado por aquele técnico. Também foi identificado, frequentemente, que as atividades de diagnóstico da propriedade e modos de vida da família são realizadas por vários profissionais em várias visitas, reduzindo o tempo das atividades de ATER disponíveis para a propriedade. É recomendado que o diagnóstico seja realizado em uma vistoria conjunta com profissionais da área técnica agrícola, veterinária, zootécnica e social, permitindo a otimização das horas disponíveis por propriedade e que as recomendações sejam aplicadas às demais empresas que realizarão as ações de ATER para os demais lotes a jusante da UHE Risoleta Neves.

No contexto da Decisão Judicial do Eixo nº 8 – Retomada das atividades econômicas, a alínea "b.4" do Item 3.2 da ação determina o prazo para fornecimento de silagem mensalmente até outubro de 2020, inclusive, ou quando houver deliberação definitiva deste juízo acerca do tema, após exame dos estudos conclusivos. Sobre essa determinação, a Fundação Renova fez uma petição, informando um cronograma de conclusão dos estudos. Um dos estudos, "Avaliação da qualidade do solo", que está sendo realizado pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), possuía o prazo de setembro de 2020. Até o momento, o documento sobre avaliação da qualidade do solo não foi apresentado. Em resposta à manifestação da AGU sobre esse item, as empresas não se manifestaram especificamente sobre esse item.

As informações disponibilizadas no período indicam que o fornecimento de silagem está sendo realizado para os dois territórios. Entretanto, as empresas apresentaram duas petições: na primeira, requerem a suspensão do fornecimento de silagem durante o período chuvoso (novembro/2020 a abril/2021) e encaminham parecer técnico elaborado pela Fundação Renova e declarações de produtores rurais solicitando a suspensão do fornecimento de silagem; na segunda, requerem a interrupção do fornecimento de silagem para produtores rurais que não estariam enquadrados nas hipóteses de fornecimento:

"Diante de indícios de não enquadramento de produtores, assim como daqueles informados na manifestação de ID 337669857, ao teor e objetivo das decisões proferidas por esse MM. Juízo relativas à obrigação de fornecimento de silagem às propriedades rurais impactadas a jusante de Candonga, requer-se a avaliação das informações prestadas pela Fundação Renova, para que seja autorizada a imediata interrupção do fornecimento de silagem para os produtores rurais aqui indicados e aqueles constantes da manifestação acima mencionada, a qual desde já se reitera, até que sejam esclarecidas as inconsistências apontadas e, caso seja constatada a fraude, seja autorizada a Fundação Renova a exigir dos produtores rurais o ressarcimento dos valores pagos indevidamente."

Até o momento, não houve manifestação do juiz no processo. Entretanto, de fato as manifestações de suspensão foram assinadas por alguns produtores. Também, a Fundação Renova apresentou relatórios e documentos que indicam inconsistências para alguns produtores que recebem o recurso para aquisição da silagem. Importante destacar, contudo, que parte dos critérios adotados pela Fundação Renova para concessão foram estabelecidos por si própria, não tendo sido objeto de decisão judicial, mas sim uma forma de interpretação e operacionalização realizada pela Fundação Renova, ainda não avaliada se aderente ou não pelo juízo da 12ª vara. A manifestação mencionada abaixo aborda, dentre outros pontos, também este item.

Outra manifestação no processo, ID 386776435, foi apresentada pelo Ministério Público Federal – MPF, em conjunto com o Ministério Público do Estado de Minas Gerais - MPMG, a Defensoria Pública da União – DPU, a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais - DPMG e a Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo - DPES para: (i) esclarecer, com detalhes, os casos de negativas no fornecimento de silagem, apresentando os documentos comprobatórios das razões de negativa de fornecimento; (ii) o prosseguimento do fornecimento de silagem enquanto não foram apresentados os estudos conclusivos (item 3.2, subitem b.4 deste Eixo 8); (iii) o fornecimento imediato de silagem para os produtores rurais cujo requerimento ainda esteja sob análise pela Fundação Renova; (iv) alteração dos parâmetros pela Fundação Renova para fornecimento de silagem para considerar o uso das Áreas de Preservação Permanente (APP) como área produtiva, a produtividade presumida de 70ton/ha/ano para 80ton/ha/ano, as exigências nutricionais dos animais e para que a silagem seja fornecida desconsiderando eventual redução do rebanho causada pelo rompimento da barragem; e (v) que o livre acesso da Fundação Renova às propriedades seja condicionada à prévia agenda de visitas.

As empresas se manifestaram, com relação aos casos de negativas no fornecimento de silagem, apresentando os documentos comprobatórios, informando os números e motivos de negativas. Ao todo foram recebidas 260 solicitações, dessas 116 foram consideradas inelegíveis, conforme figura abaixo:

Figura 2.17-1: Quadro de solicitações e detalhamento de elegibilidade (Fundação Renova)



Para o grupo não elegível por outros motivos, com 85 solicitações, houve o seguinte detalhamento:

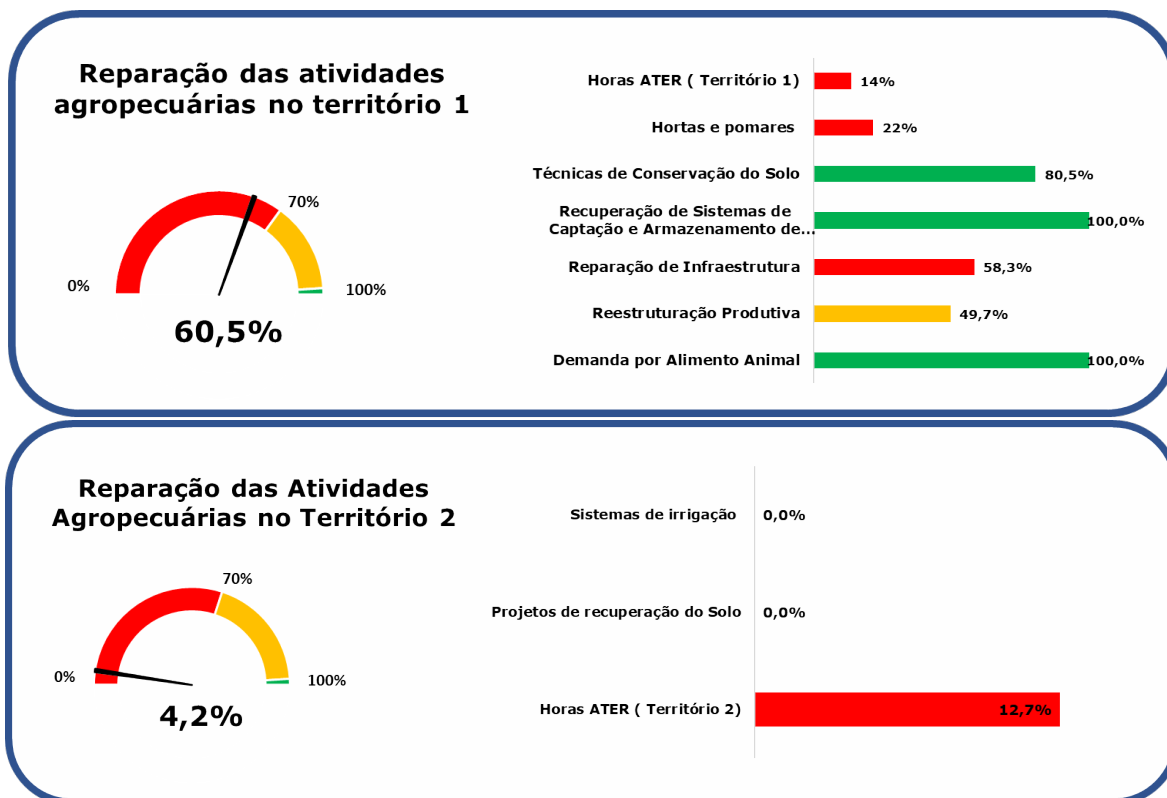
- 14 (quatorze) se referem a propriedades não impactadas;
- 19 (dezenove) não possuem evidências mínimas de atividade pecuária;
- 13 (treze) se encontram fora da calha do Rio Doce;
- 14 (quatorze) estão localizados à montante de Candonga;
- 5 (cinco) não possuem animais na propriedade;
- 9 (nove) não há mínima evidência de prejuízo na atividade pecuária;
- 3 (três) são solicitações em duplicidade;
- 1 (um) contém problemas fundiários; e
- 7 (sete) por motivos diversos (produtor que vendeu de propriedade, área impactada apontada no laudo do cadastro corresponde somente a APP, recusa do produtor, etc.).

Para um grupo com 21 requerentes, inicialmente também considerados inelegíveis, a Fundação Renova reabriu a análise dos casos em virtude de questões formais, e informa que “*não há que se falar, de forma genérica como apresentada pelos Requerentes, em fornecimento de silagem para os casos em análise*”.

Todos os demais pleitos formulados pelo MPF e demais instituições foram justificados pelas empresas que pedem que sejam indeferidos.

Os indicadores do programa para o Território 1 indicam uma alteração no período, referente principalmente à implantação de hortas e pomares e infraestruturas. Para o Território 2, não houve alteração no indicador (Figura 2.17-2).

Figura 2.17-2: Indicador Reparação das atividades para o Território 1 e 2.



O programa apresenta atrasos na implementação das ações, principalmente para o Território 2. Apesar do fornecimento de silagem e da contratação das empresas de ATER, as atividades foram ainda mais prejudicadas pelo período de quarentena causado pela pandemia.

2.18 PG018: Programa de Desenvolvimento e Diversificação Econômica

Com relação ao monitoramento e ao próprio andamento dos projetos nos meses de nov/20 a jan/2021, o PG018 é um dos que podem sofrer impactos de mudanças, tanto na gestão interna do sistema CIF /CT-EI (GT Desenvolve, p. ex.), como também na gestão municipal em Mariana, com possíveis alterações entre os participantes das reuniões de acompanhamento pela Câmara Técnica, em relação ao andamento dos projetos e respectivas Notas Técnicas, durante os meses de dez/20 e jan/21.

Para além da interrupção de fornecimento de informações à Ramboll, para que haja adequado monitoramento, a postura reativa por parte da Fundação Renova aliada a essas mudanças no âmbito da CT-EI, acabam por retardar, tanto o cronograma, como o fluxo de documentações, aprovações e, portanto, o andamento desses processos do final de 2020 até aqui. Afora isso, também a situação política municipal (no município de Mariana) de impedimento “provisório” do prefeito eleito para assumir o cargo, sendo substituído interinamente pelo novo presidente da Câmara dos Vereadores, também provocam incertezas a serem avaliadas, por exemplo, para a tramitação do projeto de lei dos Planos Diretor e de Mobilidade Urbana, a serem verificadas.

Eixo: Atração de Investimentos

Conforme apontado no PG15, a Nota Técnica nº 80 da CT-EI referente ao projeto “Casa do Empreendedor” (ação do PG18 que possui interface com o PG15 em função do Hub de Inovação) foi reapresentada na 46ª reunião da CT-EI sendo, dessa vez, aprovada. Ainda assim, houve discussão sobre o “Termo de Cooperação” mencionado na NT, em termos de prazo para as assinaturas, e a sugestão da coordenação foi de que 30 dias antes do início das operações tal termo deveria ser apresentado assinado à CT, sendo que esta apresentação não entrou em pauta até a 50ª Reunião Ordinária da CT-EI (fev/21). Outros projetos deste eixo, como os do “Distrito Industrial” e do “Laticínio Mariana”, discutidos e aprofundados em reuniões do GT-Desenvolve, também se encontravam em processo de encaminhamento no âmbito da Prefeitura Municipal de Mariana, em conjunto com a Fundação Renova, para possíveis aprovações posteriores pela CT-EI.

Em relação ao Plano Diretor e de Mobilidade Urbana de Mariana, ocorreu a audiência pública em 27/10/2020, em que os projetos foram bem aceitos, sendo os passos seguintes a aprovação pela Câmara Municipal de Vereadores e a sanção posterior pelo prefeito de Mariana. Por isso, somente a partir deste mês de fevereiro/21 é que se poderá verificar a situação deste projeto junto à nova administração municipal.

Quanto à ação “Incubadora de Negócios Locais”, incluída neste eixo na nova definição do PG18, apresentada à CT-EI, em out/20, de acordo com o GOV5468 este projeto *“será realizado em Mariana, com início previsto para 2022”*. Outras duas ações “Atração de Investimentos para os Polos Turísticos” (a ser desenvolvida pelo PG13, *“com interface a ser registrada em plano de ação conjunto”*, de acordo com o mesmo GOV5468) e a “Prospecção de Oportunidades e Articulação Institucional”, que também caberiam neste eixo do PG18, foram excluídas da nova definição do programa revisada e protocolada pela Fundação Renova junto à CT-EI.

Todas essas questões, algumas que já em trâmite com elaboração de NTs, deverão ser retomadas no âmbito do GT-Desenvolve, que do final de dez/20 até o mês de jan/21 vem passando por uma transição em sua coordenação, a ser redefinida a partir da 50ª reunião da CT-EI (fev/21).

Eixo: Geração de Trabalho e Renda

No período, houve avanço apenas no item **Projeto Agroecológico em Assentamentos na Bacia do Rio Doce**. De acordo com a Fundação Renova (GOV5466), realizou-se a reunião de *kick-off* com a COOPTERRA –Cooperativa de Beneficiamento, Comercialização e Prestação de Serviços de Agricultores Assentados, do Espírito Santo, em 30/10/2020. No mesmo GOV foi informado que para o Estado de Minas Gerais, o projeto encontra-se em fase de reestruturação.

Segundo o mesmo GOV5466, os atendimentos dos grupos e associações atendidos (Empreendimentos de Base Solidária (EBSs)) pelas consultorias PLAN e DVF continuam a ocorrer, sendo que no caso dos projetos acompanhados pela Brazil Foundation, estes se encontram em fase de finalização, devendo-se

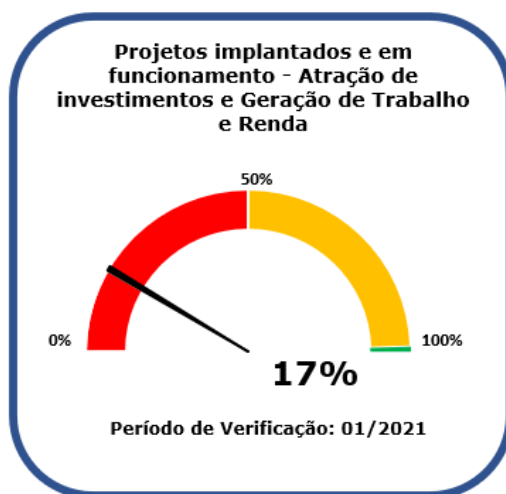
apresentar seus resultados em próximas reuniões da CT-EI, conforme *follow up* sobre o PG18, apresentado pela Fundação Renova na 49ª Reunião Ordinária. Já o projeto **Fortalecimento da rede de artesanato** foi excluído na nova definição do PG18 (ainda que não aprovada até o momento pela CT-EI, para encaminhamento ao CIF), e segundo a Fundação Renova os *"artesãos serão contemplados na linha de atuação dos **Negócios Coletivos e Individuais**"*.

Com relação ao projeto **Cadeias Produtivas**, segundo a Fundação Renova, o projeto da **Cadeia do Cacau** encontra-se em fase de negociação com entidades do Espírito Santo, tendo sido apresentado inicialmente no GT-Desenvolve. Na 49ª RO da CT-EI (jan/21) foi informado pela Fundação Renova, que o detalhamento do projeto pelo IMAFLORA não foi recebido, mas que assim que o mesmo for recebido passará por uma análise interna, sendo submetido à CT-EI. A previsão inicial para este envio era até o final de jan/21 porém na 50ª reunião da CT-EI foi solicitada uma postergação para que ocorra ainda em fev/21.

Com relação ao item **Promoção de Negócios Coletivos ou Individuais**, incluído neste eixo na nova definição do PG18, apresentada à CT-EI, de acordo com o GOV5468, este projeto deverá promover *"o fomento a projetos de geração de renda ao longo dos municípios listados no TTAC"*, devendo ter um edital a ser lançado durante 2021.

Até uma possível aprovação da nova definição do PG18, o indicador que aponta o avanço dos projetos implantados e em funcionamento dos eixos abordados continuará listando os mesmos considerados até aqui, encontrando-se na seguinte situação (Figura 2.18-1): houve um incremento na proporção de projetos em realização, com o início (parcial) do Projeto Agroecológico com a COOPTERRA, passando de 11 para 17% de projetos em andamento.

Figura 2.18-1: Projetos implantados e em funcionamento – Eixos: Atração de Investimentos e Geração de Trabalho e Renda.



Eixo: Financiamento

No período não houve avanço nas tratativas para uma alternativa de crédito que atenda ao público de MEIs. Com relação ao **Fundo Compete Rio Doce-MG** (GOV 5469), a Fundação Renova informou que *"não existe nenhum encaminhamento sobre possível renovação do contrato com o BDMG para nova operacionalização do Compete"*. Portanto, os dados deste fundo a serem apresentados por ora, restringem-se aos créditos concedidos, com possíveis liberações das 2ªs parcelas dos contratos, a partir de set/20.

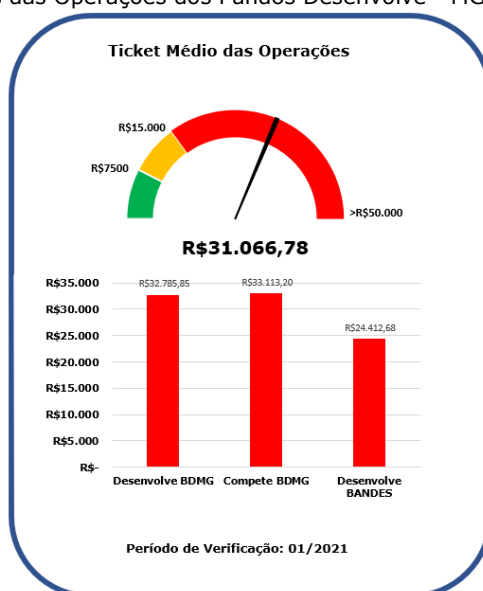
Com relação ao lançamento do **Compete-ES**, foi informado via GOV5463, que a assessoria técnica para operacionalização do Compete-ES encontra-se em fase de contratação, assim como que o produto para atendimento a MEIs no Espírito Santo encontra-se em análise interna para reavaliação de sua estratégia. Assim, não houve alteração do indicador com relação ao mês de set/20, como se verifica na Figura 2.18-2, abaixo.

Figura 2.18-2: Percentual de execução dos fundos em conformidade com as Deliberações CIF relacionadas.



A Figura 2.18-3 apresenta o ticket médio acumulado até novembro (GOV5634 – relatórios dos bancos BDMG e Bandes, ref. nov/20 - últimos dados recebidos da FR até o momento).

Figura 2.18-3: Tickets Médios das Operações dos Fundos Desenvolve - MG e ES e Compete Rio Doce-MG.



Em adição aos dados reportados até set/20, constantes do último relatório quadrimestral apresentado pela Ramboll (novembro/2020), apresenta-se abaixo o resultado das operações de crédito realizadas em out e nov/2020, que totalizaram um ticket médio acumulado desde o início da operação dos 3 fundos de: R\$ 31.066,78, sendo que os tickets médios dos fundos operados pelo BDMG (R\$ 33,1 mil do Fundo Compete-MG; e R\$ 32,8 mil, do Desenvolve-MG) são relativamente maiores do que o do Fundo Desenvolve Rio Doce-ES, operado pelo BANDES.

- O **Fundo Desenvolve-MG** somou R\$ 376,2 mil em 11 operações (Ticket Médio: R\$ 34,2 mil entre out e nov/2020);
- O **Compete-MG**, efetuou 12 operações num valor total de R\$ 562,0 mil (Ticket Médio: R\$ 46,8 mil, entre as operações de out e nov/20); e
- O **Fundo Desenvolve Rio Doce-ES**, realizou 3 operações num total de R\$ 110,3 mil no período (Ticket Médio de R\$ 36,8 mil, também neste período).

Em out e nov/20 também não foi identificado nenhum registro adicional de crédito obtido por empresas de atingidos pelo rompimento.

2.19 PG019: Programa de Recuperação dos Micro e Pequenos Negócios

Eixo Adequação dos Negócios às Novas Condições de Mercado

Não houve avanços significativos nas atividades do eixo neste período. Em apresentação de *follow up* do programa, realizada na CT-EI, nada foi exposto com relação a este eixo, e tampouco foi recebido algum novo documento, que já tivesse sido solicitado pela Ramboll à Fundação Renova. Afora o *follow up* apresentado na última CT-EI, não houve pontos deste programa na pauta da última reunião.

Eixo Recuperação das Condições de Produção

Durante o período monitorado foram esclarecidas algumas dúvidas com relação ao método de extração de filtros para seleção de atingidos que declararam perda econômica oriunda do desastre, permitindo a posterior verificação de elegibilidade ou não para atendimento pelo programa. Nestes esclarecimentos, foi informado (via GOV 5638), também, que a planilha "Relação de empresas", recebida pela última vez em set/20 (GOV 5154) não está sendo mais utilizada pelo Programa, por não aplicar os filtros necessários de território, atividade e impacto. Destaca-se que até setembro ela era enviada à Ramboll, onde inclusive foi reportada a divergência entre as bases de dados, em que se tornava impossível a contabilização correta dos atendimentos. Como estas divergências já foram ressaltadas e detalhadas em relatório anterior (out/20), ressalta-se novamente, a importância de seja definida uma base de dados correta, bem estruturada e sem alterações repentinas, tornando o dado incontestável e facilmente rastreável. Espera-se que a descontinuidade no uso desta planilha alavanque o desenvolvimento de uma base de dados que traga maior confiabilidade nas informações reportadas pela Fundação Renova.

Ainda no que tange à recuperação das condições de produção das empresas da região, para além do que foi explicitado também no relatório da Ramboll de out/2020, sobre as capacitações via SEBRAE e as queixas sobre a falta de apoio da Fundação Renova com relação a questões materiais, como conserto e reposição de estruturas e materiais danificados pela lama, existem as ações de *branding* e marketing territorial, que levaram à conclusão sobre o fornecimento de "kits" ("enxovais"), baseados na criação de uma marca "Rio Doce" e design de peças (sacolas, etiquetas, adesivos, entre outros) com essa "logomarca". Na 48ª Reunião Ordinária da CT-EI (dez/20), houve alguns questionamentos referentes às entregas desses "enxovais", cujos primeiros lotes começaram a ser entregues em Degredo e em Baixo Guandu. Naquele momento, a Ramboll também questionou acerca do prazo de entrega, pois a previsão era de que ocorressem ainda no mês de dezembro.

Tendo sido informado naquela reunião da CT-EI de que já haviam sido contratadas as empresas para fornecimentos desses "kits" e que, mesmo tendo sido recebidas as amostras dos itens que seriam distribuídos, estes teriam que passar por alguns ajustes, solicitou-se que as respostas a esses questionamentos pudessem ser feitas o mais rapidamente possível. Na 49ª reunião da CTEI informou-se, então, qual seria o cronograma dessas entregas: foi apresentado um quadro constando as entregas de bolsas térmicas, folders e tags, além de sacolas plásticas para a APARD durante o mês de jan/21; de sacolas para os empreendimentos "Ilha da Fantasia" e "Biscoito Conquista", já realizadas, e de folders e tags para ambas as entidades a serem realizadas até 25/01 (previsão); de sacolas de papel também para o "Ilha da Fantasia", a ser realizada em 13/01/21; de embalagens para pães de queijo para o "Biscoito Conquista", a serem realizadas em jan/21, e outros dois itens aguardando aprovação por esta entidade. Com estas entregas, o que se verifica é que esta ação começa a se desenvolver mais efetivamente, podendo-se avaliar futuramente, seus resultados concretos em termos de aumento de visibilidade e de faturamento/ vendas para esses empreendimentos.

Com relação aos atendimentos do IEL, foi informado via GOV 5649 que foi realizado o aditivo de prazo, escopo e remanejamento com previsão de início de atendimento para fevereiro/21 condicionada à aprovação da Fundação Renova.

Sobre as ações do projeto "Catarse Coletiva" e "Minha Casa em Mim", estavam sendo acompanhados e apurados os resultados com previsão de apresentação dos primeiros resultados a partir de janeiro/2021, entretanto não foi informado até então nenhum resultado à Ramboll. A comercialização dos produtos também está sendo realizada nas lojas Grande Hotel Ronaldo Fraga e do EduStorebr em Belo Horizonte/MG. Em resposta ao questionamento feito pela Ramboll sobre a continuidade do projeto (GOV 5651), a

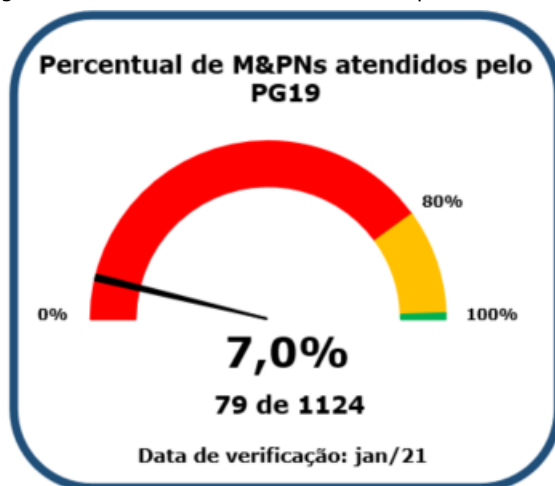
Fundação informou que o projeto “Catarse Coletiva” não terá continuidade, entretanto não justificou a decisão.

Com relação aos “Atendimentos Criare”, a Fase 3 do Projeto (“Empreendedorismo em Ação”), está em andamento, com sua 3ª turma. A turma 4 ainda não foi iniciada.

O atendimento à AHOBRO pela ELEVE foi cancelado pois o grupo não conseguiu realizar as atividades de forma remota. Decidiram pelo atendimento presencial após o término da pandemia.

Abaixo está ilustrado o resultado da mensuração do indicador do PG19 com dados referentes ao mês de dezembro/20.

Figura 2.19-1: Atendimentos realizados pelo PG19.



2.20 PG020: Programa de Estímulo a Contratação de Mão de Obra Local

Eixo Monitoramento das contratações locais

Os índices de contratação local estabelecidos na Deliberação CIF nº 55/2017 para contabilização da mão de obra local seguem sem ser alcançados pela Fundação Renova.

Na 49ª Câmara Técnica de Economia e Inovação (CT-EI) houve a apresentação, pela Fundação Renova, de informações do setor de suprimentos em relação às contratações de fornecedores locais e esclarecimentos, principalmente informações jurídicas, para a solicitação de “nada consta” e medição para algumas empresas e outras não, motivos pelos quais os fornecedores locais conhecidos não conseguiram participar de processos de licitações. Já havia sido pontuado pela Ramboll, em outras reuniões, a deficiência de informações relativas às contratações de mão de obra e de fornecedores no Portal da Transparência, tais como a não indicação do percentual de contratações pretendidas, ausência de dados sobre a quantidade de convites a fornecedores locais, em 2020, e a falta de segregação dos percentuais de contratação local por município, conforme NT nº 73/2019 e Deliberação CIF nº 352/2019. Além disso, há uma reclamação recorrente por parte de membros da CT-EI de que não apenas a Fundação Renova não se “esforça” para contratar serviços localmente, como também algumas de suas maiores fornecedoras, também passaram a contratar serviços como o de transporte, entre outros, com empresas de outras localidades e de outros estados. As respostas apresentada pela Fundação Renova sobre os critérios de elegibilidade e contratação não têm esclarecido adequadamente aos questionamentos, criando impasses entre os questionamentos pela CT-EI e as justificativas trazidas pela Fundação Renova para esse baixo nível de contratações que não atendem aos objetivos do PG20.

Um dos encaminhamentos da 49ª reunião da CT-EI foi de que a Fundação Renova deveria apresentar na 50ª CT-EI um levantamento percentual de quantos dos contratos possuem problemas com “nada consta”. Durante a 50ª reunião a Fundação Renova indicou que não possui um banco de dados estruturado para verificação de problemas enfrentados pelos fornecedores, tais como o “nada consta”, sendo, cada gestor de contrato “autônomo” no processo. A Fundação informou ainda que as tentativas internas de levantamento de informações junto às áreas de inteligência de suprimentos e auditoria interna não deram resultado; se comprometeram apresentar tais dados até meados de março/2021. A posição apresentada pelos membros da CT-EI é de preocupação pela falta de controle interno, havendo um potencial problema de *compliance* sem estratégias estruturadas de monitoramento. Tais preocupações se majoram quando considera-se que participantes na CT-EI, especialmente de Mariana, indicam que vem ocorrendo o fato de empresas contratadas pela Fundação Renova não estarem realizando o repasse de pagamentos à suas subcontratadas, sendo então urgente que se identifique se trata-se de situação pontual ou em que percentual a mesma vem se dando. A CT-EI demanda que sejam apresentados também quais os motivos, em nível de detalhe, de quais motivos impedem que os fornecedores locais não consigam ter maior participação no processo de contratação, de modo que se busque por ações para compensar o não atendimento aos índices de contratação local e/ou fomentar as contratações locais.

Com relação ao prejuízo que a comunidade de Degredo alega ter com relação à matéria prima das encomendas de biscoito que não foram adquiridas pela Fundação Renova, na 49ª CT-EI a Fundação Renova reportou ter solicitado à comunidade informações sobre os eventuais valores do prejuízo que tiveram com essa compra da matéria prima, porém, até o momento, alega-se que não foi recebida nenhuma informação. Durante a 50ª reunião da CT-EI ficou acertado que a ASPERQD, assessoria técnica do território de Degredo, suportaria a comunidade no levantamento dos prejuízos incorridos devido ao cancelamento do pedido feito pela Fundação Renova e haverá o encaminhamento destes custos à CT para que se busque solução. Ainda durante esta última reunião, surgiram três demandas relativas ao território: (i) capacitação das trabalhadoras da fábrica de biscoitos; (ii) elaboração de estudo de mercado; e (iii) elaboração de Plano Estratégico.

Quanto aos indicadores, foram recebidos novos dados de contratação de mão de obra local relativos ao mês de outubro/20, possibilitando a atualização dos indicadores, ainda que bastante defasada. Já em relação aos dados de contratação de fornecedores locais, novamente estes não foram enviados pela Fundação Renova sob a justificativa de que os contratos possuem cláusula de confidencialidade e que não haveria necessidade de tal informação para cumprimento do escopo da Ramboll, havendo um entendimento por parte da Fundação Renova que claramente impede o pleno cumprimento do monitoramento

independente buscado pela Ramboll. Portanto, foram mantidos os dados reportados no último relatório quadrimestral (nov/2021).

Figura 2.20-1: Contratação de mão de obra local no período.

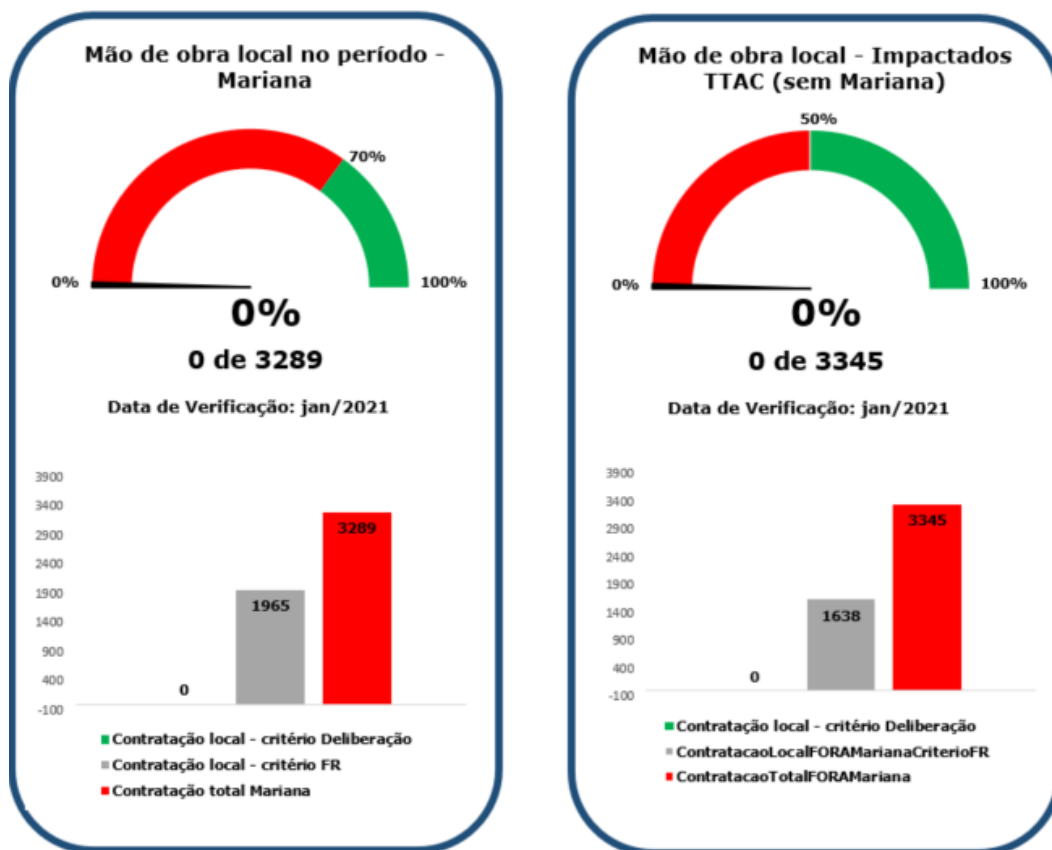
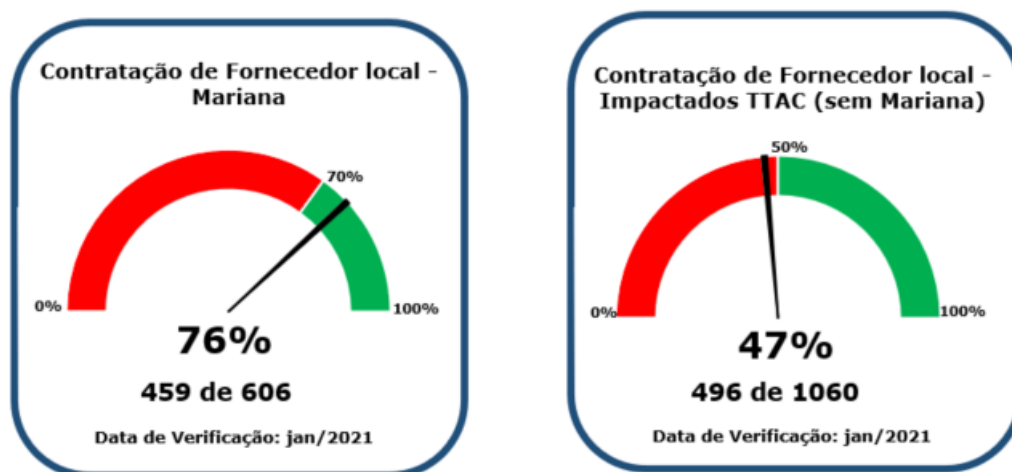


Figura 2.20-2: Contratação de fornecedores locais no período



Eixo Desenvolvimento da Competitividade de Fornecedores

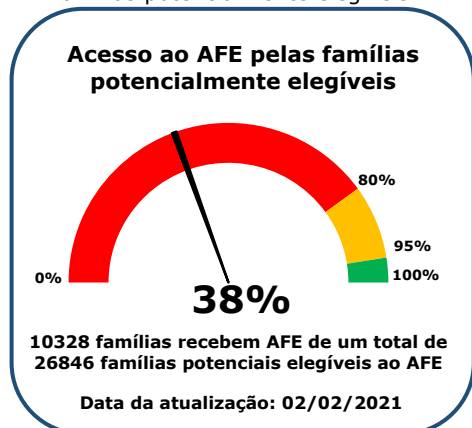
Foi solicitado pela Ramboll a atualização de informações sobre os cursos de qualificação em parceria com a plataforma *online* "Qualifica" e com o Senai (planilhas com inscritos, concluintes, desistentes, etc.), buscando entender se há previsão de retomada dos cursos de formação presenciais. A Fundação Renova retornou parte da informação solicitada, ficando pendente uma possível previsão de retorno das atividades presenciais. Ressalta-se nesta área a importância da oferta de capacitações e cursos profissionalizantes alinhada às necessidades das pessoas e territórios atingidos e não apenas às demandas da Fundação Renova e suas contratadas.

No período, houve o lançamento pela Fundação Renova do site “Recoloca Rio Doce”, desenvolvido pela Kienbaum, com o foco em prover apoio para a recolocação de trabalhadores no mercado de trabalho, além de treinamentos ofertados por esta consultoria, sobre resgate de objetivos profissionais, caminhos de carreira, currículo e entrevista. Como este site foi lançado recentemente, necessita-se ainda de um pouco mais de tempo para mensurar as adesões e utilização do mesmo para se efetuar alguma avaliação.

2.21 PG021: Programa de Auxílio Financeiro Emergencial

A Fundação Renova informa à CTOS, no Relatório de Monitoramento Mensal (RMM), que até o mês de dezembro (31/12/20) havia 14.671 titulares de auxílio financeiro emergencial, contemplando 18.050 dependentes e perfazendo um total de 32.721 pessoas assistidas pelo Programa. Em relação ao mês anterior, ocorreu a inclusão de 13 auxílios em função de decisão judicial e a exclusão de 77 auxílios - havendo assim a redução de 64 titulares e também a de 47 dependentes. A partir da análise da base de dados do PG21 disponibilizada à Ramboll²³, tem-se no mês de janeiro um total de 12.409 famílias²⁴ que recebem ao menos um auxílio financeiro emergencial, mesmo número identificado no mês anterior.

Figura 2.21-7: Indicador de acesso ao AFE pelas famílias potencialmente elegíveis.



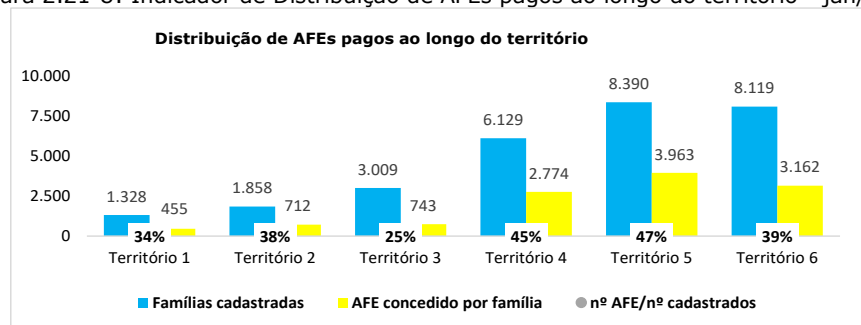
O indicador ao lado permite compreender o número total de famílias que recebem o Auxílio Financeiro dentro do universo de famílias que são potencialmente elegíveis ao seu recebimento, a partir dos critérios estabelecidos pelo TTAC aplicados aos dados disponíveis na base de dados do Cadastro Integrado. Foi diagnosticado que apenas 38% das famílias potencialmente elegíveis ao AFE recebem o auxílio.

Quanto ao status de avaliação dos cadastrados para ingresso no PAFE, a Fundação Renova reportou no RMM com dados de dezembro/20 que, de um total de 31.712 "cadastros com família" encaminhados ao PG21, 16.463 (52%) foram tratados. Destes, 3.862 (24%) foram considerados como "Impactados indiretos/não elegíveis"²⁵. Ainda do total de famílias cadastradas, 11.394 (36%) são classificados como "aguardando política"²⁶ e outros 3.855

(12%) encontram-se "em análise".

Ao analisar a distribuição do pagamento de auxílios financeiros ao longo do território da Bacia do Rio Doce, e considerando a territorialização utilizada pela Fundação Renova, nota-se que há considerável variação de atendimento entre os territórios, desde 25% até 47%. Os territórios 4 e 5 apresentam valor superior à porcentagem média de famílias cadastradas que recebem o auxílio (39%). Tais porcentagens se mantiveram inalteradas ao longo dos últimos meses.

Figura 2.21-8: Indicador de Distribuição de AFEs pagos ao longo do território - jan/2021



²³ Filtro 1535, disponibilizado no SGS e acessado em 02/02/2021. Apesar de o filtro ter sido disponibilizado pela Fundação Renova no SGS, baixado pela Ramboll na data de 02/02/21, e de os dados sofrerem atualização mensal, as datas de pagamentos referem-se até o mês dezembro/2019.

²⁴ É importante destacar que o RMM considera "titulares" como categoria de análise, enquanto a base de dados disponibilizada à Ramboll considera "família" como categoria de análise, o que explica a diferença de resultados. O número de famílias que recebem o AFE é diferente do número de titulares, uma vez que há famílias que possuem mais de um indivíduo recebendo o AFE. Em análise realizada em 30/06/2020, foi verificado que 1.888 famílias recebiam mais de um auxílio (variando de 1 a 7 auxílios por família).

²⁵ Note-se que a denominação de impacto indireto praticada pela Fundação Renova não está esclarecida e que os critérios para acesso ao AFE estão diretamente condicionados à perda de renda com interrupção da atividade em decorrência do desastre.

²⁶ Destaca-se a improcedência deste argumento, considerando que, nos termos do TTAC, o AFE não está associado a políticas indenizatórias ou que imponham algum tipo de tratamento específico, mas sim associado a Cláusulas específicas do TTAC.

Os dados de famílias vulneráveis identificadas no cadastro integrado indicam que 47% delas recebem auxílio financeiro emergencial.²⁷ É importante observar que este indicador permite observar o padrão de atendimento às condições de vulnerabilidade numa situação de desastre tendo em vista as recomendações presentes nas Plataformas Internacionais de Direitos Humanos ao tratar do tema que preconiza a transferência de renda como uma das medidas a serem adotadas. Contudo, observa-se que nem todos os vulneráveis atendem aos critérios de acesso ao AFE segundo as Cláusulas 137 e 138 do TTAC.

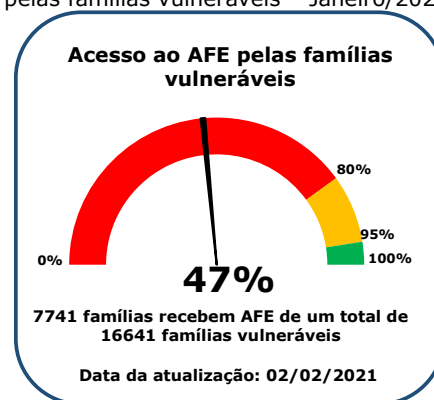
Em dezembro foi destaque ainda a Deliberação nº 457/2020 proferida pelo CIF, a qual aprova a Nota Técnica nº 47/CTOS-CIF que analisou o cancelamento unilateral pela Fundação Renova de 143 AFEs em outubro/2019. Foi determinado que a Fundação Renova proceda à revisão dos casos, promova revisão dos pareceres de avaliação de impacto e que institua procedimento específico e individualizado, obedecendo à ampla defesa e contraditório, nos casos em que o corte ou negativa de fornecimento de AFE for necessário, dentre outras questões. A Fundação Renova, no entanto, encaminhou Ofício ao CIF (FR.2020.2097) questionando a Deliberação e afirmando que não irá suspender os cancelamentos realizados em 2019.

A partir do mês de janeiro, passou a incidir a redução em 50% dos valores recebidos a título de AFE pelos agricultores e pescadores de subsistência. Na 50ª Reunião Ordinária da CT-OS foi informado pela Fundação Renova que o regime de transição do AFE, previsto em decisão da 12ª Vara, foi integralmente cumprida e esclareceu que passaram por esse processo de transição todos os AFEs de pesca de subsistência e de agricultura de subsistência concedidos pela Fundação Renova e assim estão enquadrados dentro do sistema. Afirmou que em atendimento integral do que foi determinado pela decisão, todos os AFEs atrelados a pesca de subsistência e de agricultura de subsistência sofreram a redução de 50%. Observa-se que, segundo a Fundação Renova, essa situação corresponde a cerca de 5.000 AFEs, o que corresponde a 34% do total de 14.671 titulares declarados no RMM do mês de dezembro (31/12/20).

Diante disso, foi encaminhado à Fundação Renova, em 19/01/2021, o Ofício nº 001/2021/CTOS-CIF, no qual a CT-OS solicita esclarecimentos sobre quais os critérios utilizados pela Fundação Renova para operacionalização do Regime de Transição aos AFE subsistência na Bacia, quais as medidas adotadas pela Fundação Renova para informar, em tempo hábil, as pessoas atingidas submetidas ao Regime de Transição sobre os respectivos cortes, e informações acerca das manifestações individuais realizadas junto à Ouvidoria sobre AFEs cancelados de forma indevida e tratamento também por outros canais de relacionamento. Solicita ainda que seja apresentados: (a) Quantitativo de AFEs inseridos no “Plano de Transição” conforme categoria profissional e município do atingido; (b) Quantitativo de manifestações individuais e coletivas trazidas a conhecimento da Fundação Renova a respeito de casos de corte de 50% indevido com o quantitativo das respostas oferecidas e indicação da data da manifestação e data da resposta; (c) Conteúdo dos pareceres individuais e das cartas expedidas aos atingidos com a comunicação da decisão, caso enviadas; (d) Estudos e detalhamentos técnicos e normativos que embasaram a definição das categorias profissionais e/ou sociais alcançadas pela medida de corte e/ou redução do AFE e a configuração da atividade de subsistência pela Fundação Renova, com relação à pesca e à agricultura alcançados pela decisão judicial.

O juiz da 12ª Vara, no dia 18/01/2021, proferiu decisão na qual acolhe parcialmente algumas das questões apontadas pelas instituições de justiça (MPF e defensorias), afirmando que a pesca artesanal não se confunde com a pesca de subsistência, assentando que todo e qualquer corte de AFE deve obrigatoriamente observar o devido processo legal (que inclui notificação prévia, contraditório e ampla defesa e encaminhamento de decisão individualizada e fundamentada, especificando de forma minuciosa os motivos que levaram ao corte) e assentando que a proibição de comportamento unilateral e arbitrário da Fundação Renova, no que tange ao corte de AFE, se aplica a todas as categorias de atingidos. Além

Figura 2.21-9: Indicador de Acesso ao AFE pelas famílias vulneráveis – Janeiro/2020



²⁷²⁷ O número total de famílias vulneráveis considerado neste indicador refere-se a dez/2019, uma vez que os pagamentos de AFE são reportados só até dez/2019, embora atualizados mensalmente.

disso, com relação ao regime de transição para a categoria de subsistência, ele determinou que o auxílio – no valor de 50% – deve ser mantido durante todo o ano de 2021, ficando a substituição pelo “kit proteína” então postergada para 2022, em data a ser definida oportunamente pelo juízo.

Destaca-se ainda que, após aprovação pelo CIF da Deliberação nº 417, que determinou a prorrogação do Programa por um ano, da Deliberação nº 420/2020, a qual aprovou o escopo do Programa com ressalvas, e da Deliberação CIF nº 452, a qual determinou a aplicação de penalidade pela afirmação de que não seria cumprida a anterior, a Fundação Renova protocolou junto à 12ª Vara Federal um incidente de divergência do TTAC no dia 13/11/2020, no qual afirma que o CIF, ao determinar a “adequação” do escopo do PAFE, a fim de contemplar (i) as atividades de subsistência, (ii) mecanismos focados na mitigação e superação da vulnerabilidade social, (iii) critérios que superem a condição de perda direta de renda alinhados ao conceito de vulnerabilidade e ao contexto do rompimento, pretende ampliar deliberadamente o conteúdo das obrigações do TTAC. Nesse contexto, requereram a suspensão do item 4 da Deliberação CIF nº 452, o qual determina aplicação de multa, bem como que o Juízo reconheça os critérios e o escopo do PAFE nos termos do TTAC, e que seja indeferida a prorrogação do prazo do PAFE, além de declarada a nulidade das Deliberações CIF nº 417, 420 e item 4 da Deliberação nº 452. Até o momento os pedidos ainda não foram apreciados.

Ponto de atenção:

Desde janeiro/2020, a Fundação Renova não apresenta base de dados atualizada do PG21. A base disponível com as informações de pagamento por mês apresenta pagamentos efetivados apenas até dezembro/2019. Por isso, os indicadores construídos não refletem as oscilações efetivamente ocorridas durante o ano de 2020 e janeiro de 2021, como cancelamentos de AFEs, redução do valor em 50% e eventuais inclusões. Durante o ano de 2020, a Ramboll solicitou à Fundação Renova a disponibilização dos dados atualizados a partir da atualização do filtro 1535 ou, alternativamente, a disponibilização de um filtro com essas informações. Em resposta, a Fundação Renova apresentou uma planilha de movimentações bancárias na qual não constam os mesmos dados utilizados para monitoramento, tais como COD_PESSOA, id_sgc e valores pagos por mês desde o início do fornecimento. A não apresentação atualizada desses dados – os quais permitiriam o cruzamento com as demais bases de dados da Fundação Renova, a exemplo da base do cadastro – gera prejuízos ao monitoramento do programa.

2.22 PG022/41: Programa de Gerenciamento dos Programas Socioeconômicos e Socioambientais

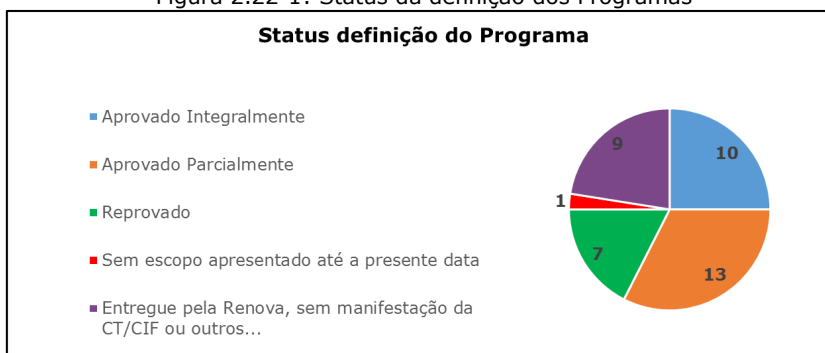
Nos meses de dezembro de 2020 e janeiro de 2021, nenhum dos cronogramas no formato “.mpp” foi enviado pela Fundação Renova. Com isso a avaliação dos Programas através da análise dos cronogramas não pode ser realizada devido à falta de informações, consequentemente, impedindo a continuidade no monitoramento dos indicadores conforme já vinha sendo elaborado nos últimos meses. Desta forma, os indicadores Taxa de alteração dos cronogramas e Taxa de alteração dos prazos dos cronogramas não puderam ser atualizados para este relatório.

Dentre os 42 programas, o PG37 está encerrado e o PG22 e PG41 são avaliados como um único programa, assim, 40 programas foram avaliados de acordo com o status das suas definições e revisões perante o CIF.

Tendo como referência os dados coletados a partir das informações obtidas tanto para o mês de dezembro de 2020 quanto janeiro de 2021, foi possível verificar que em comparação ao mês de novembro de 2020 houve alteração de status de definição de um dos 40 programas avaliados: o PG38 passou do status “Entregue pela Renova, sem manifestação da CT/CIF ou outros...” para “Aprovado Parcialmente”.

De acordo com o status das definições dos programas, é possível verificar que somente 25% dos programas (quatro socioeconômicos e seis socioambientais) possuem o status de definições aprovadas integralmente pela governança externa, isto é, pelo Comitê Interfederativo (CIF). O restante encontra-se na categoria de parcialmente aprovado 33% (cinco socioeconômicos e oito socioambientais), reprovados 18% (sete socioeconômicos), ou não possui definição de escopo apresentado até a presente data 3% (um socioambiental) e entregue pela Renova, sem manifestação da CT/CIF ou outros 23% (seis socioeconômicos e três socioambientais). (Figura 2.22-1)

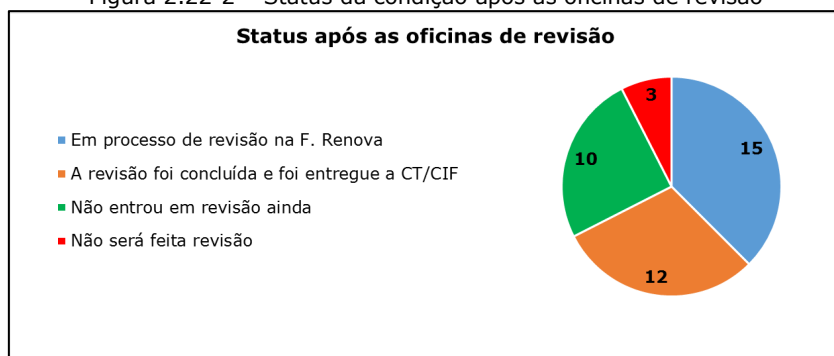
Figura 2.22-1: Status da definição dos Programas



Como resultado, então, em consideração ao status após as oficinas de revisão, foi possível identificar que um dos 40 programas teve a alteração de status: o PG38 passou do status “Em processo de revisão na F. Renova” para “A revisão foi concluída e foi entregue a CT/CIF”.

Sendo assim foi possível identificar que 38% dos programas (nove socioeconômicos e seis socioambientais) possuem o status de em processo de revisão na Fundação Renova, enquanto 30% encontra-se com status de que a revisão foi concluída e foi entregue ao CT/CIF (sete socioeconômicos e cinco socioambientais). Outros 25% dos programas (seis socioeconômicos e quatro socioambientais) foram categorizados como não entraram em revisão ainda, enquanto 8% dos programas (três socioambientais) não serão feitas revisões. (Figura 2.22-2)

Figura 2.22-2 – Status da condição após as oficinas de revisão



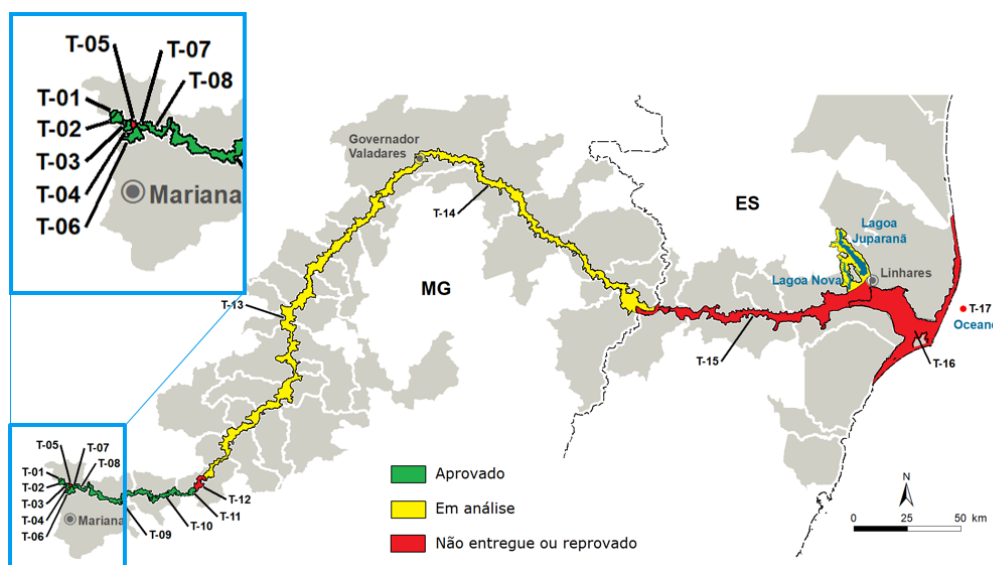
2.23 PG023/PG024: Programa de Manejo de Rejeitos e Sistemas Contenção e Tratamento de Rejeitos *In Situ*

A definição de escopo do PG23 - Programa de Manejo de Rejeitos e do PG24 – Sistemas de Contenção e Tratamento de Rejeitos *in situ* foi aprovada por meio da Deliberação CIF nº246, de 30 de novembro de 2018, com base nas Notas Técnicas da CT-GRSA nº 09/2018 nº 10/2018. De acordo com estas Notas Técnicas, os projetos estabelecidos para atendimento das obrigações do TTAC são:

- PG23: (i) Caracterização Ambiental Detalhada da Área Ambiental 1; (ii) Plano de Manejo de Rejeitos (PMR); (iii) Gestão da Qualidade do Ar; (iv) Gestão de Áreas Contaminadas; (v) Estudos Complementares; (vi) Proteção do Sistema Lacustre do Baixo Doce;
- PG24: (vii) Obras para reforço das estruturas de contenção existentes e construção de estruturas emergenciais para a contenção de rejeitos; e (viii) Propostas de estudos e tratamentos para redução do transporte de rejeitos e redução da turbidez nos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce até a UHE Risoleta Neves.

De forma a facilitar a aplicação do Plano de Manejo de Rejeitos, a área ambiental 1 definida no TTAC foi dividida em 17 trechos: (i) trechos 1 a 4 estão contidos na área da Samarco (extensão: 8,7 km); (ii) trechos 5 a 12 estão entre Bento Rodrigues e UHE Risoleta Neves (extensão: 121,6 km) ; (iii) trechos 13 a 14 até a UHE Mascarenhas (extensão: 400 km); (iv) trechos 15 e 16 até a foz do Rio Doce, incluindo praias restinga e mangues (extensão: 142 km) e (v) trecho 17 corresponde à área marinha (sem delimitação).

Figura 2.23-1: Espacialização do status de aprovação dos Planos de Manejo de Rejeitos



Conforme apresentado na Figura 2.23-1, os Planos de Manejo de Rejeito aprovados no sistema CIF referem-se aos seguintes trechos (indicador INFRA.23.01 - Situação da Elaboração dos Planos de Manejo de Rejeitos): 1 a 4 (8,7 km); 6 e 7 (10,9 km); 8 (9 km); 9 (58 km); 10 e 11 (30,8 km), somando uma extensão de 117, 4 km de um total de 672,3 km dos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce e seus tributários atingidos.

Durante a 50ª Reunião Ordinária da CT-GRSA, a Fundação Renova apresentou o orçamento do PG23 para o ano de 2021. O orçamento anual é de R\$152,1 milhões, o qual será distribuído da seguinte forma:

- R\$ 51,9 milhões para os barramentos de Linhares, no trecho 16. Os custos se referem aos gastos previstos caso ocorra o descomissionamento da ensecadeira no período de abril a setembro de 2021, PRAD e perícia da ACP. Deve-se ressaltar que o eixo está judicializado e as ações dependem de aprovação do juiz;

- R\$ 45,8 milhões para gastos gerais. Estes gastos serão destinados aos pagamentos das consultorias técnicas (Golder, TetraTech, NHC e UFV), da perícia da ACP, da auditoria realizada pelo Ministério Público Federal, dos gastos relacionados à engenharia, licenciamento, fiscalização e comunicação do plano de manejo e conscientização ambiental;
- R\$ 21,1 milhões para ações dos planos de manejo de rejeitos: manutenção da bioengenharia e controle da erosão, recuperação das lagoas marginais e expansão da renaturalização do rio Gualaxo;
- R\$ 17 milhões para áreas contaminadas;
- R\$ 8,9 milhões para investimentos em ações de monitoramento da qualidade do ar em Mariana, Barra Longa e Rio Doce; e
- R\$ 7,2 milhões para a realização de estudos complementares, como os estudos hidrossedimentológicos e o convênio com a UFMG para uso econômico do rejeito.

Trechos 1 a 4: Barragem de Fundão ao Dique S3

As ações de manejo de rejeitos nos Trechos 1 a 4 estão com os projetos aprovados pela SEMAD e licenciadas dentro da LOC (Licença de Operação Corretiva) de Germano. A Fundação Renova apresentou na 50ª Reunião Ordinária da CT-GRSA o avanço da implementação das ações de manejo de rejeito nos Trechos 1 a 4.

De acordo com os dados apresentados, foram finalizadas, em 02 de dezembro de 2020, as seguintes obras: (i) limpeza do espelho d'água e revestimento de drenagem lateral com enrocamento e correção de erosões em taludes de aterro e enrocamento no ITS-05; (ii) instalação de bueiros no ITS-03 e ITS-05; (iii) instalação de retentores de sedimento, plantio e enrocamento, no ITS-06.

Estão previstas as realizações das seguintes obras no ITS-02 e Cânion T3, respectivamente: (i) instalação de bueiro no ITS-02, até 20 de janeiro de 2021. (ii) Hidrossemeadura de taludes imediatamente à jusante da barragem de Fundão e margens esquerda e direita do Córrego Santarém, instalação de drenagens de acesso em concreto, e revestimento de drenagem em concreto e pedras argamassadas, até 15 de março de 2021

Em relação ao restauro florestal, a Fundação Renova reportou à 50ª Reunião Ordinária da CT-GRSA o cronograma de novembro de 2020 como mês de referência para os seguintes restauros: 100% concluídos no trecho 01; 88,19% concluídos no trecho 2; 56,73% concluídos no trecho 3; e 72,41% concluídos no trecho 04. Como ações complementares do PMR dos trechos 1 a 4, a Fundação Renova comunicou que houve a realização de coleta de amostras simples, como previsto no Plano de Adensamento; amostras de referência em todos os transectos extra calha e metodologia do *screening* com sondagem nas margens.

Trecho 5: Bento Rodrigues e Dique S4

Como forma de contenção de rejeitos na fase emergencial, a Samarco construiu em 2017 o Dique S4 no distrito de Bento Rodrigues. Na Cláusula Segunda (item II) do "TTAC do Dique S4", a Samarco e suas acionistas se obrigam a restituir as áreas requisitadas para construção do dique aos respectivos proprietários e possuidores em condições de uso até 31 de julho de 2019. Contratada pela Samarco, a WALM apresentou o estudo que contempla sete alternativas que combinam remoção total, parcial ou manutenção do Dique S4 com alternativas de manejo de rejeitos que vão desde a contenção *in situ* até a retirada total dos volumes depositados intra e extra calha.

O reservatório do Dique S4 tem uma área de inundação de 281,7 mil m² na cota do vertedor (El. 697,50m), podendo chegar a uma área de inundação de até 358,1 mil m² na cota da crista (El. 699,50m), em cenários extremos. Das 236 propriedades mapeadas pela Fundação Renova no distrito de Bento Rodrigues, temos a seguinte situação: 29 propriedades estão submersas – o correspondente a uma área de 200,6 mil m² abaixo da cota do vertedor – El. 697,50 m e 21 propriedades estão sujeitas a inundações – o correspondente a uma área de 46,4 mil m² abaixo da cota da crista do dique S4 – El. 699,50 m.

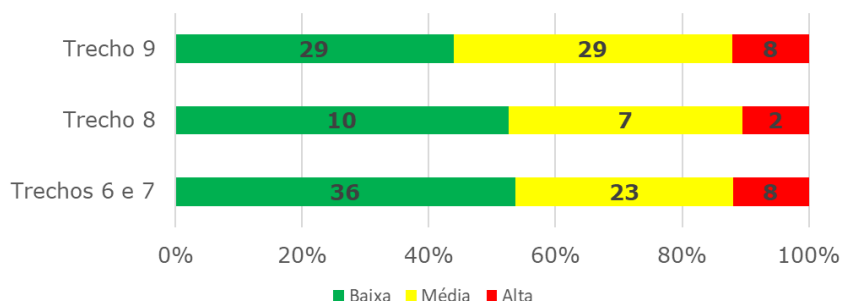
No caso do Trecho 05 não foi possível aprovar este plano sem antes definir o uso futuro do distrito de Bento Rodrigues, bem como, as tratativas relativas ao descomissionamento do Dique S4, de acordo com a Nota Técnica CT-GRSA nº 26/2019.

Trechos 6 a 12: Rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce até a UHE Risoleta Neves

Os trechos 6 a 9 apresentam um volume aproximado de rejeitos de 8 milhões de m³ de rejeitos, sendo que cerca de 86% deste montante está na porção extra calha, às margens do Rio Gualaxo do Norte.

Entre os meses de agosto e setembro de 2020, a Ramboll acompanhou em campo a situação de estabilidade dos depósitos extra calha através da avaliação da criticidade para manutenção dos pontos de controle de erosão através de um questionário que considera a existência de erosões e a necessidade de intervenção. Os locais vistoriados são previamente selecionados com base nos pontos da Operação Watu (SEMAD), pontos críticos apontados nos Planos de Manejo de Rejeitos e lista de pontos do item 3 do Eixo Prioritário 1. Conforme apresentado na Figura 2.23-2, todos os trechos vistoriados apresentam pontos com necessidade de manutenção (criticidade alta).

Figura 2.23-2 – Criticidade para manutenção de pontos de controle de erosão - pré período chuvoso 2020/2021.

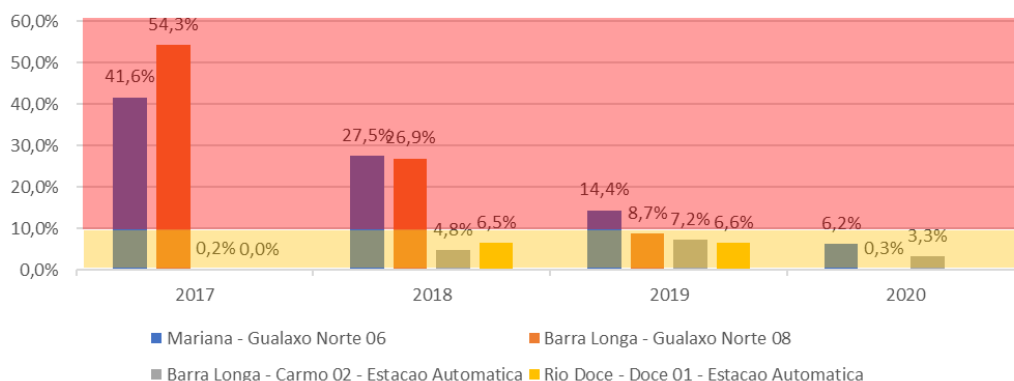


O Trecho 12 é o lago da UHE Risoleta Neves, seu Plano de Manejo de Rejeito somente será aprovado após resolução das questões relativas ao PG09 – Recuperação da UHE Risoleta Neves.

Monitoramento da Turbidez nos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce

Considerando as medições horárias de turbidez durante o período seco de 2017 a 2020 nas estações automáticas do PMQQS entre nos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce até a UHE Risoleta Neves, os dados até julho de 2020 mostraram uma diminuição na porcentagem de desconformidades, ou seja, o tempo em que a turbidez esteve acima de 100 NTU diminuiu ao longo do tempo. Cabe ressaltar que a estação automática RDO-01, localizada no trecho 11, não está funcionando desde dezembro de 2019.

Figura 2.23-3: Porcentagem de registros de turbidez acima de 100 NTU nas estações automáticas RGN-06, RGN-08, RCA-02 e RDO-01 nos períodos secos de 2017, 2018, 2019 e 2020.



Monitoramento da Qualidade do ar

Em relação ao monitoramento de qualidade do ar, a Ramboll elaborou o indicador INFRA.23.04 Qualidade ar para classificação dos resultados de PM10 (Partículas Inaláveis <10µm) em: (i) Boa; (ii) Moderada; (iii) Ruim; (iv) Muito Ruim ou (v) Péssima. Esta classificação é baseada nos procedimentos da Resolução CONAMA nº 491/18 e IQAr da CETESB (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo).

Analizando os dados disponibilizados pela Fundação Renova, nas suas três estações automáticas de medição, a Ramboll pode verificar que os resultados indicam majoritariamente a qualidade do ar como “Boa”, sendo: Barra Longa/MG: Centro (74,18%), Volta da Capela (90,66%) e Gesteira (82,97%); Mariana/MG: Paracatu (81,32%); e Rio Doce/MG: Santana do Deserto (86,81%).

Projeto de Renaturalização

O Projeto de Renaturalização no âmbito do Eixo Prioritário 1 – Recuperação ambiental extra e intra calha é tratado na Ação Civil Pública 6975861.2015.4.01.3400. O item 4 refere-se à apresentação do relatório com os resultados do projeto-piloto de renaturalização realizado no rio Gualaxo do Norte, Trechos 6 e 7. É necessária a entrega ao Sistema CIF dos seguintes itens: (i) relatório parcial referente aos resultados da Campanha de Monitoramento Ambiental 03, até fevereiro de 2020; (ii) relatório parcial referente aos resultados da Campanha de Monitoramento Ambiental 04, até dezembro de 2020; (iii) apresentar o relatório final consolidado do projeto-piloto de renaturalização realizado no rio Gualaxo do Norte, Trechos 6 e 7, até fevereiro de 2021, conforme Plano de Amostragem que é condicionante da Licença Ambiental de Manejo de Fauna emitida pelo IBAMA. O item 5 da ACP 6975861.2015.4.01.3400 (Eixo Prioritário 1 – Recuperação ambiental extra e intra calha) se refere à apresentação do projeto, com cronograma de execução, para renaturalização em outras áreas dos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce. Especificamente, o item 5.1 refere-se à conclusão até outubro de 2020 da expansão do projeto para os novos trechos.

De acordo com a Deliberação CIF nº 474, de 25 de janeiro de 2021, considerando a descrição das entregas dos itens do Eixo Prioritário 1, o disposto na Nota Técnica CT-GRSA nº 01/2021, foi deliberada a aprovação da dilação de prazo das entregas referentes aos itens 4ii, 4iii e 5.1 do Eixo Prioritário 1 da ACP Eixos Prioritários, ficando para tanto, as entregas dos itens 4ii, 4iii e 5.1 pactuadas respectivamente para fevereiro de 2021, abril de 2021 e agosto de 2021.

Trechos 1 a 16: Barragem de Fundão até a foz, incluindo praias, restinga e mangues

Estudos de balanço e transporte de sedimentos intra e extra calha

A Deliberação CIF nº 475/2021 delibera sobre a manifestação do CIF perante os documentos protocolados pela Fundação Renova sobre a entrega do item 10.1 do Eixo Prioritário 1 - Recuperação ambiental extra e intra calha. O item se refere à apresentação dos estudos de balanço e transporte de sedimentos intra e extra calha dos trechos 1 a 16. De acordo com a deliberação, os estudos entregues não atenderam ao objetivo geral e a maior parte dos objetivos específicos.

Para atendimento dos objetivos específicos foi solicitada a complementação com a ampliação das campanhas amostrais e a incorporação de análises mais precisas. Para isso, deverá ser refeita a estruturação das Fases I (identificação e análise das informações disponíveis para reconhecimento das limitações dos dados e planejamento e implementação de levantamento complementar) e II (diagnóstico da produção e transporte de sedimentos na bacia do rio Doce, com base na análise dos dados disponíveis da fase anterior e na simulação do balanço do comportamento hidrossedimentológico do conjunto da bacia), de modo a evitar a replicação de erros na Fase III (avaliações computacionais em trechos ou locais específicos identificados nas fases anteriores). As considerações da NT 02/2021 devem ser refletidas nos relatórios da Fase III.

A Deliberação CIF nº 475/2021 ressalta que o não acatamento das recomendações no período chuvoso de 2021 poderá implicar em prejuízo para a execução do Programa de Manejo de Rejeitos.

Estudo geomorfológico do trecho do rio Doce a jusante da UHE Risoleta Neves

O estudo geomorfológico do trecho do rio Doce a jusante da UHE Risoleta Neves, previsto no escopo dos estudos de transporte de sedimentos, está inserido no Eixo Prioritário 6 - Medição de performance e

acompanhamento. Sua entrega deve estar em conformidade com o que foi aprovado no âmbito da CT-GRSA, contendo também imagens remotas (análises geoespaciais), e ao disposto no Ofício FEAM/CT - GRSA nº. 58/2020 (SEI 8795407).

Os objetivos específicos do estudo são: (i) Análise e discretização dos dados disponíveis em estudos anteriores; (ii) Caracterização dos trechos de estudo; (iii) Análise geomorfológica dos trechos de estudo para o ano de 2015; (iv) Análise geomorfológica dos trechos de estudo para o ano de 2019; (v) Comparativo entre as análises geomorfológicas nos anos de 2015 e 2019; (vi) Análise integrada dos dados.

Considerando a descrição da Entrega 01 referente ao Eixo Prioritário 06, a Deliberação CIF nº 476/2021 decidiu pela não aprovação do estudo geomorfológico. Por se tratar de item judicializado, o Sistema CIF indicou que a não aprovação fosse reportada em juízo conforme pendências e recomendações apontadas pela Nota Técnica CT-GRSA nº 03/2021. A Fundação Renova deverá apresentar um estudo revisado de modo a evitar o subdimensionamento dos resultados referentes às feições geomorfológicas.

Trechos 13 e 14: rio Doce, da barragem de Candonga até a barragem de Mascarenhas

Plano de Manejo de Rejeitos dos Trechos 13 e 14 foi entregue em outubro/2019. Na Reunião Extraordinária do CIF, realizada em 28/08/2020, foram aprovadas as requisições da revisão do Plano que preveem o adensamento da malha amostral mínima com 65 transectos (15 anteriores+50 adicionais), caracterização de 18 lagoas marginais e realização de *screening* (coleta de sedimentos) entre os transectos.

Durante a 50ª Reunião Extraordinária da CT-GRSA, a Golder apresentou o andamento da elaboração do Plano de Manejo de Rejeitos dos trechos 13 e 14. De acordo com os dados reportados pela Golder foram executados 24 transectos intra calha e 27 extra calha no trecho 13. Em relação ao trecho 14, foram realizados 10 transectos extra calha.

Na pauta da 51ª Reunião Extraordinária da CT-GRSA, que será realizada no dia 09 de fevereiro de 2021, a Fundação Renova irá apresentar a alteração do cronograma para a execução e entrega do Plano de Manejo de Rejeitos dos trechos 13 e 14 e estudos da mancha de inundação, considerando as cheias de janeiro de 2016 e 2020.

Trechos 15: Lagoa Nova, Juparanã e Sooretama (Patrimônio da Lagoa)

O trecho 15 está inserido no processo da ACP Linhares, nº 1012064-42.2019.4.01.3800, em juízo na 12ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais. O trecho engloba as estruturas de contenção construídas na região de Linhares e Sooretama, para evitar contato das águas do Rio Doce com as águas das lagoas que abastecem essa região, evitando riscos potenciais de contaminação. Dentre os barramentos que foram construídos, atualmente está em operação apenas a ensecadeira de proteção (barramento submerso) no Rio Pequeno, com o objetivo de evitar o contato da água do Rio Doce com a Lagoa Juparanã.

Em 22 de dezembro de 2020, a Ramboll realizou uma vistoria de campo na região. Segundo a Fundação Renova, o cronograma das obras no trecho 15 foram impactadas pela pandemia de Covid-19. As obras em andamento são intervenções pontuais de manutenção, PRAD da área do antigo canteiro de obras e batimetrias. A Figura 2.23-4 a seguir apresenta registros da vistoria realizada.

Figura 2.23-4: (A) Ensecadeira no rio Pequeno – Linhares/ES; (B) Local da escada de peixe no rio Bananal – Linhares/ES.



Nesta vistoria realizada pela Ramboll, foi observado que na área do antigo canteiro de obras o solo encontra-se descoberto pois estão implantando as ações prevista no PRAD Obras. Segundo relatos da Fundação Renova, foram feitas a remoção da vegetação, conformação do solo, calagem e sementeira. Com o solo descoberto, verifica-se que pode ser carregado facilmente para o rio Pequeno, aumentando o aporte de sedimentos. De acordo com o Laudo Pericial nº 16 da AECOM, o PRAD dessa região tem data de finalização prevista para março de 2021. As etapas de acompanhamento, manutenção e conclusão estão previstas até 2024. Na região também se vistoriou os pontos de captação de água do SAAE na Lagoa Juparanã e na Lagoa Nova, além da área do antigo barramento de Terra Altinha, Rio Bananal e Escada de peixes.

No distrito de Comendador Rafael (Patrimônio da Lagoa), a Ramboll verificou que nas áreas que foram alagadas pelo aumento do nível da Lagoa Juparanã, o nível de água está baixando. Porém foram observadas casas com marcas do alagamento. De acordo com relatos da comunidade, também estão sem área de recreação, pois ainda não reformaram este local. Na área próxima ao brejo foi instalado um sistema de bombeamento de água para a Lagoa Juparanã, afim de reduzir o alagamento das casas. Este sistema de bombeamento causa conflito entre a Fundação Renova e moradores, além de conflito entre os próprios moradores, entre os que querem que ocorra o bombeamento ou não.

Trecho 16: Rio Doce, da cidade de Linhares/ES até foz, incluindo praias, restinga e mangues

O Plano de Manejo de Rejeitos do Trecho 16 foi encaminhado ao CIF em 30/04/2020, data acordada no item 11.1 do Eixo Prioritário 1. De acordo com a avaliação publicada na Nota Técnica CT-GRSA nº 14/2020, o Plano de Manejo de Rejeitos do Trecho 16 deverá ser refeito, com novas campanhas de caracterização e análises ambientais, atendendo às solicitações desta nota técnica. Nesta avaliação, a CT-GRSA levantou premissas inadequadas e incoerências. Em relação ao atendimento das diretrizes para elaboração do PMR do trecho 16 apresentadas na nota Técnica CT-GRSA nº 01/2019, somente não foi atendida a requisição nº 05, que solicitou que os estudos no ambiente costeiro atingissem o *buffer* mínimo de 300 m.

Como este tema é tratado no âmbito do processo judicial do item 11.1 do Eixo Prioritário 1, a CT-GRSA e o CIF recomendaram o não atendimento do item em questão e, desde julho de 2020, as requisições apresentadas na Nota Técnica CT-GRSA nº 14/2020 aguardam a decisão do juiz para serem incorporadas na revisão do Plano de Manejo de Rejeito do Trecho 16.

Trecho 17: Zona marinha

A entrega do Plano de Manejo do Trecho 17 (marinho) possui alguns elementos no processo de judicialização, no âmbito do Eixo Prioritário 1 – recuperação ambiental intra e extra calha. Os relatórios de modelagem dos processos sedimentológicos conexos ao rio Doce e rios adjacentes foram entregues e avaliados pela CT-GRSA. As Notas Técnicas CT-GRSA nº 03/2020 e nº 19/2020 consideram que a Etapa I de estimativa por modelagem foi realizada, ou seja, apontam quais áreas devem ser preferencialmente amostradas em campo na Etapa II.

Na 50ª reunião da CT-GRSA, a Fundação Renova afirmou que as próximas entregas previstas no âmbito do trecho 17 envolve a apresentação do contrato assinado com a empresa que será responsável pela Etapa II da caracterização ambiental do plano de rejeitos, caso os resultados da Etapa I indiquem a necessidade da execução da Etapa II. A mobilização da empresa para início das atividades da Etapa II será iniciada 30 dias após a assinatura do contrato.

PG024 - Sistemas de Contenção e Tratamento de Rejeitos In Situ

O PG024 foi aprovado pelo Comitê Interfederativo (CIF) em 30/11/2018 e abrange as Cláusulas 154, 155, 156 e 157 do TTAC. Seu objetivo principal visa a redução gradativa dos níveis de turbidez dos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce para valores inferiores a 100 NTU, no período seco, transcorrido o prazo máximo de três anos da assinatura do TTAC.

De acordo com a pauta da 51ª Reunião Ordinária da CT-GRSA, que ocorrerá no dia 09 de fevereiro de 2021, será discutida a aprovação da minuta elaborada pela referida Câmara Técnica, a qual apresenta a análise do cumprimento das Cláusulas 154, 155, 156 e 157 do TTAC, conforme as diretrizes estabelecidas pela Deliberação CIF 246 e NT CT-GRSA 09/2018. A finalidade é embasar, de forma técnica, a decisão do CIF a respeito do encerramento do PG24.

Para avaliar se os objetivos do PG24 foram alcançados, os membros da CT-GRSA analisaram os seguintes produtos: (i) "Relatório de Análise da Turbidez nos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce", elaborado pela Fundação Renova; (ii) Nota Técnica GTA-PMQQS nº 62; (iii) Manifestação do IGAM por meio do Despacho nº 19/2020/IGAM/GEMOQ, da Nota Técnica nº 26/IGAM/GEMOQ/2020 e o Encarte de análise da qualidade da água superficial após 4 anos do rompimento da barragem de Fundão.

O documento elaborado pela Fundação Renova intitulado "Planejamento e Orçamento Anual: Exercício 2021" previu um orçamento equivalente a R\$0,8 milhões para o PG24, no ano de 2021. Esse valor será destinado para a execução do projeto básico de descomissionamento do Dique S4, em Bento Rodrigues. Cabe salientar que, apesar de constar no orçamento do PG24, o Dique S4 é acompanhado pelo PG23, por ser considerado uma alternativa de manejo do contexto intra calha do Trecho 5.

2.25 PG025: Programa de Recuperação da Área Ambiental 1

Para o período, dezembro de 2020 e janeiro de 2021, não houve reunião da Câmara Técnica de Restauração Florestal (CT-FLOR).

O relatório mensal de novembro da Fundação Renova, publicado em dezembro, informa que foram retomadas as atividades de plantio no município de Barra Longa (MG), continuidade das atividades de plantio em Mariana e manutenção das áreas plantadas. O relatório anual, publicado em janeiro, apresenta uma síntese das atividades desenvolvidas no ano de 2020. Neste relatório, foi informado um total de 457,68 hectares de restauração florestal, refletindo em avanço para o indicador de evolução da área trabalhada (Figuras 2.25-1 e 2.25-2).

Figura 2.25-1: Indicador da área trabalhada no período

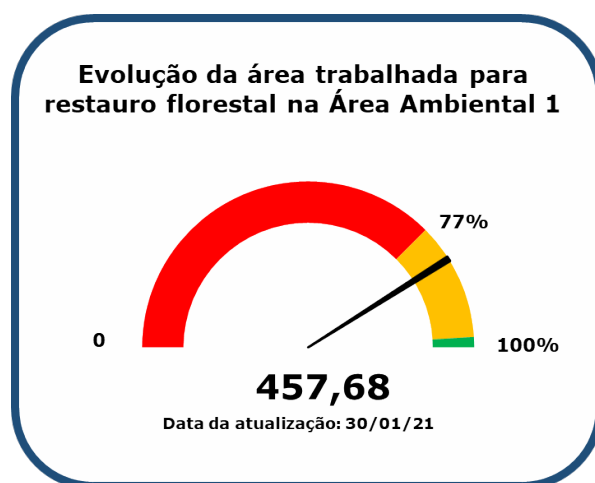
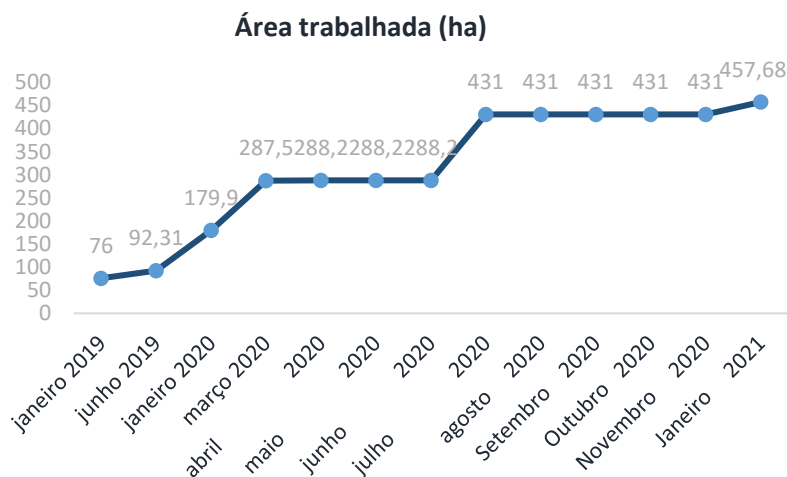


Figura 2.25-2 - Evolução do indicador durante o período de janeiro de 2019 a janeiro de 2021



A Ramboll avaliou os projetos executivos e os demais documentos na pasta de informações referentes à cláusula 159 do TTAC, apresentada à CT-FLOR, que inclui: diagnósticos das áreas, relatórios, termos de adesão pelos proprietários, análises de solos e recomendação de adubação. Para complementar a análise, foram realizadas duas vistorias nas áreas indicadas pelos projetos. Um relatório relativo ao cumprimento da cláusula 159 está sendo realizado com as informações levantadas nos projetos apresentados e vistorias realizadas pela Ramboll.

Figura 2.25-3 - Indicador Projetos Executivos de Recuperação Ambiental



A proposta de inclusão do Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), uma ferramenta que pode ampliar a adesão dos proprietários ao PG25, ainda não foi implementada pela Fundação Renova.

Os investimentos do programa, informado pelo relatório anual da Fundação Renova (janeiro, 2021), somam R\$ 358,91 milhões, despendidos em ações relacionadas às três cláusulas, 158, 159 e 160 do TTAC, o que representa 77,5% do valor total estimado.

2.26 PG026: Programa de Recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Áreas de Recarga Hídrica (ARH)

As atividades do programa no ano de 2020 foram prejudicadas devido ao isolamento social motivado pela pandemia de Covid-19.

No período, houve apenas a 44ª reunião da Câmara Técnica de Restauração Florestal (CT-FLOR), no dia 08 de fevereiro de 2021. O ponto mais relevante foi a nova versão da definição do programa PG26. O encaminhamento foi pela definição de um grupo de trabalho (GT) com membros da CT-FLOR para reavaliação e validação das versões dos programas apresentadas pela Fundação Renova.

O relatório mensal de novembro da Fundação Renova, publicado em dezembro, informa sobre a retomada das atividades de engajamento de produtores rurais do ano 1 na bacia do rio Guandu.

O relatório anual, publicado em janeiro, apresenta uma síntese das atividades desenvolvidas no ano de 2020. Neste relatório, foi informado um total de 595,82 hectares de plantio /condução com espécies florestais nativas da fase piloto ao longo da bacia do rio Doce sendo 32 no Alto Doce, 213 no médio Doce e 256 no baixo Doce, refletindo em avanço para o indicador de evolução da área trabalhada (Figuras 2.26-1 e 2).

Foi relatado que em dezembro, houve a contratação do Instituto Terra para desenvolver a restauração florestal de 500 hectares na sub-bacia do Manhuaçu. Também, houve o cadastramento e início do Pagamento por Serviços Ambientais - PSA aos produtores rurais.

O indicador Projetos Executivos de Recuperação Ambiental não apresentou avanço para o período.

Figura 2.26-1: Indicador da área trabalhada até dezembro de 2021.

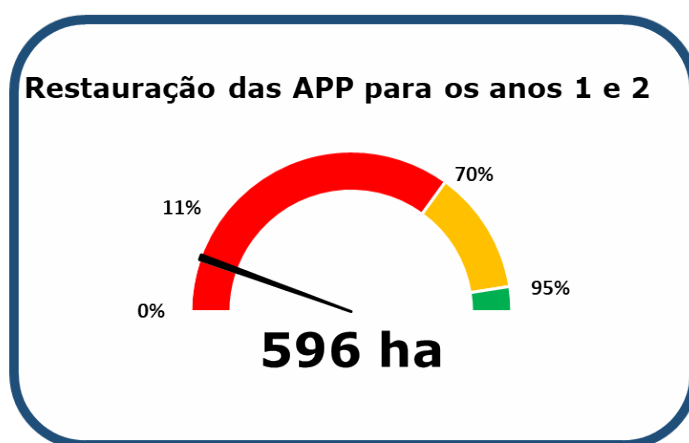
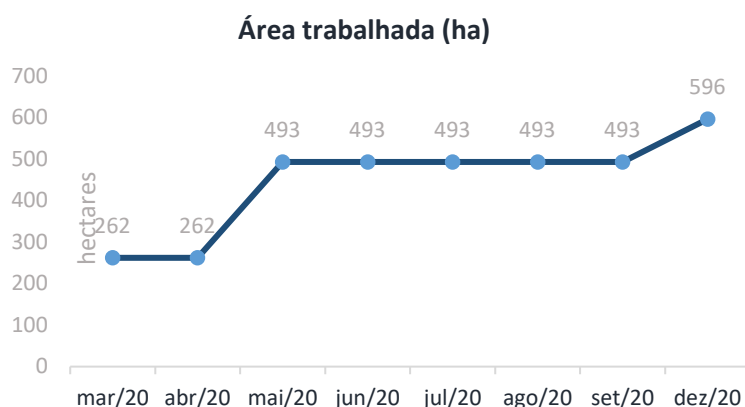
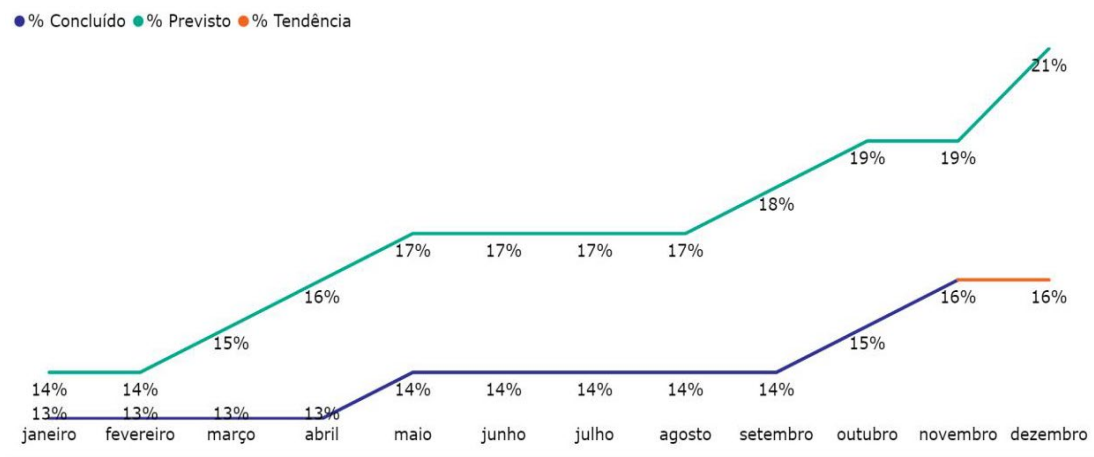


Figura 2.26-2: Evolução do indicador durante o período de janeiro de 2019 a janeiro de 2021



Os dados apresentados nos relatórios indicam um período sem atividades para o programa que coincide com o início da quarentena em função da Covid-19, e retomada das atividades a partir de outubro de 2020. A curva S apresentada no relatório da Fundação Renova indica esse comportamento, e um atraso de 5% em relação ao previsto para o programa.

Figura 2.26-3: Curva S de avanço físico apresentada pela Fundação Renova no relatório anual de 2020.



Os investimentos do programa, informado pelo relatório anual da Fundação Renova (janeiro, 2021), somam R\$ 358,91 milhões, despendidos em ações relacionadas às três cláusulas, 158, 159 e 160 do TTAC, o que representa 77,5% do valor total estimado.

2.27 PG027: Programa de Recuperação de Nascentes

As atividades do programa no ano de 2020 foram prejudicadas devido ao distanciamento social motivado pela pandemia da Covid-19.

No período, houve apenas a 44ª reunião da Câmara Técnica de Restauração Florestal (CT-FLOR), no dia 08 de fevereiro de 2021. A pauta foi extensa, com um debate sobre a nova versão da definição do programa PG27, relacionado ao Ofício nº 34/2020/CT-FLOR/-GABIN e Despacho nº 9008932/2020-DCI/GABIN. O encaminhamento foi pela definição de um grupo de trabalho (GT) com membros da CT-FLOR para reavaliação e validação das versões dos programas apresentadas pela Fundação Renova.

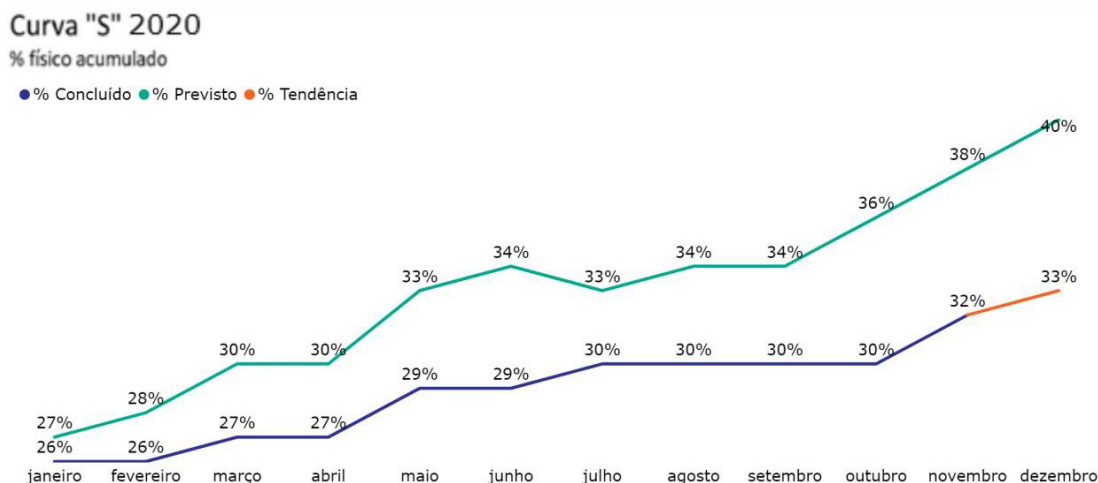
O relatório mensal de novembro da Fundação Renova, publicado em dezembro, informa a retomada das atividades de engajamento dos produtores rurais para o ano 3 e o cadastramento de produtores rurais no programa de Pagamento por Serviços Ambientais – PSA.

O relatório anual da Fundação Renova, publicado em janeiro, apresenta uma síntese das atividades desenvolvidas no ano de 2020, e informa:

- O plantio / condução de 359 nascentes com espécies florestais nativas do ano 2 na bacia do Rio Doce sendo 61 no alto Doce, 142 no médio Doce e 156 no baixo Doce.
- A conclusão da primeira etapa de manutenção florestal nas 228 nascentes do ano 1 (2016/2017), portanto apenas 4 anos depois do plantio.
- E, em dezembro de 2020, a conclusão da segunda campanha de manutenção nas nascentes do Suaçuí. E a conclusão da implantação da restauração florestal do ano 2 (2017/2018) na sub-bacia de Pontões e Lagoas. Também ocorreu o cadastramento e pagamento dos produtores rurais no programa de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA, na sub-bacia do Suaçuí pela instituição Inovesa.

A curva "S" apresentada no relatório de dezembro indica o avanço acumulado do programa de 32%, o que significa o avanço de 2% com relação ao que foi apresentado no relatório do mês de outubro.

Figura 2.27-1: Curva "S" de avanço físico para o ano de 2020 (Fundação Renova, 2021)



Para o indicador que avalia a existência de projetos executivos de recuperação florestal, não houve avanço no total de projetos apresentados, sendo apresentados até o momento 270 projetos para os 1500 projetos esperados para o período, referentes às nascentes do ano 2 do programa (2017/2018). Portanto, continua a defasagem de 1230 projetos: 500 referentes ao ano 1, 230 do ano 2 e 500 do terceiro ano do programa.

Figura 2.27-2: Nascentes com projetos de recuperação



Os indicadores demonstram a carência de projetos e atrasos no avanço das atividades. As nascentes do ano 1 do programa não contam com projetos específicos de recuperação. Para o ano 3 do programa, que se iniciou em 2019, a Fundação Renova não apresentou projetos executivos e implementou ações de recuperação em aproximadamente 10% das nascentes previstas para o período.

Ainda que a Fundação Renova tenha informado o plantio /condução de 359 nascentes com espécies florestais nativas do ano 2, ao longo de 2020, os dados apresentados nos relatórios mensais e anual e na 44ª reunião da CT-FLOR não permitiram uma avaliação segura para o indicador de avanço da recuperação. As informações serão apuradas no próximo período de monitoramento, a partir de reunião com a Fundação Renova e vistoria programada para o período.

2.28 PG028: Programa de Conservação da Biodiversidade Aquática

As ações do Programa de Conservação da Biodiversidade Aquática são norteados pelas cláusulas 164, 165 e 166 do TTAC. A cláusula 164 trata de estudos populacionais de peixes (alínea "a"), avaliação do estado de conservação das populações de peixes (alínea "b") e plano de ação para recuperação e conservação da fauna aquática (alínea "c").

Em relação à alínea "a", a Coordenação da Câmara Técnica de Conservação e Biodiversidade - CT-BIO (ofício SEI nº 29/2020-CTBio/DIBIO/ICMBio) solicitou o protocolo à Secretaria Executiva do Comitê Interfederativo - SECEX/CIF da Nota Técnica nº 10/2020/CTBio/DIBIO/ICMBio, de 12 de junho de 2020, que trata do cumprimento da mesma. Com isso, em 03 de dezembro de 2020, o CIF deu por concluída a alínea "a" da cláusula 164 (Deliberação CIF nº 461), com a ressalva da Fundação Renova apresentar documentação comprobatória dos estudos especificados na NT acima.

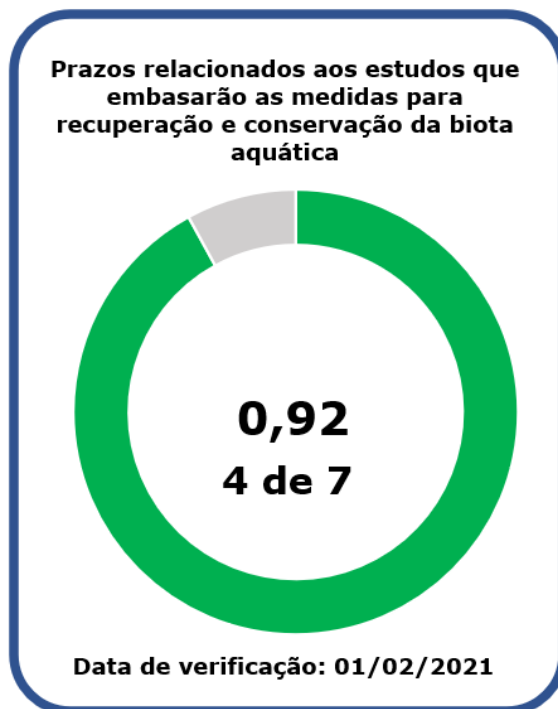
No âmbito da alínea "b", o plano de trabalho da Avaliação do Estado de Conservação das Espécies (Fundação Biodiversitas, 2020) foi realizado no prazo, seguindo o estabelecido pelas Deliberações CIF números 282 e 337. Ainda não existem tratativas/prazos acerca da alínea "c".

Conforme é possível visualizar na Figura 2.28-1, o atendimento aos prazos é satisfatório (0,92) considerando a data em que a Fundação Renova realizou a primeira entrega dos documentos referentes à elaboração do plano de trabalho e execução dos estudos populacionais.

Não obstante, a Fundação Renova atrasou a entrega dos resultados dos estudos populacionais, que, nos termos da Deliberação CIF nº 51, deveriam ser apresentados em até 14 meses após o início dos levantamentos (i.e. 14/06/2018), mas foram entregues depois, com 130 dias de atraso (22/10/2018), de acordo com o ofício OFI.NII.102018.4235.

A CTBio tem demorado na revisão dos documentos a cada entrega, o que muitas vezes contribui com o atraso na conclusão do documento final. Os resultados dos estudos populacionais, por exemplo, foram entregues com 130 dias de atraso (a primeira entrega), mas permaneceram em revisão pela CTBio por 729 dias, sendo aprovados pela nota técnica que deu como atendida a alínea "a" da cláusula 164.

O atendimento global determinado pela cláusula 164 ainda é baixo. Isso se deve principalmente ao



fato de que, por ora, foram somente elaborados os estudos que subsidiarão as ações de conservação e recuperação da biota aquática, que são os principais objetivos do programa. Quanto ao determinado pela

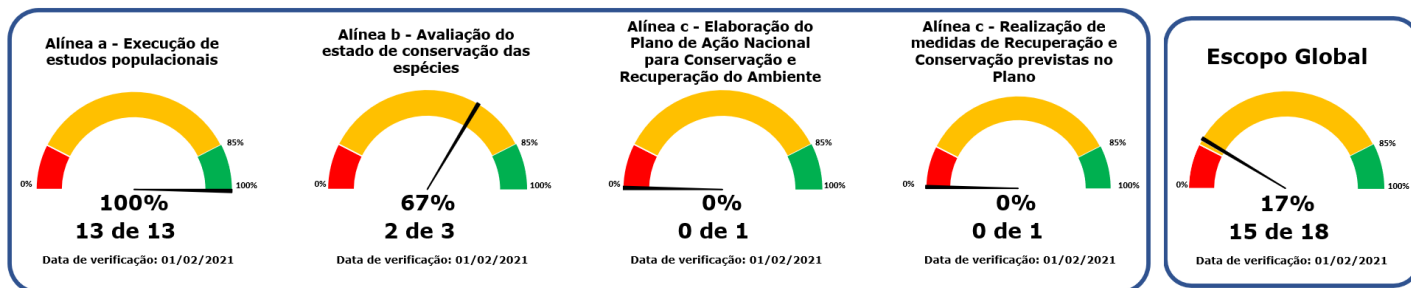
alínea "a" da cláusula 164, o atendimento (100%) deu-se em junho de 2020 no âmbito da CTBio, sendo somente confirmada por Deliberação CIF em dezembro de 2020 (Deliberação CIF nº 461).

A avaliação dos impactos, objeto da alínea "b" da mesma cláusula, foi realizada em 2019. Conforme informação de integrantes da CTBio, foram garantidos os meios para a realização (organização do evento) e os resultados dos estudos populacionais (alínea "a") foram considerados no processo de avaliação. No entanto, como o escopo referente a alínea "a" descrito no Termo de Referência ("TR") I (ICMBio, 2016) não trazia o nível de detalhamento de investigação sobre populações, considerando a avaliação sobre todos os critérios e limiares para categorização das espécies ameaçadas (IUCN), o mesmo foi somente utilizado para avaliação sob critério de distribuição geográfica (B), como extensão de ocorrência e área de ocupação.

Ainda no contexto da alínea "b", em 04 de janeiro de 2021, a Fundação Renova apresentou fichas de informações das 123 espécies avaliadas quanto ao seu "Estado de Conservação", algo já disponível no seguinte link (<http://www.biodiversitas.org.br/riodoce/>) desde 09 de novembro de 2020. Espera-se que as demais informações e ajustes necessários ao relatório final sejam entregues no curto prazo, em data a ser definida durante a 49ª Reunião Ordinária da CTBio (a ocorrer no dia 09 e 10 de fevereiro de 2021).

Sobre a alínea "c", a Fundação Renova apresentou, em 19 de agosto de 2020, uma proposta do Plano de Ação para Reparação e Conservação da Biodiversidade Aquática do rio Doce (ofício Fundação Renova.2020.1103), elaborado pela Bicho do Mato Instituto de Pesquisa. De acordo com a proposta, o Relatório Consolidado do Plano de Ação estava previsto para ser entregue em janeiro de 2021. Presume-se que uma nova data seja definida ao longo da 49ª Reunião Ordinária da CTBio.

Figura 2.28-2: Escopo referente ao atendimento à cláusula 164 do TTAC.



Sobre a cláusula 165, o prazo para a implementação de medidas de monitoramento no Espírito Santo (Deliberação CIF nº 148, de 30 de janeiro de 2018) sofreu um atraso de 215 dias, já que os trabalhos foram iniciados somente em outubro de 2018. No entanto, uma vez iniciadas, todas as atividades de monitoramento foram realizadas em cumprimento aos prazos, até a paralisação geral em março de 2020 devido à pandemia de Covid-19. Esta suspensão das atividades poderá impactar no atendimento aos prazos anteriormente estabelecidos no âmbito do sistema CIF.

Em 17 de dezembro de 2020, o segundo relatório anual do Monitoramento da Biodiversidade Aquática da Área Ambiental I – Porção Capixaba do Rio Doce e Região Marinha e Costeira Adjacente (PMBA/RRDM-FEST) foi entregue pela FEST/UFES à Fundação Renova. Espera-se que uma eventual data de divulgação deste relatório à CTBio (e aos demais interessados) seja acordada durante a 49ª Reunião Ordinária da CTBio. Válido mencionar que o primeiro relatório anual do PMBA/RRDM-FEST foi aprovado no âmbito do sistema CIF através da Deliberação nº 450, de 22 de outubro de 2020.

Neste mesmo contexto, membros da CTBio, da Fundação Dom Cabral e da Fundação Renova reuniram-se ao longo do mês de janeiro de 2021 para a realização de oficinas de revisão do Termo de Referência que faz jus aos estudos necessários para o monitoramento de biodiversidade aquática (TR4). Novamente, espera-se que durante a 49ª Reunião Ordinária da CTBio a coordenação responsável realize um informe oficial acerca dos próximos passos.

Figura 2.28-3: Prazos do monitoramento de biota aquática no Espírito Santo

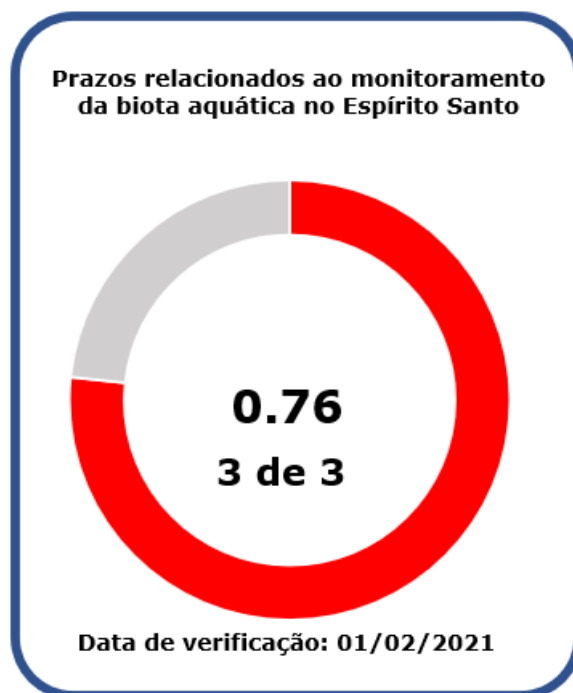
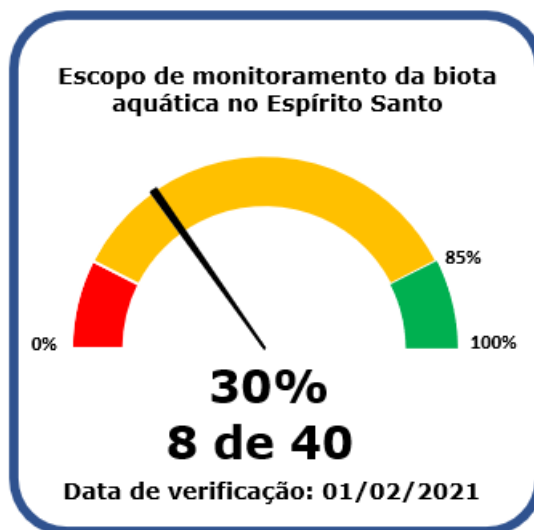
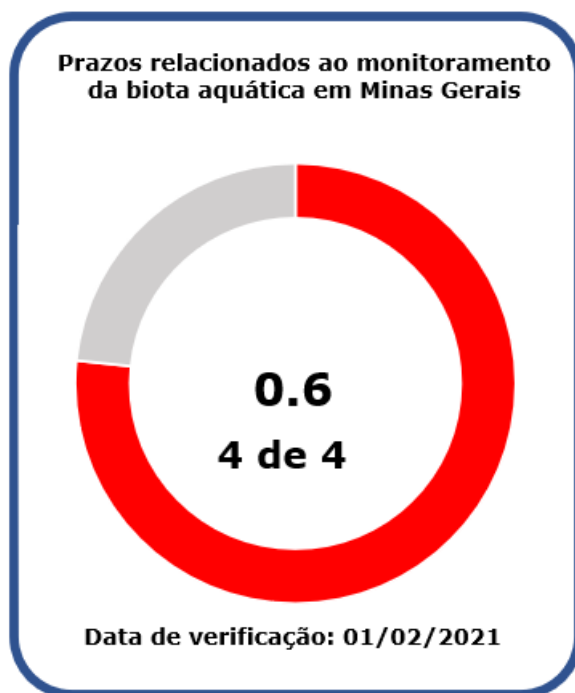


Figura 2.28-4: Atendimento ao escopo do monitoramento da biota aquática no Espírito Santo



Em relação às atividades de monitoramento da biota aquática em Minas Gerais, a Fundação Renova informou durante a 46ª Reunião da CT-BIO, que os trabalhos realizados pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) foram retomados em 10 de agosto de 2020, após paralisação imposta pela pandemia em 20 de março anterior. O monitoramento emergencial conduzido pela UFV, iniciado em fevereiro de 2020, foi estabelecido devido aos atrasos nas contratações via edital da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Nos termos da Deliberação CIF nº 159, de 27 de abril de 2018, o convênio que conduzirá o monitoramento em Minas Gerais foi firmado com 182 dias de atraso e, nos termos da mesma deliberação, há um atraso de 671 dias em relação às providências necessárias às contratações e desembolsos. Ambos fatores foram determinantes para a redução do valor do indicador.

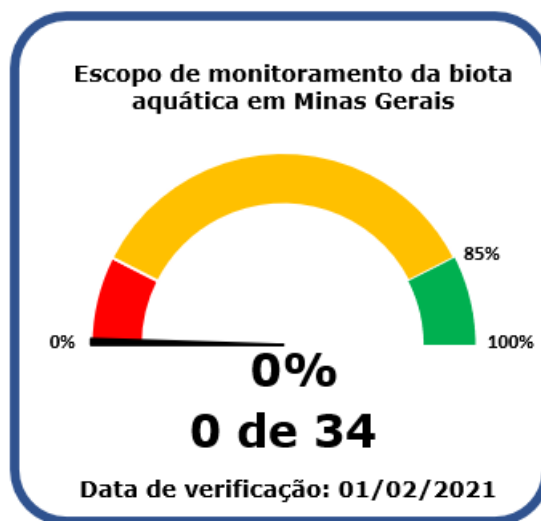
Figura 2.28-5: Prazos relacionados ao monitoramento de biota aquática em Minas Gerais



O monitoramento efetivo, pelo atraso de quase dois anos, foi incluído nos eixos temáticos sob judicialização (Eixo prioritário 6 – item 5). Nada obstante, conforme decisão do juiz (PJE Nº 1000412-91.2020.4.01.3800), foram mantidos os trabalhos de monitoramento conduzidos pela UFV até que os grupos de pesquisa selecionados pela FAPEMIG iniciem seus trabalhos. Neste contexto, a FAPEMIG realizou um seminário “Marco Zero”, em 14 de dezembro de 2020, onde seus pesquisadores responsáveis apresentaram os projetos de pesquisa que virão a ser implementados. Espera-se que a divulgação dos resultados seja realizada o quanto antes.

Quanto ao escopo, como ainda não foram apresentadas informações sobre as atividades de monitoramento realizadas em Minas Gerais, a Ramboll continua considerando o atendimento igual a 0%.

Figura 2.28-6: Atendimento ao escopo do monitoramento da biota aquática em Minas Gerais



Sobre a cláusula 166, que trata de eventuais ações de contingência²⁸, levantou-se na 46ª Reunião da CTBio a importância de estabelecer uma Comissão para tratar da elaboração do Plano de Contingência e qualquer assunto pertinente à cláusula. A Comissão é atualmente composta por integrantes da CTBio e representantes dos atingidos.

²⁸ Cláusula 166: O presente programa deverá conter eventuais ações de contingência associadas ao monitoramento da fauna da foz do Rio Doce, dos ambientes estuarinos e marinho impactados

2.29 PG029: Programa de Fortalecimento das Estruturas de Triagem e Reabilitação da Fauna Silvestre

As atividades do programa de Fortalecimento das Estruturas de Triagem e Reabilitação da Fauna Silvestre, durante o período de avaliação deste relatório, coincide com as regras de distanciamento social em função da pandemia de Covid-19, portanto as atividades se resumiram em discussões virtuais.

Dentre os assuntos abordados na abrange48ª Reunião Ordinária da CTBIO (11/12/20), destaca-se a proposta da Fundação Renova de alterar o projeto finalizado para implementação do CETAS. Foi discutido que o mesmo acarretaria o desperdício de todo o recurso público dispendido, ao longo de mais de 3 anos de trabalho, de uma equipe altamente qualificada. Propor alteração do projeto já aprovado, desenvolvido de maneira técnica, não atenderá às demandas que motivaram a necessidade da construção do Centro de Triagem e Reabilitação do Estado de Minas Gerais, sendo tal proposta considerada descabida.

A Ramboll e a Equipe Técnica responsável discordaram de que haja qualquer alteração no escopo do projeto, e foi solicitado que seja deliberado pela CTBio e CIF, que a Fundação Renova apresente no prazo máximo de 10 dias, o orçamento devidamente aprovado internamente, e que dê andamento imediatos demais obrigações constantes no cronograma, iniciando as obras para o CETAS de MG.

Sendo assim, no dia 03/02 na 50ª Reunião Ordinária do CIF, foi deliberado (Deliberação CIF nº 478, e 3 de fevereiro de 2021) uma notificação à Fundação Renova, nos termos da Cláusula nº 247 do TTAC, acerca do descumprimento da CLÁUSULA 167 do TTAC, para que, seja apresentado no prazo de 10 dias, o orçamento devidamente aprovado e que se dê andamento ao cronograma e ao início das obras.

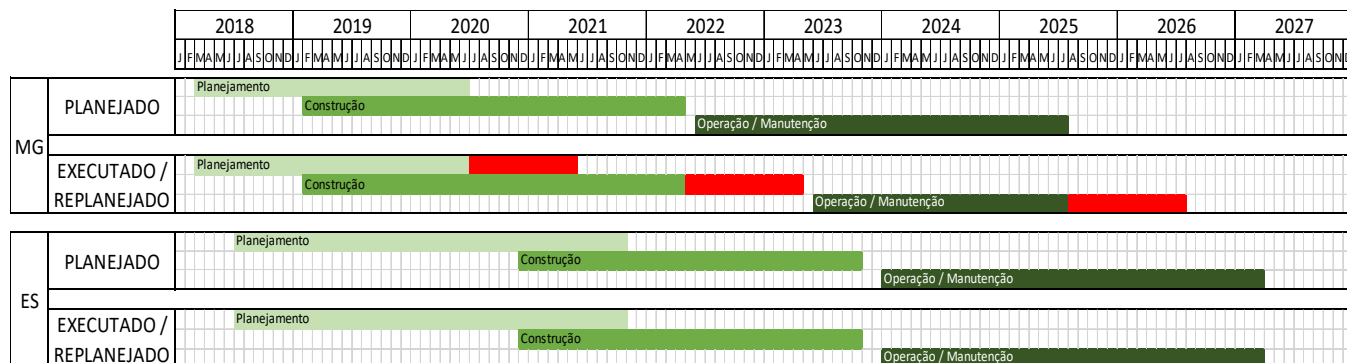
Os relatórios mensais da Ramboll indicam que em uma escala de 0 a 1, até fevereiro de 2021, a Ramboll verificou que o índice de atendimento aos prazos do PG29 pela Fundação Renova é 1 para o CETRAS/MG e 0 para o CETRAS/ES. Dentre os produtos previstos até o presente momento para o CETRAS/MG, por ora, o projeto conceitual foi entregue dentro do prazo previsto. No caso do CETRAS/ES, apesar da fase de planejamento estar em curso, nenhum produto atendeu ainda o prazo estabelecido.

Figura 2.29-1: Atendimento aos prazos do Programa de Fortalecimento das Estruturas de Triagem e Reabilitação da Fauna



No entanto, é importante ressaltar que esse indicador avalia um planejamento readequado após um ano de atraso em relação ao inicialmente previsto na definição do programa (Figura 2.29-2; barras vermelhas). Logo, é imperativo que se mantenha esse monitoramento do cumprimento dos prazos a fim de identificar novos desvios.

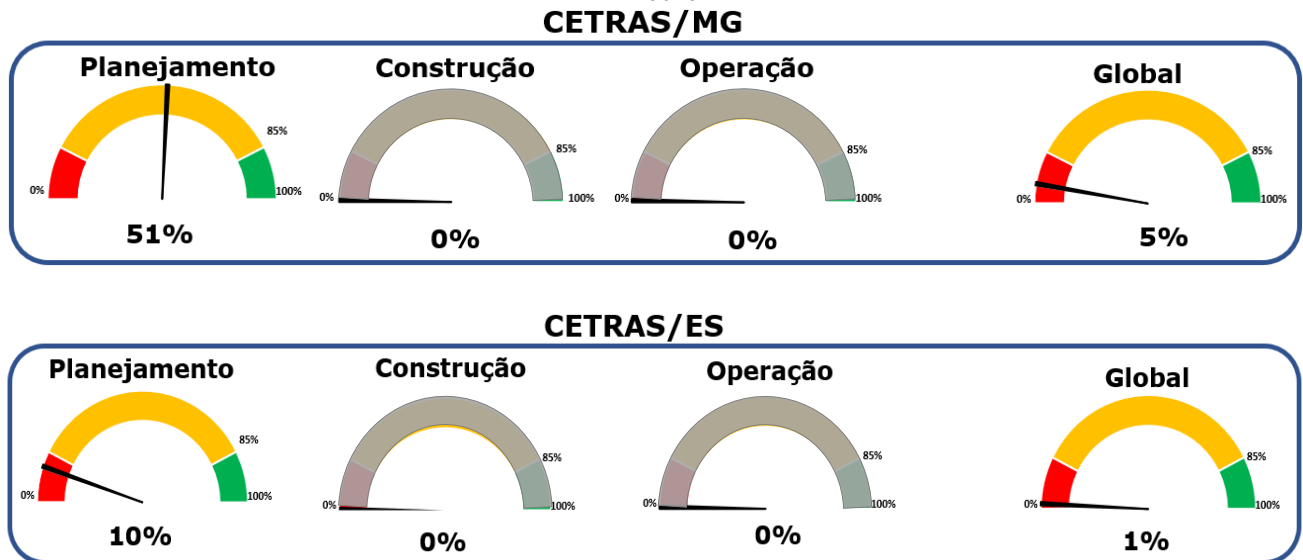
Figura 2.29-2: Fases do Programa de Fortalecimento das Estruturas de Triagem e Reabilitação da Fauna



Em relação às ações do programa, foi observado que no CETRAS/MG, a fase de planejamento avançou 53% (somente 2% em relação ao mês anterior), a construção e a operação ainda não foram iniciadas. No CETRAS/ES, 11% do escopo da fase de planejamento foi concluído (1% em relação ao mês anterior) e a construção e operação também não foram iniciadas.

A Ramboll reitera, que a construção tem maior importância que o planejamento ou a operação, sendo assim, foi determinado um peso maior. Aplicando essa ponderação, o programa como um todo cumpriu apenas 5% das ações estabelecidas para o CETRAS/MG e 1% para o CETRAS/ES (Figura 2.29-3).

Figura 2.29-3: Atendimento ao escopo do Programa de Fortalecimento das Estruturas de Triagem e Reabilitação da Fauna



Um dos problemas do programa já mencionados em relatórios anteriores, é que ainda não tem indicadores aprovados pelo CIF, de forma que se possa ter um acompanhamento formal do programa. O programa ainda está em fase inicial de planejamento e os processos são muito morosos.

É importante salientar que mais dois meses se passaram e não houve nenhuma atualização no andamento do programa, aumentando o risco de novas mudanças no planejamento e o não cumprimento dos prazos.

2.30 PG030: Programa de Conservação da Fauna e Flora Terrestre

O Programa de Conservação da Fauna e Flora Terrestre está temporariamente restrito às atividades de escritório, devido às orientações de prevenção à infecção pelo novo coronavírus (Covid-19).

Em 16 de dezembro de 2020, a Fundação Renova entregou aos membros do Grupo de Assessoramento Técnico - GAT do Plano de Ação para Conservação da Biodiversidade Terrestre a proposta de continuidade das ações de Monitoramento da Biodiversidade Terrestre, elaborada pelo Instituto Ekos Brasil. O GAT, até o fechamento deste relatório, ainda não havia se manifestado quanto à análise desta proposta.

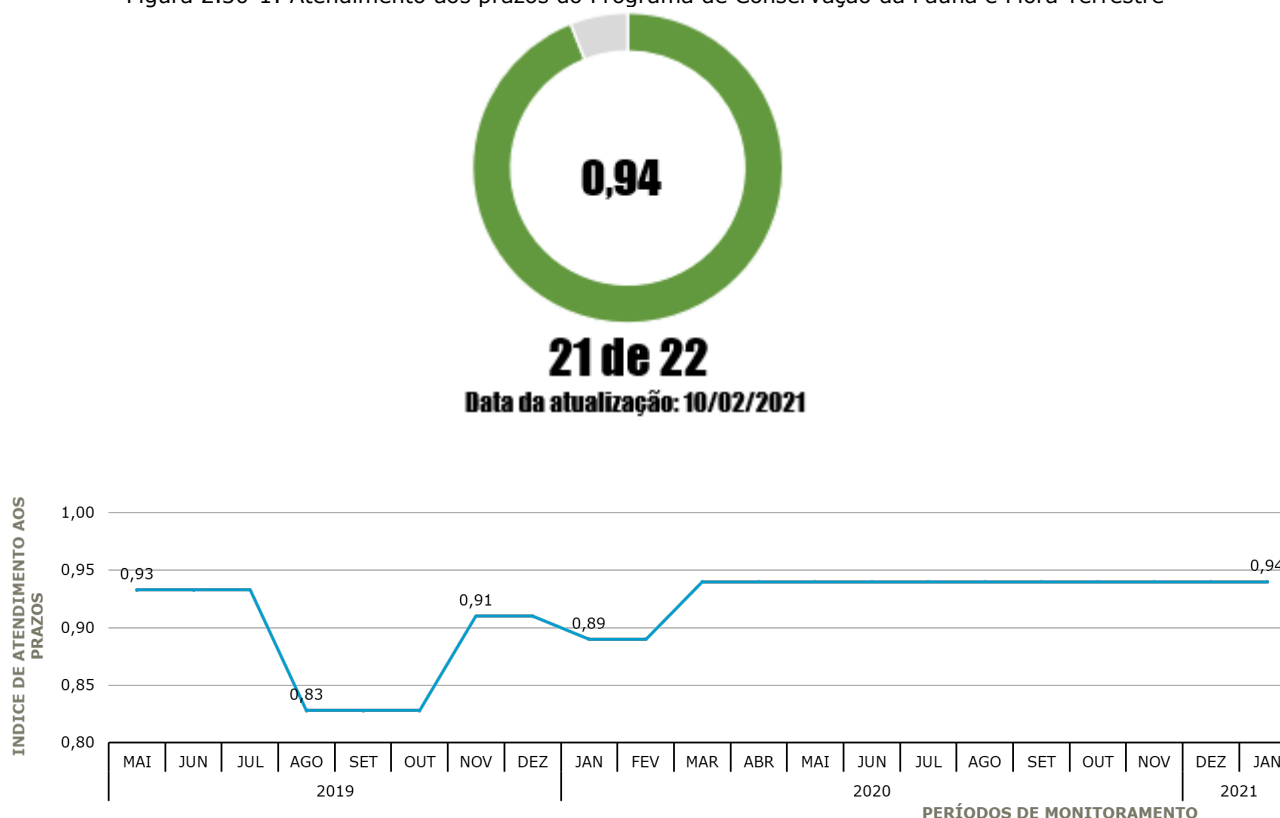
Em janeiro de 2021, a Fundação Renova protocolou na CT-Bio a proposta de continuidade das ações de Monitoramento da Biodiversidade Terrestre.

Ainda em janeiro de 2021, os membros da CT-Bio responsáveis pelo acompanhamento deste programa, iniciaram a elaboração de uma Nota Técnica, onde avaliarão a “nova versão do documento de definição do Programa 30 – Conservação da Biodiversidade Terrestre” - Ofício Fundação Renova nº FR.2020.0801, SEI nº 7903012 e seus respectivos documentos - SEI nº 7903034 e 7903046 - Atendimento à Cláusula 168 e 203 do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta.

A CT-Bio também necessita finalizar avaliação e validação da nova Matriz de Ações do Plano de Ação para Conservação da Biodiversidade Terrestre, entregue pela Fundação Renova em novembro de 2020.

Em uma escala de 0 a 1, até janeiro de 2021, a Ramboll verificou que o índice de atendimento aos prazos do PG30 pela Fundação Renova é 0,94 (Figura 2.30-1).

Figura 2.30-1: Atendimento aos prazos do Programa de Conservação da Fauna e Flora Terrestre

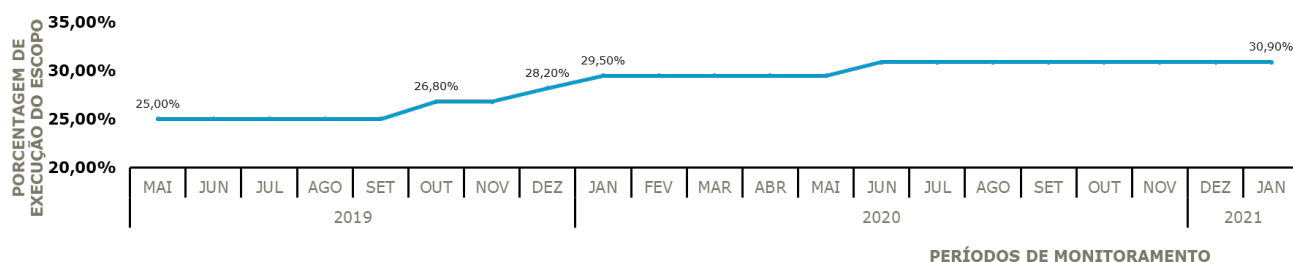
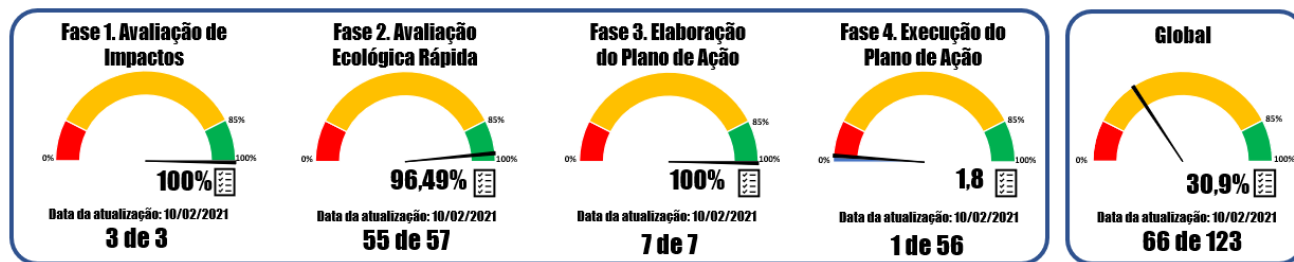


Em relação ao escopo previsto (Figura 2.30-2), as fases 1, 2 e 3 foram finalizadas, restando apenas a entrega de dados brutos e cartas de tombamento dos animais coletados durante os estudos da fase 2. As ações da fase 4, iniciada em fevereiro de 2020, ainda se encontram em processo de preparação, em razão da revisão do Plano de Ação.

A Ramboll considera que a Fase 4, durante a qual serão implementadas as ações efetivas para recuperação e conservação das biocenoses, tem um peso maior que as demais (etapas de diagnóstico e

planejamento). Aplicando essa ponderação, o programa como um todo já cumpriu 30,9% das ações estabelecidas para os 10 anos previstos.

Figura 2.30-2: Atendimento ao escopo do Programa de Conservação da Fauna e Flora Terrestre



De maneira geral, as ações do programa vêm sendo desenvolvidas e não há riscos atuais para o alcance de seus objetivos. O programa não conta com atrasos significativos e a cláusula 168 vem sendo cumprida.

A fragilidade do programa ainda é a ausência de outros indicadores de desempenho aprovados no sistema CIF, além dos aqui avaliados.

2.31 PG031: Programa de Coleta e Tratamento de Esgoto e Destinação de Resíduos Sólidos

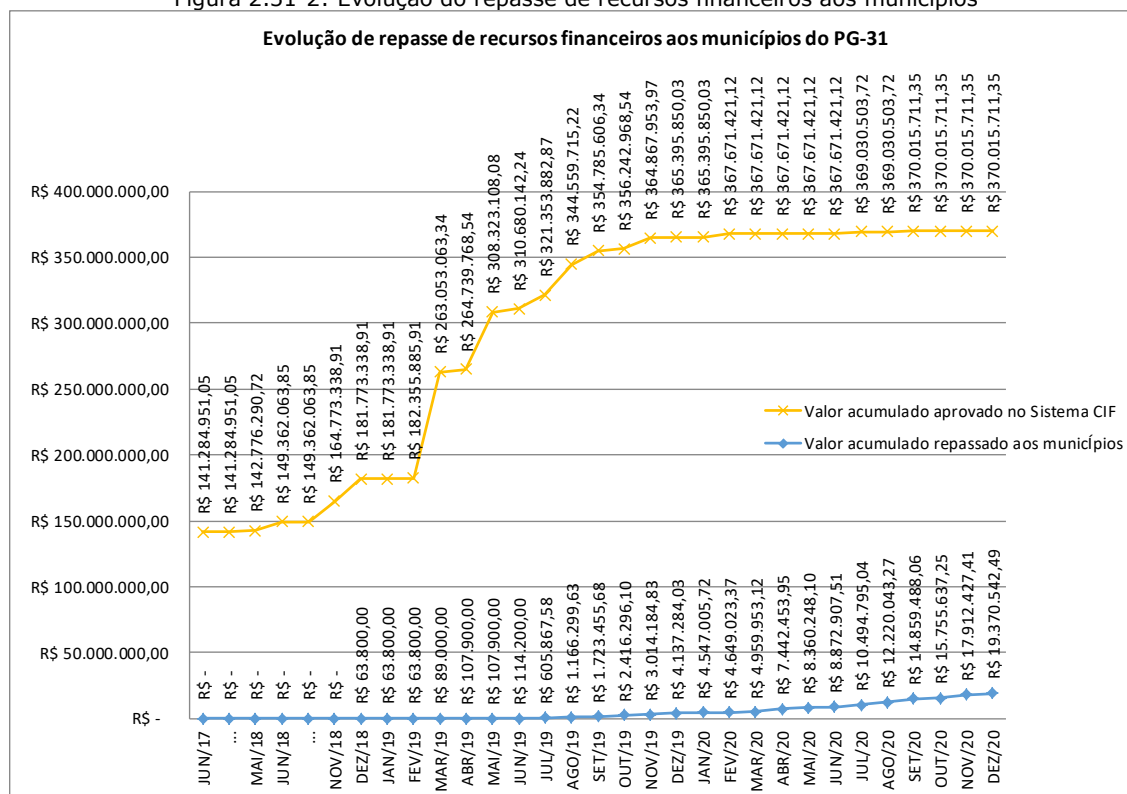
O Programa de Coleta e Tratamento de Esgoto e Destinação de Resíduos Sólidos – PG31 tem como compromisso, a título de compensação, a destinação de recursos financeiros no montante de R\$ 517 milhões para 39 municípios ao longo da calha do rio Doce para ações de esgotamento sanitário e resíduos sólidos. Esses recursos financeiros visam propiciar, também, um processo de aceleração de recuperação da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, regiões estuarinas, costeiras e marinhas, em especial a qualidade das águas nos tributários e assim na calha principal impactada pelo rompimento da barragem de Fundão. Para ter acesso aos recursos, até o mês de dezembro de 2020, os municípios pleitearam 384 ações, sendo 271 para esgotamento sanitário e 113 para resíduos sólidos. Desse total de pleitos, 195 ações estão aprovadas pelo sistema CIF e representam o montante de R\$ 370.015.711,35, o que significa 72% do total destinado ao programa. Por outro lado, o valor acumulado de repasse aos municípios, até dezembro/20, é de R\$19.370.542,49, o que representa pouco mais de 5% do valor total aprovado pelo CIF.

Figura 2.31-1: Recursos financeiros destinados aos municípios



Ao avaliar a evolução do PG31 pode-se observar no gráfico a seguir o baixíssimo desempenho em relação ao repasse dos recursos financeiros aos municípios até o momento (representado pela linha azul) em relação ao montante aprovado pelo CIF (representado pela linha amarela).

Figura 2.31-2: Evolução do repasse de recursos financeiros aos municípios



Nota: No gráfico anterior os valores indicados como "valor acumulado aprovado no Sistema CIF" referem-se aos pleitos aprovados com as atualizações até agosto de 2020, desconsiderando os valores dos pleitos substituídos ao longo de todo período.

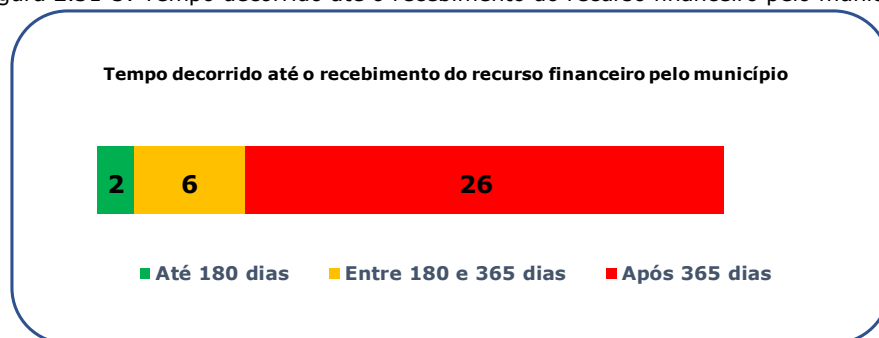
O montante repassado aos municípios de R\$ 19,37 milhões representa 34 ações para os seguintes municípios: Alpercata/MG, Baixo Guandu/ES, Colatina/ES, Conselheiro Pena/MG, Córrego Novo/MG, Dionísio/MG, Fernandes Tourinho/MG, Iapu/MG, Ipaba/MG, Ipatinga/MG, Itueta/MG, Linhares/ES, Marliéria/MG, Periquito/MG, Raul Soares/MG, Rio Casca/MG, São Domingos do Prata/MG, São José do Goiabal/MG e Sem-Peixe/MG e consórcio CIMVALPI (Barra Longa, Mariana, Raul Soares, Rio Casca, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado, São José do Goiabal, São Pedro dos Ferros e Sem-Peixe).

Destas 34 ações que receberam recursos financeiros, tem-se:

- **27 ações para esgotamento sanitário**, sendo 14 ações para elaboração de projetos de engenharia, 10 ações para execução de obras, 2 ações para aquisição de terreno para implantação de Estação de Tratamento de Esgoto e 1 ação para acompanhamento de obra;
- **7 ações para resíduos sólidos urbanos**, sendo 4 ações para elaboração de planos e 3 ações para aquisição de equipamento.

Analisando as ações para os municípios que já receberam recursos financeiros 76,5% dessas ações (26 pleitos) receberam após 1 ano da aprovação do CIF, 17,6% (6 pleitos) entre 6 meses e 1 ano, e 5,9% (2 pleitos) receberam dentro do prazo de 6 meses da ação ter sido aprovada no CIF. Portanto, a maioria das ações recebem os recursos com mais de 1 ano após a aprovação no Sistema CIF, prazo muito alongado se for considerado o tempo previsto pela instituição financeira para análise e repasse do recurso em no máximo 6 meses.

Figura 2.31-3: Tempo decorrido até o recebimento do recurso financeiro pelo município

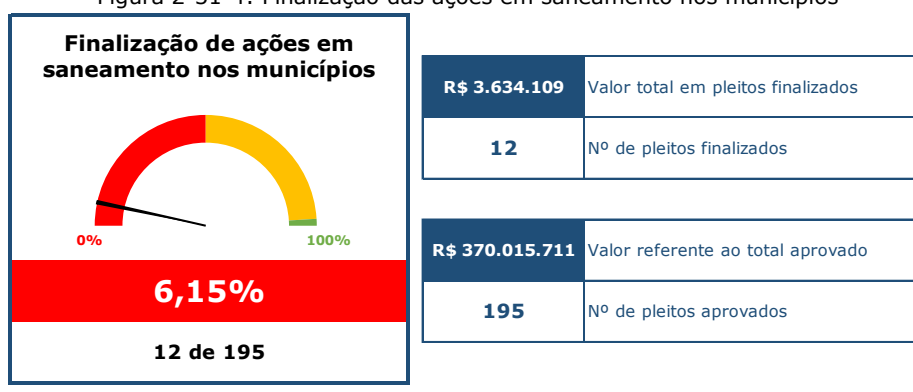


Das 34 ações que já receberam recursos, somente 12 dessas já foram finalizadas (duas para obras, três para planos, quatro para projeto, uma para aquisição de equipamento e duas para aquisição de terreno), totalizando o valor acumulado de R\$ 3.634.108,84, distribuídos em 6 municípios:

- **Colatina/ES** (R\$ 2.173.834,70 para obras em esgoto),
- **Dionísio/MG** (R\$ 54.500,00 para plano em resíduo e R\$ 157.500,00 para projeto em esgoto),
- **Iapu/MG** (R\$ 100.000,00 para compra de terreno para ETE e R\$ 181.190,00 para aquisição de equipamento para resíduo),
- **Marliéria/MG** (R\$ 84.497,91 para projeto em esgoto),
- **São Domingos do Prata/MG** (R\$ 139.700,00 para planos em resíduo e R\$ 605.386,23 para compra de terreno para ETE) e
- **São José do Goiabal/MG** (R\$ 137.500,00 para 2 projetos em esgoto).

Vale ressaltar que apenas 2 ações são referentes às obras no município de Colatina/ES e que a maioria das ações finalizadas ainda estão nas fases de estudos e planejamento, fases antecessoras à execução de obras, representando baixa efetividade para a recuperação da Bacia Hidrográfica do Rio Doce até o momento.

Figura 2-31-4: Finalização das ações em saneamento nos municípios

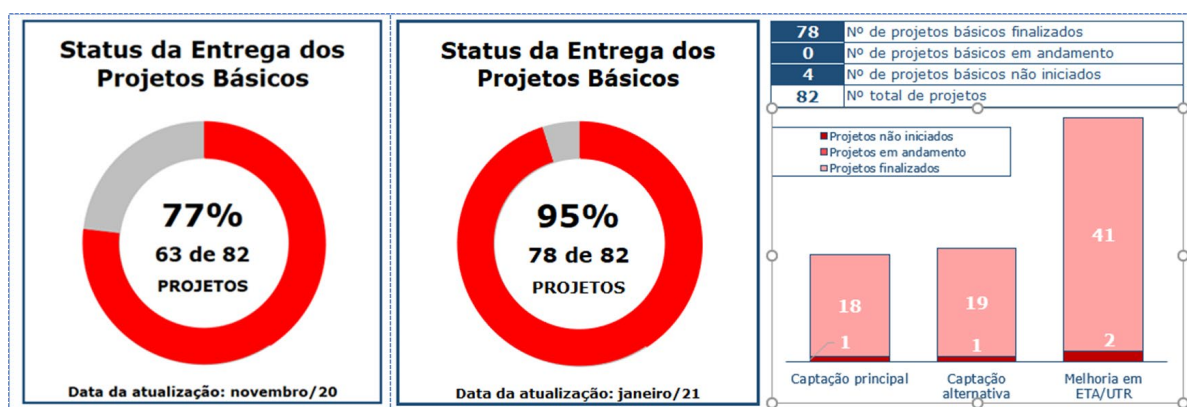


2.32 PG032: Programa de Melhoria dos Sistemas de Abastecimento de Água

Nos últimos meses de 2020, os documentos que vêm sendo disponibilizados/reportados pela Fundação Renova apresentam muitos desvios em relação ao percentual de conclusão das atividades previstas/planejadas para o programa. Além disso, as restrições para execução de visitas de campo, para verificação *in loco* desses dados, restringem o monitoramento do programa e a atualização dos indicadores de acompanhamento desenvolvidos pela Ramboll, para esse período, principalmente para os índices de Adequações das Captações Alternativas e das Melhorias das ETAs. Essa divergência de dados reportados pela Fundação, entre o período de novembro de 2020 a janeiro de 2021, influenciou no reconhecimento ou não da conclusão das atividades monitoradas. Foi constatado para diversas atividades que na versão mais recente dos dados disponibilizados, o status era de concluída, sendo que as datas de finalização das mesmas são anteriores ao período das últimas versões, onde foram indicadas pela Fundação Renova como pendentes, ou seja, conflitantes, e dessa forma, somente a partir de verificação em campo que será possível validar a informação reportada. Portanto, para esse período de monitoramento não será apresentado o índice de melhorias das ETAs e o indicador de Adequações de Captações Alternativas fica com ressalvas para validações no próximo período de monitoramento.

Por outro lado, observa-se através dos dados reportados pela Fundação Renova (Anexo V do Relatório Mensal PG32 – dezembro/2020 – Editado em janeiro/21), o maior avanço na conclusão de projetos básicos, com a finalização de 15 projetos no período, partindo de índices de 70 a 77% (63 projetos de 82), no final do ano de 2020, para 95% (78 projetos de 82), em 2021. Entretanto, vale salientar que, segundo o TTAC, o prazo máximo para conclusão e entrega dos projetos básicos era março de 2018, e dessa forma, o programa ainda segue com o descumprimento de cláusula.

Figura 2.32-1: Índice de entrega dos projetos básicos pela Fundação Renova de novembro/20 a janeiro de 2021



É importante citar que o projeto é a etapa inicial e fundamental para implementação das ações do programa, mas somente após as obras que será consolidada a efetivação da reparação dos Sistemas de Abastecimento de Água (SAA). Nesse contexto, os números levantados no período indicam que, dos 78 projetos concluídos até janeiro de 2021, apenas 21 obras foram implementadas (27%), 22 obras estão em andamento e quase metade dos projetos concluídos não saíram do papel. Essa situação de obra inacabada ou não iniciada, mesmo após 5 anos de desastre, impacta direta e indiretamente um universo de aproximadamente 600.000 atingidos. Cabe destacar a implementação das Unidades de Tratamento de Resíduos – UTR, que têm como finalidade a realização do tratamento dos resíduos que são gerados durante o processo de tratamento da água e que precisam de destinação adequada para reduzir a contaminação dos recursos hídricos, principalmente para os SAAs dos maiores municípios abrangidos pelo programa (Governador Valadares/MG, Colatina/ES e Linhares/ES), que além de infrações de legislações ambientais seguem em desencontro do processo de reparação integral da bacia do rio Doce.

Além disso, de forma recorrente, a Fundação Renova vem justificando a ausência de atualização das ações em decorrência da judicialização (Eixo Prioritário 9 - Abastecimento de Água para Consumo Humano, definido através da Decisão Judicial nº 1000462-20-2020.4.01.3800 da 12ª Vara Civil e Agrária da Seção Judiciária de Minas Gerais), e por diversas vezes a comunicação explícita que as ações relacionadas ao

PG32 deverão ser replanejadas conforme determinação da perícia em curso. Portanto, dentre as atribuições técnicas do perito judicial, uma delas é a análise da qualidade técnica dos estudos e projetos para os SAAs das localidades atingidas, e no documento *Relatório nº 1 (Pano de Trabalho da Perícia – homologado em setembro/2020)*, a previsão para conclusão da análise dos projetos será num período de até 17 meses (maio de 2022). Nos autos do processo, as atualizações mais recentes são de dezembro de 2020, onde a perícia cita os ciclos de visitas aos SAAs que foram realizadas em outubro e novembro/20, bem como, solicitações de uma série de documentos à Fundação Renova, entre eles estudos e projetos. Essa dinâmica reflete exatamente a discussão anterior, onde os projetos não saíram do papel, pois estão atreladas ao novo processo de aprovação, que adicionou um período significativo, entre a etapa de projeto e o início das obras.

No entanto, é importante lembrar, enfatizar e realçar que a judicialização da questão do abastecimento de água para consumo humano se deu em razão da ineficiência na execução das ações reparatórias pactuadas no TTAC, cláusula 171, e o processo judicial instaurado visa, por meio de uma nova dinâmica decisória, imprimir celeridade na execução das ações, buscando efetividade na implementação dos programas em um prazo adequado, e não o oposto.

A tabela a seguir apresenta um panorama geral dos projetos concluídos e obras não iniciadas, onde sinaliza que os projetos não são os maiores entraves do programa no momento, mas de fato as obras.

Tabela 2.32-1: Status dos projetos de SAAs por município

Município	Localidade	Tipo de Ação	Status Projeto	Obra
Mariana	Camargos	Captação Alternativa	Com projeto	Não Iniciada
Mariana	Camargos	Captação Principal	Com projeto	Não Iniciada
Mariana	Camargos	ETA	Com projeto	Não Iniciada
Mariana	Pedras	Captação Principal	Com Projeto	Não Iniciada
Belo Oriente	Cachoeira Escura	Captação Alternativa	Com projeto	Não Iniciada
Belo Oriente	Cachoeira Escura	Captação Principal	Com projeto	Não Iniciada
Belo Oriente	Cachoeira Escura	UTR	Com projeto	Não Iniciada
Fernandes Tourinho	Senhora da Penha	Captação Principal	Com projeto	Não Iniciada
Fernandes Tourinho	Senhora da Penha	ETA	Com projeto	Não Iniciada
Periquito	Pedra Corrida	UTR	Com projeto	Não Iniciada
Alpercata	Sede	Captação Principal	Com projeto	Não Iniciada
Alpercata	Sede	ETA	Com projeto	Não Iniciada
Governador Valadares	Sede	Captação Principal	Com projeto	Não Iniciada
Governador Valadares	Sede	UTR	Com projeto	Não Iniciada
Governador Valadares	Sede	UTR	Com projeto	Não Iniciada
Governador Valadares	Sede	UTR	Com projeto	Não Iniciada
Governador Valadares	São Vitor	UTR	Com projeto	Não Iniciada
Tumiritinga	Sede	Captação Principal	Com projeto	Não Iniciada
Tumiritinga	Sede	Captação Alternativa	Com projeto	Não Iniciada
Tumiritinga	Sede	ETA	Com projeto	Não Iniciada
Tumiritinga	Sede	UTR	Com projeto	Não Iniciada
Tumiritinga	São Tomé do Rio Doce	Captação Principal	Com projeto	Não Iniciada
Tumiritinga	São Tomé do Rio Doce	ETA	Com projeto	Não Iniciada
Tumiritinga	São Tomé do Rio Doce	UTR	Com projeto	Não Iniciada
Resplendor	Sede	UTR	Com projeto	Não Iniciada
Itueta	Sede	Captação Alternativa	Com projeto	Não Iniciada
Itueta	Sede	ETA	Com projeto	Não Iniciada
Itueta	Sede	UTR	Com projeto	Não Iniciada
Aimorés	Santo Antônio do Rio Doce	Captação Alternativa	Com projeto	Não Iniciada
Aimorés	Santo Antônio do Rio Doce	UTR	Com projeto	Não Iniciada
Baixo Guandu	Sede	UTR	Com projeto	Não Iniciada
Baixo Guandu	Mascarenhas	Captação Principal	Com projeto	Não Iniciada
Colatina	Sede	UTR	Com projeto	Não Iniciada
Colatina	Sede	UTR	Com projeto	Não Iniciada
Linhares	Sede	UTR	Com projeto	Não Iniciada

Em relação às captações alternativas, conforme citado anteriormente, os dados serão validados no próximo período de monitoramento, através de visitas/inspeções em campo. Mas para esse período, considerando que ainda tem-se apenas sete localidades reportadas pela Fundação Renova com alternativa já implementada, ou seja, 30% das localidades do programa, o índice de adequação das captações

alternativas teve um avanço, e atualmente 57% não apresentam inadequações de infraestrutura, documentação e qualidade.

Com relação às ações reparatórias de melhorias das ETAs, conforme mencionado anteriormente, o indicador não será reportado para esse período de monitoramento. Já com relação ao abastecimento emergencial durante esse último período de monitoramento foi observado que são as mesmas 29 mil pessoas (4,7%) que ainda estão sendo abastecidas de forma emergencial.

2.33 PG033: Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce

Esse Programa prevê o desenvolvimento de ações que apoiem a capacitação dos atores sociais dos municípios atingidos para bem exercerem seu protagonismo na restauração socioambiental e cultural.

Projeto de Formação de Lideranças Jovens: dentre os processos e projetos do PG33, este foi o único que apresentou avanços no período considerado, tendo iniciado as atividades do 1º Ciclo de Formação faltando, porém, as empresas identificarem com maior segurança até que ponto os jovens cadastrados como atingidos foram contemplados entre os selecionados para este 1º Ciclo. As cinco empresas encarregadas dos projetos nos cinco territórios apresentaram os avanços: a maior parte das vagas foram preenchidas, mas ainda há vagas, especialmente na Área 3, do Baixo Doce. Em reunião do GT33²⁹, as empresas contratadas reportaram que várias áreas ainda têm vagas; e uma delas diz que para mobilizar ou identificar jovens de famílias mais atingidas “o cadastro de atingidos não usaram, porque não é confiável”, assim solicita apoio para isso à Fundação Renova, por parte da equipe de Diálogos.

Os encontros de formação avançam, de forma virtual, tendo sido para tanto criada e disponibilizada pela Fundação Renova uma Plataforma digital exclusiva. Isso pode prejudicar jovens que não tenham acesso a equipamentos e principalmente ao sinal da internet. Duas questões foram, então, apontadas pela CT-ECLET:

- a) a falta de reuniões e encontros presenciais na região pode ter prejudicado os jovens que mais sofreram com o desastre – vivendo em comunidades periféricas e ribeirinhas – que podem não ter sequer tido acesso à informação e ao convite para participar do Projeto;
- b) quando selecionado, o jovem pode ter dificuldade em fazer as sessões de formação de lideranças que serão de forma virtual (com a Plataforma digital).

Para avançar quanto às questões apontadas, houve na 40ª Reunião da CT-ECLET³⁰ várias indicações, tais como: verificar em que medida os jovens mais atingidos (cadastrados) foram selecionados; prover internet paga aos que não tiverem acesso; apoiar que jovens possam se dirigir a centros de informática que já existem em várias prefeituras; etc. A Fundação Renova aponta que isso é problema geral, para todos os Programas, para todo o Brasil. Mas num dos eixos judicializados, o PIDRES³¹, a Fundação Renova aponta que jovens das áreas rurais também serão atendidos pelo PG33, e justo ali é maior a dificuldade de sinal da internet.

Foi relatado ainda que a CT-ECLET encaminhou à Fundação Renova um ofício com 16 perguntas sobre este projeto³²; mas em vez de respostas diretas, foram enviados de última hora vários arquivos nos quais hipoteticamente as respostas às 16 perguntas poderiam ser encontradas ou inferidas.

Projeto de Formação de Educadores e Escolas Experimentais: o início que deveria ter sido em 2019, foi adiado para 2021, mas ainda não finalizou a contratação da UFMG/UFOP: a assinatura do contrato com a UFMG depende ainda de acertos sobre qual seria a forma de garantir autoria e sobre a taxa administrativa. A Fundação Renova explicou³³ que foi indicada nova comissão do IFES para fechamento de proposta técnica e orçamentária (Plano de Trabalho) de forma a poder assumir o projeto no Espírito Santo; mas não conseguiram entregar a proposta devido ao recente falecimento do coordenador dessa equipe.

Processo de Interfaces: não houve relato sobre mudanças ou avanços no processo de interfaces com outros programas de reparação e compensação. A CT-ECLET propôs desenvolvimento de plano de ação para Interface com o Projeto de Educação Patrimonial. Novas interfaces com relação aos Programas ligados a Povos Tradicionais serão propostas pelos membros da CT-ECLET e da CT-IPCT a partir de análise

²⁹ Conforme relatado, na 40ª Reunião Ordinária da CT-ECLET, pelos participantes do GT33 realizado em 27/jan/2021.

³⁰ Sugestões apresentadas na 40ª Reunião Ordinária da CT-ECLET realizada em 29/jan/2021.

³¹ PIDRES - Plano Integrado de Desenvolvimento Rural e Econômico Sustentável, Eixo prioritário 8 – Ver NT 84 de dezembro/2020 da CT-EI: “Para o tema Tecnologia e Educação, a Fundação Renova limita o PIDRES às ações previstas no PG 33 (formação de educadores e de jovens lideranças jovens). (...) Nesse sentido, ressaltamos a necessidade de considerar as áreas rurais em sua execução, bem como mapear as necessidades de ações complementares de apoio à capacitação de educadores, via cooperação intermunicipal, no formato de Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADE)”.

³² Ofício 29/2020 da CT-ECLET, de 28 de dezembro de 2020, dirigido ao senhor Felipe Moura de Andrade, Coordenador de Educação, Cultura e Turismo da Fundação Renova.

³³ Informação verbal apresentada na 40ª Reunião Ordinária da CT-ECLET (29/jan/2021).

dos projetos dos respectivos Programas, para verificar as interfaces que poderão contribuir para o planejamento e a execução das ações podendo incluir especialmente, com relação ao PBAQ de Degredo, os Projetos Formação de Educadores e Formação de Lideranças Jovens.

Pontos de atenção:

- Com a pandemia, a exclusão das comunidades mais periféricas e vulneráveis se acentua, devido à falta de acesso às informações e a encontros ou atividades virtuais por falta de infraestrutura – equipamentos e sinal de internet. Assim, medidas devem ser tomadas para que não haja exclusão de jovens no Projeto de Lideranças Jovens por esse motivo, em especial aqueles de famílias que constam no cadastro de pessoas atingidas, que deveriam ter prioridade.
- As interfaces do PG33 (Educação para a Revitalização) com outros Programas são pontos sensíveis e importantes para uma visão sobre a qualidade da ação e a responsabilidade que cada ator social tem no processo de reparação integral.
- Passados três anos da aprovação do Programa ainda não há envolvimento real dos Comitês de Bacia Hidrográfica na sua execução, por falhas dos próprios CBHs e da Fundação Renova.

2.34 PG034: Programa de Preparação às Emergências Ambientais

A Deliberação CIF nº 460, de 03 de dezembro de 2020 aprovou integralmente o Programa de Preparação para as Emergências Ambientais, ou seja, o escopo, projetos, indicadores, orçamento e cronograma do Programa referente à Cláusula 173 do TTAC, com recursos compensatórios de R\$ 34.257.000,00, com base na Nota Técnica CT-GRSA nº 24/2020. Durante a 50ª CT-GRSA, a Fundação Renova também apresentou o orçamento do PG34 para 2021 no valor total de R\$15,9 milhões. Foi esclarecido que esse valor não inclui os gastos com o Projeto de Implantação de Base Integrada de Segurança Pública no município de Mariana/MG (Deliberação CIF nº 471).

Ademais, a 6ª Reunião Extraordinária do CIF, realizada em 07 de dezembro de 2020, aprovou a Deliberação CIF nº 471, que trata da inclusão do Projeto de Implantação de Base Integrada de Segurança Pública no município de Mariana/MG, no âmbito do PG34. Esse projeto tem um recurso total de R\$ 16.500.000,00, de natureza compensatória, para o Projeto de Implantação da Base Integrada de Segurança Pública no município de Mariana/MG, conforme recomendações, objetivos específicos, metas e resultados consignados na Nota Técnica nº 6/SEJUSP/DPR/2020. Observa-se que esse valor não faz parte dos R\$ 34.257.000,00 aprovados para o PG34. Essa deliberação determinou ainda reconsiderar a Deliberação 460/2020 para incluir esses recursos adicionais no escopo do programa. A Fundação Renova informou que está avaliando como esse projeto será incorporado no documento revisado e aprovado do PG34.

Permanecem paralisadas e suspensas as atividades dos projetos Escola Segura, NUPDEC e Comitê Gestor de Riscos envolvendo ações presenciais e em grupo (como reuniões, capacitações, oficinas, preparação, simulados, etc.) impactadas pela pandemia de Covid-19 desde meados do mês de março de 2020. Dessa forma, tanto os cronogramas definidos quanto ao monitoramento do programa e seus respectivos indicadores foram diretamente afetados visto que as atividades programadas não estão sendo realizadas, sem previsão de retomada devido à segunda onda. Para minimizar esses impactos, continuam em andamento as atividades de apoio às Defesas Cíveis por meio do **Plano de Assessoria Técnica Remota** (com ações online em redes sociais e grupos de WhatsApp). O coordenador da Defesa Civil de Mariana informou que foram realizados, em média, 5 postagens por semana no Instagram, 3 postagens no Facebook e 2 no Twitter, desde 14 de abril de 2020.

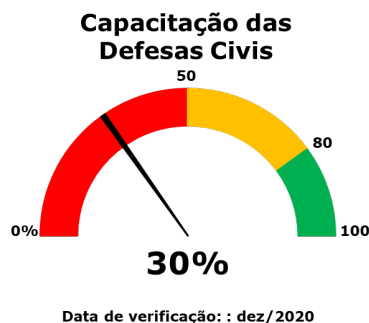
A respeito dos indicadores de monitoramento do programa que vem sendo reportados, informa-se a seguir o status verificado nos meses de novembro e dezembro de 2020. Dos cinco indicadores definidos, apenas dois estão sendo reportados mensalmente (Índice de Fortalecimento e Preparação das Defesas Cíveis e a Percepção de Risco pelas comunidades) e será incluído o indicador de Capacitação das Defesas Cíveis (monitoramento relativo ao mês de dezembro) em função do início do curso de curta duração (1 mês) realizado pela UNISUL.

Sobre o indicador de **Capacitação das Defesas Cíveis**, este é obtido a partir da relação entre o número total de cursos realizados e planejados de curta e longa duração, com pesos de 40% e 60% respectivamente. Para 2020, foi previsto somente um curso de curta duração, por município, sobre Análise de Risco no formato EAD para 70 alunos no total, com carga horária de 30 horas (início em 19 de novembro e término em 19 de dezembro). Com o objetivo de dar maior transparência e segurança jurídica à realização dos cursos, cada município publicou um edital e realizou um processo seletivo. O único município que ainda não iniciou esse curso é Barra Longa, pois a divulgação do edital e a realização do processo seletivo estavam previstos após as eleições municipais – conforme acordado com a Prefeitura. No entanto, houve atraso nos trâmites e ainda não há previsão para início do curso, segundo informação da Fundação Renova na 50ª CT-GRSA. Portanto, o indicador apresentou 30% de atendimento no mês de dezembro. Segundo informou a Fundação Renova, o primeiro curso de curta duração foi concluído de acordo com o cronograma previsto e satisfatório com nota média obtida pelos alunos de 8 a 9.

De acordo com o cronograma de cursos de curta duração encaminhado pela Fundação Renova, há dois cursos previstos pela UNISUL, de fevereiro a março de 2021, com as seguintes temáticas e carga horária:

- Prevenção, Mitigação e Preparação (60h): 08/02/2021 à 13/03/2021
- Resposta Social (30h): 08/02/2021 à 13/03/2021

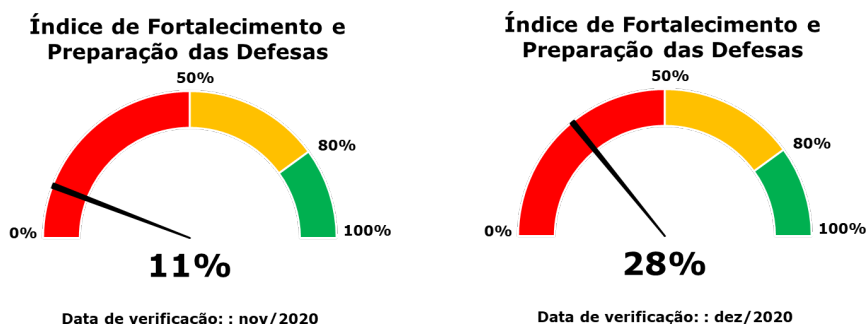
Figura 2.34-1: Índice indicador de Capacitação das Defesas Cíveis (dezembro de 2020).



O **Índice de Fortalecimento e Preparação das Defesas Cíveis** é composto por três fatores, sendo o **Comitê Gestor de Riscos** (primeiro fator) monitorado mensalmente. Conforme o plano de trabalho do CGR para 2020, estavam previstas duas atividades (capacitação e assessoria técnica) por município entre 21/10 e 20/11, as quais não foram realizadas e serão reprogramadas para 2021 devido à paralisação imposta pela Covid-19. Em dezembro, estavam previstas oito ações entre capacitações, assessorias técnicas e avaliações das quais foram realizadas uma capacitação e três avaliações de forma remota/online. Observa-se que a avaliação do nível de aprendizado dos membros do CGR foi feita somente com os integrantes das COMPDECs. Para esses dois períodos (novembro e dezembro), estava em andamento a assessoria técnica para elaboração dos Planos de Contingência (PLANCON) para Rompimento de Barragem dos municípios de Barra Longa, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado. Nota-se que o **Diagnóstico das áreas de risco geológicos e hidrológicos visando a elaboração do PMRR** (segundo fator) não foi iniciado, pois a execução do serviço continua em fase de contratação, conforme informado pela Fundação Renova na 50ª CT-GRSA.

Em relação aos **Planos de Contingência** (terceiro fator), os PLANCONs para Período Chuvoso de Rio Doce, Barra Longa e Santa Cruz do Escalvado foram atualizados assim como o PLANCON para Rompimento de Barragem de Mariana. Também foi iniciada a elaboração dos novos PLANCONs para rompimento de barragens de Rio Doce, Barra Longa e Santa Cruz do Escalvado – exceto Mariana que já possui. A respeito dos simulados para validação dos PLANCONs, previstos nos planos de trabalho de 2020, o coordenador da Defesa Civil de Mariana informou que houve uma decisão colegiada definindo pela não realização dos simulados de mesa devido ao período eleitoral. Assim, esses simulados foram adiados para a primeira quinzena de janeiro/2021; porém ainda não foram realizados devido às mudanças na gestão das prefeituras municipais – segundo informação do coordenador da Defesa Civil de Mariana. Desse modo, este indicador permaneceu em 11% e 28% de atendimento nos meses de novembro e dezembro, respectivamente. Sem a realização de todas as atividades previstas em função da pandemia, o indicador permanece impactado visto que há atraso no cumprimento dos cronogramas.

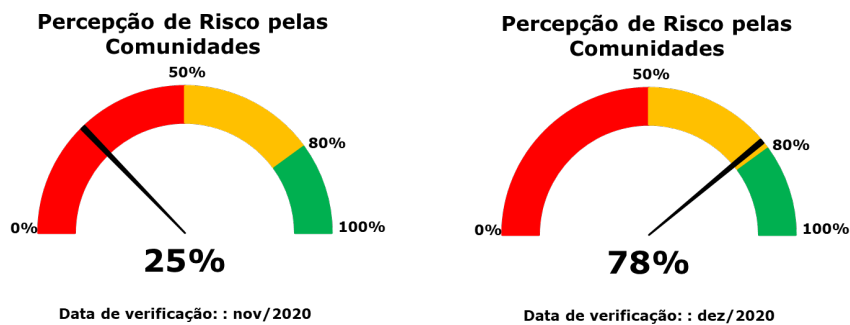
Figura 2.34-2: Índice de Fortalecimento e Preparação das Defesas Cíveis (novembro e dezembro de 2020).



O monitoramento do indicador de **Percepção de Risco pelas comunidades** também continua impactado pela suspensão das atividades previstas tanto para o **NUPDEC** como **Escola Segura** nos quatro municípios devido à Covid-19. Na análise comparativa entre o plano de trabalho e as atividades efetuadas, o período entre 21/10/2020 e 20/11/2020 previa cinco atividades por município, sendo três da Escola Segura (oficina, workshop e curso) e duas do NUPDEC (oficina e workshop). Apenas a oficina de preparação

para os simulados do NUPDEC foi realizada de forma remota/online. Para o período entre 21/11/2020 e 20/12/2020, haviam 10 atividades programadas (assessoria técnica, preparação e avaliações) para o projeto Escola Segura e oito (capacitação, assessoria técnica e avaliações) para o NUPDEC. Dessas ações, foram realizadas ao todo oito da Escola Segura e seis do NUPDEC; considerando que as ações presenciais canceladas serão reprogramadas para 2021 – segundo explicou a Fundação Renova. Assim, este indicador composto por dois fatores (NUPDEC e Escola Segura) apresentou alteração em relação ao mês de outubro, com índices de 25% e 78% nos meses de novembro e dezembro, indicando um aumento no cumprimento das atividades previstas nos cronogramas para 2020. Além disso, foi realizada uma Gincana Virtual junto aos Comitês das oito escolas participantes da Escola Segura por meio do plano de Assessoria Remota.

Figura 2.34-3: Indicador de Percepção de Risco pelas Comunidades (novembro e dezembro de 2020)



Referente ao projeto de **Melhoria Estrutural das Defesas Civas**, a digitalização da rede de Rádio de Mariana/MG (Deliberação CIF 303) foi concluída com a entrega e instalação dos equipamentos bem como foi finalizado o termo de aceite e ateste da Defesa Civil de Mariana. Está em andamento a formalização da entrega que depende da assinatura do Termo de Doação com encargos. Sobre a construção das sedes das Defesa Civas e a aquisição de equipamentos para os quatro municípios contemplados, continua em análise pelo Conselho Curador da Fundação Renova a definição quanto à execução do repasse dos recursos e como se dará o acompanhamento e controle para que haja segurança jurídica na aplicação dos recursos. Durante a 50ª CT-GRSA, a Fundação Renova informou que ainda não foram entregues os projetos e a documentação dos municípios de Rio Doce, Barra Longa e Santa Cruz do Escalvado para a construção das novas sedes.

Por fim, a Ramboll avalia que a atualização dos indicadores reportados e o monitoramento do PG34 permanecem comprometidos até que seja autorizada a retomada das atividades presenciais do CGR, NUPDEC e Escola Segura pelos órgãos competentes e com total segurança aos participantes (como comunidades, alunos e professores). A Fundação Renova afirma que não haverá impacto no encerramento dos projetos do programa mesmo com o adiamento das atividades para 2021, visto que os planos de trabalho serão elaborados incorporando as ações previstas e não realizadas em 2020, com acompanhamento e participação das Defesas Civas. Maiores informações a respeito do planejamento das atividades do PG34 para 2021 serão fornecidas na 51ª reunião da CT-GRSA que será realizada em 09 de fevereiro de 2021.

Por fim, um ponto de atenção refere-se à concessão da Licença Ambiental Trifásica (Certificado nº 1496), em 18/12/2020 pelo COPAM, para a Regularização Ambiental das Obras de Dragagem e Disposição de Rejeitos na Fazenda Floresta e Recuperação das Margens e Setores da área denominada como Trecho 12 (Área do Reservatório da UHE Risoleta Neves) que abrange os municípios de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado. A LOC Fazenda Floresta, aprovada em 13 de novembro de 2020, tem prazo de 10 anos à vencer em 18/12/2030 a partir da data de concessão (18/12/2020).

A Fazenda Floresta, localizada nas proximidades da comunidade de Santana do Deserto (pertencente ao município de Rio Doce-MG), foi proposta em 2016 como uma área definitiva para disposição dos rejeitos dragados do reservatório da UHE Risoleta Neves, visto que até então as demais áreas eram consideradas temporárias por estarem dentro da área de alagamento operacional do reservatório ou em suas margens. Com o desenvolvimento das obras para remoção do rejeito do Rio Doce e construção dos setores de deposição desse rejeito, gerou-se um alto fluxo de caminhões e máquinas pesadas nas vias de acesso às comunidades rurais localizadas no território, alterando o modo de vida da população com a geração de

barulho, poeira, danos em pontes e aumento dos processos vibratórios nas vias públicas causados pelo trânsito intenso de caminhões, trincas em edificações, entre outros).

Situada à aproximadamente 3 km da UHE, a Fazenda Floresta encontra-se em um vale encaixado, favorável à disposição dos rejeitos, com capacidade estimada na ordem de 7.338.143 m³ (EIA, Agroflor), considerando o empilhamento do material desaguado. Considerando a dragagem completa do volume disposto no reservatório da UHE Risoleta Neves conforme Cenário 1, estimado em 9,6 Mm³, será necessária a implantação de três pilhas conforme estudo ambiental. A pilha 1 receberá um volume de 1.197.662m³, a pilha 2 receberá 3.790.263m³ e a pilha 3, por sua vez, 2.350.218m³, totalizando uma área de 39,52ha e volume total de 7.338.143 m³ de rejeito desaguado. O empreendedor considera um aporte anual de 500 mil m³/ano de sedimentos ao reservatório de maneira natural e inclui a dragagem dos novos sedimentos aportados, assim o total a ser removido seria 18,1 Mm³.

Dessa forma, é necessário que implantação das atividades relacionadas à LOC Fazenda Floresta sejam monitoradas uma vez que essas obras e a deposição de rejeitos podem gerar novos impactos e um novo cenário de risco nessa região.

2.35 PG035: Programa de Informação para a população

A Fundação Renova protocolou em 30/12/2020, via SEI/IBAMA, Ofício (FR.2020.2135) e anexo da nova definição do PG35 – Programa de Informação para a População (dezembro/2020) que se encontra em análise pela Câmara Técnica de Participação, Diálogo e Controle Social (CT-PDCS). Essa entrega responde, fora do prazo em mais de seis meses, à Deliberação CIF nº 437 que estabelecia prazos para que a Fundação Renova cumprisse etapas necessárias à implantação dos Centros de Informações para a População (CTIs), conforme Nota Técnica nº 23/2020 da CT-PDCS.

Destaca-se que a Fundação Renova descumpriu todos os prazos previstos na Deliberação CIF nº 306 de 30/07/2019, que estabeleceu prazo máximo de 240 dias para implantação de todas as mudanças indicadas nas notas técnicas emitidas até então. A justificativa apresentada por ela foi o atraso dos municípios de Mariana e Governador Valadares na indicação dos imóveis destinados ao funcionamento dos CITs. Posteriormente, a partir de março/2020, justificou os atrasos em função pandemia, nova mudança de indicação de imóvel por parte de Governador Valadares e instabilidade política com as eleições municipais de Mariana.

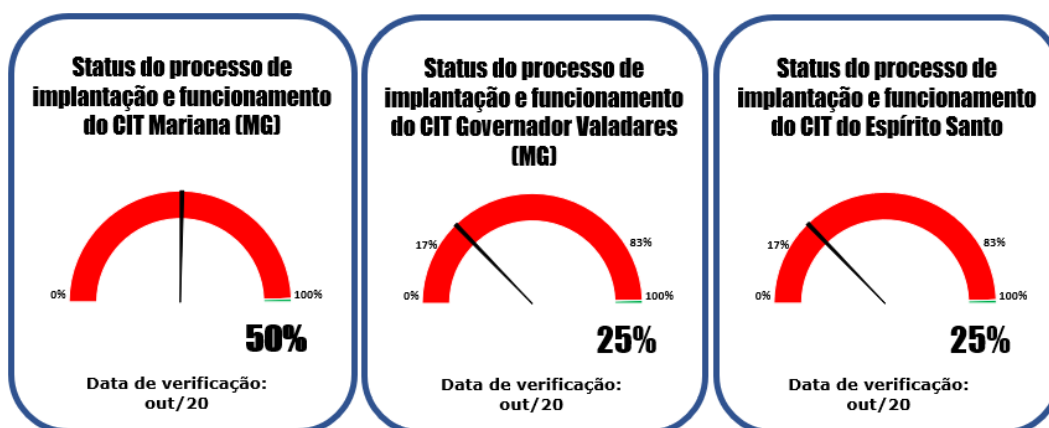
A novidade na definição do PG35 analisada preliminarmente está em, de um lado, a manutenção com algumas pequenas melhorias no escopo, objetivos e metodologia, mas, de outro lado, a proposta retroage a contagem do tempo de 10 anos de responsabilidade e manutenção dos CITs pela Fundação Renova não mais como deliberado pelo CIF, a contar da inauguração desses equipamentos, mas da data de assinatura do TTAC, ou seja, o prazo de manutenção já estaria sendo contado desde 2 de março de 2016.

Em fevereiro de 2021, com o amplo atraso de implementação e inauguração dos CITs, a contar o tempo de responsabilidade pela manutenção desde a assinatura do TTAC, a Fundação Renova reduz por ora cinco anos no seu compromisso de investimento, caso os CITs viessem a ser inaugurados ainda em março de 2021, mas como ainda nem saíram do papel, esse tempo de responsabilidade ficará ainda mais curto, uma vez que ainda não há previsão de instalação/inauguração de nenhum desses equipamentos.

Na versão do PG35 de nov/2019, página 5, a Fundação Renova assumia a interpretação de prazo dada pelo TTAC, Notas Técnicas 15 e 16 da CT-PDCS e Deliberação CIF nº 229, alegando “O Programa poderá ser considerado encerrado após o cumprimento do prazo estabelecido pelo TTAC, de dez anos após a efetiva implantação das unidades fixas dos CITs”. Essa mudança que retroage a interpretação de prazo de manutenção dos CITs é avaliada como retrocesso grave da nova versão de definição do programa.

Quanto ao status de implantação dos CITs mensurados pelos indicadores de monitoramento deste programa não há alteração da nota (Figura 2.35-1).

Figura 2.35-1: Status do processo de implantação e funcionamento dos Centros de Informação Técnica.
Fonte: Elaboração própria

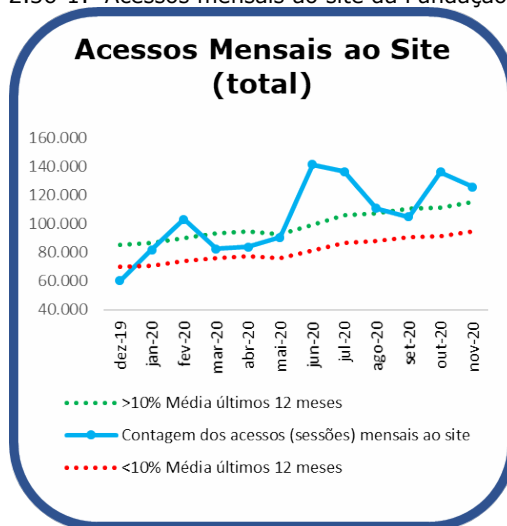


2.36 PG036: Programa de Comunicação Nacional e Internacional

Em fevereiro de 2021, está sendo possível relatar os indicadores de monitoramento deste programa com a data de corte até novembro de 2020. A Fundação Renova tinha uma frequência de envio dos dados do mês no início da segunda quinzena do mês subsequente. Com o atraso do aditamento do contrato da Ramboll, os dados de dezembro de 2020 não foram enviados, tampouco os de janeiro de 2021. Assim, foi feito um recorte da série histórica de 2020 e o mês de outubro/20 apresentou alta no número de acessos totais ao site da Fundação Renova, ocupando a terceira posição dentre os meses com maior número de sessões dos últimos doze meses (respectivamente junho/20, com 141.645, julho/20, com 136.570 e outubro/20 com 136.411 sessões). Analisando as páginas mais acessadas e o volume de acessos diários, verifica-se que a alta se deu devido aos acessos à página Cinco Anos – A reparação até aqui, e à proximidade do aniversário do desastre, já que os acessos se intensificaram no final do mês de outubro, registrando mais de 21 mil sessões.

Já no mês de novembro/20 foram 126.092 acessos, volume ainda alto apesar da queda com relação a outubro. A Figura 2.36-1, que exhibe o volume de acessos nos últimos doze meses, mostra que ao longo do período, apesar das oscilações, houve um comportamento de aumento progressivo na quantidade de sessões de visitação no site da Fundação Renova.

Figura 2.36-1: Acessos mensais ao site da Fundação Renova



Excluindo-se os acessos à página inicial, os acessos ao Portal do Usuário mantiveram o protagonismo verificado nos demais meses (mais de 29 mil sessões em novembro) e os acessos ao módulo Portal do Advogado, para tratativas relativas ao chamado “Sistema Indenizatório Simplificado” vêm gradativamente apresentando crescimento, chegando a quase 5.700 acessos no mês de novembro. Ao longo do ano também tiveram protagonismo na atração de acessos as páginas Dados da Reparação, Agenda Integrada, além das notícias divulgadas sobre o cancelamento de Auxílios Financeiros Emergenciais (AFEs).

Quando se observa o comportamento de acessos identificáveis dos municípios atingidos³⁴ ao site da Fundação Renova ao longo do ano, esse já apresenta maior oscilação, mas a partir de julho/20 acompanha o de acessos totais ao site, com manutenção de um patamar de sessões maior que o observado no primeiro semestre do ano (Figura 2.36-2). Em números absolutos, o mês de novembro/20 apresentou a maior quantidade de acessos oriundos dos municípios atingidos dos últimos doze meses (38.642). Quando se analisa proporcionalmente ao total de acessos, o percentual foi de 31% dos acessos oriundos de municípios atingidos, sendo o maior percentual dos últimos seis meses (Figura 2.36-3), porém ficando atrás dos meses de janeiro/20 (40%) e fevereiro/20 (33%) e empatando com os meses de dezembro/19 e março/20.

³⁴ Há municípios que a ferramenta Google Analytics não consegue identificar. No mês de outubro foram 34.570 acessos não identificáveis e no mês de novembro, 39.287.

Figura 2.36-2: Acessos mensais ao site da Fundação Renova por município atingido

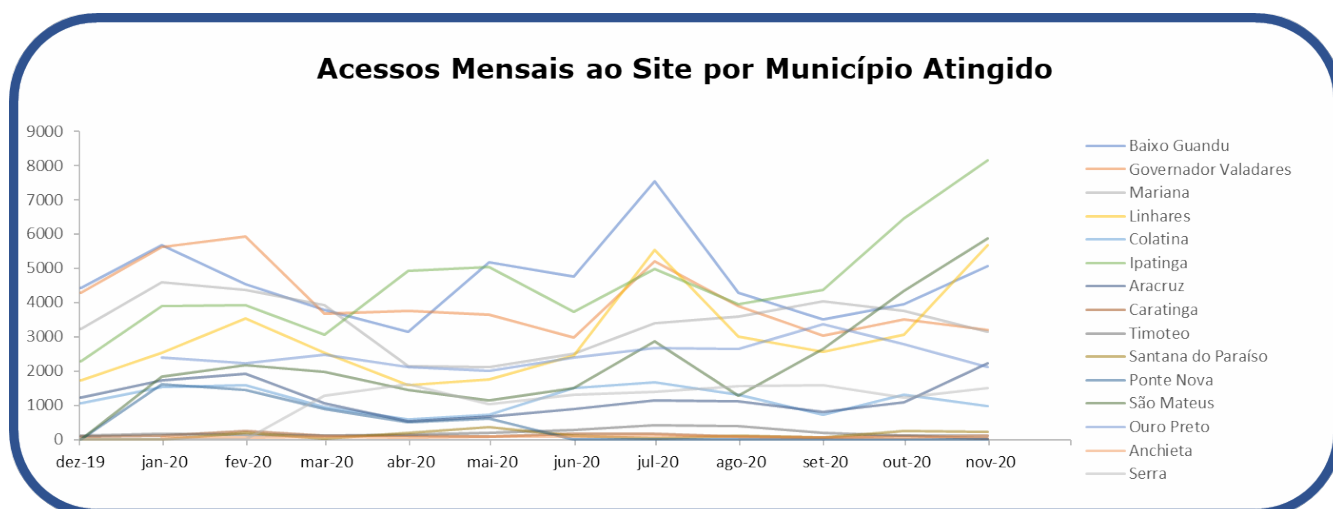
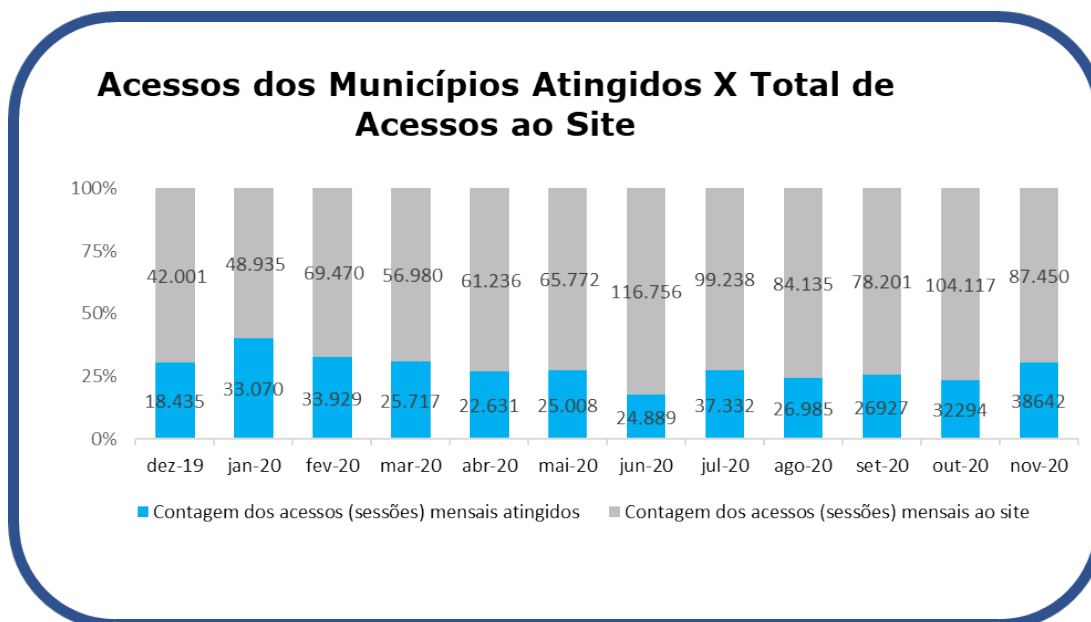
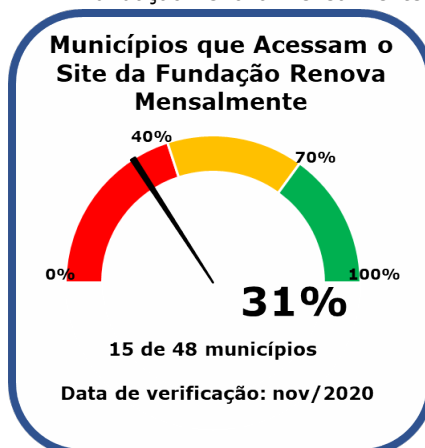


Figura 2.36-3: Acessos dos municípios atingidos x Total de acessos ao site da Fundação Renova



Dentre os acessos identificados, não houve variação de quantidade de municípios atingidos acessando o site nem no mês de outubro nem no mês de novembro (Figura 2.36-4).

Figura 2.36-4: Municípios que acessam o site da Fundação Renova mensalmente



No mês de outubro, o relatório de monitoramento das redes sociais produzido por fornecedor da Fundação Renova indicou, na rede proprietária, a relevância das expressões “Confidencialidade das informações”, “Fale Conosco” e “Canais de Relacionamento”, expressões comumente utilizadas pela própria Fundação Renova em resposta aos questionamentos dos usuários relativos ao andamento do processo de cadastro e indenização. Gera estranheza, pois tais expressões sempre foram utilizadas e não costumavam aparecer com relevância na nuvem de palavras. Assim, a Fundação foi questionada se houve mudança na metodologia de aferição das expressões, o que ainda não foi respondido. O relatório do mês de novembro ainda não foi disponibilizado. Na rede pública, de acordo com o relatório, o tema de maior relevância foi o atraso na construção dos reassentamentos, motivado pelo aniversário de cinco anos do desastre e pelo volume de matérias veiculadas a respeito. Também de acordo com o documento, os comentários positivos registrados foram *“estimulados principalmente pelos informes publicitários e pelos resultados do Concurso Ideias Renovadoras, realizado em parceria com a WWF”*. O tempo médio de resposta às demandas registradas nas redes sociais da Fundação Renova se manteve em 24 horas.

O Portal da Transparência, vinculado ao site, não cumpre requisitos importantes da Lei de Acesso à Informação, dentre eles as regras estabelecidas para transparência passiva, como prazos de respostas, direito de recurso, além da ausência de relatório das demandas de pedidos de informação. Em novembro, a Fundação Renova realizou, por recomendação do Grupo Técnico de Transparência da CT-PDCS uma Pesquisa de Avaliação de Percepções sobre o seu Portal da Transparência. Foram realizados três encontros virtuais, com participação total de 17 pessoas atingidas. Segundo o relatório, entregue em dezembro/2020, boa parte dos participantes *“levantaram críticas sobre a veracidade e fidedignidade das informações”*, além de relatarem ter encontrado *“informações desencontradas que não condizem com a realidade, sendo outras “incompletas e insuficientes”*. Está prometida pela Fundação Renova perante a CT-PDCS uma reforma no Portal da Transparência, para até meados do primeiro semestre de 2021.

2.38 PG038: Programa de Monitoramento da Bacia do Rio Doce, Áreas Estuarina, Costeira e Marinha Impactadas

As ações do Programa de Monitoramento da Bacia do Rio Doce, Áreas Estuarina, Costeira e Marinha Impactadas são norteadas pelas cláusulas 177, 178 e 179 do TTAC. A cláusula 177 se refere ao programa de monitoramento qualitativo e quantitativo sistemático (PMQQS), a cláusula 178 ao Programa de Monitoramento Quali-Quantitativo de Vigilância Ambiental das Intervenções (PMQQVAI) e a cláusula 179 à aprovação do plano de monitoramento pelos órgãos competentes.

Dentre as últimas atividades realizadas, cita-se: em 02 dezembro de 2020, o Comitê Interfederativo (CIF) aprovou a Deliberação CIF nº 458 que aprovou com ressalvas a Revisão Bianual do PMQQS entregue em atendimento à Deliberação nº 383 de 2020; em 11 de dezembro de 2020, houve a 49ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade da Água (CT-SHQA) onde o grupo técnico de acompanhamento (GTA-PMQQS) deu ciência a uma série de ofícios enviados pela Fundação Renova. Foram os seguintes ofícios:

- 2020.1624 – Coletoras de zoobentos nas lagoas referentes à campanha semestral;
- 2020.1762 – Ponto de coleta manual não executados na campanha de outubro/2020;
- 2020.1725 – Atendimento da Deliberação 455 – Disponibilização on-line da Plataforma PMQQS;
- 2020.1843 – Prorrogação de Prazo para entrega dos relatórios do Programa de Garantia e Controle de Qualidade – QAQC do PMQQS;
- 2020.1922 – Comunicado sobre alterações de coleta de algumas matrizes nas campanhas trimestral e semestral do PMQQS, nas lagoas e retomada das coletas na lagoa do Areão;
- 2020.1980 – Informe sobre os pontos de coleta manual não executados na campanha de novembro/2020 – Campanha 37.

Ainda na 49ª reunião da CT-SHQA, houve a apresentação do novo portal do PMQQS³⁵ por parte da Fundação Renova. O portal foi bastante elogiado pelos participantes e foram citados como os principais desafios do portal: (i) adicionar ao portal todos os pontos monitorados; (ii) buscar índices que reflitam a qualidade da água; (iii) adicionar seção com perguntas frequentes com informações sobre os usos da água. Por fim, foi apresentada a NT 75 que analisou a nova versão do documento entregue pela Fundação Renova com a “Definição do Programa 38”. O principal ponto da NT 75 que entrou em discussão entre os membros do GTA e a Fundação Renova na CT foi que apesar da Fundação Renova internamente utilizar a equipe de qualidade da água do PG38 para tratar do PMQQS, do PMQQVAI, do Plano de Monitoramento da Qualidade da Água para Consumo Humano (PMQACH) e do plano de cheias, o GTA PMQQS entende que a atribuição de avaliar o PMQQVAI é da CT que solicitar o monitoramento da específica intervenção, já a atribuição do PMQACH é da CT-Saúde e a do plano de cheias é do Grupo de Assessoramento Técnico do CIF (GAT). Ou seja, que atribuição do GTA-PMQQS é somente avaliar assuntos referentes ao PMQQS. Houve concordância por parte da Fundação Renova e espera-se que as ações destes programas e plano sejam encaminhadas para os corretos destinatários.

Em janeiro de 2021, não houve reuniões do GTA-PMQQS ou da CT-SHQA. Em 02 de fevereiro, houve a 50ª reunião ordinária da CT-SHQA sem pautas referentes ao PG38.

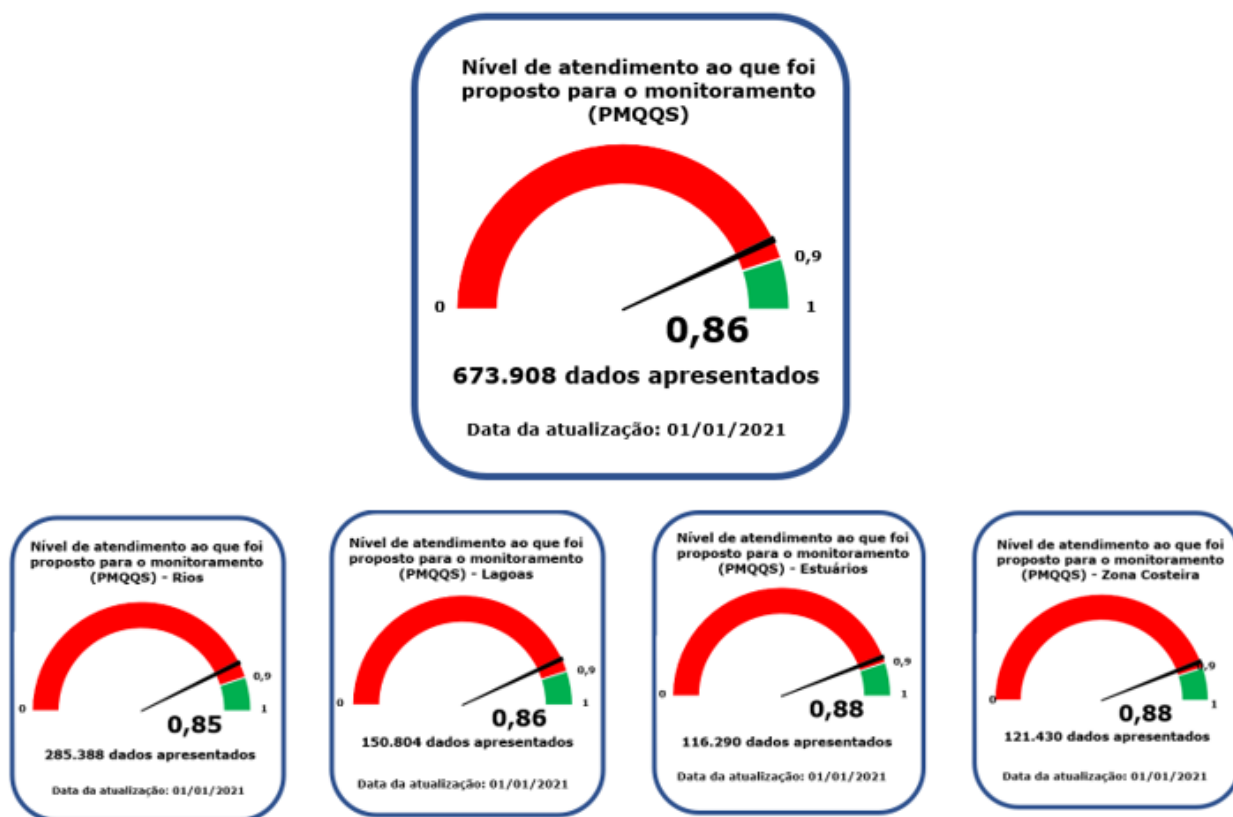
Quanto às medições manuais do PMQQS, os dados referentes ao ano 3 e 4 do monitoramento foram recentemente disponibilizados e o indicador apresentado na Figura 2.38-1 foi atualizado. Portanto, para a construção do indicador, avaliou-se as todas as medições de água, sedimento, testemunho, descarga líquida, descarga sólida, fitoplâncton, material particulado em suspensão (MPS), zoobentos, perifiton, ecotoxicologia para amostras de água e ecotoxicologia para amostras de sedimento no período de agosto de 2017 até dezembro de 2020.

Sendo assim, o nível de atendimento ao escopo do programa ficou em 86%, abaixo do nível estabelecido como satisfatório pelo GTA-PMQQS que é de 90%, no entanto, pode-se afirmar que o pleno

³⁵ <<https://portal-de-monitoramento-rio-doce-fundacaorenova.hub.arcgis.com/>>

atendimento está próximo de ocorrer. Os níveis de atendimento ao escopo do programa são similares avaliando separadamente os quatro ecossistemas (Figura 2.38-1).

Figura 2.38-1: Nível de atendimento aos requisitos do monitoramento (PMQQS) considerando todo o conjunto de dados e os dados separadamente, para o rio Doce, estuário, zona costeira e lagoas

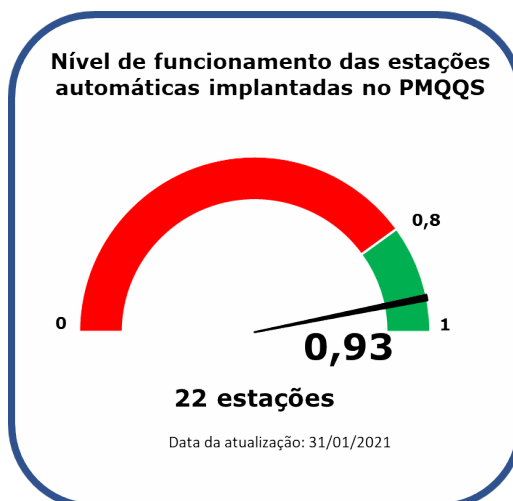


Quanto aos dados analisados, o não atendimento ao nível de 90% do indicador deve-se principalmente à ausência de resultados para parâmetros e pontos, por diversos fatores, como:

- Dados invalidados segundo os requisitos propostos pela Nota Técnica nº16 do GTA-PMQQS, assim como invalidações por falhas nos procedimentos de análise;
- Falta de acesso aos pontos de coleta;
- Dados corrompidos.

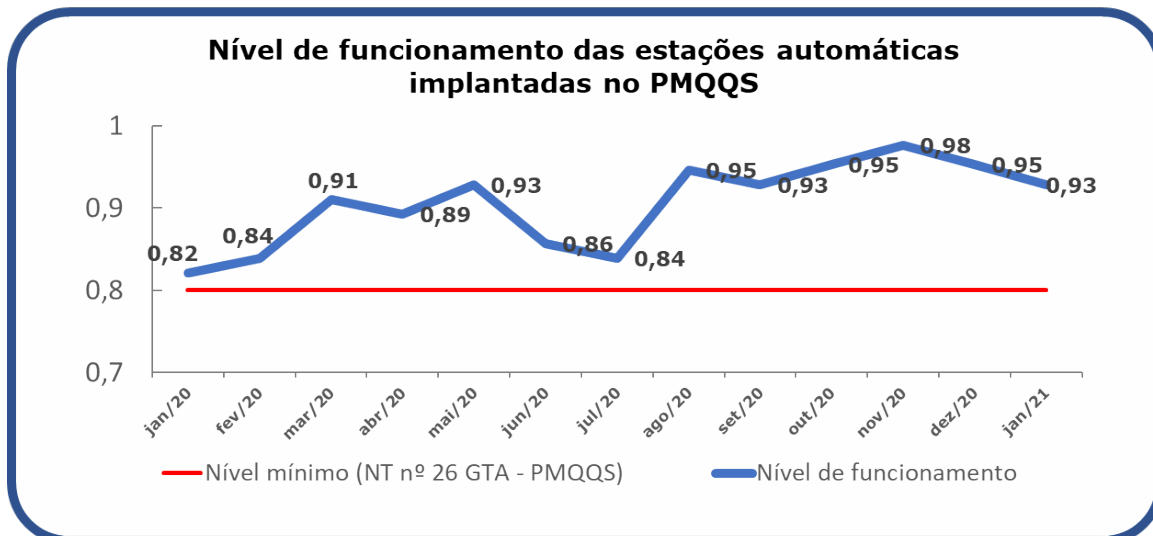
Quanto às estações automáticas, o site onde era feito o download dos dados (dualBase) foi descontinuado e o novo portal do PMQQS publicado, de onde foi feito o download dos dados do último mês. Importante ressaltar que antes era possível baixar dados de 28 estações (6 estações pertencentes ao PMQQVAI e 22 pertencentes ao PMQQS), mas com o término da vigência das estações do PMQQVAI, apenas os dados das estações do PMQQS puderam ser baixados. Além disso, o número de parâmetros reportados pela Fundação Renova para as estações automáticas também diminuiu quando baixados os dados do novo portal: foi de 14 parâmetros para 11. Questionada a Fundação Renova, a resposta foi que dos três parâmetros não reportados, dois (pressão e umidade) não constam no escopo do PMQQS e eram medidos por demanda interna da Fundação Renova, e, um (chuva total) era reportado a partir de um cálculo sobre a variável precipitação que é reportada. Essa informação pode ser calculada pelo usuário. Sendo assim, o resultado do monitoramento no período de 01/01 a 31/01 de 2021 para as 21 estações automáticas e os 11 parâmetros mensurados por cada uma é apresentado na Figura 2.38-2:

Figura 2.38-2: Nível de funcionamento das estações automáticas implantadas no PMQQS (dados de janeiro de 2020).



A estação RDO 01 que estava sem reportar dados até o final de outubro/2020, registrou valores a partir do dia 05/11/2020, mas apresentou alguns problemas técnicos, como acúmulo de sedimento de fundo de rio que encobriu a sonda que gerou dados que precisaram ser excluídos. Além da RDO 01, destaca-se que a estação RCR 01 está em processo de reinstalação do sensor de nível e das réguas limnimétricas, não registrando os dados de nível de água por este motivo. Um histórico do resultado do monitoramento das estações automáticas é apresentado na Figura 2.38-3.

Figura 2.38-3: Complemento de avaliação temporal para o nível de funcionamento das estações automáticas (tipo I e II) implantadas no PMQQS. O nível mínimo estabelecido no indicador é o mesmo proposto segundo a Nota Técnica nº 26 do GTA – PMQQS.



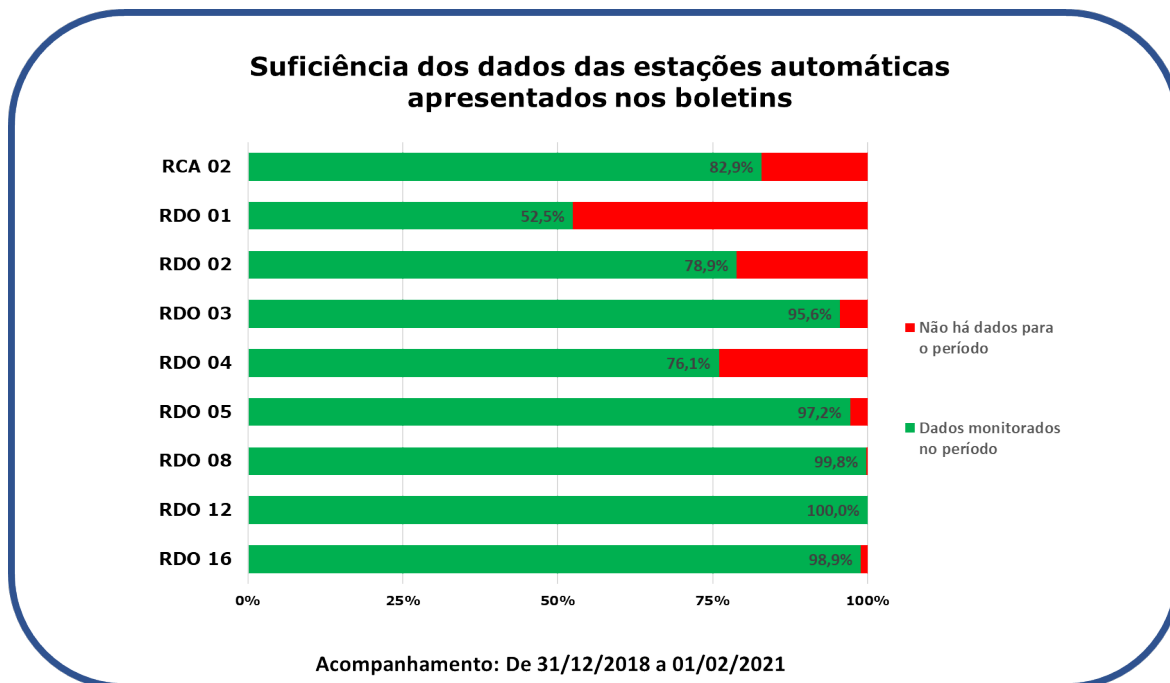
O atendimento das estações automáticas (tipo I e tipo II) ao escopo do PG38 parece ter estabilizado acima dos 90% nos últimos 6 meses e se mantido acima do nível mínimo (80%) estabelecido pela NT 26 do GTA-PMQQS nos últimos 12 meses, podendo se dizer que o atendimento das estações automáticas se encontra satisfatório.

Quanto aos dados apresentados nos boletins publicados mensalmente na estação seca e semanalmente na estação chuvosa no site da Fundação Renova³⁶, somente para as estações do tipo II (que é um tipo mais completo de estação, que possui um equipamento chamado de sonda multiparâmetro instalado dentro do rio; esta estação monitora os parâmetros: temperatura do ar, nível do rio, quantidade de chuvas, turbidez, oxigênio dissolvido, condutividade elétrica, pH, cianobactérias, clorofila a e

³⁶ <<https://www.fundacaorenova.org/agua/qualidade-da-agua-boletins-e-relatorios/>>

temperatura da água), o resultado do monitoramento pode ser visualizado na Figura 2.38-4. Recentemente o GTA-PMQQS fez uma avaliação da necessidade de se manter os boletins (que oferecem informações redundantes ao portal do PMQQS) e foi decidido por manter os boletins por apresentarem os dados de maneira sintetizada e de fácil compreensão para os mais diversos públicos.

Figura 2.38-4: Dados das estações automáticas apresentados nos boletins.



Como mencionado, a estação RDO-01 passou um longo período inoperante e por isso apresentou uma quantidade de dados fornecidos tão baixa (52,5%). Quanto às restantes, a redução da porcentagem se deu por falhas nas estações ao longo do período considerado, dados subtraídos, entre outros.

Assim, as ações do PG38 em atendimento à cláusula 177 estão sendo realizadas, ainda que não tenham alcançado os patamares satisfatórios (acima de 90%) para as coletas manuais. O indicador das estações automáticas mostrou atendimento ao escopo acima de 90% e encontra-se em patamares satisfatórios.

Por fim, o PMQQVAI, referente à cláusula 178, continua suspenso pela Deliberação CIF nº 275 de abril de 2019, visto que este não atendeu ao objetivo de monitorar o impacto das intervenções, por ter sido iniciado após o término da maioria das intervenções. Portanto, este não consta na matriz de cálculo apresentada nos indicadores acima.

Já a cláusula 179, que trata da aprovação do plano de monitoramento pelos órgãos competentes, pode-se dizer que esta se encontra em andamento já que os órgãos vêm participando ativamente de todo o andamento do programa.

2.39 PG039: Programa de Consolidação de Unidades de Conservação

No período monitorado, o Programa de Consolidação de Unidades de Conservação (PG 39) continuou não apresentando avanços significativos em suas entregas.

Nesse período foram publicados os seguintes documentos, analisados pela equipe da Ramboll:

- Relatório anual de Atividades (Fundação Renova) de 2020;
- Documento de Definição PG039 (Rev. 12_2020)

A Câmara Técnica de Biodiversidade (CT-BIO) não se reuniu no mês de jan/21, adiando a 50ª reunião ordinária para fev/21.

No mês de dezembro, foi protocolada a nova definição do PG39, e, após análise realizada por componentes da CT-BIO juntamente com a Ramboll, alguns pontos de importância foram levantados. Podem ser citados como exemplo: a inclusão ou não nesta definição, das 15 novas UCs consideradas pela CT-BIO (Nota Técnica nº 14/2020/CTBIO/DIBIO/ICMBIO) como afetadas pelo rompimento da barragem de Fundão; reescrita de algumas etapas que dizem respeito à consolidação do RVS Santa Cruz, APA Costa das Algas e PERD, para melhor representação do modelo de procedimentos atual.

Na 46ª reunião da CTBIO, ocorrida em out/20, a Fundação Renova apresentou o novo cronograma de entrega dos relatórios das UCs Continentais 1 e Costeiras 1 e 2 que ainda se encontram pendentes. A Fundação Renova informou que foi identificada a necessidade de se realizar um Workshop com a contratada que realiza este estudo, para que uma adequação mais profunda do processo fosse feita, a fim de que os estudos atendam devidamente ao plano de trabalho aprovado. Devido à necessidade de revisão dos relatórios, foi solicitado prazo de seis meses para as devidas análises, destacando a importância desse processo, e dizendo que assim seria garantido o repasse das informações corretas. É importante ressaltar que esse prazo de seis meses se somou ao prazo de adiamento anterior já solicitado pela Fundação Renova, de sete meses, uma vez que o prazo de entrega de todos os relatórios era dezembro de 2019 e já havia sido solicitado o adiamento para junho de 2020. Portanto, a previsão de entrega dos relatórios de avaliação de impacto das UCs pendentes passou a ser janeiro/21 e, mais uma vez, nenhum relatório foi enviado pela Fundação Renova na data proposta.

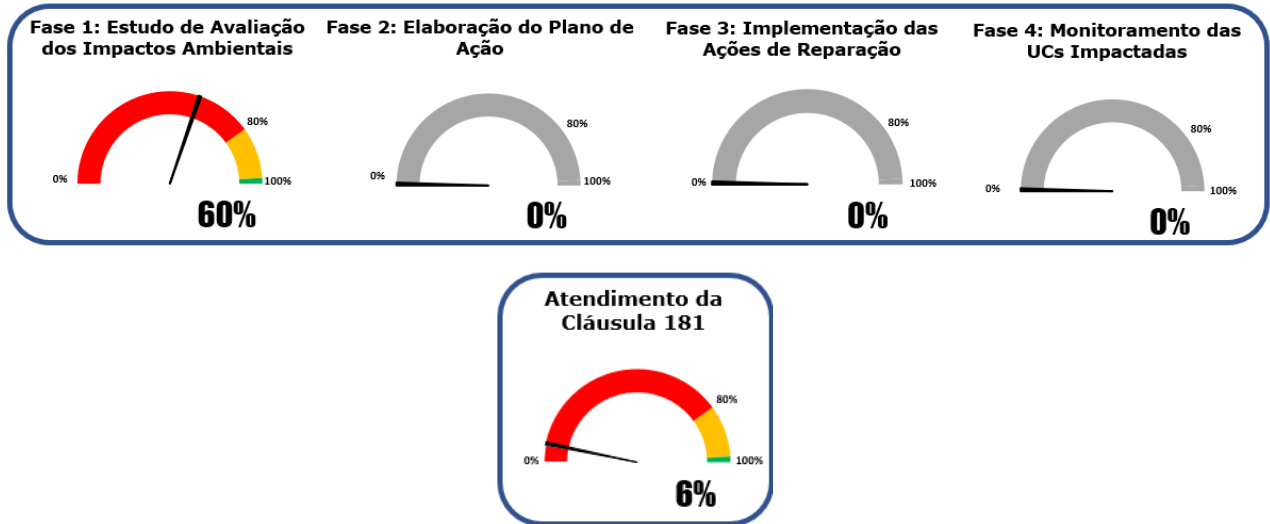
Em uma escala de 0 a 1, até janeiro de 2021, a Ramboll verificou que o índice de atendimento aos prazos da cláusula 181 do PG39 pela Fundação Renova é 0,67 (Figura 2.39-1). Ressalta-se que este valor foi calculado considerando a o prazo de entrega dos relatórios finais informado no ofício FR.2020.0624, para junho de 2020.

Figura 2.39-1: Atendimento aos prazos da cláusula 181 do Programa de Consolidação de Unidades de Conservação



Como mostra a Figura 2.39-2, o PG39, como um todo, cumpriu 6% das ações estabelecidas para os seus 7 anos de duração, prazo repactuado na NT 16/2019.

Figura 2.39-2: Análise do atendimento ao disposto na cláusula 181, por fase e global, de todas as fases do programa

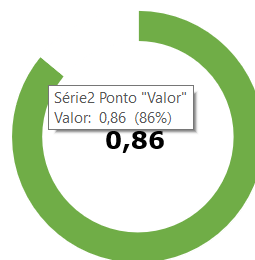


Com relação à cláusula 182, o fato relevante ocorrido no mês de janeiro/21 foi a assinatura do Acordo de Cooperação entre a Fundação Renova e Instituto Estadual de Florestas (IEF) para a consolidação do Parque Estadual do Rio Doce (PERD). O acordo foi assinado após 11 meses de atraso pois, no decorrer do ano de 2020 houve a inclusão de informações sobre a nova versão do Plano de Trabalho para consolidação do PERD, onde o valor total para a consolidação sofreu um aumento de 47%. Este valor inclui a quantia aprovada anteriormente, que garantia apenas a primeira etapa do Plano de Trabalho. Após a aprovação desse novo Plano de Trabalho, em dezembro/20, a assinatura do acordo de cooperação se realizou.

Por esta etapa ter sido postergada por diversos meses, em uma escala de 0 a 1, até 1 janeiro de 2021, a Ramboll verificou que o índice de atendimento aos prazos determinados na cláusula 182 é 0,86, em razão do atraso de 276 dias para que se realizasse a assinatura do acordo de cooperação entre Fundação Renova e o IEF.

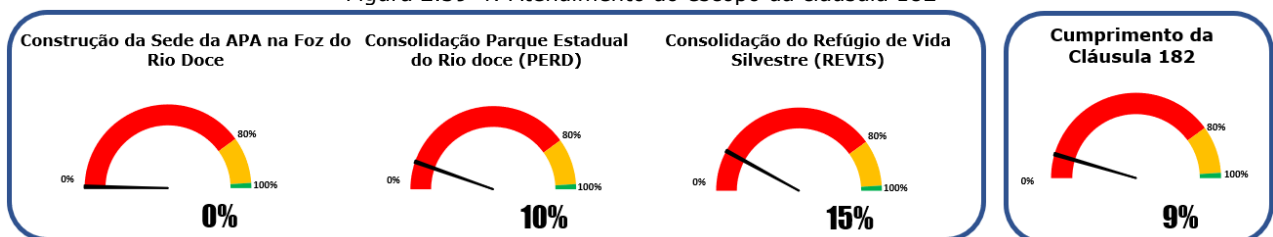
Portanto, a ação realizada com atraso afeta o indicador de atendimento a prazos (Figura 2.39-3).

Figura 2.39-3: Atendimento aos prazos da cláusula 182 do Programa de Consolidação das Unidades de Conservação.



Como mostram os gráficos da Figura 2.39-4, o programa como um todo cumpriu 9% das ações estabelecidas para os 12 anos.

Figura 2.39-4: Atendimento ao escopo da cláusula 182



2.40 PG040: Programa de Fomento à Implantação do CAR e dos PRAs na Área Ambiental 1

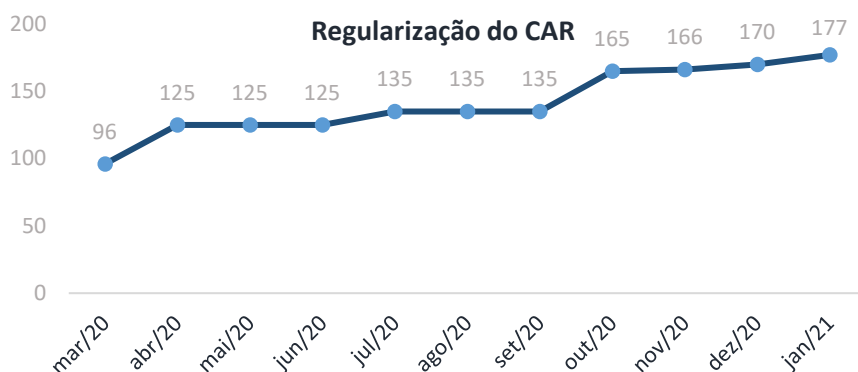
As atividades do Programa de Fomento à Implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e dos Programas de Regularização Ambiental (PRAs) na Área Ambiental 1 (PG40) do período avaliado neste relatório coincidem com a quarentena motivada pela pandemia da Covid-19.

A análise do relatório mensal da Fundação Renova, publicado em dezembro, indica um pequeno avanço das atividades de regularização do CAR para o período, conforme apresentado na Figura 2.40-1. Enquanto o relatório anual, publicado em janeiro de 2021, informa que 177 cadastros foram retificados ou elaborados pela Fundação Renova.

Figura 2.40-1: Indicador - regularização do CAR das propriedades atingidas

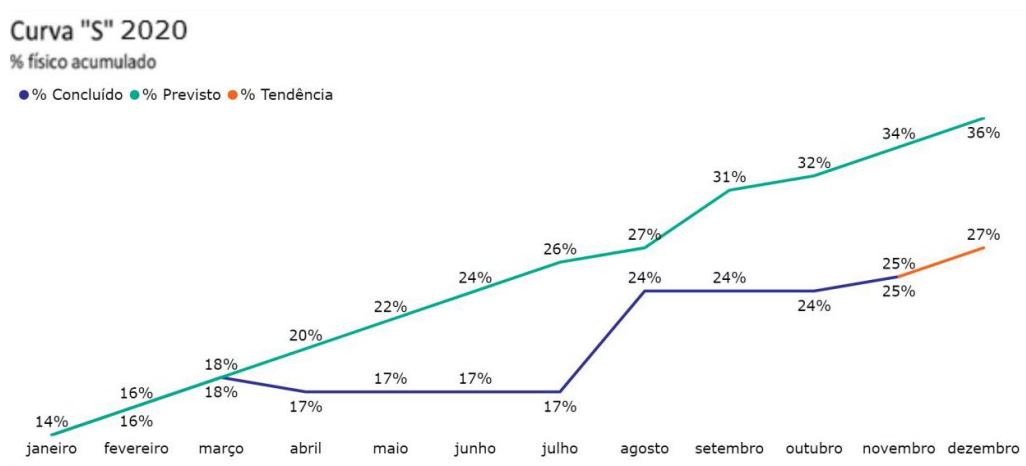


Figura 2.40-2 - Evolução do indicador "regularização do CAR" durante o período de março/20 a janeiro/21



O status do PG40, apresentado no relatório mensal da Fundação Renova em novembro, representado pela curva S do programa, indica que o realizado não está acompanhando o previsto, um sinal de alerta em função de um acúmulo grande de atividades, aproximadamente 75%, programadas para o período 2021-2023, o que pode levar a atrasos na conclusão do programa.

Figura 2.40-3 – Curva “S” de avanço físico do PG 40 para o ano de 2020 (Fundação Renova, 2021).



Os gastos com o programa, apresentados no relatório da Fundação Renova, somam R\$ 1.680.000,00, 17% do orçamento previsto, até dezembro de 2020.

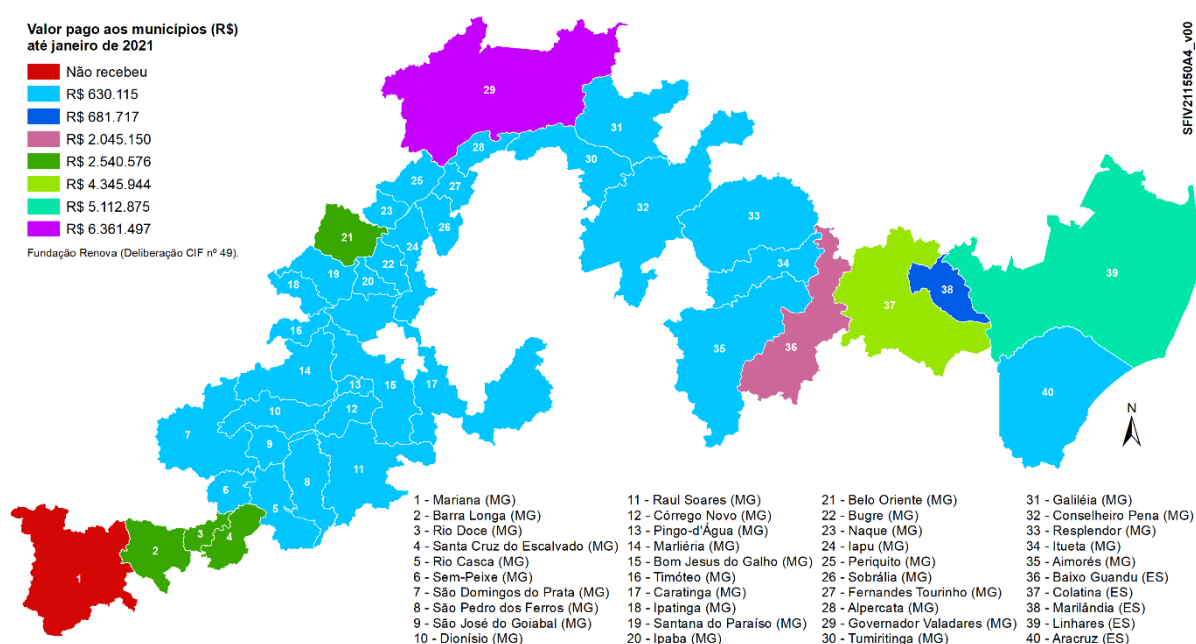
2.41 PG042: Programa de Ressarcimento dos Gastos Públicos Extraordinários

Segundo Ofício FR.2021.0150, de 29/01/21, - Deliberação 49 - JAN 21, até 29/01/21, o ressarcimento às prefeituras alcançou o patamar total de 39 municípios ressarcidos (97,5% dos 40 municípios previstos), somando o valor total pela cláusula 141 TTAC neste mês monitorado em R\$ 47.612.950,49.

Apenas o município de Mariana/MG não recebeu ainda e que também questionou os valores na justiça do Reino Unido contra a BHP Billinton em processo que foi extinto em 2020, definidos no acordo para ressarcimento dos gastos (Figura 2.42-1). Do ressarcimento aos 19 órgãos da União e dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, ainda persiste sem finalização o pagamento em fase de compras destinadas ao Ministério da Integração Nacional. Assim, o total ressarcido a esses órgãos permanece R\$ 28.770.277,39, até janeiro de 2021.

Figura 2.42-1 - Distribuição do valor pago aos municípios até janeiro de 2021. Resultado do Ressarcimento de Gastos Públicos Extraordinários dos Municípios (Deliberações CIF nº 208 e 254).

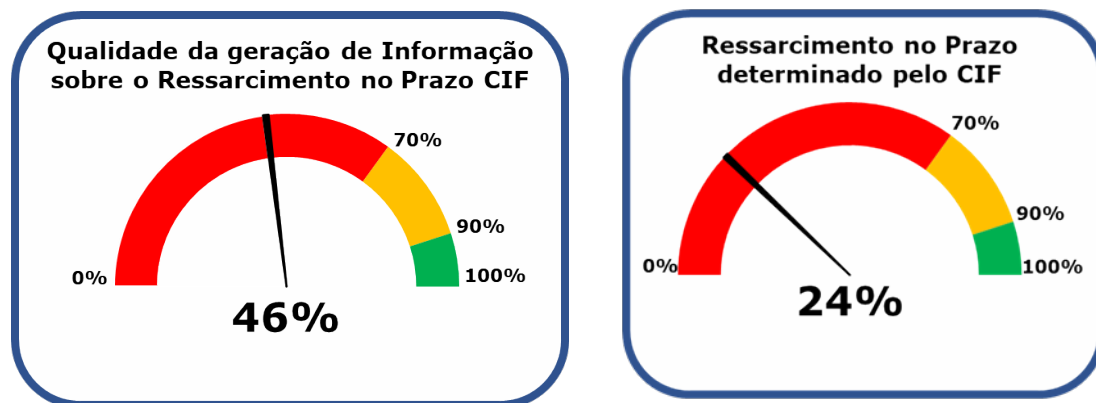
Fonte: Ofício FR.2021.0150, em 29/01/21, com tratamento da GIS/Ramboll



Finalmente, o referido relatório mensal trouxe a informação com mais transparência sobre os valores residuais pagos à COPASA, no valor de R\$ 218.293,75, e valores ressarcidos vinculados cláusula 143 do TTAC ao município de Linhares, no valor de R\$ 77.146,57, e ao município de Rio Doce, no valor de 55.900,00, demonstrando, quando houve diferença entre o valor pago auditado e o valor solicitado por estes órgãos públicos. (Ofício FR.2021.0150, de 29/01/21)

A avaliação do indicador de "Qualidade de Geração da Informação sobre o Ressarcimento" deste monitoramento, por manter o mesmo grau de transparência, a nota média manteve-se em 46% (Figura 2.42-2), uma vez que o relatório mensal de JAN/2021 constou claramente os ressarcimentos realizados no âmbito da cláusula 143 do TTAC. Ainda não foi especificado com detalhes porque há um município restante na fila do ressarcimento, sem justificativas. Nos últimos dois meses, esses relatórios mensais têm sido entregues no prazo determinado pela Deliberação do CIF nº 49, o que faz manter essa nota média em patamar regular.

Figura 2.42-2 – Qualidade da geração de Informação e Cumprimento do prazo determinado pelo CIF para realização dos ressarcimentos. Mês: janeiro de 2021.



Também não fica transparente nos documentos da Fundação Renova analisados no período por que o orçamento deste programa saltou de R\$ 83,54 milhões para R\$ 87,39 milhões.

O indicador sobre o atendimento dos prazos CIF para os ressarcimentos dos gastos públicos extraordinários permaneceu com o resultado negativo de atendimento de apenas 24% do conjunto dos pagamentos neste mês de monitoramento (Figura 2.42-2). Neste mês, somente um pagamento, não concluindo o que ainda está em aberto, o que fica evidente a média baixa geral do atendimento de prazo nos ressarcimentos. Essa questão é importante pois a Fundação Renova tem se recusado a aplicar a referida correção monetária determinada pela Deliberação CIF nº 208. Ainda permanece estagnado um dos 19 ressarcimentos aos órgãos públicos federais e estaduais, uma vez que o ressarcimento ao Ministério da Integração não avançou e nem foi finalizado.

A Fundação Renova protocolou em 22 de junho de 2020, por meio do Ofício OFI.NII. FR.2020.0904, a proposta de revisão deste programa, alegando que as oficinas de revisão do mesmo com a CT-EI e equipe interna não apontaram para reformulação do escopo, indicadores, metas e critérios de encerramento. Houve apenas ajustes no cronograma para delimitar o encerramento deste em maio de 2021. A CT-EI ainda não emitiu nota técnica a respeito pela constante troca de coordenação desta Câmara.

Com o desastre e os danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, municípios e órgãos públicos de um modo geral reduziram sua capacidade econômica de gerenciar e resolver os problemas da coletividade local. Os ressarcimentos são fundamentais para que o poder público das áreas atingidas tenha condições de exercer suas atividades e políticas de modo abrangente, atendendo à população de acordo com suas missões e finalidades.

3. MONITORAMENTO DE MÍDIAS SOCIAIS

A seguir, são descritas as atividades desenvolvidas para o período de 05/12/2020 à 07/02/2021.

- Monitoramento das mídias sociais com a avaliação dos sentimentos das publicações analisadas;
- Levantamento da frequência de citação das palavras de maior relevância para o projeto e aglomerados com maior influência;
- Aplicação de novas análises fornecidas pelo software, possibilitando grande correlação dos dados coletados no período;
- Informativos com as principais notícias disponibilizadas para os especialistas de cada área;
- Levantamento das principais notícias divulgadas no período estudado; e
- Suporte para indicadores.

Visando ao aprimoramento da base de dados, foram coletados dados como: avaliações das menções, frequência de citações, especialização, principais notícias, relações entre autores únicos e acompanhamento da página da Fundação Renova em redes sociais.

Tabela 3-1: TOP 10 de postagens nas redes sociais em Minas Gerais de autores que mais postaram sobre o caso e o alcance de suas postagens.

Mais postagens			
	Autores	Seguidores	#posts
1	Fundação Renova	812	15
2	@Ura_henrique	1906	12
3	Mundo Inconfidentes	455	6
4	@Tatapml	1588	5
5	@Matossouza9	27	5
6	Rádio Itatiaia	1099645	4
7	O Tempo	366309	4
8	@JoaoCautiero	606	4
9	Grnews	589	4
10	@Gstv08	227	4

Tabela 3-2: TOP 10 de mais seguidores nas redes sociais em Minas Gerais de postagens sobre o caso, com maior alcance.

Mais Seguidores		
	Autores	Seguidores
	Rádio Itatiaia	1099645
	Rádio 98FM	557944
	Estado De Minas	551580
	O Tempo	366309
	CBN BH	306057
	Jornal Hoje Em Dia	171925
	Record TV Minas	123984
	Portal UAI	101385
	TV Band Minas	73151
	@RogerioCorreia_	65505

Tabela 3-3: TOP 10 de postagens nas redes sociais no Espírito Santo de autores que mais postaram sobre o caso e o alcance de suas postagens.

Mais postagens			
	Autores	Seguidores	#posts
1	@Jacksonrangel	137687	13
2	FOLHA DO ES	14084	12
3	A Gazeta ES	332084	5
4	@PortalMoquecada	97	5
5	Tribuna Online	72101	3
6	Jornal ES HOJE	3810	3
7	Defensoria Pública ES	549	3
8	AQUINOTICIAS.COM	247	3
9	CBN Vitória	210556	2
10	@Onelovelaham	4494	2

Tabela 3-4: TOP 10 de mais seguidores nas redes sociais no Espírito Santo de postagens sobre o caso, com maior alcance.

Mais Seguidores		
	Autores	Seguidores
	A Gazeta ES	332084
	CBN Vitória	210556
	@Jacksonrangel	137687
	Tribuna Online	72101
	FOLHA DO ES	14084
	@Claudiovereza	7557
	@Onelovelaham	4494
	@MaxMauroFilho	4442
	Jornal ES HOJE	3810
	@Alvesalces	2206

Figura 3-1: 3.840 menções foram analisadas, sendo 53.2% negativas, 40.5% neutras e 6.4% positivas.

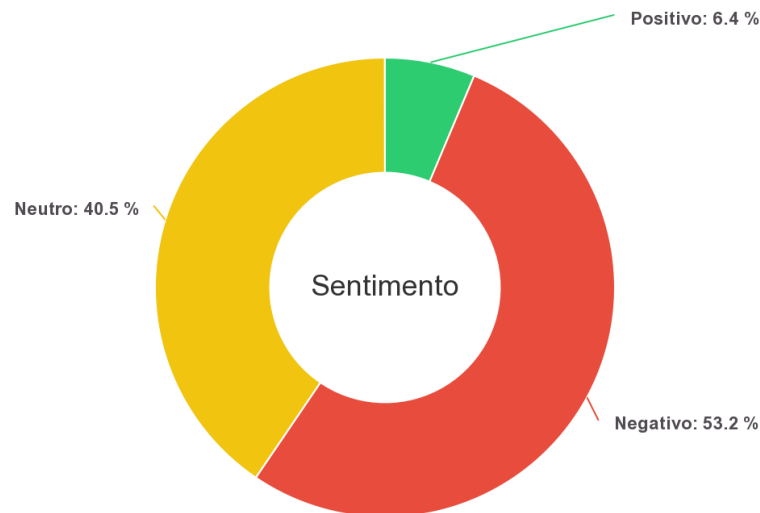
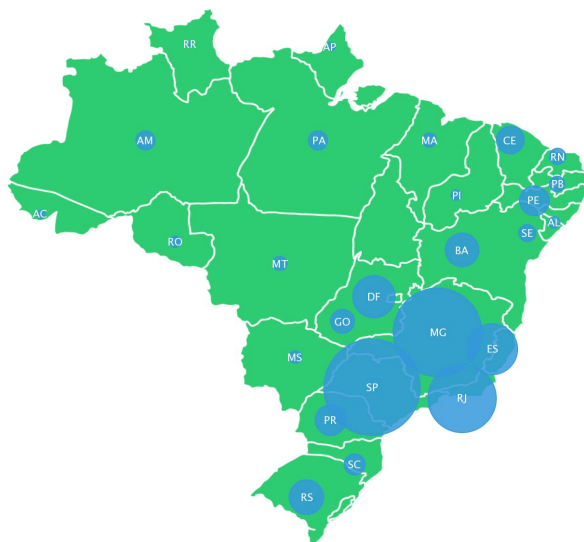


Figura 3-2- Representação espacial da repercussão de assuntos relacionados ao desastre no território brasileiro.



Localização das menções
(Twitter e Instagram)

Torabit

Figura 3-3 - Das 3.840 menções foram analisadas, sendo 84.6% do Twitter, 7.1% do Facebook, 5.9% de sites RSS e 2.4% do Youtube.

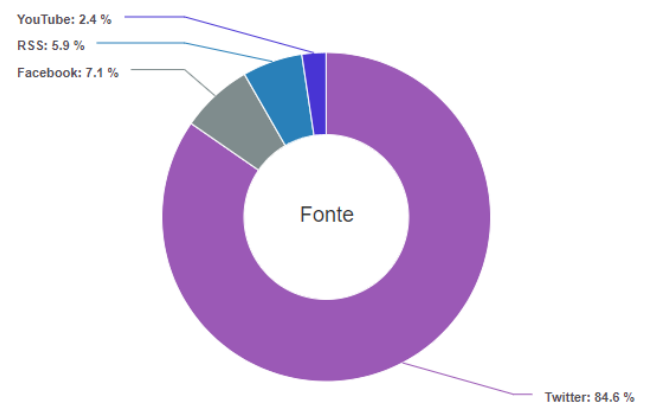
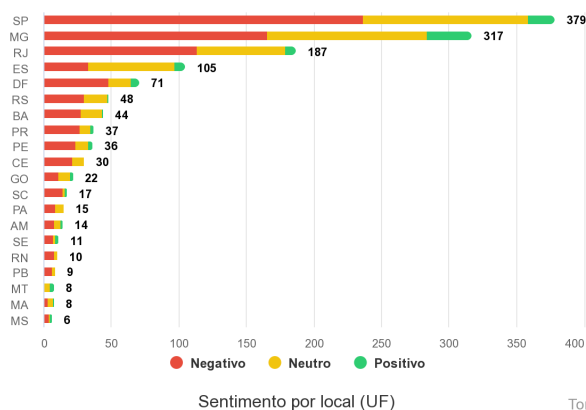


Figura 3-4 - Sentimentação por localidade (UF).



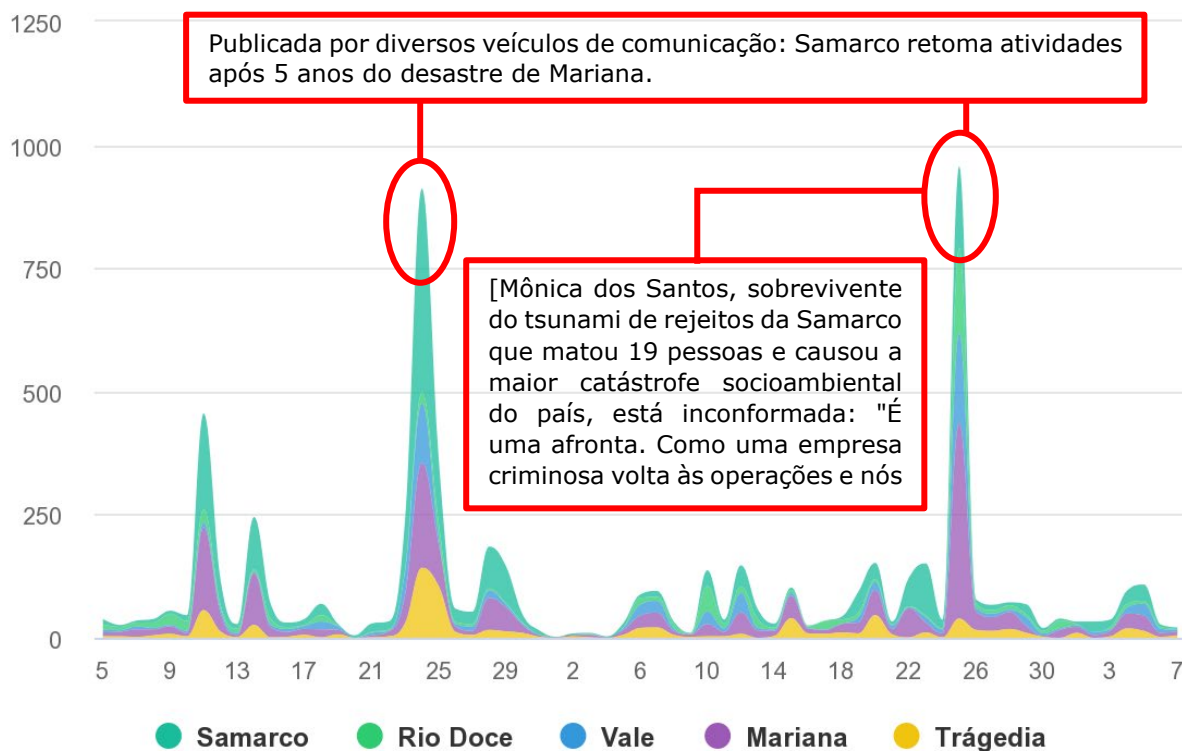
Sentimento por local (UF)

Torabit

Figura 3-5 - Nuvem de palavras de maior frequência no período 05/12/2020 à 07/02/2021.



Figura 3-6: Assuntos mais falados no período de 05/12/2020 à 07/02/2021.



Trending dos assuntos

Torabit

Tabela 3-5: Relação de municípios atingidos com portais de comunicação. Portais marcados estão relacionados a lista de assessorias técnicas escolhidas pelo MPF.

Município	Portal de Comunicação
AIMORÉS	Prefeitura Municipal de Aimorés. Link: http://www.aimores.mg.gov.br/
	Instituto Terra. Link: https://www.facebook.com/InstitutoTerraOficial/?ref=br_rs
	Notícias no Leste. Link: http://www.noticiasnoleste.com.br/?tag=noticias-de-aimores
	Cidades do Meu Brasil. Link: https://www.cidadesdomeubrasil.com.br/mg/aimores/noticias
	Aimorés Online. Link: https://aimoresonline.com.br/
	Aimorés Online. Link: https://www.facebook.com/aimoresonlineoficial/
	AEDAS MG. Link: https://www.aedasmg.org
ALPERCATA	TV Leste. Link: http://www.tvleste.com.br
	Aconteceu no Vale. Link: http://aconteceunovale.com.br/portal/?tag=alpercata
	Prefeitura Municipal de Alpercata. Link: http://www.alpercata.mg.gov.br/
	Rede Alerta GV. Link: https://www.facebook.com/redealertagv/
ARACRUZ	Câmara Aracruz. Link: https://aracruz.es.leg.br/
	Prefeitura Municipal de Aracruz. Link: http://www.aracruz.es.gov.br/noticias/
	Guia de Mídia. Link: https://www.guiademidia.com.br/ouvir/es/radio-nova-onda-fm-101-9-aracruz.htm
	Site Aracruz. Link: http://www.sitearacruz.com.br/noticias.html
	Voz da Barra. Link: http://www.vozdabarra.com.br/tag/noticias-de-aracruz/

	Folha Litoral. Link: http://www.folhalitoral.com.br/site/?p=noticias
	Site Aracruz. Link: https://www.facebook.com/Site-Aracruz-489537397864073/
	ADAI - Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual. Link: http://www.adaibrasil.org.br/site/
BAGUARI	UHE Baguari. Link: http://www.uhebaguari.com.br/noticias/
	Aconteceu no Vale. Link: https://aconteceunovale.com.br/portal/?tag=baguari
BAIXO GUANDU	Portal Guandu. Link: http://portalguandu.com.br/
	Prefeitura Municipal de Baixo Guandu. Link: http://www.pmbg.es.gov.br/v1/
	Sintonia FM. Link: https://sintoniafm.com.br/
	O Regional Guandu. Link: http://oregionalguandu.blogspot.com/
	Gazeta Online. Link: https://www.gazetaonline.com.br/tema/baixo_guandu
	Portal Guandu. Link: https://www.facebook.com/PortalGuandu
	ADAI - Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual. Link: http://www.adaibrasil.org.br/site/
BARRA LONGA	Prefeitura Municipal de Barra Longa. Link: http://www.barralonga.mg.gov.br/index.php/noticias2/itemlist
	Itatiaia. Link: http://www.itatiaia.com.br
	AEDAS MG. Link: https://www.aedasmg.org
	Unidade Notícias. Link: http://unidadenoticias.com.br
	Território Notícias. Link: http://territorionoticias.com.br
	Clima Tempo. Link: https://www.climatempo.com.br
	Jornal Unidade Notícias. Link: https://www.facebook.com/LUIZDONIZETEALVES/
BELO ORIENTE	Prefeitura Municipal de Belo Oriente. Link: http://www.beloorientemg.gov.br
	Clima Tempo. Link: https://www.climatempo.com.br/
	Diário do Aço. Link: https://www.diariodoaco.com.br
	Aconteceu no Vale. Link: http://aconteceunovale.com.br/portal/?tag=belo-orientemg
	O Folha News. Link: http://ofolhanews.com.br
	TV Alterosa Leste. Link: https://www.facebook.com/tvalterosaleste/
BOM JESUS DO GALHO	Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Galho. Link: http://www.bomjesusdogalho.mg.gov.br
	Aconteceu no Vale. Link: http://aconteceunovale.com.br/
	Rádio Cidade Caratinga. Link: http://www.radiocidadecaratinga.com.br
	Câmara Bom Jesus do Galho. Link: https://camarabomjesusdogalho.mg.gov.br
	TV Super Canal. Link: https://www.facebook.com/tvsupercanal/
BUGRE	Prefeitura Municipal de Bugre. Link: http://www.bugre.mg.gov.br/
	Aconteceu no Vale. Link: http://aconteceunovale.com.br
	Cidades do Meu Brasil. Link: https://www.cidadesdomeubrasil.com.br
	Aconteceu no Vale. Links: https://www.facebook.com/aconteceunovale/
CACHOEIRA ESCURA	Aconteceu no Vale. Links: https://aconteceunovale.com.br/portal/?tag=cachoeira-escura

CARATINGA	Prefeitura Municipal de Caratinga. Link: http://www.caratinga.mg.gov.br/
	Câmara Caratinga. Link: http://www.cmcaratinga.mg.gov.br/
	Diocese Caratinga. Link: http://www.diocesecaratinga.org.br/home/
	TV Super Canal. Link: http://portal.tvsupercanal.com.br/
	Voluntários de Caratinha. Link: http://voluntariosdecaratinga.blogspot.com/
	A Semana Agora. Link: http://www.asemanaagora.com.br/
	Diário de Caratinga. Link: https://diariodecaratinga.com.br/
	Caratinga Rádio. Link: https://www.facebook.com/caratingaradio
	Caratinga. Link: https://caratinga.net/
	TV Super Canal. Link: https://www.facebook.com/tvsupercanal/
COLATINA	Prefeitura Municipal de Colatina. Link: http://www.camaracolatina.es.gov.br/
	Caritas Colatina. Link: http://site.caritascolatina.org.br/
	Diocese de Colatina. Link: http://diocesedecolatina.org.br/
	Repórter Paulo Maciel. Link: http://reporterpaulomaciel.blogspot.com/
	Gazeta Online. Link: https://www.gazetaonline.com.br/tema/colatina
	Seis Dias. Link: http://seisdias.com.br/
	Linhares em Dia. Link: http://linharesemdias.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=161:diario-do-noroeste&catid=46:diario-noroeste
	Patrulha Online. Link: http://www.patrulhaonline.com.br/
	Colatina Digital. Link: http://colatinadigital.com.br/
	Colatina em Ação. Link: https://www.facebook.com/colatinaemacao/
	ADAI - Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual. Link: http://www.adaibrasil.org.br/site/
CONCEIÇÃO DA BARRA	Prefeitura Municipal de Conceição da Barra. Link: https://conceicaodabarra.es.gov.br/
	A Gazeta. Link: https://www.agazeta.com.br/
CONSELHEIRO PENA	Aconteceu no Vale. Link: http://aconteceunovale.com.br
	Notícias no Leste. Link: http://www.noticiasnoleste.com.br/
	Clima Tempo. Link: https://www.climatempo.com.br
	Do Jequi. Link: http://www.dojequi.com
	Informe Leste. Link: https://www.informeleste.com.br/
	Prefeitura Municipal de Conselheiro Pena. Link: http://www.cmcpena.mg.gov.br/
	TV Leste. Link: http://www.tvleste.com.br/
	Notícias no Leste. Link: https://www.facebook.com/www.NoticiasNoLeste/
	AEDAS MG. Link: https://www.aedasmg.org
CÓRREGO NOVO	Prefeitura Municipal de Córrego Novo. Link: http://www.corregonovo.mg.gov.br/
	Aconteceu no Vale. Link: http://aconteceunovale.com.br/portal/?tag=corrego-novo
	Jus Brasil. Link: https://www.jusbrasil.com.br/topicos/26414879/corrego-novo-mg

	TV Super Canal. Link: https://www.facebook.com/tvsupercanal/
DIONÍSIO	Prefeitura Municipal de Dionísio. Link: http://www.dionisio.mg.gov.br/
	Plox. Link: https://plox.com.br/
	Aconteceu no Vale. Link: http://aconteceunovale.com.br/portal/?s=dion%C3%ADsio
	Diário do Aço. Link: https://www.diariodoaco.com.br/pesquisa/?t=dion%C3%ADsio
	Aconteceu no Vale. Links: https://www.facebook.com/aconteceunovale/
FERNANDES TOURINHO	Prefeitura Municipal de Fernandes Tourinho. Link: http://www.fernandestourinho.mg.gov.br/
	Cidades do Meu Brasil. Link: https://www.cidadesdomeubrasil.com.br/mg/fernandes_tourinho/noticias
	Aconteceu no Vale. Link: http://aconteceunovale.com.br/portal/?tag=fernandes-tourinho
	Jus Brasil. Link: https://www.jusbrasil.com.br/topicos/26415217/fernandes-tourinho-mg
	Rede Alerta GV. Link: https://www.facebook.com/redealertagv/
GALILÉIA	Prefeitura Municipal de Galiléia. Link: https://galileia.mg.gov.br/
	Notícias no Leste. Link: http://www.noticiasnoleste.com.br/?tag=galileia
	Jus Brasil. Link: https://www.jusbrasil.com.br/topicos/26415314/galileia-mg
	Rede alerta GV. Link: https://www.facebook.com/redealertagv/
	CAT - Centro Agroecológico Tamanduá. Link: https://www.facebook.com/CATgoval/
GOVERNADOR VALADARES	Prefeitura Municipal de Governador Valadares. Link: http://www.valadares.mg.gov.br/
	O Olhar. Link: https://oolhar.com.br/
	Aconteceu no Vale. Link: http://aconteceunovale.com.br/portal/?tag=governador-valadares
	Do Jequi. Link: http://www.dojequi.com/
	TV Leste. Link: http://www.tvleste.com.br/
	Acontecendo em Valadares News. Link: https://www.facebook.com/AcontecendoEmValadaresNews/
	Rede alerta GV. Link: https://www.facebook.com/redealertagv/
	Cáritas Diocesana de Governador Valadares. Link: https://www.facebook.com/caritasdiocesana.governadorvaladares/
IAPU	Prefeitura Municipal de Iapu. Link: http://www.iapu.mg.gov.br/
	Aconteceu no Vale. Link: http://aconteceunovale.com.br/portal/?tag=iapu
	Jus Brasil. Link: https://www.jusbrasil.com.br/topicos/26415500/iapu-mg
	Diário do Aço. Link: https://www.diariodoaco.com.br/pesquisa/?t=Iapu
	Aconteceu no Vale. Links: https://www.facebook.com/aconteceunovale/
IPABA	Prefeitura Municipal de Ipaba. Link: http://www.ipaba.mg.gov.br/
	Aconteceu no Vale. Link: http://aconteceunovale.com.br/portal/?tag=ipaba
	Diário do Aço. Link: https://www.diariodoaco.com.br/pesquisa/?t=ipaba
	Do Jequi. Link: http://www.dojequi.com/noticia/?cidade=3227&cidadeNome=Ipaba
	TV Leste. Link: http://www.tvleste.com.br/
	Aconteceu no Vale. Links: https://www.facebook.com/aconteceunovale/

IPATINGA	Prefeitura Municipal de Ipatinga. Link: https://www.ipatinga.mg.gov.br/
	Diário do Aço. Link: https://www.diariodoaco.com.br/
	Aconteceu no Vale. Link: http://aconteceunovale.com.br
	Diário Popular MG. Link: http://www.diariopopularmg.com.br/
	Plox. Link: https://plox.com.br/
	Aconteceu no Vale. Links: https://www.facebook.com/aconteceunovale/
	Plantão Policial - Ipatinga MG. Link: https://www.facebook.com/plantaopolicialam1170/
ITUETA	Prefeitura Municipal de Itueta. Link: http://www.itueta.mg.gov.br
	Aconteceu no Vale. Link: http://aconteceunovale.com.br/portal/?tag=itueta
	Aimorés Online. Link: https://aimoresonline.com.br/?s=itueta
	TV Leste. Link: http://www.tvleste.com.br/
	Portal Resplendor. Link: https://www.facebook.com/portalesplendor/
	AEDAS MG. Link: https://www.aedasmg.org
LINHARES	Prefeitura Municipal de Linhares. Link: https://linhares.es.gov.br/
	Jornal O Pioneiro. Link: http://jornalopioneiro.com.br/
	Site de Linhares. Link: http://www.sitedelinhares.com.br/
	Jornal Tempo de Notícias. Link: http://jornaltempodenoticias.com.br/
	Correio do Estado Online. Link: http://www.correiodoestadoonline.com.br/
	Radar Geral. Link: https://radargeral.com/
	Linhares em Dia. Link: http://www.linharesemdia.com.br/
	Folha Litoral. Link: http://www.folhalitoral.com.br/site/
	Eu vi em Linhares. Link: https://www.euviemlinhares.net/
	Site de Linhares. Link: https://www.facebook.com/sitedelinhares/
	ADAI - Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual. Link: http://www.adaibrasil.org.br/site/
MACRORREGIÃO LITORAL NORTE CAPIXABA	ADAI - Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual. Link: http://www.adaibrasil.org.br/site/
MARIANA	Prefeitura Municipal de Mariana. Link: http://www.mariana.mg.gov.br/
	Minuto Mais. Link: http://minutomais.com/mariana
	Portal da Cidade. Link: https://mariana.portaldacidade.com/noticias
	Jornal a Sirene. Link: http://jornalasirene.com.br/
	Jornal Ponto Final Online. Link: http://jornalpontofinalonline.com.br/
	Jornal O Liberal. Link: https://site.jornaloliberal.net/
	O Mundo dos Inconfidentes. Link: http://omundodosinconfidentes.com.br/omundo/
	Mais Minas MG. Link: https://www.facebook.com/maisminasmg/
MARILÂNDIA	Prefeitura Municipal de Marilândia. Link: https://marilandia.es.gov.br/
	Gazeta Online. Link: https://www.gazetaonline.com.br

	Colatina em Ação. Link: https://www.facebook.com/colatinaemacao/
	ADAI - Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual. Link: http://www.adaibrasil.org.br/site/
MARLIÉRIA	Prefeitura Municipal de Marliéria. Link: http://www.marlieria.mg.gov.br/
	Aconteceu no Vale. Link: http://aconteceunovale.com.br/portal/?tag=marlieria
	Cidades do Meu Brasil. Link: https://www.cidadesdomeubrasil.com.br/mg/marlieria/noticias
	Jornal dos Vales. Link: https://www.jornaldosvales.com.br
	Aconteceu no Vale. Links: https://www.facebook.com/aconteceunovale/
NAQUE	Prefeitura Municipal de Naque. Link: http://www.naque.mg.gov.br/
	Aconteceu no Vale. Link: http://aconteceunovale.com.br/portal/?tag=naque
	Jornal dos Vales. Link: https://www.jornaldosvales.com.br
	TV Leste. Link: http://www.tvleste.com.br/
	Aconteceu no Vale. Links: https://www.facebook.com/aconteceunovale/
PERIQUITO	Prefeitura Municipal de Periquito. Link: http://www.periquito.mg.gov.br/
	Aconteceu no Vale. Link: http://aconteceunovale.com.br/portal/?tag=periquito
	Jornal Bairros Net. Link: https://www.jornalbairrosnet.com.br/?s=periquito
	Rede Alerta GV. Link: https://www.facebook.com/redealertagv/
PEDRA CORRIDA	Aconteceu no Vale. Links: https://aconteceunovale.com.br/portal/?tag=pedra-corrída
PINGO-D'ÁGUA	Prefeitura Municipal de Pingo-D'Água. Link: http://www.pingodagua.mg.gov.br/
	Plox. Link: https://plox.com.br/
	Diário de Caratinga. Link: https://diariodecaratinga.com.br/?s=Pingo+D%C2%B4%C3%A1gua
	Jornal dos Vales. Link: https://www.jornaldosvales.com.br
	Rádio Cidade Caratinga. Link: http://www.radiocidadecaratinga.com.br/?s=Pingo+d%27%C3%A1gua
	Diário do Aço. Link: https://www.diariodoaco.com.br/pesquisa/?t=Pingo+d%27%C3%A1gua
	Aconteceu no Vale. Links: https://www.facebook.com/aconteceunovale/
POVOAÇÃO	ADAI - Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual. Link: http://www.adaibrasil.org.br/site/
RAUL SOARES	Prefeitura Municipal de Raul Soares. Link: http://www.raulsoares.mg.gov.br
	Portal Raul Soares. Link: http://portalraulsoares.blogspot.com/
	Cidades do Meu Brasil. Link: https://www.cidadesdomeubrasil.com.br/mg/raul_soares/noticias
	Unidade Notícias. Link: http://unidadenoticias.com.br/?s=raul+soares
	Diário de Caratinga. Link: https://diariodecaratinga.com.br/?s=Raul+Soares
	Jornal Unidade Notícias. Link: https://www.facebook.com/LUIZDONIZETEALVES/
REGÊNCIA	ADAI - Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual. Link: http://www.adaibrasil.org.br/site/
REGIÃO DE INFLUÊNCIA DO PARQUE ESTADUAL DO RIO DOCE E SUA	Cáritas Diocesana de Itabira. Link: http://dioceseitabira.org.br/

ZONA DE AMORTECIMENTO	
RESPLENDOR	Prefeitura Municipal de Resplendor. Link: http://www.resplendor.mg.gov.br/
	Notícias no Leste. Link: http://www.noticiasnoleste.com.br/?tag=resplendor
	Aimorés Online. Link: https://aimoresonline.com.br/category/resplendor/
	Portal Resplendor. Link: https://www.facebook.com/portalesplendor/
	AEDAS MG. Link: https://www.aedasmg.org
REVÉS DO BELÉM	Diário do Aço. Link: https://www.diariodoaco.com.br/
RIO CASCA	Prefeitura Municipal de Rio Casca. Link: http://www.riocasca.mg.gov.br/
	Aconteceu no Vale. Link: http://aconteceunovale.com.br/portal/?tag=rio-casca
	Rádio Cidade Caratinga. Link: http://www.radiocidadecaratinga.com.br/?s=Rio+Casca
	Viçosa Urgente. Link: http://www.vicosaurgente.com.br/?s=Rio+Casca
	Unidade Notícias. Link: http://unidadenoticias.com.br/?s=rio+casca
	Rio Doce - MG. Link: https://www.facebook.com/RIO-DOCE-MG-274334282597527/
	Cáritas Diocesana de Itabira. Link: http://dioceseitabira.org.br/
RIO DOCE	Prefeitura Municipal do Rio Doce. Link: http://www.riodoce.mg.gov.br
	Unidade Notícias. Link: http://unidadenoticias.com.br/?s=rio+doce
	Aconteceu no Vale. Link: http://aconteceunovale.com.br/portal/?cat=121
	Jus Brasil. Link: https://www.jusbrasil.com.br/topicos/26417533/rio-doce-mg/noticias
	Jornal Unidade Notícias. Link: https://www.facebook.com/LUIZDONIZETEALVES/
	Rio Doce - MG. Link: https://www.facebook.com/RIO-DOCE-MG-274334282597527/
SANTA CRUZ DO ESCALVADO	Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Escalvado. Link: https://www.santacruzdoescalvado.mg.gov.br
	Unidade Notícias. Link: http://unidadenoticias.com.br/?s=santa+cruz+do+escalvado
	Cidades do Meu Brasil. Link: https://www.cidadesdomeubrasil.com.br/mg/santa_cruz_do_escalvado/noticias
	Jornal Unidade Notícias. Link: https://www.facebook.com/LUIZDONIZETEALVES/
	O Remanso. Link: http://centrorosafortini.com.br/pdf/O%20Remanso-04.pdf
SANTANA DO PARAÍSO	Prefeitura Municipal Santana do Paraíso. Link: http://www.santanadoparaiso.mg.gov.br
	Aconteceu no Vale. Link: http://aconteceunovale.com.br/portal/?tag=santana-do-paraiso
	Plantão Policial Ipatinga. Link: https://www.plantaopolicialipatinga.com.br/?s=Santana+do+para%C3%ADso
	Plox. Link: https://plox.com.br
	Jornal dos Vales. Link: https://www.jornaldosvales.com.br
	Do Jequi. Link: http://www.dojequi.com/noticia/?cidade=3785&cidadeNome=Santana%20do%20Para%C3%ADso
	Plantão Policial Ipatinga MG. Link: https://www.facebook.com/plantaopolicialam1170/
SÃO DOMINGOS DO PRATA	Prefeitura Municipal de São Domingos do Prata. Link: http://www.saodomingosdoprata.mg.gov.br

	Aconteceu no Vale. Link: http://aconteceunovale.com.br/portal/?tag=sao-domingos-do-prata
	O Popular. Link: http://www.opopularjm.com.br/category/regiao/sao-domingos-do-prata/
	De Fato Online. Link: https://www.defatoonline.com.br/categoria/cidades/sao-domingos-do-prata/
	Diário do Aço. Link: https://www.diariodoaco.com.br/
	Jornal Tribuna do Prata. Link: https://www.facebook.com/Jornal-Tribuna-do-Prata-615881868494164/
SÃO JOSÉ DO GOIABAL	Prefeitura Municipal de São José do Goiabal. Link: https://www.saojosedogoiabal.mg.gov.br/
	Aconteceu no Vale. Link: http://aconteceunovale.com.br/portal/?tag=sao-jose-do-goiabal
	Jornal Bairros Net. Link: https://www.jornalbairrosnet.com.br/?s=S%C3%A3o+Jos%C3%A9+do+Goiabal
	Diário do Aço. Link: https://www.diariodoaco.com.br/
	Gazeta do Povo. Link: https://www.gazetadopovo.com.br
	O Popular. Link: http://www.opopularjm.com.br/?s=S%C3%A3o+Jos%C3%A9+do+Goiabal
	Aconteceu no Vale. Links: https://www.facebook.com/aconteceunovale/
SÃO MATEUS	Prefeitura Municipal de São Mateus. Link: http://www.saomateus.es.gov.br/
	TC Online. Link: https://tconline.com.br/
	São Mateus Nwes. Link: https://www.saomateusnews.com.br/
	Gazeta do Povo. Link: https://www.gazetadopovo.com.br
SÃO PEDRO DOS FERROS	Prefeitura Municipal de São Pedro dos Ferros. Link: http://www.saopedro dosferros.mg.gov.br/
	Portal Caparaó. Link: https://www.portalcaparao.com.br
	Unidade de Notícias. Link: http://unidadenoticias.com.br/?s=s%C3%A3o+pedro+dos+ferros
	Jornal Unidade Notícias. Link: https://www.facebook.com/LUIZDONIZETEALVES/
SEM-PEIXE	Prefeitura Municipal de Sem-Peixe. Link: https://sempeixe.mg.gov.br/
	O Popular. Link: http://www.opopularjm.com.br/?s=Sem+Peixe
	Unidade de Notícias. Link: http://unidadenoticias.com.br
	Jornal Unidade Notícias. Link: https://www.facebook.com/LUIZDONIZETEALVES/
SERRA	ADAI - Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual. Link: http://www.adaibrasil.org.br/site/
SOBRÁLIA	Prefeitura Municipal de Sobralia. Link: https://sobralia.mg.gov.br
	Aconteceu no Vale. Link: http://aconteceunovale.com.br/portal/?tag=sobralia
	TV Alterosa Leste. Link: https://www.facebook.com/tvalterosaleste/
TERRAS INDÍGENAS TUPINIQUIM, COMBOIOS E CAIEIRAS VELHA II	ADAI - Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual. Link: http://www.adaibrasil.org.br/site/
TIMÓTEO	Prefeitura Municipal de Timóteo. Link: http://www.timoteo.mg.gov.br
	Aconteceu no Vale. Link: http://aconteceunovale.com.br/portal/?tag=timoteo
	Diário do Aço. Link: https://www.diariodoaco.com.br/

	Plox. Link: https://plox.com.br/
	Timóteo Notícias. Link: https://www.facebook.com/Timoteonoticias/
TUMIRITINGA	Prefeitura Municipal de Tumiritinga. Link: https://www.tumiritinga.mg.gov.br/
	Aconteceu no Vale. Link: http://aconteceunovale.com.br/portal/?tag=tumiritinga
	Notícias no Leste. Link: http://www.noticiasnoleste.com.br/
	Rede Alerta GV. Link: https://www.facebook.com/redealertagv/
	CAT - Centro Agroecológico Tamanduá. Link: https://www.facebook.com/CATgoval/
VALE DO AÇO	AEDAS MG. Link: https://www.aedasmg.org

Legenda:



Distritos



Municípios



Assessorias técnicas escolhidas pelo MPF